

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – NÍVEL MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO E FORÇA DE TRABALHO EM UMA ECONOMIA  
PRIMÁRIO-EXPORTADORA: O PANORAMA DAS OCUPAÇÕES  
PARA OS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DA MICRORREGIÃO DE  
CAPANEMA-PR**

LUCIANO EDISON DA SILVA

CASCADEL – PR  
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – NÍVEL MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO E FORÇA DE TRABALHO EM UMA ECONOMIA  
PRIMÁRIO-EXPORTADORA: O PANORAMA DAS OCUPAÇÕES  
PARA OS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DA MICRORREGIÃO DE  
CAPANEMA-PR**

LUCIANO EDISON DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: educação, Políticas Sociais e Estado, pelo discente Luciano Edison da Silva, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.  
Orientador: Professor Dr. Roberto Antonio Deitos

CASCADEL – PR  
2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

SILVA, Luciano Edison

Educação e força de trabalho em uma economia primário-exportadora: o panorama das ocupações para os egressos do Ensino Médio da microrregião de Capanema-Pr / Luciano Edison SILVA; orientador(a), Roberto Antonio Deitos, 2020.  
230 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Juventude. 2. Mercado de trabalho. 3. Educação. I. Deitos, Roberto Antonio. II. Título.



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65  
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110  
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



## LUCIANO EDISON DA SILVA

Educação e força de trabalho em uma economia primário-exportadora: o panorama das ocupações para os egressos do Ensino Médio da microrregião de Capanema-Pr

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa Educação, políticas sociais e estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

*Roberto Deltos*

Orientador(a) - Roberto Antonio Deltos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Jairo Antônio Zaccarelli  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Domingos Leite Lima Filho

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Cascavel, 4 de dezembro de 2020

A todos aqueles que dedicaram e dedicam suas vidas à ciência.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, professor Dr. Roberto Antonio Deitos, pela confiança e dedicação ao trabalho.

Agradeço a banca examinadora, professor Dr. Domingos Leite Lima Filho e professor Dr. João Batista Zanardini, pelo tempo disponibilizado ao trabalho e por serem exemplos de profissionalismo.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social – GEPPEES, cujas reuniões permitiram maior reflexões acerca da pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIOESTE de Cascavel, pela atenção e comprometimento em ensinar da melhor forma possível.

A todos os recepcionistas da biblioteca da Unioeste do campus Cascavel, lugar onde passei várias horas, meu muito obrigado.

Ao Instituto Federal de Educação do Paraná e Rondônia, pela política de apoio à pesquisa.

A todos os professores que passaram por minha vida, por todo esforço e dedicação em um país que pouco os valoriza.

A minha esposa, Roseli, pelo apoio incondicional em todos os momentos e companheirismo em todas as empreitadas da vida.

Aos meus filhos, Bruna e Isaac, que me inspiram a viver.

A minha mãe, Valdete, pelo seu cuidado e dedicação.

A minha família e amigos pelas sugestões um enorme agradecimento.

“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”.  
Paulo Freire

SILVA, Luciano Edison. **Educação e força de trabalho em uma economia primário-exportadora**: o panorama das ocupações para os egressos do ensino médio da microrregião de Capanema-pr. Cascavel, Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Programa de Pós-Graduação em Educação (Dissertação de Mestrado), p.230

## RESUMO

Período importante para a juventude, em que o mercado de trabalho entra em sua alça de mira, a última etapa da educação básica tem se transformado no grande gargalo, comprometendo a inserção decente no mercado de trabalho. Essa passagem tem sido frustrada pelos altos índices de desemprego e precarização, que nem mesmo a escolaridade mais elevada tem conseguido reverter. Ancorando-se em dados coletados nos sítios como OIT, IBGE, IPEA, IPARDES, MEC, MTE, DIEESE e analisados a partir de amplo arcabouço teórico sobre o tema, os resultados mostram que o processo econômico de desindustrialização e reprimarização da economia, bem como sua histórica orientação à produção de baixa atividade tecnológica, tem exercido pouca pressão sobre a educação. Nesse sentido, o objetivo principal desta pesquisa é apresentar o panorama dos postos de trabalho para os egressos do Ensino Médio, a partir da análise das ocupações e educação disponível no período de 2007 e 2017, na Microrregião de Capanema-PR. O cenário não é nada animador, pois não só tem ocorrido redução da admissão de jovens e de premiação salarial, mas também de ocupações de alta complexidade. Localizada no sudoeste paranaense, essa região tem reproduzido movimento similar, que não foge à conjuntura nacional. A educação, mesmo ampliando a oferta em diversas modalidades de ensino (principalmente profissionalizante), regrediu em indicadores de forma alarmante, em sintonia com a estrutura econômica que, ao mesmo tempo, registra o aumento da oferta de empregos, mas para ocupações de baixa complexidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventude; Mercado de trabalho; Educação.

SILVA, Luciano Edison. **Education and workforce in a primary export economy: the overview of occupations for secondary school from the microregion of Capanema-pr.** Cascavel, Paraná: State University of Western Paraná - UNIOESTE, Graduate Program in Education (Master's Dissertation), p. 230

#### ABSTRACT

An important period for youth, when the labor market is on their radar screen, the last stage of basic education has become the big bottleneck, compromising a decent insertion in the labor market. This passage has been frustrated by high rates of unemployment and precariousness, which not even the highest schooling has been able to reverse. Anchored in data collected from websites such as ILO, IBGE, IPEA, IPARDES, MEC, MTE, DIEESE and analyzed from a broad theoretical framework on the subject, the results show that the economic process of deindustrialization and reprimarization of the economy, as well as its historical orientation toward low technological activity, has put little pressure on education. In this sense, the main objective of this research is to present an overview of jobs for high school graduates, based on the analysis of occupations and education available from 2007 to 2017 in the Microregion of Capanema, State of Paraná. The scenario is not at all encouraging, since not only has there been a reduction in admissions of young people and in wage premium, but also in highly complex occupations. Located in the southwest of Paraná, this region has reproduced a similar movement, which does not escape the national conjuncture. Education, even expanding the offer in several types of education (mainly professionalizing), has regressed in indicators in an alarming way, in tune with the economic structure that, at the same time, registers the increase of job offer, but for occupations of low complexity.

**KEYWORDS:** Youth; Labor Market; Education.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA**

APEXBRASIL – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GG – Grande Grupo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDADOS – Consultoria especializada em análise de dados e soluções

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

IFPR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

ILAESE - Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPC – Índice de Preços ao Consumidor

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JK – Juscelino Kubitschek

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MEC – Ministério da Educação

MEI – Microempreendedor Individual

MRC – Microrregião de Capanema

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NCIT - Produtos Não classificados na Indústria de Transformação

OCDE– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNE – Plano Nacional de Educação  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
ROB – Revista Observatório Regional  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SINE – Sistema Nacional de Empregos  
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação  
TPE – Todos Pela Educação  
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul  
UHE – Usina Hidrelétrica  
UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development  
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – BRASIL: Relação percentual VTI/VBPI da Indústria de Transformação..	53
<b>Figura 2</b> – Brasil: Participação da indústria de transformação no PIB, em %.....	73
<b>Figura 3</b> – BRASIL: Economia de custo por injeção de tecnologia de geração 4.0 até 2025 .....	89
<b>Figura 4</b> – Brasil: Número de empregos em 31 de dezembro por ocupações por Grande Grupo: representação relativa da média salarial para período 2007 e 2017 .....	100
<b>Figura 5</b> – Brasil: Número trimestral de indivíduos com ensino superior x postos de trabalhos para essa escolaridade.....	104
<b>Figura 6</b> – Brasil: Grau de escolarização declarada para a ocupação Assistente Administrativo, em 2017 .....	105
<b>Figura 7</b> – Mundo: Porcentagem de trabalhadores remunerados, 1995 - 2017 .....	106
<b>Figura 8</b> – Brasil: Taxa de desocupação, por grupos de idade – entre 2012 e 2018 .....	114
<b>Figura 9</b> – Brasil: Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade – 2012 e 2017 .....	123
<b>Figura 10</b> – Brasil: Taxa de Desocupação por Nível de Instrução.....	124
<b>Figura 11</b> – Brasil: Estimativa percentual de investimento público total na educação em relação ao PIB, 2000 a 2015 .....	143
<b>Figura 12</b> – Brasil: Gasto por aluno nas instituições públicas brasileiras, do ensino fundamental ao superior para o ano de 2016.....	144
<b>Figura 13</b> – Brasil: Escolaridade ocupada em 31 de dezembro, no GG3, em 2017 e 2007 .....	147
<b>Figura 14</b> – Taxa de distorção idade-série para o total do Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos anos de 2017 e 2007 .....	152
<b>Figura 15</b> – Brasil: Porcentagem de matrículas, por idade, no Ensino Médio, para 2017 e 2007 .....	154
<b>Figura 16</b> – Brasil: Recursos relacionados à infraestrutura disponível nas escolas de Ensino Médio, segundo dependência administrativa em 2017 .....	155
<b>Figura 17</b> – MRC: Mapa Político da Microrregião de Capanema .....	165
<b>Figura 18</b> – MRC: Escolaridade do estoque total da ocupação Auxiliar de escritório em Geral em 2007 e 2017.....	194
<b>Figura 19</b> – Variação da escolaridade juvenil admitidas em 2017 e 2007 .....	199

<b>Figura 20</b> – MRC: Despesa com função Educação .....	201
<b>Figura 21</b> – Investimento por aluno em 2017: educação básica, ensino médio e profissional no Paraná.....	202
<b>Figura 22</b> – MRC: Taxa de distorção idade-série para o Total do Ensino Fundamental e Ensino Médio, desagregados para anos de 2017 e 2007 .....	205
<b>Figura 23</b> – MRC: Taxa de Rendimento do Ensino Médio para 2017 e 2007 .....	207
<b>Figura 24</b> – MRC: Número de matrículas, por idade, no Ensino Médio, para 2017 e 2007 .....	210

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1** – Classificação de produtos por fator agregado .....67

**Quadro 2** – Classificação de produtos por intensidade tecnológica .....68

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Brasil: Evolução das tarifas nominais entre 1985 e 1997 para 16 produtos .....	63
<b>Tabela 2</b> – Brasil: Evolução da produção por intensidade tecnológico dos produtos exportados entre 1997 e 2017, em dólar.....	68
<b>Tabela 3</b> – Brasil: Intensidade tecnológica dos produtos exportados em 1997 .....	69
<b>Tabela 4</b> – Brasil: Intensidade tecnológico dos produtos exportados em 2007 .....	69
<b>Tabela 5</b> – Brasil: Principais produtos por intensidade tecnológico exportados em 1997 e 2007 .....	70
<b>Tabela 6</b> – Brasil: Intensidade tecnológico dos produtos exportados em 2017 .....	70
<b>Tabela 7</b> – Brasil: Principais produtos por intensidade tecnológica exportados em 2007 e 2017 .....	71
<b>Tabela 8</b> – Brasil: Intensidade tecnológica dos produtos exportados entre 1997 e 2017 .....	71
<b>Tabela 9</b> – Brasil: Taxa de acumulação por setores e subsetores, para o quarto trimestre de 2007 a 2017 .....	76
<b>Tabela 10</b> – Brasil: Evolução dos 20 produtos de maior exportação, em bilhões de dólares .....	77
<b>Tabela 11</b> – Brasil: 10 ocupações com mais admissões para os anos de 2017 e 2007, de janeiro a dezembro.....	96
<b>Tabela 12</b> – Brasil: Admissão de ocupações registradas nos Grandes Grupos da CBO, para os anos de 2017 e 2007, de janeiro a dezembro .....	97
<b>Tabela 13</b> – Brasil: As 50 ocupações com maior número de admissões para os anos de 2007 e 2017, entre janeiro e dezembro dos respectivos anos .....	98
<b>Tabela 14</b> – Brasil: Número de emprego em 31/12, por Grandes Grupos, em variações absoluta e relativa, por faixa salarial, entre 2007 e 2017 .....	101
<b>Tabela 15</b> – Brasil: Estimativa da média salarial por Grande Grupo, para os ativos no mês de dezembro, em 2017 e 2007.....	109
<b>Tabela 16</b> – Brasil: Remuneração Média de Dezembro, dos respectivos anos, por escolaridade, em reais a preço de dezembro.....	111
<b>Tabela 17</b> – Brasil: Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa por Escolaridade do Trabalhador, de 2007 e 2017.....	112
<b>Tabela 18</b> – Brasil: Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa Segundo Faixa Etária, para 2017 e 2007 .....	113

<b>Tabela 19</b> – Rendimento médio nominal e variação, por grupo de idade, para o quarto trimestre, em 2017 e 2012 .....	117
<b>Tabela 20</b> – Brasil: Jovens entre 14 e 29 anos, admitidos nos grandes grupos, para o ano de 2017 e 2007 .....	125
<b>Tabela 21</b> – Brasil: 10 ocupações que mais admitiram jovens entre 14 e 29 anos, para os anos de 2017 e 2007 .....	126
<b>Tabela 22</b> – Brasil: 50 ocupações que mais admitiram jovens entre 14 e 29 anos, para os anos de 2017 e 2007 .....	127
<b>Tabela 23</b> – Brasil: Remuneração média, nominal, anual entre as dez ocupações com maior estoque, para 2017 e 2007.....	130
<b>Tabela 24</b> – Brasil: Estimativa do Investimento Público Direto em Educação por Estudante, com valores atualizados para 2016 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e a proporção do investimento público por Estudante da Educação Superior sobre o Investimento Público por Estudante da Educação Básica, por Nível de Ensino - 2007-2017 .....	141
<b>Tabela 25</b> – Brasil: Taxa de Rendimento do Ensino Fundamental e Médio para 2017 e 2007 .....	153
<b>Tabela 26</b> – MRC: Valor agregado fiscal por setor econômico para 2017 e 2007 ..	167
<b>Tabela 27</b> – MRC: Estimativa da População geral entre 2007 e 2017.....	176
<b>Tabela 28</b> – MRC: Estimativa de jovens na Microrregião de Capanema, 2005 e 2015 .....	176
<b>Tabela 29</b> – MRC: 10 ocupações que mais admitiram em 2017 e 2007.....	180
<b>Tabela 30</b> – MRC: 10 maiores estoques de ocupações em 2017 e 2007.....	181
<b>Tabela 31</b> – MRC: Escolaridade das vagas preenchidas entre 2007 e 2017 .....	183
<b>Tabela 32</b> – MRC: Admissões por grande grupo no ano de 2017 e 2007 .....	184
<b>Tabela 33</b> – MRC: Evolução das admissões por grande grupo entre 2007 e 2017	185
<b>Tabela 34</b> – MRC: Estoque de empregos e variação por Grandes Grupos em 2007 e 2017 .....	185
<b>Tabela 35</b> – MRC: Admissões no GG2 e GG3, para 2007 e 2017 .....	186
<b>Tabela 36</b> – MRC: Estoque de empregos Juvenil por Grandes Setores, em 2007 e 2017 .....	189
<b>Tabela 37</b> – MRC: as 10 ocupações que mais admitiram jovens em 2007 e 2017.	191
<b>Tabela 38</b> – MRC: 50 ocupações que mais admitiram jovens em 2007 e 2017 .....	193

<b>Tabela 39</b> – MRC: Movimentação relativa da premiação salarial juvenil do estoque em 2017 e 2007 .....	196
<b>Tabela 40</b> – MRC: Variação da representação juvenil na admissão para acima de dois salários, por grandes grupos .....	197
<b>Tabela 41</b> – MRC: Escolaridade do estoque de empregos juvenil em 2007 e 2017 .....	198
<b>Tabela 42</b> – MRC: Escolaridade das admissões de jovens para faixa de até dois salários mínimos em 2007 e 2017.....	199
<b>Tabela 43</b> – MRC: Matrícula da Educação Básica em 2017 e 2007, desagregado	203
<b>Tabela 44</b> – MRC: Matrícula no Ensino Médio em 2017 e 2007, desagregado .....	203
<b>Tabela 45</b> – MRC: Matrícula da Educação Profissional de Ensino Médio em 2017 e 2007, desagregado .....	204
<b>Tabela 46</b> – MRC: Taxa de distorção idade-série por série no ensino médio, nos anos de 2017 e 2007, desagregados.....	206
<b>Tabela 47</b> – MRC: Taxa de Rendimento do Ensino Médio para 2017 e 2007, desagregado .....	208
<b>Tabela 48</b> – MRC: Admissão juvenil nos GGs, número absoluto e variação da representatividade.....	213

## SUMÁRIO

1.	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
2	<b>FORMAÇÃO ECONÔMICA PRIMÁRIO-EXPORTADORA E SUA REPRIMARIZAÇÃO</b> .....	28
2. 1.	FORMAÇÃO E RESISTÊNCIA DA ESTRUTURA ECONÔMICO-SOCIAL ..	30
2 .1. 1	Promiscuidade entre o moderno e o arcaico e a manutenção da estrutura produtiva .....	38
2. 1.2	Ciência e Tecnologia para Produção: nosso Abaporu .....	43
2. 1.3	Dependência, submissão e constrangimento industrial .....	47
2. 2	<b>RECRUDESCIMENTO DA PAUTA PRIMÁRIO-EXPORTADORA E A REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA</b> .....	51
2. 2.1	Desindustrialização, Reprimarização e a doença holandesa .....	52
2.2.2	A Doença holandesa .....	57
2.2.3	Industrialização constrangida .....	59
2.2.4	Efeitos das políticas de estado na produção primário-exportadora .....	64
2.2.5	Das políticas deletérias .....	78
2.2.6	O futuro repetindo o passado .....	83
3	<b>POSTOS DE TRABALHO E EDUCAÇÃO PARA FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM UMA ECONOMIA PRIMARIO-EXPORTADORA</b> .....	87
3.1	O cenário nacional das ocupações e qualificações Brasileira .....	90
3.1.1	Classificação de Competência .....	92
3.1.2	Principais ocupações com mais admissão formal .....	95
3.1.3	A Escolaridade da força de trabalho brasileira .....	108
3.1.4	Trabalho e a Frustração juvenil .....	115
3.1.5	Cultura Juvenil .....	118
3.1.6	Comportamento do mercado de trabalho juvenil .....	121
3.1.7	O mito do apagão da mão de obra .....	131
3. 2	<b>EDUCAÇÃO PARA OS JOVENS EM UMA ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA</b> .....	134
3.2.1	Educação para o trabalho no Brasil .....	138
3.2.2	Do ornitorrinco ao Abaporu: o Ensino Médio e Profissional Técnico .....	146
3.2.3	Ensino Médio para Caneta e Enxada. ....	148
3.2.4	O nó da educação profissional técnica de nível médio .....	155
3.2.5	As reformas educacionais da década de 1990 e a cumplicidade com a estrutura econômica. ....	159
4	<b>O PANORAMA DA MICRORREGIÃO DE CAPANEMA NO CONTEXTO PRIMÁRIO-EXPORTADOR</b> .....	164
4.1	A ESTRUTURA ECONÔMICA DA MRC .....	166
4.1.2	Breve caracterização dos municípios da MRC .....	169

4.1.2.1 Ampére .....	169
4.1. 2.2 Bela Vista da Caroba.....	170
4.1.2.3 Capanema .....	171
4.1.2.4. Pérola d´Oeste .....	172
4.1.2.5 Planalto.....	172
4.1.2.6 Pranchita .....	173
4.1.2.7 Realeza .....	173
4.1.2.8 Santa Izabel do Oeste .....	174
4.1.3 Evolução populacional na MRC.....	175
4.1.4 O Panorama dos Empregos na MRC .....	178
4.1.5 O cenário dos postos de trabalhos para os jovens da MRC .....	188
4.1.6 As ocupações que mais empregam jovens na MRC .....	190
4.1.7 A premiação salarial .....	195
4. 2 A CRÔNICA DA EDUCAÇÃO NA MRC .....	200
4.2.1 Ensino Profissional na MRC .....	212
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>216</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>221</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O largo tempo de contato com os jovens, seja em tempos de grêmio estudantil, pastorais e mais atualmente em sala de aula, me possibilitou estar mais próximo de suas dores e delícias. A docência, mais recentemente, tem sido uma fantástica e assustadora experiência de estar diante de um período que, aparentemente, nunca passa, de estar preso no tempo. Todos os anos recebemos jovens com, mais ou menos, a mesma faixa etária, enquanto nos afastamos diuturnamente dessa doce idade. Ano após ano, nos deparamos com turmas renovadas, sempre com idade muito próximas, e a busca do primeiro emprego e independência é algo muito comum entre eles, estejam na região norte (onde tive o prazer de lecionar) ou sul do país, sendo essa uma das bandeiras que mais se impõem fortemente na última etapa da educação básica.

A evasão é parte assustadora e chama a atenção em toda a educação básica, sendo mais alarmante no Ensino Médio, pois tem sido um caminho comum buscar uma colocação no mercado antes do fim dessa etapa escolar, principalmente entre aqueles socialmente mais vulneráveis. Muitos, já não veem sentido em continuar os estudos, quando observam o cenário dos postos de trabalho que os aguardam, pois entendem que pouco, ou muito pouco, desses anos a mais irão agregar nessa nova etapa.

Essa alta taxa de evasão, bem como de abandono, antes do término do Ensino Médio, e inserção no mercado de trabalho são de interesse de longa data e tem me conduzido a compreender o cenário das ocupações que esses jovens são incorporados.

A prática de protelar a educação, em função do trabalho, é algo que conheço também de modo particular, uma vez que interrompi o ensino médio por duas vezes para trabalhar. Na década de 1990, qualquer adicional ao orçamento familiar reduzia o estrangulamento financeiro, o que colocava a inserção no mercado de trabalho como prioridade. Ao término dessa fase, já em 1997, não tinha dúvidas de que não voltaria mais para uma sala de aula para poder continuar trabalhando. Entretanto, a cada ano o salário era achatado e a necessidade de retomar os estudos se agudizava, pois ela continua sendo, para aqueles que nascem pobres, a esperança de uma vida melhor.

A possibilidade de se dedicar exclusivamente aos estudos não era possível, logo, as duas coisas precisavam ser realizadas simultaneamente. No ano de 2006, conciliando os dois, me formei em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Maringá, e imediatamente, devido as mudanças na LDB (que incluía a Sociologia como disciplina obrigatória no Ensino Médio), comecei a lecionar na rede privada em 2007, sendo que dois anos depois, também na rede pública com contrato temporário até 2016.

O sonho de um Mestrado era sempre adiado quando a contabilidade mostrava quantas aulas seria necessário deixar para cumprir os créditos. Nesse caminho, até 2014, quando a redução de turmas e mais compreensão salarial ocorria, principalmente na rede privada, o Mestrado é mais uma vez protelado para me dedicar aos estudos para concursos docente, pois até então o contrato temporário na rede pública não se diferenciava das instabilidades do setor privado. A aprovação veio em 2016, no Instituto Federal de Rondônia, *campus* Guajará-Mirim, quando pude novamente retomar o sonho do Mestrado.

Dessa maneira, é extremamente compreensível que esses jovens se comportem assim, pois sua colocação no mercado de trabalho tem apresentado um cenário mais desafiador que o sofrido pela população adulta, logo, a primeira oportunidade de emprego coloca a educação em segundo plano. A faixa etária aqui analisada, quando encontra uma ocupação, mesmo com uma escolarização mais elevada, tem se deparado com postos de trabalhos informais, salários inferiores e subqualificados. Este quadro tem explicações, pois o emprego em curso tem relações íntimas com a estrutura produtiva do país.

O atual cenário nada mais é do que a resposta do modo de produção vigente, que tem se organizado para reproduzir a força de trabalho necessária para sua movimentação. Nessa esteira, a qualidade da educação e dos postos de trabalho coadunam com a demanda produtiva em curso desde o Brasil colonial, mas com forte recrudescimento nas últimas décadas, o que tem frustrado os jovens.

A juventude é uma fase de intensas e importantes transformações. Esse conceito é caro para a Sociologia, pois não existe uma juventude e sim juventudes. A inserção no mercado de trabalho, nesse sentido, marca o início de sua independência, para além da instituição familiar. Porém, para esses, o mundo do trabalho tem se mostrado desafiador, apresentando altas taxas de desemprego e informalidade. O grupo é, de longe, o mais afetado pela falta de emprego, mesmo sendo a que mais

tem investido em educação. O catalisador desse cenário contraditório está na estrutura econômica brasileira, historicamente direcionada para produtos primários voltado ao mercado externo.

Esse tipo de arranjo produtivo não absorve a força de trabalho de alta qualificação no mesmo ritmo dos países com tradição tecnológica, com isso, mesmo que haja mais esforço por parte do jovem em se qualificar, uma economia baseada em produção de produtos primários para exportação empregará pouco trabalho de alta qualificação. Ora, como a estrutura estabelece a superestrutura, conforme explica Karl Marx (1996), a qualidade da educação e seus investimentos tendem a se conformar para aquela. Nesses termos, os postos de trabalho inevitavelmente serão para atender este tipo de economia, com uma educação para o mesmo fim.

O aspecto econômico, mesmo que não explique diretamente, é indispensável para compreensão do empreendimento educacional e postos de trabalho. De um lado, o sucesso dessa estrutura produtiva necessita de força de trabalho correspondente, do outro, precisa de instituições para formação dessa força de trabalho<sup>1</sup>. O desenvolvimento das políticas educacionais estaria assim intimamente ligado à demanda da produção, mormente a partir dos anos de 1980, quando o país inicia um processo de desindustrialização e reprimarização. Da década de 1980 até o período atual, vamos ver o declínio na produção de alta tecnológica agregada acompanhado de ocupações cada vez menos complexas.

As reformas educacionais, componente fundamental para a reprodução econômica, principalmente a partir da década de 1990, buscavam adequá-las a ordem econômica e social em curso naquele período, que fosse dependente e subalterna (XAVIER; DEITOS, 2006). Conforme explica Deitos (2012), a qualificação profissional demandada às instituições de ensino deveria reproduzir o quadro socioeconômico, das quais as relações de trabalho e todos os seus componentes estão inseridos. Assim, em uma estrutura para produtos de baixo valor tecnológico agregado, impresso por sua estrutura produtiva, o investimento em educação se daria em níveis rasos, conforme tem se verificado nas políticas educacionais.

---

<sup>1</sup> Sempre que possível será preferível o termo força de trabalho, pois, conforme a tradição do materialismo histórico, ao contrário do termo mão de obra (que reduz o trabalhador a condição de mercadoria em uma relação de produção mecanicista e estanque), o mesmo estabelece uma relação consciente e crítica do processo de produção, pois não dissocia execução de conhecimento. A adoção do termo mão de obra só será mantido para que os referenciais teóricos não sofram de alterações originais, já que o termo é assim apresentado por eles.

Como trabalho e educação são categorias intrínsecas e se encontram subordinadas a reprodução da estrutura produtiva, a formação dos trabalhadores será sujeitada para atender o perfil econômico nacional. O sistema educacional, intencionalmente, será regulado para tal fim.

Nesse sentido, o projeto de uma educação para a força de trabalho barata seguiu com sucesso, tutelado pelo Estado, que no uso de seus capitais simbólicos, para além do monopólio legítimo da violência, sedimentou um *habitus* que permitiu uma incorporação geral da estrutura para esse tipo de mercado (BOURDEIU, 1996). Esse sociólogo lembra que a escola é o Estado, no qual o jovem é sua criatura, logo, a escola reproduz e reforça sua agenda funcional e ideológica. Enguita (1990), felizmente, nos mostra que, apesar do Estado, a escola ainda continua sendo um espaço de disputas e resistência que não permite que o projeto da classe dominante seja apenas nos seus termos.

Esse panorama, sobre o qual se levanta o sistema educacional brasileiro tem frustrado, principalmente, os mais jovens, pois a geração de emprego acaba se conformando para postos de trabalho de baixa complexidade e exigência escolar. Nessa etapa da vida, a inserção no mercado de trabalho é muito importante para a transição à vida adulta, uma vez que pode deixar sérias marcas, mormente se esta inserção for a partir de trabalho informal (OIT, 2009).

Para os jovens que já completaram 18 anos, o mercado de trabalho passa a ser mais considerado do que escola (ROCHA, 2008), pois ele é um importante instrumento para a construção de sua autonomia enquanto sujeito, principalmente para além do seio familiar (PAIS, 1990). Destarte, uma educação de qualidade, principalmente no Ensino Médio, para aqueles que vivem do trabalho, é o único instrumento que os trabalhadores dispõem para uma inserção mais ativa no mundo do trabalho (KUENZER, 2007).

A última etapa da educação básica marca a passagem dos jovens para o mundo do trabalho, agora não mais como aprendiz, mas com perspectivas mais sólidas. Entretanto, o Ensino Médio tem apresentado um quadro extremante precário que tem afetado uma inserção decente no mercado de trabalho (OIT, 2009).

O trabalho de captar todas as raízes que tem levado a produção de baixos índices desta fase é ingente. Desse modo, o propósito da pesquisa é compreender a relação entre as políticas educacionais, mormente a partir da década de 1990, postos de trabalhos e a estrutura econômica, juntamente identificar o cenário empregatício

que os jovens da Microrregião de Capanema-PR irão enfrentar como força de trabalho disponível.

A compreensão dessa estrutura depende da construção de um caudaloso mapa econômico. Por isso, esse trabalho, em sua segunda parte, se concentra em um fenômeno arduamente debatido nas últimas décadas, que se trata da desindustrialização e reprimarização da economia brasileira. O debate permite identificar sua veia produtiva, o modo como tem tocado na geração de empregos e qualificações necessárias, bem como de que maneira está o sistema de ensino. Afinal, conforme esclarece Mézáros (2008): onde estiver o trabalho lá estará a educação.

Desde a colonização, o país se presta a um papel na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que tem se recrudescido a partir da década de 1980. Essa estratificação estabelece a posição e papel que cada país, integrado ao mercado mundial capitalista, desempenhará nas etapas de produção que serão transferidas desigualmente aos países periféricos, ficando aquelas mais avançadas nos países centrais por conta de sua experiência técnica e economia mais avançada extraída dessa condição (MARINI, 2013; MACÁRIO *et al.*, 2018).

Fornecedora de produtos primários, agropecuário e minerais, o papel da colonização fora para atender a demanda de produtos tropicais ao mercado externo (PRADO, 1981), conectando-se de maneira subalterna a economia global com papel específico (ILAESE, 2019). Essa singularidade também é anotada para Florestan Fernandes, cujo papel dos agentes econômicos era estruturar a produção para gerar riqueza à Colônia. Logo, nesse tipo de economia, os efeitos sobre as ocupações e educação corresponderão ao modelo produtivo para produção de baixa atividade tecnológica.

Na continuidade, será dedicada à relação escola-trabalho. Nessa, a reflexão irá compreender os influxos da matriz econômica brasileira sobre as políticas educacionais e no perfil dos postos de trabalhos, já que o histórico e a recente retomada da pauta primário-exportadora, sobretudo agropecuários e minerais, reverbera na educação. Como essa busca atender a estrutura produtiva (DEITOS, 2012), o processo educativo passa a ser mediado pelo contexto a qual está inserido (DOURADO, 2007), regulando de forma qualitativa e quantitativa a inserção no mercado de trabalho nos termos dessa economia.

O recrudescimento da agenda primário-exportadora, que se inicia nos anos 1980 (CANO, 2012), começa a tocar na educação, a partir das reformas da década

de 1990, com propostas típicas de países de economias simples. As políticas econômicas que passam a ser adotadas direcionam as políticas educacionais que devem ser adotadas para corroborar com aquelas.

Com esse modelo produtivo, voltado principalmente para a produção de *commodities*, os postos de trabalhos também acabam acompanhando essa estrutura, que são ocupações para baixa e média complexidade, remuneração e escolaridade. Desse modo, as reformas educacionais terão forte relevância, pois contribuirão no processo de formação da força de trabalho necessária para a movimentação da economia. A transição escola-trabalho passa, então, a sofrer os influxos desse modelo, o que tem frustrado a juventude, justamente em um período em que há um aumento da escolaridade.

Para isso, analisaremos os dados, os relatórios e os artigos correlatos, principalmente dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os sítios como o Todos pela Educação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), juntamente com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), para o ano de 2007 e 2017. Esse espaço temporal é adotado, pois é um período que permite visualizar o impacto das políticas públicas na educação, na geração de emprego e nas admissões formais com mais substância, uma vez que as séries históricas para a análise têm sido cada vez mais disponíveis (JANNUZZI, 2001).

Ao final, a reflexão irá abarcar os efeitos dessa conjuntura na microrregião de Capanema-Pr, composta por Ampére, Bela Vista da Caroba, Capanema, Pérola d'Oeste, Planalto, Pranchita, Realeza e Santa Izabel do Oeste (IPARDES), onde o mesmo recorte será realizado.

Apesar de apresentar números favoráveis na educação nos últimos 10 anos, a microrregião de Capanema (MRC) também patina na geração de emprego e se encontra somente na 25ª posição, durante esse período, uma profissão que exige qualificação de nível 3, segunda maior exigência na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Na primeira ocupação, com 4.323 admissões, aparece uma ocupação de nível 2, cuja qualificação não exige sequer nível técnico. Essa profissão de nível 3, mesmo que exija ensino técnico, é, entre as 24 profissões anteriores, apenas a 21ª em salário, ou seja, perde em termos salariais para 20 outras de nível de formação inferior.

Portanto, aquilo que acontece em nível nacional tem se espreado por todo o território nacional, mesmo com um sensível grau de progresso nos indicadores da educação, mas ainda muito modestos. Ao comparar com os números dos países centrais, cuja inserção na DIT se dá em outros termos, especialmente em produção de alta tecnologia, fica evidente que as políticas educacionais têm se conformado para uma estrutura econômica de baixa complexidade. A análise desse quadro contará com pesquisas já publicadas a respeito da Microrregião bem como os sítios do INEP, MTE, IBGE, DIEESE e IPARDES.

Ao considerar esse panorama, a dificuldade da superação desse quadro para os jovens está na estrutura produtiva que vem se cristalizando nas últimas décadas. Nesse cenário, a educação tem se resignado para postos de trabalho de baixa complexidade, ao contrário daqueles países centrais, onde a indústria 4.0 ou 4ª geração<sup>2</sup> empregam investimento em níveis mais elevados, produzindo ocupações mais complexas e rentáveis. Todavia, como aponta Macário *et al.* (2018), atualmente têm sido importadores de nosso modelo superexploratório da força de trabalho, apresentando movimento de retração, principalmente na região do euro, conforme releva os estudos de Marini (2013).

Isso posto, o desvendamento deste trabalho exige, antes, um retorno a formação econômico social brasileira que se articulou de maneira desigual e combinada, utilizando-se de diversos expedientes para sua conservação e reprodução (XAVIER, 1990). Essa integração, que não é fruto do acaso, engendrou uma postura singular no empresário brasileiro que impede qualquer desenvolvimento autônomo e dinâmico do país (MARINI, 2013). Dessa maneira, internalizado, nossa elite irá reproduzir diuturnamente essa condição subalterna e dependente nas relações sociais, políticas e econômicas.

Buscamos, portanto, analisar dados que sejam de 2007 e 2017, tanto para a economia, quanto educação e postos de trabalho para compreender como essa posição na economia global tem se reproduzido sob novas formas. A escolha desses períodos, dá-se, pois, dez anos é um tempo suficiente para se mensurar o impacto das políticas de Estado à coletividade governada (JANNUZZI, 2001). Conforme esse autor, nas últimas décadas a disposição de dados têm sido mais transparentes e abundantes, o que permite identificar a filosofia impressa na gestão, suas

---

<sup>2</sup> Fase da indústria onde a produção industrial cada vez mais é robotizada e aliada a inteligência artificial (IEDI, 2019).

continuidades e rupturas. O ano de 2007 é também a data na qual a crise de 2008 dá seus primeiros sinais, desacelerando a economia mundial, que vai agravar ainda mais as economias periféricas “no quadro conjuntural de uma inserção na economia mundial que já é, por motivos estruturais, dependente e subordinada ao comportamento do centro de acumulação mundial de capital” (MACÁRIO *et al.*, 2018, p. 31) e ampliar ainda mais o fardo que o trabalhador brasileiro terá que suportar. Trata-se também de 2017 ser aquele que traz, em quase sua totalidade, números de relatórios fechados, desde quando esse trabalho se iniciou, pois ainda é muito comum, principalmente em dados municipais, o atraso no fechamento dos mesmos.

Esses dados e aportes teóricos foram retirados de órgãos de grande envergadura, como: a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e vasta literatura, como: Abílio (2017), Altmann (2002), Antunes (2002), Azzoni (2018), Berriel (2016), Borges (2014), Bosi (2016), Bourdieu (1983), Bredow et al (2016), Bresser-Pereira *at al* (2014), Bryan (2015), Cano (2012), Caneiro (1993), Carvalho e Carvalho (2011), Castelo Brando (2003), Castells (1999), Cattelan et al (2020), Chang (2004), Corbucci (2009), Cunha (2000), Deitos, M. L. (2006), Deitos (2012, 2019), Deitos e Lara (2016), Delgado (2010), Dos Reis (2010), Dourado (2007), Faoro (2011), Feijo et al (2005), Fernandes (1976), Filho (2018), Freire (1996), Frigotto e Ciavatta (2003), Frigotto (2006), Frischtak e Belluzzo (2014), Fogaça (1999), Furtado (2005), Gadotti (2013), Geller (2020), Harvey (1992), Holanda (1995), Jannuzzi (2001), Kuenzer (2000, 2007, 2011), Lima Filho (2015), Maciente (2012 e 2013), Mannheim (1982), Marconi e Rocha (2012), Martins (2018), Marx (1974 e 1996), Matoso (2016), Mészáros (2008), Nakatani et al (2012), Oliveira (2003), Oreiro e Feijó (2010), Pais (1990), Paro (2012), Pochmann (2014), Prado Jr (1981), Ramos (2005), Reis e Aguas (2019), Rocha-de-Oliveira (2012), Rocha (2008), Saviani (2007), Saboia (2009), Sarti e Hiratuka (2018), Schwartzman e Castro (2013), Shiroma et al (2011), Shiroma e Lima Filho (2011), Soligo (2013), Xavier (1990), Xavier e Deitos (2006), Wilde (2009) e Valandro (2014), Ilaese (2019), Marini (2013), Macário *et al.* (2018), Fattorelli (2020) e Enguita (1990).

Desse modo, o trabalho está organizado da seguinte forma: No primeiro capítulo, a “Introdução” que segue. No segundo capítulo, a “Formação econômica primário-exportadora e sua reprimarização”. No terceiro capítulo, “Postos de trabalho e educação para formação da força de trabalho em uma econômica primário-exportadora” e, por último, “O panorama da microrregião de Capanema no contexto primário-exportador”.

## 2 FORMAÇÃO ECONÔMICA PRIMÁRIO-EXPORTADORA E SUA REPRIMARIZAÇÃO

“Os métodos maus, isto é rudimentares, danosos e orientados apenas para o imoderado e imediato proveito de quem o aplica, tendem constantemente a expulsar os bons métodos”  
(HOLANDA, 1995, p. 53).

A constituição econômica do Brasil foi um trabalho ingente, como revela a primorosa obra de Celso Furtado (2005), “A formação econômica do Brasil”. As técnicas e capitais, voltadas para a exploração de produtos primários, mormente agrícolas, miraram apenas a atender o mercado europeu.

A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial, e por isso altamente lucrativos. Não é com outro fim que se enceta, e não fossem tais as perspectivas, certamente não seria tentada ou logo pereceria. É fatal portanto que todos os esforços sejam canalizados para aquela produção; mesmo porque o sistema da grande propriedade trabalhada por mão de obra inferior, como é a regra nos trópicos, e será o caso no Brasil, não pode ser empregada numa exploração diversificada e de alto nível técnico. (PRADO, 1981, p. 20).

A partir dessa posição condicionada, Marini (2013) cunha a categoria dependência como forma de situar o desenvolvimento histórico não só do Brasil, mas de toda a América Latina. A relação capitalista, complementar e antagônica, estabelecida entre as economias periféricas e centrais são orientadas de forma dependente e subordinada, como apêndice para a expansão comercial e concentração de capital, seja em sua fase agroexportadora ou industrial. A dominância oligárquico-burguesa no Brasil será, portanto, crivada por essa relação coadjuvante no cenário internacional, com custo elevado no tocante ao crescimento e endividamento sempre crescente do país. A condição de serviçal em troca de seu quinhão, com apoio do capital internacional, é aceita pela classe dirigente de bom grado.

Perpetrada no Brasil, esse modelo econômico não exigia, como assinala Caio Prado Júnior, força de trabalho de alta qualificação e níveis complexos de conhecimentos na produção. Voltado para produção de produtos básicos em grande escala, o aperfeiçoamento da força de trabalho sempre era relegado a segundo plano ou simplesmente inexistente. No momento em que se buscava aumentar a produção, está se dava, como descreve Furtado (2005), mais pela expansão de terras do que

pela melhoria física da produção. Ou seja, não havia preocupação com os processos de cultivo em termos técnicos como ocorria nos grandes centros europeus.

A herança desse modelo, como assevera este autor, marcara o baixo grau de desenvolvimento até os dias de hoje, retardando a industrialização de tal forma a posicionar o país a margem da fronteira tecnológica. Nesse sentido, historicamente com trabalhadores e terra em abundância não havia interesses, por parte do empresário, em modificar esta estrutura. O baixo custo e alto retorno, seja em tempos de crise ou não, despertava pouco motivo para alterar esse curso. Conforme explica Marini (2013) e Macário *et al.* (2018), a superexploração se torna característica histórica da economia brasileira nas relações de trabalho, com jornadas de trabalho mais intensas e compressão salarial, compensando sua tecnologia obsoleta.

Essa estrutura se sustentou no país por séculos, registrando mudanças mais significativas somente no governo de Getúlio Vargas, quase em meados do século XX. A histórica dependência, manteve-se mesmo assim, já que essa transição preserva um caráter relativamente pacífico, pois “os interesses da indústria coincidem rigorosamente com os do setor agrário-mercantil” (MARINI, 2018, p. 55). Naquele período, todos os esforços foram movidos para que não se alterasse essa estrutura, pois atendia perfeitamente os interesses da classe dominante, bem como os investidores internacionais. Não obstante, a manutenção da monocultura, escravidão e latifúndio foram e tem sido bandeiras de resistência de seus defensores, que não pouparam esforços, seja pela violência descarada ou mão do Estado, em manter essa economia.

A um preço caro para o restante da população, “os donos do poder” imprimiam marcas profundas na formação do Brasil, que permanecem até os dias atuais. A exclusão, o desemprego, a baixa remuneração, o racismo e a violência são algumas das formas bem acabadas daquela época que ainda persistem.

Obra do Estado e não da nação, a elite aristocrática criou uma forte estrutura burocrática que nem mesmo a pressão liberal e democrática foi capaz de abalá-la (FAORO, 2001). A mesma, conduziu o país como um negócio particular ao passo que instituíam uma forma de poder particularista, resistente a qualquer tentativa de diversificar, seja econômico, social ou política de sua estrutura.

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a

sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo — assim é porque sempre foi. (FAORO, 2001, p. 866).

A resistência dessa aristocracia, que hoje atende por bancada ruralista, engendrara um capitalismo político orientado, no qual o comércio e a indústria se reduziram para atender as necessidades do Estado. Isso, quer dizer que este sistema deveria se conformar a classe dirigente, sem colocar em risco a estrutura que os sustentavam, extremamente ruralista. E assim o fazem, fizeram e pretendem fazer pois não sobrevivem sem o Estado, dependem dele e dele mantêm suas regalias. Desse modo, ao menor sinal de perigo dos seus privilégios, movimentavam-se para frear a ameaça, mantendo a força econômica naquilo que lhes era benéfico: a agricultura e todos os negócios que articulavam a partir dessa estrutura de produção.

Ao tratar sobre as bençãos e maldições de um país dependente dessa matriz, Bresser-Pereira *et al.* (2014) é categórico ao afirmar que pode trazer riquezas rápidas para sua acumulação primitiva e possibilitar crescimento, mas sem instituições correspondente, acaba concentrado em uma pequena parcela da população. Ao contrário do que muitos economistas afirmam, a abundância de recursos naturais e sua benção ou maldição são faces de uma mesma moeda, por isso “os donos do poder” necessitarão estar no governo para administrar esse excedente de maneira exclusiva, subtraindo o resto da população.

## 2. 1. FORMAÇÃO E RESISTÊNCIA DA ESTRUTURA ECONÔMICO-SOCIAL

As últimas décadas, têm mostrado um recrudescimento da pauta exportadora de produtos básicos, com baixo ou nenhum processo industrial, principalmente a partir da década de 1980. Ela teria reiniciado nos seus últimos anos, aprofundado e agravado nos anos seguintes, principalmente nos anos iniciais do atual milênio.

Entretanto, esta prática não é nova e data dos tempos de colônia. A colonização americana, economicamente atrativa, despertava grande interesse do europeu. Realizada por meio da exploração agrária em larga escala, a estrutura sociopolítica-economia que irá florescer se organizara de fora para dentro, cujo

objetivo se deterá na exploração dos recursos naturais do vasto território, ainda intocável por essas mãos, em proveito do mercado europeu (PRADO JR, 1981)

Região de solo produtivo e clima favorável a diversas culturas, exigia pouco emprego técnico (HOLANDA, 1995), corroboradas nas palavras de Pero Vaz de Caminha ao escrever que “nesta terra em se plantando tudo dá”. O cenário favorável à produção de bens primários, fez com que todo tipo de expediente fosse lançado pela elite nativa, ancorado no forte apoio do capital externo dos países centrais, para consolidar uma estrutura agrário-exportadora, o que limitou qualquer dinamização da economia interna (FERNANDES, 1976). O problema dos “pés e mãos”, para colocar em curso a economia, é resolvido pela escravidão indígena, em um primeiro momento e, depois, de negros trazidos da África, como forma de viabilizar os negócios das *commodities* para o mercado externo. (MACÁRIO *et al.*, 2018).

Dependente desse modelo desde a colônia até a década de 1930, quando Vargas engendra uma dinâmica mais industrial, a base agrícola e mineral se torna o motor da economia, mas cobrou auto preço. Conforme assinala Celso Furtado, ao reforçar e reproduzir até os dias atuais uma agenda que tem conciliado questões antagônicas, como desigualdade social e crescimento econômico, acabou conduzindo a indústria subdesenvolvida ao paroxismo.

Desde sua formação, o país fora pensado e orientado, como um país primário-exportador. Todas as possibilidades de alterações dessa agenda, mesmo com sua inserção no capitalismo, que poderia dinamizar a economia, foram neutralizadas (FERNANDES, 1976). Este sociólogo, não obstante, destaca a “revolução encapuçada”, capitaneada pelas elites nativas sob orientação além-mar, na busca de se livrar do pacto colonial, mas não da estrutura produtiva, pois esta lhes era bem conveniente.

A necessidade de aparatos administrativos para sua manutenção e reprodução, agora em nível amplo, com a formação de um Estado Nacional, dava-se pela necessidade de manter os mesmos privilégios, mas agora a partir de dentro para fora. A defesa da propriedade, da escravidão, das estruturas de poder emergente e todos componentes de *status quo* se mantêm na alça de mira desse novo arranjo. Nesse caminho, a constituição de uma nova ordem social, após a ruptura com a Metrópole, trouxe a autonomia que as elites nativas precisavam ao mesmo tempo em que lhes permitiu “[...] preservação e fortalecimento dos padrões coloniais de organização das relações de produção” (FERNANDES, 1976, p. 72). A grande maioria

da população, de domínio externo, passa a ser dominada internamente. Assim, mudava para continuar a mesma, pois a condição subordinada a qual a classe dirigente se rende é conservada.

Nessa esteira, nem mesmo os ares do liberalismo sobre o antiescravismo e abolicionismo representavam uma causa em si mesmo, mas sim o combate as anomalias que se pretendia com a formação do Estado Nacional (FERNANDES, 1976). Todos os esforços, tanto da burguesia nascente, como da aristocracia agrária, voltam-se para preservar as estruturas arcaicas e obsoletas da grande lavoura, com foco no mercado internacional. Conforme Oliveira (2003), em uma complementariedade entre agricultores e industriais, imprimiram uma simbiose entre valores tradicionais e modernos, de tal forma a preservar a espinha dorsal que susta “os donos do poder”, evitando atritos entre a burguesia nacional e setores agrário-exportadores que eram, em boa medida, parte da burguesia nacional.

Isso posto, o processo histórico que culmina na independência e formação de um Estado Nacional, nada mais é do que um meio legal da dominação patrimonialista e transformação em domínio estamental (FERNANDES, 1976; FAORO, 2001). A implantação desse, era a única via para a expansão do poder doméstico para o global. Conforme assevera aquele sociólogo, o novo regime não tinha foco no presente, mas sim no futuro, livres para se inserir no mercado mundial sem a benção da metrópole. A partir daí, ocorre uma integração mais dinâmica no mercado mundial, com infraestrutura capaz de dar condições políticas a expansão do capital que busca mercado fora das fronteiras dos países centrais (MARINI, 2013).

Portugal, tinha se transformado em um entreposto oneroso para a grande agricultura, o que necessitava urgentemente de atitudes mais rígidas para construção da liberdade da colônia (FURTADO, 2005). Porém, nessa empreitada não calculavam a presença do restante da população. Desse modo, seria uma mudança pelo alto.

Fernandes (1976, p. 61, grifo do autor) explique que,

Na verdade, a implantação de um Estado nacional independente não nasceu e nem correspondeu a mudanças reais na organização das relações de produção. Doutro lado, as forças sociais que controlaram os processos políticos teriam congelado qualquer alteração desse tipo, se o congelamento fosse historicamente viável. O único fato positivo, de teor dinâmico novo, relaciona-se com as potencialidades econômicas da grande lavoura. No passado colonial recente, elas eram tolhidas, solapadas ou neutralizadas através de mecanismos dirigidos pela Metrópole; a emergência da ordem social nacional não só representou a abolição desses mecanismos, como o aparecimento

de novas condições, naturais e artificiais, de incentivo e de proteção aos “interesses da lavoura”.

A revolução representava o esforço de ampliar o poder sobre a estrutura produtiva, especialmente a grande lavoura, mas não retirava o país do seu papel subalterno e muito menos era inclusivo. Do ponto de vista da modernização econômica em curso nos países centrais, ela continuava representando um retrocesso, pois até mesmo a tecnologia importada era ultrapassada e sem demanda nesses países (MARINI, 2013). Assim, impedidos e avessos ao progresso técnico, que demandava maior investimento, embebido pela ânsia de prosperidade com baixo custo e riquezas fáceis (HOLANDA, 1995), sua continuidade lhes permitia produção e lucro altos.

O legado do português que ainda ecoava no Brasil, principalmente o capitalismo dirigido pelo Estado, ganhava substância e anulava a autonomia das empresas, o livre contrato e a concorrência (FAORO, 2001). A estrutura para produção de produtos primários, com isso, mantinha-se incólume. O país continuava sua posição subordinada ao mercado externo, gerido por dentro com as bênçãos da classe dirigente.

À vista disso, Caio Prado Junior fora categórico ao afirmar que desde a gênese, a colonização europeia na América se constituiu com papel determinado. Portugal inicia esse projeto de maneira coerente, determinando o local do país na DIT que continuará mesmo após a independência.

Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí. (PRADO JR, 1981, p. 12).

O sentido da colonização, era o comércio externo e não a formação de um novo lar, como ocorreu na colonização de clima temperado (PRADO JR, 1981). Todas as políticas desenvolvidas foram para subordinar a economia brasileira para esse fim, uma vez que os países da América passam a ser parte integrante da economia europeia e todos os investimentos técnicos se destinam a atender o mercado europeu (FURTADO, 2005). Os investimentos não são para outro fim a não ser esse.

A estrutura econômica montada, portanto, era mantida para atender a exploração de gêneros tropicais e minerais com vistas ao fornecimento no comércio internacional. Conforme bem explicou Caio Prado Jr, economias fundadas em larga produção e monocultura pouco pressionam para pluralização de saberes técnicos.

Porém, para isso, o empreendimento colonial precisava ser organizado para drenar as riquezas de dentro para fora, o que carecia de instituição para este fim (FERNANDES, 1976; PRADO JR, 2004). O papel do Estado, dependente direta e unicamente da produtividade da terra que demandava menos investimento, como ocorrerá na colonização de povoamento (HOLANDA, 1995), se voltará para isso e somente para isso. Desse modo, relega investimento ao saneamento básico, educação e saúde para segundo plano.

Esse modelo se perpetuará pelos séculos seguintes. A ruptura com a metrópole, transpondo todos os obstáculos, produzirá os mesmos arranjos praticados de outrora. Apesar da formação de um novo cenário político para a elite nacional, nem mesmo com o fim do pacto colonial, a estrutura agrária e, principalmente, a produção de outras *commodities* era descontinuado. A grande unidade de produção permaneceu em todos os setores, seja na agricultura, mineração ou extrativismo (PRADO, 1981).

Fernandes (1976), sublinha que aquele acontecimento permitiu a internalização do debate político decisório, mas se manteve como foco nas exportações, especialmente como agroexportador, convertendo-se em uma economia monopolista dependente, com papel claro na DIT. A classe dominante, resistente, mesmo em momento de queda dos lucros, mantivera praticamente intocável a estrutura agrária, pautada na escravidão, latifúndio e monocultura (FALEIROS *et al.*, 2012). A elasticidade de terras e força de trabalho, atrelado as políticas estatais, permitiam-lhes manter as taxas de lucros por um bom período. Por meio dos ajustamentos cambiais, reduzia-se o impacto do prejuízo dos exportadores (Furtado, 2005) em detrimento do resto da população, já que a alta de produtos importados provocado por essa política eram pagos por todo o conjunto da sociedade. O valor externo da moeda era reduzido e evitava que a diminuição dos lucros afetasse o volume das inversões, destaca esse economista.

O comportamento intelectual estreito desta burguesia, vigilantes da mudança, guiava a passos largos a economia brasileira para a dependência e subdesenvolvimento (XAVIER, 1990). O modelo primário-exportador, inflexível,

restringia a diversificação produtiva, bem como a complexidade técnica (PRADO JR, 1981). Nem mesmo os bons ventos externos, que contribuíram para o aumento de capital desse grupo, foram capazes de modificar esta estrutura, permanecendo assim por quatro séculos (NAKATANI *et al.*, 2012). Na leitura desses autores é que, até mesmo em períodos de recessão internacional, a capitalização da força de trabalho lhes permitia mitigar suas perdas, reconduzindo-a para outras áreas, e em qualquer situação, a tríade econômica continuava intacta.

Gestada por dentro e orientada por fora, a formação do Estado Nacional garantia os privilégios econômicos. Dessa feita, a “revolução dentro da ordem” preservou a herança do modo de produção escravocrata, latifundiário e monocultor ao mesmo tempo em que se inseria no mercado internacional (FERNANDES, 1976). Para este sociólogo, por questões do próprio papel da colônia e a forma como ela se estruturou, havia pouca margem para uma ascensão burguesa de orientação capitalista clássica. Destaca, mesmo assim, o papel revolucionário destes novos agentes, pois, as transformações engendradas permitiram uma maior dinamicidade sociopolítica-econômica, mesmo que, explica Marini (2018), em termos de complementariedade com o setor oligárquico. Nesse caminho, sem a tutela da coroa, utilizaram o potencial da cana-de-açúcar, café e outras monoculturas para financiamento de um Estado moderno com expansão de novas atividades econômicas, principalmente a partir de 1930, explica esse militante e intelectual.

Todavia, essa postura, como bem destacava Florestan Fernandes (1976), tinha limites. Várias concessões precisaram ser feitas, mitigando a escala do capitalismo nos termos europeu. Junto a isso, todo tipo de subterfúgio, como a lei da terra de 1850 que limita seu acesso, o Poder Moderador, a manutenção da escravidão, a exclusão dos negros e doentes da escolarização, o voto de cabresto e tantos outros expedientes são aplicados para evitar a mobilidade social que ameaçasse a política da velha estrutura estamental.

A manutenção prolongada daquela estrutura, considerada arcaica, permitiu concorrer com economias industriais que se utilizavam de força de trabalho assalariada, devido ao baixo custo da grande área produtiva. Da mesma maneira, evitou que o Brasil se inserisse no capitalismo nos termos da burguesia clássica e novos grupos contestatórios surgissem, descontinuando o modelo vigente. As influências do capitalismo mercantil que “[...] poderia exercer, em outras condições, sobre a organização e o desenvolvimento da economia interna, eram pura e

simplesmente neutralizadas” (FERNANDES, 1976, p. 22). Desta feita, foi privilégio e não o “espírito capitalista” que cimentou as vantagens dessa nova etapa, explica o sociólogo.

O fim do pacto colonial e formação de um novo cenário político não foi suficiente para descontinuar a estrutura agrária, a burguesia nascente precisou se conformar ao modelo econômico corrente, caso quisesse avançar sua agenda. Desse modo, a produção de produtos tropicais, naturais, permaneceram (PRADO JR, 1981) limitando a diversidade produtiva e dificultando a inserção de uma pauta mais industrial e diversificada.

A absorção do liberalismo foi pontual, de tal forma que condicionou a associação livre e heteronômica do Brasil na DIT. Essa, deveria agir produzindo efeitos equivalentes aos do tempo colonial, mas agora a partir de dentro (FERNANDES 1976), sendo que é aí que há um choque entre o sistema competitivo e o estamental que precisava ser equalizado. Avessos ao seu sistema de valores e políticos, o liberalismo adotado pelas elites foi fundamentalmente econômico e virtualmente político. O mesmo atendeu apenas uma minoria, de tal forma que o Estado Nacional se converte em nada muito diferente da dominação colonial, explica Florestan Fernandes. Para ele, o que apreciavam, na verdade, era uma ruptura com o antigo regime e constituir uma instituição para: 1º) manter as estruturas sociais que poderiam privilegiar seu prestígio social e, portanto, conduzi-las ao monopólio social do poder político, assim como 2º) expandir ou fomentar o aparecimento de condições econômicas, sociais e culturais que deveriam formar o substrato de uma sociedade nacional (p. 47).

Governado pelos mesmos aristocratas agrários que se “aburguesaram”, enxergaram com bons olhos as possibilidades mais vantajosas na expansão da lavoura, sob princípios econômicos modernos a partir de um Estado Nacional independente (FERNANDES, 1976, p. 27), mesmo que dependente e subordinado aos países centrais. A ideia da revolução, portanto, não era contestar a estrutura colonial, mas sim os obstáculos que o pacto colonial empregava, esclarece. Para ele, o substrato material, o social e o moral que sustentavam a grande lavoura e a mineração, a partir da força de não assalariado, manteve-se.

O tema sobre a constituição do Brasil e sua conseqüente formação econômica, é um campo espinhoso, pois há várias divergências a respeito da questão nacional. Apesar de algumas similaridades, alguns prognósticos se divergem, uma

vez que a visão de mundo que cada um carrega, mesmo a partir de um objeto de estudo comum, pode levar a compreensões diferentes. Esse, é caso da interpretação realizada por Nelson Werneck Sodré, sobre a presença de traços feudais na constitui o da sociedade brasileira que, para ele, em uma sociedade onde não há trabalho assalariado, não existe burguesia e, muito menos, capitalismo.

O protagonismo endógeno ou exógeno nesse processo também   cheio de dissidências. Alguns, exaltam o papel da burguesia industrial em 1930, mas, com explica Marini (2018), muitos dos estudiosos estão de acordo em aceitar que foi de fato um marco na transi o de uma economia semicolonial para algo mais diversificado, pois entre sujei es e grau de autonomia, esse evento abala as velhas oligarquias e trazem novos agentes, nem tão desconhecidos, para esferas mais altas do poder. O mesmo, lembra ainda que há uma constru o mítica sobre essa classe, colocando esse acontecimento no rol revolucionário, por ser oposta aos interesses imperialistas, quando na verdade já vinham se alinhando aos grandes grupos econômicos.

Outros, de clivagem mais antropológica, de maneira deplorável reservam   mestiçagem, a raça, o clima, o solo, etc. os problemas da forma o social<sup>3</sup>. Francisco Oliveira Viana, com sua visão eugenista, encontra-se entre esses e colocava na conta dos negros e índios os problemas brasileiros. Enquanto isso, mais tarde, Gilberto Freyre, acusado de romantizar a rela o da casa grande com a senzala, exaltava a miscigena o entre os povos na composi o do povo brasileiro.

A política cambial   outro grande imbróglio, pois a sua aprecia o ou deprecia o   vista como fator nevrálgico para manuten o ou ruptura das políticas primário-exportadoras, amplamente analisadas nas próximas páginas. Nessa esteira, não faltam economistas que acreditam na “voca o” brasileira para produ o de *commodities*, embebidos pela teoria ricardiana das vantagens comparativas.

Esgotar esse assunto, não   nosso objetivo, mesmo porque   extremamente amplo. Porém, analisar como a estrutura econômica influenciou e tem influenciado na composi o sociopolítico-econômica do país. De uma forma ou de outra, a manuten o de expedientes coloniais ainda hoje, como a estrutura trabalhista de viés escravista, superexplor ria, o descaso social que trata seus problemas com repressão policial, o autoritarismo das classes dirigentes, a ojeriza de mobilidade

---

<sup>3</sup> Marcia Anita Sprandel, em sua obra “A pobreza no paraíso tropical: interpreta es e discursos sobre o Brasil”, apresenta várias interpreta es sobre o pensamento social brasileiro.

social, a posição dependente da economia brasileira entre outros tem sido algo que parece ser mais comum entre os autores aqui selecionados, por isso são referência nesse capítulo.

## 2 .1. 1 Promiscuidade entre o moderno e o arcaico e a manutenção da estrutura produtiva

A manutenção dos antigos arranjos sociais sobre a produção, reverbera na estrutura do Estado Nacional. A diversificação e complexidade da produção, a partir da cultura de café em 1830, com uma dinâmica de assalariamento, de produção voltada para o mercado interno e melhor estrutura, foi incapaz de provocar alterações profundas no caráter agroexportador (NAKATANI *et al.*, 2012). Prado (1981) ensina que, apesar da mineração extrativista que fora de curta duração, o nervo econômico era a produção agrícola para exportação.

O trabalho de Marini (2013), nos traz uma leitura cronológica de grande contribuição sobre esse processo simbiótico que vai compondo o país, no qual o moderno vem do ventre do arcaico e tradicional (VIANNA, 1980 apud MACÁRIO *et al.*, 2018) e que permitiu manter, assim como reproduzir sob novas formas, a estrutura colonial cujo peso político da produção primária se preserva. Conforme avança o mercantilismo, do século XVI e XVII, a América Latina passa a ter um papel mais ativo na produção de matéria prima e consumidora de produtos europeus, mas ajustados pelo pacto colonial que proibia o desenvolvimento de manufaturas e estabelecia os preços dos produtos agrícolas.

Ao final do século XIX, países que conseguiram desenvolver uma infraestrutura razoável na fase colonial, aumentaram sensivelmente sua participação no comércio internacional. Entretanto, até mesmo essa constituição, com papel secundário no cenário mundial, é realizada nos termos do setor agrário exportador. Portanto, a burguesia nacional precisou conformar seu projeto desenvolvimentista com renúncias de grande monta, esclarece esse cientista social, que não permite rupturas radicais.

Por isso, conforme avançava a industrialização, a resposta da agricultura era através da incorporação de novas terras, concentrada sempre nas mãos de uma pequena elite (NAKATANI *et al.*, 2012). Para esses autores, a modernização da economia brasileira, seja industrial ou agropecuária, não se dava pela composição

técnica do capital, pois é aí que esse tipo de economia encontra limitações, já que a relação com a metrópole a restringia. Devido a oferta de força de trabalho e a elasticidade das terras, a produção agrícola tende a reproduzir a partir de relações de exploração da força de trabalho, típico de sociedade pré-capitalistas. Essa prática, marcada por flexibilidade do mercado de trabalho, superexploração e indústria tardia (MACÁRIO *et al.*, 2018), não finda com a proclamação da independência, pois mesmo com o advento industrial,

A resposta dos latifúndios à depressão de sua lucratividade a partir do choque adverso de 1930 foi dada não a partir de impulsos com vistas à ampliação da produtividade, como seria de se esperar que ocorresse em economias desenvolvidas poupadoras de mão de obra, mas, pelo contrário, justamente a partir do recrudescimento de formas pretéritas de organização e exploração do trabalho. Uma das formas clássicas de exploração da mão de obra passava pela posse ou propriedade da terra, na qual os latifundiários forneciam um acesso parcial e transitório aos seus subordinados, que se viam na obrigação de dali extraírem os seus salários em espécie, o que mantinha o custo salário favorável em relação à intensificação do capital, perpetuando, novamente no tempo e no espaço, determinado tipo de atividade agrícola com baixíssima relação capital/trabalho, com salários subumanos e ocupação superficial e depredatória da terra, referindo-se a técnicas de cultivo absolutamente anacrônicas e ultrapassadas. Trata-se do polo atrasado das economias subdesenvolvidas. (NAKATANI *et al.*, 2012, p. 224-225)

Marini (2013) e Macário *et al.* (2018), explicam que a superexploração do trabalho, seja nos tempos colonial ou nos dias atuais, é um recurso das classes dominantes para ressarcirem a mais-valia, drenada pelas economias centrais que ficam com grande parte das riquezas geradas pelo país. Por isso, Furtado (2005) explica que o crescimento da empresa escravista era puramente extensivo, a partir de novas ocupações de terra e força de trabalho. Isso, não provocava mudanças estruturais da economia e, como bem destacou, tornam-se maléficas ao desenvolvimento econômico, pois

Se ocorria uma redução no ritmo da atividade produtiva para exportação, reduziam-se os lucros do empresário, mas ao mesmo tempo se criava uma capacidade excedente de trabalho, a qual podia ser utilizada na expansão da capacidade produtiva. Se não havia interesse em expandir essa capacidade produtiva, o potencial disponível de inversão podia ser canalizado para obras de construção ligadas ao bem-estar da classe proprietária ou outras de caráter não-reprodutivo. (FURTADO, 2005, p. 60).

Devido os custos fixos para os aristocratas, como: a manutenção do escravo e gasto em importação de equipamento para manter a produção, qualquer redução nos preços dos produtos exportados reduzia a renda do produtor. Para compensar essa perda, utilizava-se a capacidade plena da força de trabalho em outras frentes. Assim, mesmo com as reduções das demandas, a empresa agrícola registrava perda em ritmo lento, o que permitiu continuar preservando essa estrutura especializada. Furtado (2005), registra que a alta rentabilidade desta estrutura era tão positiva para os empresários que não havia interesse em investir em outras áreas, até mesmo a produção de alimento dos escravos era vista como algo antieconômico.

Sendo assim, explica o economista, não havia motivações externas capazes de dinamizar a economia interna. Conforme veremos mais adiante, a permanência dessa estrutura ainda encontra as mesmas dificuldades e os mesmos expedientes para sua manutenção, qual seja a oscilação no mercado maior que as manufaturas, mas com políticas compensatórias para as possíveis perdas.

Nessa conjuntura, até mesmo a agricultura primitiva acabava competindo com a moderna, viabilizada pelos baixíssimos padrões de custo de reprodução da força de trabalho. A agricultura, mesmo diante do avanço da indústria, ainda precária, pressionando os salários, acabava contendo-a por meio da produção extensiva. Dessa forma, os trabalhadores que eram incorporados nessas novas terras, reproduziam o velho padrão dos baixos e precários salários. A partir de técnicas rudimentares e grande contingente de trabalhadores, conseguiam achatam os preços da produção de produtos vegetais e matérias primas no mercado interno, não obstaculizando o processo de acumulação urbano.

Duvida-se teoricamente de que os custos daquela sejam competitivos e até mais baixos que os possíveis custos desta. No entanto, no Estado de São Paulo, em 1964, no município de Itapeva, a cultura do milho era economicamente mais rentável para os agricultores que praticavam uma técnica composta de tração animal com uso de pouco adubo em relação aos que praticavam uma técnica agrícola de tração motorizada e uso de muito adubo. Enquanto a primeira era utilizada nas lavouras de 1-4 e 5-8 alqueires, a segunda era praticada pelas lavouras de 40-80 alqueires: a renda líquida por alqueire era de Cr\$89,742 para as lavouras de técnica mais “atrasada”, enquanto para as lavouras de técnica mais “adiantada” era de Cr\$79,654, tudo em cruzeiros de 1964, ainda quando o rendimento por alqueire (economias de escala de grande plantação) da técnica “adiantada” fosse quase 60% mais elevado que o da técnica “atrasada”. (OLIVERIA, 2003, p. 45-46, grifo do autor).

Esse cenário, aparentemente contraditório, sempre fez parte de um cálculo econômico dos agentes privilegiados, pois o modelo de capitalismo dependente possibilita e necessita da simbiose entre “moderno” e “arcaico” (FERNANDES, 1976), integrado ao sistema capitalista internacional, mas limitado pelos marcos tecnológicos dos países centrais (MARINI, 2013).

A pressão da indústria, a partir de 1920, sobre a agricultura permitiu a redução do custo de sua produção, bem como atendeu a cesta de alimentos dos trabalhadores urbanos, o que garantiu a reprodução da força de trabalho nas cidades. Todavia, os salários desses seguem o mesmo curso, estabelecido não pelo livre mercado e sim por intervenção estatal, no qual o cálculo se baseava na subsistência, pois o rebaixamento salarial permitiria competir no mercado internacional (OLIVEIRA, 2003).

Com a redução do custo da produção agrícola, foi possível a formação de um proletário rural para servir a demanda interna e externa. Isso viabilizou a manutenção dos baixíssimos padrões de custo da reprodução da força de trabalho, os níveis de vida dos trabalhadores rurais e a formação do operário urbano. O crescimento industrial, em síntese, permitiu a reprodução do padrão primitivo da alta taxa de exploração, promovidos pela estrutura rural (OLIVEIRA, 2003).

A revolução de 1930, até embica o país em uma nova fase de desenvolvimento calcado na industrialização, solapando a centralidade da produção agrícola, mas não o poder econômico (NAKATANI *et al.*, 2012). Isso porque, ensina Marini (2013), não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, essa transição para a fase industrial ocorre relativamente de modo pacífico, diferentemente do sucedido na Europa, pois se dá nos termos do setor agroexportador. Desse modo, não há grandes perturbações e choques de interesses com a classe dominante, uma vez que a industrialização corre complementar ao setor primário-exportador, que se beneficia tanto do excedente criado por esse, quanto da lacuna deixada das importações. As tensões mais agudas só serão registradas em uma segunda fase (indústria mais pesada, a partir de 1950) cujas necessidades de transferência de capital do setor exportador serão maiores.

As relações, que daí emergem, continuam sendo reproduzidas no plano da superexploração, coerente com a inserção na economia internacional como sócio menor no processo de reprodução do sistema hegemônico mundial. A renúncia da burguesia industrial, na agenda de reformas estruturais e políticas de distribuição de renda, em favor do setor agroexportador para adquirir uma maior fatia do excedente

de capital desse setor, sela o fim de políticas de desenvolvimento autônomo (MARINI, 2013).

O país, embebido pela filosofia liberal, com ressalvas, mantinha distância do resto do mundo em termos do debate político. Assim, a burguesia brasileira excluía qualquer probabilidade de se repetir a revolução nos moldes europeus, dissociando a democracia e o desenvolvimento capitalista, mas com forte assimilação entre esse e a autocracia. Ao dissociar o desenvolvimento econômico do político, manteve em suas mãos o Estado com poder para garantir o desenvolvimento desejado (FERNANDES, 1976) e evitar percalços de oposições, ao mesmo tempo em que garantia a integração à economia externa.

Nesse cenário de economia dependente e capitalismo periférico, a desconstrução salarial, a informalização e o desemprego são a bússola apontada para uma sociedade derrotada (OLIVEIRA, 2003). A classe dominante, mesmo que há preço mediano na DIT, sustenta o arranjo produtivo agroexportador, drenando as riquezas de dentro para fora (FERNANDES, 1976). Dado isso, Xavier (1990) é enfática ao afirmar que, mesmo com o processo de industrialização que tende a consolidar uma ordem econômico-social capitalista, a formação e integração do cenário internacional se manteve aristocrática, concentradora de riquezas, prestígio social e poder. Assim, o pacto entre a burguesia agrário-mercantil e a burguesia industrial nascente, forja um Estado conciliatório “de compromisso, que reflete a complementariedade objetiva que cimentava suas relações” (MARINI, 2013, p. 56).

Ao abdicar do protagonismo, a burguesia industrial nascente não só encerra o projeto societário soberano, como dá suporte aos projetos que são encaminhados do exterior. Portanto, ela é cúmplice da destruição e depressão que o país enfrenta, particularmente nas últimas décadas. Capataz da rapinagem orquestrada pelos países centrais, seja por meio de títulos da dívida, corrupção ou exportação de produtos primários (MACÁRIO *et al.*, 2018), com fluxos de capitais orientados para os países centrais e sustentado pelo sistema de dívidas (FATTORRELI, 2020), o país se distancia ainda mais de uma economia tecnológica e autônoma.

Portanto, essa estrutura produtiva, datada, tem impresso baixa intensidade tecnológica, bloqueio de inovação e difusão de progressos técnicos, principalmente de alta tecnologia. Apesar da mudança entre 1930 e 1970, quando uma racionalidade econômica mais consistente se consolida, os condicionantes externos de longa data e a crise dos anos de 1970 acabam conduzindo a uma nova retomada daquela

agenda, a partir dos anos de 1980, com políticas receptivas a produção de *commodities*.

Longe da fronteira tecnológica, o país concentra esforços para se manter como grande produtor de bens primários para exportação, mobilizando políticas de diversas ordens para esse fim, como as orientações educacionais que aqui são tratadas. Esses investimentos, em atividades primárias, têm conduzido, desde então, à um processo que muitos economistas<sup>4</sup> chamam de desindustrialização e reprimarização da econômica.

## 2. 1.2 Ciência e Tecnologia para Produção: nosso Abaporu

De acordo com a posição dependente na economia global, etapas inferiores do processo de produção são destinadas aos países periféricos, sendo que, aquelas mais avançadas e os controles tecnológicos, ficam reservados aos centros imperialistas (MARINI, 2013). A dominância e manutenção da produção primário-exportadora, com uma indústria tardia e nos termos das relações coloniais, desde seus ciclos do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do ouro, do algodão, da borracha e do café (ILAESE, 2019), reservou à fase industrial as mesmas condições da política agroexportadora e de baixa atividade tecnológica.

Economias dependentes de *commodities* pouco pressionam o desenvolvimento de um mercado mais complexo, ancorado na tecnologia e inovação (MACIENTE *et al.*, 2012). Bresser-Pereira *et al.* (2014), são taxativos ao afirmar que esta matriz produtiva leva o país a renunciar a diversificação de atividades que poderiam potencializar maior valor agregado. De acordo com o longo histórico de uma economia fundada e mantida no modelo primário-exportador, o impacto no desenvolvimento econômico de maior complexidade, portanto, pouco se registra.

A origem desta baixa capacidade técnica tem início no período colonial, conforme ensina Furtado (2005), já no tipo de imigrantes que chegaram ao Brasil: baixo contingente de experiência manufatureira. Esse problema já era de conhecimento desde Portugal quando este firmou com a Inglaterra, em 1703, o Tratado de Methuen, que acaba reduzindo o poder da indústria lusitana ao se comprometer em comprar produtos têxteis de alto valor agregado manufatureiro e

---

<sup>4</sup> Esse processo tem sido debatido intensamente por Bresser-Pereira e Oreiro (2014), Wilson Cano (2012), entre outros nomes.

exportar vinho de alto valor básico. Com isso, esse país já se alinhava de maneira precária no contexto das nações mais desenvolvidas em termos de infraestrutura científica e tecnológica (DEITOS, M. L., 2006). Entretanto, essa leitura é controversa, pois, em meados do século XIX, começam as políticas de Estado para estimular a vinda de imigrantes de forma abundante a propiciar a mesma superexploração. Na grande maioria, eram operários que, sob forte orientação anarcossindicalista, ao encontrarem condições de trabalho semisservi, encapam manifestações por direitos trabalhistas na luta operária (MARINI, 2013; MACÁRIO *et al.*, 2018).

De qualquer forma, o uso da força de trabalho era coerente com o propósito da colonização, diuturnamente conduzida pela racionalidade do maior e rápido retorno possível, sem preocupações com manejo, assinala Holanda (1995). De comportamento oposto daquele impresso em sociedades de clima temperado, ancorada na tríade: monocultura, escravidão e latifúndio, pouca dinamização poderia se esperar da economia advinda do período colonial. A indústria têxtil, inclusive, reprimida pela Metrópole, comprometida com os interesses hegemônicos mundiais, limitou-se a produção de roupas para os escravos (DEITOS, M. L., 2006).

Furtado (2005), sustenta que, por sua natureza, a monocultura é incompatível com industrialização. Da mesma forma, a escravidão que, além da segregação incomensurável, retarda a assimilação mental produtiva moderna dos grandes centros e combale o desenvolvimento. Na mesma esteira, o latifúndio que concentra na mão de uma pequena parcela uma produção heteronômica, travando a diversificação econômica em outros setores.

Essa conjuntura exercia pouca pressão sobre os produtores, logo, não ocorria transferência de liquidez para outros setores, como aconteceu em outros países que passaram pela “maldição dos recursos naturais” (BRESSER-PEREIRA *et al.*, 2012). Nesse sentido, mesmo no limiar de crises, acreditavam que haveria um novo período de bonança depois da tempestade e, se não, o Estado estaria ali para salvá-los, mantendo-os fiéis a esta matriz. Porém, a decadência da produção acabou por se atrofiar a uma economia de baixo valor agregado ao nível de subsistência (FURTADO, 2005).

Celso Furtado, lembra como a Austrália conseguiu, mesmo após a derrocada do ouro, em meados do século XIX, desenvolver sua indústria prematuramente a partir da transferência das benesses anteriores, adotando técnicas avançadas de produção em outros setores, mormente industriais. Esse autor, explica que o empresário

brasileiro não tinha em mente esta preocupação, não havia interesse em expandir a capacidade produtiva a partir da transferência de capital para melhorar as técnicas produtivas. A ideia de ampliação da produção era norteadada somente pela expansão de novas terras e força de trabalho.

Prado Jr. (1981), destaca um aperfeiçoamento técnico praticamente nulo ainda no início do século XIX. De uso de uma produção extremamente agressiva, desenvolvia-se mais em termos quantitativos do que qualitativos, pois “[...] pode-se dizer que o desenvolvimento técnico visou, em geral, muito menos em aumentar a produtividade do solo do que a economizar esforços” (HOLANDA, 1995, p. 69).

Para esse sociólogo, a despreocupação em aperfeiçoar a produção com adição tecnológica, logística e princípios racionais, chega ao ponto do descontrole por falta de lenha para os engenhos de açúcar no período colonial. O mesmo indica que sequer havia preocupação em utilizar o bagaço de cana para uso de queima nos fornos, “[...] coisa que nas colônias inglesas, francesas e holandesas já se tornara rotineira” (p. 135). No solo, nem o uso do esterco de gado, que era numeroso, era utilizado no manejo. Junto a isso, nem a bagaceira, em abundância, que poderia ser utilizada como adubo, era queimada (PRADO JR, 1981), mesmo essa técnica sendo conhecida há mais de meio século. Conforme bem detalha, a queima de terra para plantio era a mais comum e pouco se conhecia mais que a enxada como implemento.

Furtado (2005), retrata a racionalidade do empresário: com terras e mão de obra abundante, não havia pressão sobre os lucros do empresário. A inversão de capital não se dava para melhorar os métodos de cultivo ou aumento por quantidade de força de trabalho. Ao contrário, dava-se pela expansão de novas terras e, se essa exaurisse, bastava comprar novas. Assim, conseguiam já que tinham exclusividade e proteção estatal.

A mentalidade ainda persiste, a prática da queimada como forma de recuperar o solo ressequido era e é comum. O ano de 2019<sup>5</sup>, não obstante, foi considerado aquele com maior registro de queimadas na Amazônia, cujo objetivo é de ampliar áreas para a agropecuária e extração mineral, justamente em tempos que já são mais que conhecidas técnicas permitem produzir mais em menos espaço de terra e sem queimadas. A prática colonial, mesmo assim, ainda persiste, constringendo e arrefecendo qualquer intenção de modernização produtiva.

---

<sup>5</sup> Inferno na floresta: o que sabemos sobre os incêndios na Amazônia (Revista Exame, 22/08/2019)

Com pouco conhecimento, o misticismo acabou dominando o imaginário do produtor. Esses, acreditavam que as terras brasileiras não suportavam o arado, pois só era produtiva em sua superfície, daí a insistência no uso da enxada. Covas de sementes eram abertas com pedaços de paus quando já existiam implementos mecânicos (HOLANDA, 1995).

Marini (2013), por seu turno, reserva a estrutura agrária concentrada nas mãos de uma minoria, obstáculo para uma intensificação e renovação da tecnologia do mercado interno. A “irracionalidade” do empresário brasileiro é fruto de sanções que restringiam o desenvolvimento manufatureiro, no qual, a exemplo, o “Alvará de 05 de janeiro de 1785, da rainha de Portugal, D. Maria I, simplesmente proibia a existência de fábricas e manufaturas no Brasil, facilitando a importação de mercadorias da nascente indústria inglesa” (ILAESE, 2019, p.63), assim, impossibilitando controlar os processos tecnológicos que acabam sendo importados quase sempre já defasados.

Essa ausência de logística na produção era tão crônica que tocava até mesmo na configuração das cidades. Os colonizadores agiam, explica Holanda (1995), mais pela experiência do que pelo plano estratégico, produto mental, como é o caso de vilas velhas ao lado de grandes centros, uma vez que a ausência de planejamento leva a mudanças contínuas. Esse é o caso, exemplifica esse sociólogo, da cidade de Salvador quando escolheram para sua instalação, “[...] uma colina de escarpas, cheias de tantas quebras e ladeiras, quando ali, a pouca distância, tinha um sítio talvez dos melhores que haja no mundo para fundam uma cidade” (p. 122).

O desleixo com os dados estatísticos a respeito da colônia tocava até mesmo na administração pública, civil ou eclesiástica. Apenas nos últimos anos do século XVIII, a metrópole resolveu organizar as estatísticas gerais e sistemáticas da colônia, como: nascimento, casamento, óbitos, preços, ocupações, comércio, etc. (PRADO JR, 1981).

A separação de Portugal não engendrou transformações de grande envergadura. A ruptura com a metrópole representava mais um anseio de dominação endógena do que motivações de viés modernista, com isso, o país permanece com uma produção isolada dos grandes centros e dirigida por homens de espírito predominante ruralista (FURTADO, 2005), reticentes quanto ao impacto que a modernização pudesse lhes trazer.

Nesse sentido, sustentou-se uma estrutura que privilegiava mais o esforço físico do que o uso intelectual, não obstante, o descaso às instituições que buscavam potencializá-la, como é o caso das educacionais.

### 2. 1.3 Dependência, submissão e constrangimento industrial

O processo de industrialização brasileira não ocorre nos termos clássicos, ela nasce e se desenvolve sujeitada aos interesses externos, no início do complexo primário-exportador e mais tarde, já século XIX e XX, cafeeiro (DEITOS, M. L., 2006). A autora lembra que o desenvolvimento do parque industrial, de manufatura têxtil e ferro, era visto como uma ameaça política e comercial da Metrópole, por isso são extintas em 1785 com temor da independência da Colônia. É nessa conjuntura que se dá a postura estreita da burguesia, de construir a independência, mas dentro da ordem: o ornitorrinco começa a ganhar forma.

Como a gestão exógena não lhes era favorável, porém a estrutura econômica sim, esta deveria ser preservada enquanto aquela extinta. Todavia, era necessário que essa transição ocorresse sem a participação da massa, em um movimento de cima para baixo (FERNANDES, 1976). Assim, o domínio do Estado Nacional se manteria nas mãos dos mesmos grupos do antigo regime, de tal feita a conduzir sua gestão segundo os seus interesses, produzindo os mesmos efeitos.

O senhor agrário, com a garantia da concorrência dentro da ordem, ao passo em que ia assumindo os novos postos do Estado Nacional, convertia-se em homem de negócio. A proteção da grande lavoura, com mecanismo de defesa do produtor e exportação, resguardava-os dos conflitos inerentes do mundo do mercado livre.

Essa nova configuração, do fazendeiro em capitalista, é dosada para que ao se inserir no mundo dos negócios não perdessem seu prestígio, aplicando o capitalismo em seus termos. Dessa feita, até meados de 1929, somente famílias tradicionais e imigrantes prósperos se beneficiavam do desenvolvimento capitalista, explica Florestan Fernandes (1976).

Assim, a inserção no mercado se dava de forma dependente e sujeitada (XAVIER, 1990). O país se livra do pacto colonial, mas continua preso a heteronomia econômica impostas pelo mercado externo e chancelada pela burguesia nacional. A produção da grande lavoura não era convertida em excedente para capitalização da

modernização produtiva, mas à acomodação e fechada sobre sim mesma, ensina Fernandes (1976).

Esse processo estancou a diversificação econômica e eternizou uma economia heteronômica (FERNANDES, 1976). Todo e qualquer empreendimento mais arrojado, como os produzidos por Mauá, eram vistos com temor e desconfiança. Assim, pode-se dizer que, em nenhum momento, a ascensão do “espírito burguês” exigia a defesa do direito do cidadão. Ao contrário, a revolução burguesa capitaneada pela elite nativa visava pôr fim ao pacto colonial para que agora pudessem ter dominação em todos os níveis da sociedade a partir de dentro.

Sob a pecha liberal, como foi a Constituição de 1822, o Estado é tomado por uma elite patrimonialista que não mede esforços para subordiná-lo e evitar que a matriz primário-exportadora pudesse ser corrompida. Como os *commodities* possuíam uma maior instabilidade no mercado e a renda monetária da unidade exportadora constituía o lucro do empresário, havia um limite de sustentação de preços baixos dos produtos exportáveis (FURTADO, 2005) e é aqui que opera a mão do Estado.

Esse economista explica que, em épocas de crise nos países dependentes, a produção natural sofre mais que os países industrializados, condenando-os a desequilíbrios da balança de pagamentos e inflação. Isso porque esses reduzem as importações, principalmente de produtos primários fornecidos pelas economias dependentes. Por consequência, acabam por tocar tanto no valor, quanto na quantidade de produtos importados desses países, com redução em ambos. Como a queda dos produtos manufaturados importados registra mais morosa do que os básicos, por ser mais resistente a depreciação, acabam gerando desequilíbrio na balança comercial, o que implica em acionar o Estado para operar as correções.

Na obra *A formação Econômica do Brasil*, Furtado (2005) descreve como essa compensação era feita. A fim de corrigir essa perda, como o café, o controle da taxa de câmbio era de extrema importância. Dessa maneira, com a redução dos preços dos produtos exportados, a tendência era baixar o poder da moeda nacional, mesmo antes da materialização do desequilíbrio. A partir desse expediente, o país preservava suas reservas, que eram insignificantes. Contudo, os produtos importados ficavam mais caros, devido sua elevação para o consumidor interno, haja visto uma presença de manufatura de baixo fôlego. Outra consequência era o estabelecimento de taxa sobre a exportação de capitais, aumentando o custo daqueles que enviavam fundos para o exterior.

Para aclarar esse mecanismo, vejamos um exemplo. Suponhamos que, na situação imediatamente anterior à crise, o exportador de café estivesse vendendo a saca a 25 dólares e transformando esses dólares em 200 cruzeiros, isto é, ao câmbio de 8 cruzeiros por dólar. Desencadeada a crise, ocorreria uma redução, digamos, de 40 por cento do preço de venda da saca de café, a qual passava a ser cotada a 15 dólares. Se a economia funcionasse num regime de estabilidade cambial tal perda de 10 dólares se traduziria, pelas razões já indicadas, em uma redução equivalente dos lucros do empresário. Entretanto, como o reajustamento vinha pela taxa cambial, as consequências eram outras. Admitamos que, ao deflagrar a crise, o valor do dólar subisse de 8 para 12 cruzeiros. Os 15 dólares a que o nosso empresário estava vendendo agora a saca do café já não valiam 120 cruzeiros mas sim 180. Dessa forma, a perda do empresário, que em moeda estrangeira havia sido de 40 por cento, em moeda nacional passava a ser de 10 por cento. (FURTADO, 2005, p. 166).

Segundo o autor, criava-se um mecanismo de “socialização de perdas”, pois “[...] a redução do valor externo da moeda significava, ademais, um prêmio a todos os que vendiam divisas estrangeiras, isto é, aos exportadores” (p. 166).

Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros. É verdade que parte dessa transferência de renda se fazia dentro da própria classe empresarial, na sua qualidade dupla de exportadora e consumidora de artigos importados. Não obstante, a parte principal da transferência teria de realizar-se entre a grande massa de consumidores de artigos importados e os empresários exportadores. Bastaria atentar na composição das importações brasileiras no fim do século passado [XIX] e começo deste [XX], 50 por cento das quais eram constituídas por alimentos e tecidos, para dar-se conta do vulto dessa transferência. Durante a depressão, as importações que se contraíam menos – dada a baixa elasticidade-renda de sua procura – eram aquelas de produtos essenciais utilizados pela grande massa consumidora. Os produtos de consumo de importação exclusiva das classes não-assalariadas apresentavam elevada elasticidade-renda, dado seu caráter de não-essencialidade. (FURTADO, 1976, p. 165).

Ora, como se verificara mais abaixo, Cano (2012) destaca o mesmo expediente cambial nos dias de hoje<sup>6</sup>. A apreciação e depreciação, em tempos pontuais, têm permitido a preservação da estrutura primário-exportadora frente à volatilidade do livre mercado. Conforme explica Marini (2013), o expediente é

---

<sup>6</sup> No mês de junho as exportações da agricultura registravam 29,7% de crescimento, aumentado em 8% o lucro do agronegócio. Na indústria extrativista ocorreu recuo de 26,1% e de transformação 21% (Ministério da Agricultura/MDIC).

recorrente, pois o país sempre soube defender o setor exportador das depressões externas, adotando políticas de proteção do preço das *commodities*, como o realizado entre 1931 e 1945, período em que mais de 70 milhões de sacas de café da reserva constituída pelo Estado, foram queimadas<sup>7</sup>, quantidade essa que poderia abastecer o mundo por três anos.

Marini (2013), ensina que essa política também era de interesse da burguesa industrial, pois impactava no setor industrial, já que o excedente do setor agroexportador financiava a sua expansão. Portanto, a política cafeeira era nevrálgica, pois preservada essas condições, “o setor exportador mantinha sua atividade e, de maneira correlata, devido às dificuldades para importar, exercia uma pressão estimulante sobre a oferta interna, criando a demanda efetiva que a indústria trataria de satisfazer” (p. 56).

Fica notório que aquela revolução de cima para baixo não visa um espraiamento da cidadania, mas somente econômico e, limitadamente, político. Segundo Furtado (2005), esse expediente permitia que os períodos de crise da elite passassem a ser suportáveis, desde que não se estendam por muito tempo. Assim, foi possível manter uma estrutura econômica socializando perdas e individualizando lucros.

O mesmo ocorre hoje, pois se na época o governo mantinha o preço externo do café a custo da desvalorização interna da moeda, que era benéfica para as classes dominantes (MARINI 2013), ainda hoje essa prática continua. Por serem os *commodities* produtos voláteis no mercado, o Estado tem sido um importante fiador nesses momentos de crise, evitando a baixa do lucro empresarial nos momentos de movimentação indesejadas da mão invisível. Permanecem, dessa forma, subsídios via política de Estado, o que perpetua a racionalidade colonial que engessa o desenvolvimento econômico, pois

Como os frutos dos aumentos de produtividade revertiam para o capital, quanto mais extensiva fosse a cultura, vale dizer, quanto maior fosse a quantidade produzida por unidade de capital imobilizado, mais vantajosa seria a situação do empresário. (FURTADO, 2005, p. 162.)

Dessa feita, a preservação da grande lavoura e políticas protecionistas desta estrutura se mantém benéficas ao empresário com custos da modernização

---

<sup>7</sup> Sítio Memorial da Democracia.

econômica, de tal modo que até mesmo a modernização industrial é resultado de acordo com o setor agroexportador, que subtrai qualquer iniciativa revolucionária junto as massas camponesas e proletárias (MARINI, 2013).

A persistência, por meio de diversos expedientes, desta matriz acabou imprimindo uma economia de baixa diversidade e tecnologia, uma vez que o complexo de produção industrial se destinou a dar suporte as atividades primário-exportadoras (DEITOS, M. L., 2006). Esse modelo econômico acabou impingindo um comportamento burguês de tipo peculiar, sem os confrontos revolucionários típicos do velho continente, que tornou favorável a reprodução diuturnamente dessa estrutura.

Nesses termos, parece que aquilo que Caio Prado Júnior (1981) escreveu na década 40 do século passado ainda é atual: a evolução colonial para a nacional ainda não se completou.

## 2.2 RECRUDESCIMENTO DA PAUTA PRIMÁRIO-EXPORTADORA E A REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA

Defensor árduo do desenvolvimento industrial, Furtado (2005) reserva a esse um importante papel no sistema econômico de um país. No mesmo, encontram-se os melhores postos de trabalho e remuneração, bem com pressão geral em outros setores, principalmente aqueles de inovação e tecnologia. Economista de envergadura mundial, considera a indústria a espinha dorsal de uma nação, pois ela tende a diversificar a produção ao provocar diversas áreas da economia (OIT, 2018). Na mesma linha, Bresser-Pereira *et al.* (2014) são enfáticos ao afirmar que o desenvolvimento econômico se inicia por revolução industrial e se caracteriza pela industrialização. De modo similar, Cano (2012) afirma que a expansão desse setor induz e exige o crescimento, assim como a diversificação em diversos outros, como: comércio, transporte, finanças, saúde, educação, etc. Dessa maneira, até mesmo a agricultura cresce, diversifica-se e moderniza.

Porém, o que se registra historicamente é uma economia primário-exportadora ancorada principalmente na agricultura de monocultura, de grande propriedade e com uso da força de trabalho barata, a partir da escravização indígena e africana, por meio de tecnologia arcaica (HOLANDA, 1995). Esse conjunto de fatores e todos os outros vistos até aqui, acabou reforçando o país como fornecedor de matéria-prima para exportação, afastando-o dos centros tecnológicos. O período

de industrialização também não conseguiu imprimir uma nova dinâmica, que permitisse o país dar um salto mais expressivo em sua atividade tecnológica. Nesse momento, foi incapaz de reverter esse longo período em uma estrutura produtiva diversificada e complexa. A janela para esta empreitada foi perdida e, ao contrário do que se esperava, a estrutura primário-exportadora tem passado séculos sempre na alça de mira das políticas governamentais.

Diante disso, o país tem apresentado perda na participação da indústria, especialmente na de transformação, no Produto Interno Bruto (PIB) a partir da década de 1980. Feijó *et al.* (2005), explica que esse processo, indutor da desindustrialização, deve ser tratado somente dentro dessa classe, indústria de transformação, pois é a que se aproxima do conceito de indústria manufatureira. Isso ocorre quando esse setor perde fôlego na participação do produto nacional. Dessa feita, passa a embicar para produtos de baixo valor agregado, como os recursos naturais ou *commodities*, que são matérias-primas “[...] originados da natureza, como minérios, petróleo, produtos agropecuários, florestais e seus derivados, a partir de algum grau de processamento industrial” (APEXBRASIL, 2011, p. 6). Assim, a economia retorna com padrão e dependência de especialização produtiva e comercial, o que leva a reprimarização de um país, explica essa a agência.

Iniciado nos anos 80 e intensificado nos 90 do século passado, a desindustrialização tem conduzido a reprimarização da economia brasileira, o que provoca uma conformação de toda a superestrutura para essa. Todo tipo de arranjo político, para atender a produção daqueles produtos, tem se levantado, contando com políticas benéficas para a retomada histórica da “vocação” primário-exportadora.

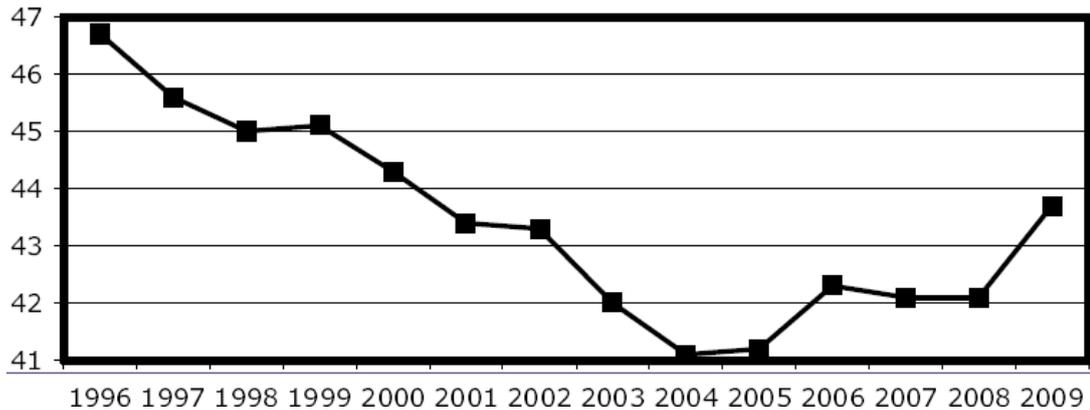
Todavia, para se entender esse processo, sua relação com a educação e seu impacto nos postos de trabalho, é preciso compreender como se deu esse recrudescimento atual, qual a conjuntura para esta retomada e como as políticas de Estado foram e tem contribuído para seu fortalecimento.

### 2. 2.1 Desindustrialização, Reprimarização e a doença holandesa

Devido à crise da década de 1970, a agenda primário-exportadora entra novamente no radar do país de tal modo que, a década de 1980, começa apresentar uma queda no setor industrial, em especial para aqueles de maior complexidade tecnológica (CANO, 2012). O crescimento passa a ser bem menor que os outros

setores, principalmente no setor de transformação, conforme mostra os dados do gráfico desenvolvido pelo autor.

**Figura 1 – BRASIL: Relação percentual VTI/VBPI<sup>8</sup> da Indústria de Transformação**



Fonte: Cano (2012)

Na outra esteira, a produção de produtos básicos começa uma progressão inversa. Isso faz com que esse modelo acabe tocando em outros setores sociais, pois “[...] o trabalho organiza-se, divide-se de acordo com os instrumentos de que dispõe” (MARX, 1974, p.114). Nesse sentido, como o país não conseguiu avançar para uma estrutura de produção mais complexa, as antigas formas de trabalhar permaneceram e tocaram no arranjo social global. Destarte, produção de produtos básicos, *commodities* agropecuários e minerais, tem se destacado em diversas áreas da economia brasileira, o que tem levado diversos economistas a colocar o país em estágio de desindustrialização e reprimarização.

Para autores como Oreiro e Feijó (2010), esse processo ocorre quando há queda da importância da indústria como fonte de emprego e produção, fato que o país tem experimentado. A sua confirmação se dá por meios das consequências que se manifestam

Através da redução da participação do setor manufatureiro no produto nacional, através de um déficit comercial cada vez maior da indústria de transformação, do aumento dos componentes importados na produção, na diminuição relativa das exportações de produtos manufaturados em termos absolutos e principalmente em termos de valor agregado exportado, e na gradual diminuição da exportação de

<sup>8</sup> Valor de transformação industrial e Valor da produção industrial

bens com alto valor agregado. (BRESSER-PEREIRA *et al.*, 2014, p. 14).

Esse processo pode ocorrer em estágio “maduro” ou “precoce” da industrialização. Naquele, o longo histórico de industrialização pujante e moderno, por meio do desenvolvimento tecnológico, permitiu maior produtividade com menor custo das manufaturas, o que leva o setor de serviços a ganhar mais peso. Esse seria um processo natural de industrialização, pois estariam se especializando em produtos e serviços de valores mais agregados. Feijó *et al.* (2005, p. 4), explica que “[...] é na maioria das vezes, uma consequência normal de um processo de desenvolvimento econômico bem sucedido, estando geralmente associado a melhorias do padrão de vida da população”.

Situação essa, defendida por algumas correntes de economistas do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que o país já estaria vivenciando, pois teria alcançado uma estrutura industrial diversificada e moderna. Os estudiosos Frischtak e Belluzzo (2014), a respeito das posições divergentes sobre o papel nos *commodities*, apontam vários autores que vislumbram o país em estágio modernizado, pois

[...] a concorrência e o progresso técnico vêm modificando a economia de *commodities*, ampliando o espaço de geração de inovações e externalidades para as atividades produtivas internas às empresas, principalmente em tecnologias de processo, e em toda a cadeia econômica e de conhecimentos a ela associada. (p. 33).

Já a precoce ocorre devido à forte apreciação da taxa cambial, favorecendo a pauta de exportação dos *commodities*, quando esses países ainda não terminaram o processo de industrialização. Ou seja, por meio de políticas de Estado que, ao liberarem as contas externas, causam sua desindustrialização (Bresser-Pereira *et al.*, 2014).

Berriel (2016) registra diferenças importantes no processo de desindustrialização, nos quais em países desenvolvidos ele está associado a fatores internos. No momento em que se combina mudança nos padrões da demanda das manufaturas e serviços, a elasticidade desse passa a ser maior do que aquele associado ao crescimento acentuado da produtividade industrial, que tende a reduzir os preços da manufatura. Nesse caso, ocorre uma desindustrialização natural depois de já ter passado por um processo robusto de industrialização.

Nos países que não tiveram uma industrialização consistente, que não conseguiram passar para além do beneficiamento dos produtos primários, esse processo é associado a doença holandesa<sup>9</sup>. Essa, presente no Brasil, não é resultado do avanço da indústria, que conduz a uma desindustrialização natural, mas sim de ação artificial, cujo “[...] resultado da conturbada mudança do antigo regime de substituição de importações para reformas estruturais que culminaram na liberalização comercial e financeira manifestadas em profundas mudanças institucionais” (BERRIEL, 2016, p. 22), capitaneada pelo Estado.

Foi a perda relativa e precoce da participação da indústria e retomada dos padrões de especialização, especialmente agrícolas, que projetou o país nesse caminho (NASSIF, 2008 *apud* BERRIEL, 2016). Para ele, a política cambial, abertura econômica, taxas de juros elevadas e investimento estrangeiro direto formaram um cenário receptivo para a produção de *commodities* com vista à exportação. Conforme bem esclarece Bresser-Pereira *et al.* (2014), esses produtos nesse contexto, dão origem a doença holandesa por serem beneficiadas pelas rendas ricardianas<sup>10</sup>.

As descobertas do pré-sal, exportações de minérios da Vale do Rio Doce e produtos agrícolas com taxa de câmbio apreciada, são considerados indícios dessa patologia no país, registrada em alguns países com forte potencial de recursos naturais, como foi o caso da Holanda (CARVALHO; CARVALHO, 2011). Porém, no país europeu, conseguiram neutralizá-la com pesados impostos para exportação e adoção dos fundos soberanos para investir em setores de alta tecnologia, ensina os economistas supracitados. Enquanto isso, no Brasil esse movimento não só não se registra, como caminha em sentido inverso. A transferência da fatia da riqueza do setor agropecuário, já fortemente subsidiado, ao Estado em forma de imposto sobre a receita bruta total era de 4,55% em 2012, passa para 2,09% em 2017 e atinge 1,39% em 2018 (ILAESE, 2019).

A crítica contida a essas economias especializadas e dependentes em bens para exportação, está no fato de que, a curto prazo, tendem a estagnar suas economias criando o que se chama de doença holandesa. Ela seria um efeito

---

<sup>9</sup> Termo utilizado para caracterizar a mudança nas exportações da Holanda na década de 1970, quando a manufatura é substituída por produtos primários, impactando em sua desindustrialização (CARVALHO; CARVALHO, 2011).

<sup>10</sup> Na teoria econômica ricardiana, o preço é determinado no mercado pelo produtor marginal menos eficiente. É da diferença entre esse custo e aqueles produtores em condições mais favoráveis que surge a renda (BRESSER-PEREIRA *et al.*, 2014).

inevitável, pois esses recursos possuem forte taxa de lucratividade, muito superior ao restante da economia, que por

[...] sua vez, tais rendas, quando provenientes de fora do país, levam a processos de forte apreciação da moeda nacional frente às divisas internacionais de referência. Neste contexto, a alteração de preços relativos entre bens comercializáveis e não comercializáveis tende a desestimular a diversificação da estrutura produtiva e de comércio exterior”. (BREDOW et al, 2016, p. 698).

O que os autores explicam é que a doença holandesa é um efeito da concentração de investimento nesse setor e redução da elasticidade de produtos manufaturados, limitando as cadeias produtivas complexas, tocando na geração de emprego e renda. Mais suscetíveis as crises, devido sua vulnerabilidade e volatilidade, ainda tem o malefício de a longo prazo comprometem a diversificação econômica.

Ao concentrar a captação de investimento neste setor, esvazia o manufatureiro, que carece de maiores vultos de capital para financiar sua atividade, seja em formação de força de trabalho, insumos ou maquinários. Dessa maneira, fica inviabilizado o desenvolvimento industrial, já que somente a poupança interna é incapaz de financiá-la.

Entretanto, há aqueles que argumentam, anotam Frischtak e Belluzzo (2014), que esse resultado é positivo para o país, pois resulta da eficiência produtiva devido aos fortes investimentos tecnológicos públicos e privados nesse setor, os baixos custos da produção, fartura de água e terra. Os autores destacam ainda que o país não pode perder sua “vocação”, quando as condições “naturais” possibilitam esse curso fundamental para o desenvolvimento brasileiro.

Observa-se que esse setor se vangloria de condições históricas. Nesse sentido, o que chamam de baixo custo de produção, Marini (2013) chama de superexploração da classe trabalhadora, com salário extremamente achatados historicamente. A abundância de água e terra nada mais é que a permanência de políticas que ainda preservam as políticas agrárias do Brasil colonial, concentradas nas mãos latifundiárias.

O estudo organizado por Macário *et al.* (2018), reforça essa leitura de Marini ao desmascarar esse discurso dissimulado. O Estado tem empenhado cada vez mais esforços para equilibrar a balança comercial, dando uma falsa impressão de crescimento econômico. Desse modo, com taxas e juros favoráveis a essa estrutura

econômica, compensa a volatilidade que os *commodities* apresentam no mercado externo e preservam os lucros dos empresários brasileiros e empresas estrangeiras. Os estudiosos, lembram ainda que de fato isso possibilitou o país crescer entre 2002 e 2007, mais que em outras épocas, mas considerada somente a América Latina, só foi superior a economia haitiana.

### 2.2.2 A Doença holandesa

Este fenômeno é antigo, manifestado na década de 1960 nos países baixos quando a descoberta e exploração de gás natural criou uma sobreposição da taxa de câmbio, devido esses produtos serem abundantes e baratos (BRESSER-PEREIRA *et al.*, 2014). Para esses economistas, é uma falha do mercado, que recebe um choque de riquezas no setor de produção natural e gera excesso de demanda por bens não comercializáveis, alterando os preços relativos. Ou seja, concentra no setor de recursos naturais a maior parte dos investimentos, por isso a apreciação da moeda em detrimento dos setores de maior complexidade, como o manufatureiro. Esses autores esclarecem que

[...] a doença holandesa é a crônica sobreapreciação da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos, cuja produção e exportação é compatível com uma taxa de câmbio claramente mais apreciada que a taxa de câmbio que torna competitivas internacionalmente as demais empresas de bens comercializáveis que usam a tecnologia mais moderna existente no mundo. (p. 143).

Entretanto, ela pode ser administrada através da taxa de câmbio, mas teria impacto sobre a renda dos financiadores, reduzindo seus lucros. A mesma, quando neutralizada, pode trazer benefícios, do contrário, impacta permanentemente na industrialização dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, sem isso, com política de Estado, ela pode agravar a economia e desestimular a indústria.

BRESSER-PEREIRA *et al.* (2014) explicam que até a década de 1970 o Brasil havia neutralizado por completo esse fenômeno, adotando tarifas de importação, subsídios às exportações da indústria nacional e impostos para exportação de *commodities*, o que permitiu equalizar aos demais preços comercializados. Esse período possibilitou que o país fortalecesse sua indústria nacional, como fizeram outros países, ao utilizar o mesmo expediente para subir a escada do

desenvolvimento, principalmente via industrialização com a interferência estatal (CHANG, 2004).

Novos contornos começam a surgir na década seguinte, com um ambiente de estagnação econômica e elevadas taxas de inflação, atrelado as reformas neoliberais. A partir da abertura comercial e liberalização econômica, adotada de maneira mais radical a datar da década de 1980, essa patologia começa a dar sinais. Os setores que utilizam tecnologia mais complexa, sem os impostos para exportação dos *commodities*, subsídios para a indústria nacional e taxas de câmbio apreciáveis, encontram taxas menos atraentes para investir. Logo, inibe a alocação de recursos e encorajamento de investimento e inovação nos setores mais tecnológicos, pois as empresas têm em perspectiva taxas de lucros negativas (BRESSER-PEREIRA *et al.*, 2014) ou inferiores aos *commodities*.

O país, sem a intervenção necessária, entra em processo de desindustrialização, pois há mais atratividade nos setores de *commodities* do que da manufatura. Os empreendimentos que exigem mais qualificação acabam concentrados nos países centrais, enquanto as qualificações menos exigentes nos países em desenvolvimento, criando uma espiral em sentido aos produtos primários-exportadores.

Para Bresser-Pereira *et al.* (2014), se não for adotada políticas de contenção, o país continuará acorrentado ao passado sem aproveitar esta vantagem comparada e transformar sua economia, desconcentrando riqueza para além dos poucos grupos empresariais e indivíduos, como fizeram os países nórdicos, Canadá, Austrália e Chile. Amarras que poderiam ser superadas, caso houvesse qualificação das representações políticas, instituições voltadas para o interesse comum, bem como melhoria em conhecimento e informação, interação entre economia, investimento em educação, saúde, ciência e tecnologia (APEXBRASIL, 2011).

O que não foi o caso brasileiro. Com um histórico de rapinagem das classes dominantes internas apoiado pelo capital estrangeiro, aumentaram ainda mais a concentração de renda e, em contrapartida, a pauperização das massas (MARINI, 2013). Assim, o país ainda continua sendo presa de uma pequena aristocracia que, através da ressignificação dos senhores aristocratas na face da banca ruralista, tem conseguido frustrar a ascensão de uma economia mais dinâmica. Desse modo, não há reversão dos recursos naturais, a partir de políticas de Estado, para setores de

maior complexidade. Ao contrário, mantêm-se a proteção do setor primário-exportador com pesado fardo para o restante da população e setores de economia complexa.

### 2.2.3 Industrialização constrangida

O país, sem aproveitar as rendas ricardianas, diuturnamente tem se consolidado na DIT como país primário-exportador. A indústria ruí para que o setor de *commodities* seja alavancado. Esse foi o preço a ser pago, nem que para isso se quebre a galinha para fazer a gemada. A custo de desumanização e miserabilidade para preservar os históricos privilégios restritos, mantêm-se uma economia submissa aos interesses do capital internacional, particularmente como produtora de bens tecnológicos de segunda ordem (MARINI, 2013).

Para o cientista social, esse comportamento é conhecido de longa data. O desenvolvimento industrial já nasce compromissado com o setor primário e reproduz o mesmo alto grau de exploração da força de trabalho. O regime de acumulação de capital se mantém repousado não na elevação da capacidade produtiva, seja por qualificação educacional ou desenvolvimento tecnológico, mas na superexploração.

Para Furtado (2005), a manutenção da estrutura econômica colonial tem sido responsável pelo atraso da industrialização brasileira. Ela provoca pouca dinâmica na economia ao não mobilizar e pressionar a cadeia produtiva em outros setores, que só tem sido possível com a presença maciça, assim como decisiva, das políticas estatais.

A teoria de longa data na escola cepalina, considera o desenvolvimento industrial como peça chave na alavancagem das economias e encontra eco em vários outros teóricos. Cano (2012), por exemplo, é enfático ao afirmar que não existe na história país que prescindiu da forte presença do Estado no processo de industrialização. Chang (2004), analista da pressão que os países desenvolvidos empregam sobre aqueles em desenvolvimento para adoção de políticas “boas” em detrimento das “más”, ou seja, sem intervenção e com intervenção do Estado, corrobora com está perspectiva. Atesta que, para o economista Friedrich List (1789-1846), considerado o pai do argumento industrial nascente, os países atrasados não conseguiram desenvolver seu parque industrial, principalmente devido à falta intervenção do Estado. Sublinha ainda que, sem esse setor desenvolvido, cedo ou tarde o país enfrentará crise, principalmente se o setor agropecuário fosse ponta de lança.

Todavia, para que isso ocorresse, Marini (2013) lembra que o país precisaria ter percorrido um caminho de desenvolvimento autônomo, o que não ocorreu. O Brasil, mesmo com um avanço importante da pauta industrial, registrado principalmente entre os anos de 1930 e 1970 com presença do Estado, não conseguiu reduzir o abismo que o separava dos ditos países desenvolvidos, que já vinham há séculos empregando alta tecnologia em sua produção, com forte presença da mão do Estado, como aponta os estudos de Chang (2004).

Os impactos das ações do período anterior a esta nova fase, registra Xavier (1990), foram decisivos. A dificuldade da burguesia industrial nascente em romper com as oligarquias agrárias, fortemente dependente de recursos financeiros desse setor, levaram não só a redução do papel da industrial como a renúncia de uma posição mais ativa e autônoma da economia brasileira no cenário interno e externo (MARINI, 2013). Os impasses que a indústria irá enfrentar nas décadas seguinte nada mais é do que efeito de um longo período, cujo cenário já estava preparado muito antes. Desse modo, com a tecnologia importada empregada, financiada e dependente do capital externo nos mesmos termos do setor agroexportador, sem ser fruto da experiência acumulada, nem do resultado do avanço das relações capitalistas internas, mas dos países centrais, como a Inglaterra, não houve apreensão tecnológica. Isso reduziu o parque nacional a uma industrialização rudimentar, sobretudo nas pequenas indústrias, com tecnologia avançada somente nas grandes empresas monopolistas.

Apesar disso, a expansão da indústria seguia o curso possível. Com intervenção do Estado, garantia mercado interno por meio de tarifas protecionistas e transferência dos recursos da agricultura para a indústria, causando choque com os latifundiários e assédio do capital estrangeiro (MARINI, 2013). A perda da centralidade daquele modelo para a indústria, principalmente entre as décadas de 30 a 70 do século passado, possibilitou o Brasil experimentar um sensível avanço em sua representatividade econômica internacional e indicadores socioeconômicos internos favoráveis.

A oferta crescente de equipamentos e máquinas, no pós-guerra, permite avançar para uma segunda fase de indústria pesada, mas com tecnologia importada. Para tanto, oferece facilidades e incentivos ao setor agroexportador por mais divisas para importar, descarregando sobre os ombros da classe trabalhadora o esforço da capitalização (MARINI, 2013). Segundo Pochmann (2014), entre 1930 e 1970, o Brasil

passa a ter uma economia mais musculosa, alçando o posto de uma das economias mais dinâmicas do mundo, mesmo com graves crises sociais. A renda cresceu, nesse período, cinco vezes e meia a mais do que na época do predomínio da economia agrária.

A partir das duas últimas décadas do século XX, o país começa a regredir. Nesse momento, inicia-se uma grande transformação do trabalho, a que o economista chama de segunda grande mudança no trabalho. A renda *per capita* nacional atinge um ritmo de crescimento menor do que no período agrário, 0,3%, abalando o projeto urbano e industrial, perdendo fôlego para incorporar os avanços tecnológicos produzidos.

A década de 1990, acelera a desindustrialização simultânea a ascensão dos setores primário-exportadores. Porém, é a partir da década dos anos de 1980 que essa centralidade industrial começa a dar sinais de retração, afastando o país da produção de tecnologia, principalmente de alta. Para Xavier (1990), os sinais passam a ser sentidos desde a década de 50 do século passado, quando a indústria atinge seu limite em capacidade e diversidade.

O investimento em produtos de alta tecnologia, demandadas nesse novo estágio, eram caros e limitados, não encontrando mercado interno suficiente devido à alta concentração de renda e pauperização da classe trabalhadora, que paga os custos dessa capitalização através da elevação da extração de mais-valia. Soma-se ainda a diminuição de força de trabalho, devido as formas de produção tecnológicas, e a redução de mercado consumidor. A retomada de importações de produtos tecnológicos mais baratos começa a cair na alça de mira do Estado. Impossibilitado desde os primeiros passos de desenvolver manufatura devidos condicionantes externos, os países centrais sem demanda para seus equipamentos e máquinas já obsoletos, se voltam para exportação aos países periféricos (MARINI, 2013), distanciando-os ainda mais das economias complexas.

Dessa maneira, ao invés de adotar políticas para ampliar e modernizar a produção industrial, preferiu-se abrir caminho para as importações, razão essa que leva o país a evitar a desvalorização cambial e diminuir suas barreiras alfandegárias. O fôlego vem com o plano de metas de JK<sup>11</sup>, a partir da tríade Estado, capital interno e externo, o que garantiu lucratividade aos centros hegemônicos, especialmente com

---

<sup>11</sup> Política do governo de Juscelino Kubitschek, era um ambicioso programa de industrialização e modernização de 50 anos em 5. (OLIVEIRA, 2003)

produção de bens duráveis, mas a custo de perda da autonomia industrial e soberania nacional para grupos estrangeiros.

Segundo Marini (2013), o esgotamento dessa política ocorre por volta de 1960 com queda na renda interna, preço e volume de exportações, junto ao grande volume de lucros exportados, afundando o país em grave crise cambial que o arrastou para uma grande depressão. O modelo nacional-desenvolvimentista adotado desde 1950, passando também pelos militares, de internacionalização e desnacionalização da econômica, fez com que o preço do “milagre econômico” viesse em forma de endividamento e esgotamento do Estado na manutenção do crescimento.

Contudo, como parte dos meios de produção para esta nova fase precisavam ser importados, era necessário buscar recurso a partir da transferência de outras fontes. A exportação, portanto, deveria ser ampliada, o que trouxe agravo inflacionário e redução de renda e consumo. Até meados de 1980, a indústria consegue manter níveis de produção positivo, mas as políticas adotadas a partir de 1985, sobretudo em 1988, levam a uma quebra da produção industrial frente ao forte processo de reestruturação e abertura economia (FEIJÓ; CARVALHO, 1994 *apud* IPEA, 1999).

Segundo dados do IPEA (1999), até o início de 1990 predominavam mecanismos de proteção da indústria nacional. A redução dessa proteção começa em 1988, quando houve o início da abertura comercial e se acirra ainda mais com o plano real. Na tabela abaixo, é possível ver a evolução desse processo de redução das tarifas nominais para 16 produtos da indústria de transformação, que levou o país a sair de uma média de proteção de 105% para 13,4% entre 1985 a 1997.

**Tabela 1 – Brasil: Evolução das tarifas nominais entre 1985 e 1997 para 16 produtos**

(Em %)

Setor	1985/88	1989/93	1994/97
Transformação de Produtos Minerais Não-Metálicos	87,70	18,97	7,18
Metalurgia	65,15	21,33	12,41
Mecânica	58,88	31,59	16,76
Material Elétrico e de Comunicações	91,73	34,69	18,31
Material de Transporte	105,53	40,65	24,69
Papel e Papelão	75,80	17,34	10,48
Borracha	95,58	37,12	12,63
Química	32,48	16,70	6,63
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	43,28	22,92	8,58
Perfumaria, Sabões e Velas	158,83	44,40	8,58
Produtos de Materiais Plásticos	142,93	34,79	16,38
Têxtil	142,03	39,54	15,18
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	166,55	45,31	19,55
Alimentícia	77,50	23,51	12,53
Bebidas	159,50	54,66	13,93
Fumo	176,10	60,55	10,16
Média	104,97	34,00	13,37

Fontes: Pinheiro e Almeida (1994), Kume (1996), 1997 — dados preliminares baseados na tarifa comum do Mercosul.

Essa queda acentuada se registra nos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso (FHC), ao adotarem uma política de baixa proteção tarifária. Chang (2004), registra que a adoção dessas políticas constrange o desenvolvimento econômico de nações em desenvolvimento, como o Brasil, já que o setor de produção mais tecnológico é afetado. A proteção tarifária, principalmente das indústrias, foi um expediente adotado pela grande maioria dos países desenvolvidos, o que possibilitou subirem a escada e hoje cobram que aqueles países a chutem, assevera o sul-coreano. Para ele, as políticas de austeridade, propostas pelo Consenso de Washington<sup>12</sup>, ao qual o Brasil foi e tem sido signatário, evita que eles possam concorrer com os países ricos.

O processo de reestruturação produtiva a partir da década de 80 do século passado, trouxe mudança radicais na estrutura econômica do país. A produção industrial deixou de ser central na econômica enquanto a produção agropecuária e minerais, *commodities* de baixo agregado tecnológico, começam a tomar conta da

<sup>12</sup> Doutrina neoliberal para orientação de reformas sociais da década de 1990 (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

pauta produtiva. Nesse caminho, ela passou a ser o fiel na balança comercial, concentrando políticas de Estado favoráveis.

Os resultados, como veremos, reverberam na qualificação da força de trabalho, portanto, nas políticas públicas para educação, mas sem tocar “nos donos do poder” que se beneficiaram com aqueles expedientes que reforça a produção de *commodities* em detrimentos do industrial.

#### 2.2.4 Efeitos das políticas de Estado na produção primário-exportadora

Darcy Ribeiro, em entrevista ao Roda Vida<sup>13</sup> de 1988, explica que nossa classe dominante não deixa o país ir para frente, pois é uma elite ranzinza, azeda, medíocre, cobiçosa que não permite o desenvolvimento democrático. A manutenção por séculos de políticas favoráveis a tríade econômica, confirma os adjetivos empregado por esse antropólogo. Assim como a manutenção de uma economia primário-exportadora, todas as ações se destinam para consolidar e promover privilégios. As transformações precisam ser dentro de uma ordem por ela estabelecida, logo, qualquer empreendimento é, antes, posto na balança para mensurar o potencial perigo da perda de prestígio.

Não obstante, empregaram, e ainda empregam, todo expediente que não permitia alterações profundas na estrutura produtiva, mesmo com o longo período de prevalência industrial (OLIVEIRA, 2003). O tipo de capitalismo estabelecido, em um mundo onde as bases já haviam sido consolidadas, torna-se presa fácil das potências imperialistas, subordinando e interferindo no que de fato deveriam produzir. A burguesia nacional, anuente, se compraz com e esse papel.

Conforme destaca Caio Prado Jr, a organização interna se dá para atender o mercado externo e é sempre bom ter isso em mente, pois o país se integra ao capitalismo de forma combinada as novas etapas da divisão internacional do trabalho, mas para etapas inferiores da produção (MARINI, 2013). Nesse sentido, é preciso políticas que permitam, como não pode deixar de ser, taxas de lucros satisfatória ao capital internacional, que contam com o consentimento da classe dominante.

De ordem econômica, mas de consequências também políticas e éticas (Bresser-Pereira *et al.*, 2014), os feitos da doença holandesa na desindustrialização

---

<sup>13</sup> Programa de entrevistas da rede Cultura, exibido em 20 de junho de 1988.

revelam a cultura escravocrata das classes dominantes. Devido as instituições degradadas, sistema político clientelistas e corrompido, nossa elite não atinge o estágio burguês clássico e se reduz a uma aristocracia patrimonialistas, que usa o Estado em uma simbiose de arcaico e moderno para manter seus privilégios (FAORO, 2001). Há séculos de distância dos grandes centros, provocado por políticas de sucateamento tecnológico, novamente recorrem as políticas protecionistas de extração de recursos naturais frente a nova crise que se apresenta, com o velho adágio excludente e superexploratório. Assim, sem superar os problemas em uma nova fase superior de contradições, vivenciamos, como explica Francisco de Oliveira, uma dialética negativa que nos rebaixa a níveis ainda mais precários, arcaicos e regressivos (MACÁRIO *et al.*, 2018).

Chamada de década perdida, o período que compreende 1980, foi crivado por intensas crises que provocaram uma significativa redução nos investimentos da produção industrial. O Estado, com a crise da dívida e o esgotamento do modelo brasileiro, perdeu sua capacidade de investir na modernização da infraestrutura física, ciência, tecnologia e inovação (CT&I) (IPEA, 2018). Os países de economia centrais, enquanto isso, investiam pesadamente na chamada revolução industrial 4.0, ou quarta geração.

Na América do Norte tem-se os Estados Unidos, com a Manufacturing USA (America First); e no Canadá, trabalha-se com a Smart Manufacturing. Na Europa, além do caso da Alemanha, com a Industrie 4.0, há também a experiência do Reino Unido, que tem a Catapult-High Value Manufacturing; a Bélgica, o Made Different; a Holanda, o Smart Industry; a Suécia, a agenda em torno do Produktion 2030; a Itália promove o Italia 4.0; a Espanha, com o Industria Conectada; a França tem o Industrie du Futur; e Portugal o Produtech. Na Ásia, há décadas a agenda da política industrial tem sido tratada com máxima importância, e nos últimos anos é clara a leitura de sua centralidade estratégica, em particular na China, com o Made in China 2025, mas também a Coreia do Sul tem o programa Manufacturing Innovation; o Japão tem o Industrial Value Chain; e a Índia o Make in India. E, finalmente, na Oceania, como exemplo, a Austrália tem o Next Wave of Manufacturing. (IPEA, 2018, p. 45).

Entretanto, com as crises inevitáveis do capitalismo até a pauperização da força de trabalho brasileira passa inspirar essas economias, que começam a conviver com altas taxas de precarização e desemprego em ascensão, desde 1960 e explosão em 1994, principalmente na zona do euro (MACÁRIO *et al.*, 2018).

Esse distanciamento da fronteira tecnológica produziu inevitáveis efeitos. Os dados do IPEA (2017) mostram que, de 1996 a 2011, os setores de alta tecnologia reduziram sua participação de 8,8% para 5,5% no valor de transformação industrial, enquanto os de média-alta tiveram um ligeiro aumento de 29,1% para 29,7%. Junto a isso, aqueles de menor participação tecnológica, de média-baixa saltou de 28,5% para 33,4% e os de baixa reduziram de 33,6% para 31,4%. Na indústria, setor que mais se emprega tecnologia, a queda, principalmente a partir de 2002, passa a ser mais gritante. Conforme levantamento da IEDI (2019), em 2011, o superávit médio da indústria de transformações de mais de U\$S 30 bilhões, no biênio 2005-2006, passaram para sucessíveis déficits em sua balança comercial. No ano de 2009, foram -U\$S 8 bilhões e, em 2010, -U\$S 34 bilhões, cujos piores saldos se deram nos setores de intensa tecnologia.

Enquanto isso, na outra esteira, Nakatani *et al.* (2012) analisam o novo cenário em evolução, quando a geração de saldos comerciais recai sobre a agropecuária. As culturas, como a cana-de-açúcar, saltam de 2.6 milhões de hectares, em 1980, para mais de 4.2 milhões em 1990. A soja ampliou de mais de 8.7 para 11.4 milhões. Os bovinos, por sua vez, de 9.5 para 13.3 milhões de abates.

O resultado dessa agenda alcança êxito, destacam aqueles autores, retirando o país de -UU\$ 3.5 bilhões para UU\$ 14.5 bilhões de saldo comercial, em 1992. Esse período, com forte presença do Estado, marca um recrudescimento da pauta produtiva de produtos primários. O saldo da agropecuária, de lá para cá, saltou de 7,9 bilhões de dólares em 1996, para 28,6 em 2005 e alcançado 63 bilhões no ano de 2010. Ou seja, o país melhorava sua balança comercial, com diversificação e aumento na produção industrial em alguns setores (IPEA, 1999). Nesse sentido, havia um esforço em melhorar sua participação na exportação de produtos em nível mundial, não só como fornecedor de produtos primários, mas também industriais.

Entretanto, esses eram de produtos de menor conteúdo tecnológico o que dificultava alcançar a fronteira tecnológica (DEITOS, M. L., 2006). Logo, isso estava longe de ser considerado desenvolvimento econômico, pois setores de alta tecnologia permaneciam reprimidos (Feijó *et al.*, 2005). Conforme lembra Celso Furtado (2005), a melhoria na distribuição da renda nacional em termos funcionais, setoriais e regionais, ainda eram entraves para ser considerado exitoso.

O setor primário-exportador, com políticas receptivas, viu a participação saltar de 37%, em 2000, para 51%, em 2010, enquanto a produção industrial de baixa, média

e alta ficou estável com tendência a queda no mesmo período (NAKATANI *et al.*, 2012). Na outra esteira, o segmento de alta tecnologia registrou declínio desde a década de 1980, quando o setor passa de uma participação de 9,7% no PIB, contra os atuais 5,8% de 2017, conforme dados da CNI (2019).

De acordo com a classificação da OCDE<sup>14</sup>, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e a pesquisa de Berriel, abaixo se encontra um quadro com a classificação dos produtos para exportação por fator agregado, divididos em dois grupos: básicos e industrializados (esse, dividido em manufaturados e semimanufaturados). Desse modo, com ele é possível identificar que tipo de produção tem sido fortalecida nos últimos anos e tem corroborado com a tendência apresentada acima.

**Quadro 1** – Classificação de produtos por fator agregado

Classificação	Produtos
Básicos	Baixo valor, com alto grau de natureza, intenso uso de mão de obra, cujos exemplos são grupo de minérios, produtos agrícolas como o café em grão, soja em grão, carne <i>in natura</i> , milho em grão, trigo em grão, etc.
Semimanufaturados	Médio valor, são aqueles que passaram por algum processo em dado momento da produção, mas ainda não se encontram em sua forma definitiva de uso, seja final ou intermediário. Ex.: açúcar em estado bruto, óleo de soja em estado bruto, ferro fundido, alumínio bruto, celulose, borracha sintética ou artificial, etc.
Manufaturados	Elevado fator agregado, forte presença tecnológica, são processados e prontos para uso: açúcar refinado; óleo de soja em refinado, laminados de ferro e aço, papel, aviões, automóveis, gasolina, etanol, chips de computador, televisores, etc.

Fonte: Berriel/MDIC/OCDE

No quadro seguinte, encontra-se a classificação da intensidade tecnológica impressa na produção, divididas em: alta, média-alta, média-baixa, baixo e NCIT<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Lista que agrupa os setores econômicos de acordo com sua intensidade tecnológica (OCDE).

<sup>15</sup> Produtos Não classificados na indústria de transformação (MDIC)

**Quadro 2** – Classificação de produtos por intensidade tecnológica

Intensidade Tecnológica	Sector
Alta	Setores aeroespacial; farmacêutico; de informática; eletrônica e telecomunicações; instrumentos;
Média-alta	Setores de material elétrico; veículos automotores; química, excluído o setor farmacêutico; ferroviário e de equipamentos de transporte; máquinas e equipamentos;
Média-baixa	Setores de construção naval; borracha e produtos plásticos; cloque, produtos refinados de petróleo e de combustíveis nucleares; outros produtos não metálicos; metalurgia básica e produtos metálicos;
Baixa	Outros setores e de reciclagem, madeira, papel e celulose; editorial e gráfica; alimentos, bebidas e fumo; têxtil e de confecção, couro e calçados.
NCIT	Setores associados à <i>commodities</i> , sem conteúdo tecnológico por não sofrerem transformações durante o processo de produção. Basicamente produtos agrícolas e minérios.

Fonte: Berriel/MDIC/OCDE

As tabelas seguintes indicam a movimentação da pauta de exportação brasileira, pela qual é possível ter uma melhor leitura dos dados do IBGE a respeito da estrutura produtiva, que tem se consolidado para produtos de baixo valor tecnológico.

Conforme os dados do MDIC, a produção de *commodities*, entre 1997 a 2017, em termos relativos, aumentou 733%. O segundo maior foi exatamente o de alta tecnologia. Entretanto, esse último só cresce 3,76%, entre 2007 e 2017, segundo menor crescimento, atrás apenas dos produtos de média-baixa. A baixa intensidade e *commodities* são aqueles que mais tiveram crescimento nos últimos 10 anos, cuja maior variação se dá no período de 1997 a 2007.

**Tabela 2** – Brasil: Evolução da produção por intensidade tecnológico dos produtos exportados entre 1997 e 2017, em dólar

Tipo	2017 (US\$)	2007 (US\$)	1997 (US\$)	Total (US\$)	1997-2017	1997-2007	2007-2017
					variação %	variação %	variação %
Produtos N.C.I.T	81.897.958.337	38.965.289.238	9.825.713.046	955.132.878.983	733,00%	296,00%	110,00%
Produtos Da Industria De Transformação De Baixa Tecnologia	57.776.096.805	44.817.274.194	18.294.391.197	849.794.526.986	215,00%	144,00%	28,00%
Produtos Da Industria De Transformação De Media-Baixa Tecnologia	27.793.165.190	29.265.934.337	9.134.530.281	461.255.823.382	204,00%	220,00%	-5,00%
Produtos Da Industria De Transformação De Media-Alta Tecnologia	40.329.186.016	37.891.618.081	13.340.116.701	599.262.502.237	202,00%	184,00%	6,00%
Produtos Da Industria De Transformação De Alta Tecnologia	9.942.812.118	9.581.766.905	2.352.744.307	157.767.160.199	322,00%	307,00%	3,76
Total (US\$)	217.739.218.466	160.521.882.755	52.947.495.532	3.023.212.891.787			

Fonte: MDIC – 1997; 2007; 2017

No ano de 1997, desagregado por período, é possível identificar que os *commodities* representavam pouco mais de 18% das exportações brasileiras, enquanto de alta tecnologia 4,4%. Os maiores valores estavam para média alta e baixa intensidade tecnológica.

**Tabela 3 – Brasil: Intensidade tecnológica dos produtos exportados em 1997**

Tipo	1997 (US\$)	%
Produtos N.C.I.T	9.825.713.046	18,56%
Produtos Da Industria De Transformação De Baixa Tecnologia	9.134.530.281	17,25%
Produtos Da Industria De Transformação De Media-Baixa Tecnologia	13.340.116.701	25,19%
Produtos Da Industria De Transformação De Media-Alta Tecnologia	18.294.391.197	34,55%
Produtos Da Industria De Transformação De Alta Tecnologia	2.352.744.307	4,44%
Total (US\$)	52.947.495.532	100,00%

Fonte: MDIC, 1997

Dez anos depois, as *commodities* passam a representar 24,27% das exportações, aumentado quase 6 p.p (pontos percentuais). Os produtos de alta tecnologia passaram a representar 5,97%, com redução para média-baixa e média-alta, juntamente com o crescimento para baixa.

**Tabela 4 – Brasil: Intensidade tecnológico dos produtos exportados em 2007**

Tipo	2007 (US\$)	%
Produtos N.C.I.T	38.965.289.238	24,27%
Produtos Da Industria De Transformação De Baixa Tecnologia	29.265.934.337	18,23%
Produtos Da Industria De Transformação De Media-Baixa Tecnologia	37.891.618.081	23,61%
Produtos Da Industria De Transformação De Media-Alta Tecnologia	44.817.274.194	27,92%
Produtos Da Industria De Transformação De Alta Tecnologia	9.581.766.905	5,97%
Total (US\$)	160.521.882.755	100,00%

Fonte: MDIC, 2007

Entre os anos de 1997 e 2007, os produtos que mais influenciaram esta puxada de *commodities* em valores absolutos tinham características básicas, como os agropecuários. Porém, em termos relativos, a extração de petróleo e gás natural, também com a mesma classificação daqueles, tiveram uma alta astronômica, marcada principalmente pelas notícias do pré-sal. Os derivados desse, impactam na produção de média-baixa na ordem de mais de 1500%. As aeronaves, por sua vez, foi setor de maior crescimento relativo para alta tecnologia.

**Tabela 5 – Brasil: Principais produtos por intensidade tecnológico exportados em 1997 e 2007**

	2007 (US\$)	1997 (US\$)	%
<b>PRODUTOS NCIT</b>			
AGRICULTURA E PECUÁRIA	14.061.647.653,00	5.665.500.023,00	148,2%
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	12.009.367.212,00	3.029.447.740,00	296,4%
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	8.905.067.511,00	5.893.572,00	150998,0%
<b>PRODUTOS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE MEDIA-BAIXA TECNOLOGIA</b>			
COQUE, PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E BIOCUMB.	5.813.688.163,00	355.471.976,00	1535,5%
PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	15.870.713.191,00	6.111.676.904,00	159,7%
<b>PRODUTOS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE MEDIA-ALTA TECNOLOGIA</b>			
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS N.C.O.I	8.912.987.258,00	3.150.351.835,00	182,9%
PRODUTOS QUÍMICOS	9.720.680.568,00	3.521.929.408,00	176,0%
VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	15.146.988.851,00	5.582.283.078,00	171,3%
<b>PRODUTOS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE BAIXA TECNOLOGIA</b>			
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	26.555.079.052,00	9.082.450.276,00	192,4%
<b>PRODUTOS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE ALTA TECNOLOGIA</b>			
AERONAVES	5.203.189.924,00	881.378.190,00	490,3%
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS	3.592.222.740,00	1.262.020.486,00	184,6%
PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	786.354.241,00	209.345.631,00	275,6%

Fonte: MDIC, 1997; 2007

O recrudescimento da pauta primário-exportadora continuará nos anos seguinte. Entre 2007 e 2017, os produtos de baixo fator tecnológico e *commodities* foram os únicos a atingir 2 dígitos, respectivamente 28% e 110%. A produção de alta tecnologia não chegou a 4%. Na tabela abaixo é possível visualizar o salto dos NCIT, atingindo 37% das exportações contra 4,57% para alta tecnologia.

**Tabela 6 – Brasil: Intensidade tecnológico dos produtos exportados em 2017**

Tipo	2017 (US\$)	%
Produtos N.C.I.T	81.897.958.337	37,61%
Produtos Da Industria De Transformação De Baixa Tecnologia	27.793.165.190	12,76%
Produtos Da Industria De Transformação De Media-Baixa Tecnologia	40.329.186.016	18,52%
Produtos Da Industria De Transformação De Media-Alta Tecnologia	57.776.096.805	26,53%
Produtos Da Industria De Transformação De Alta Tecnologia	9.942.812.118	4,57%
Total	217.739.218.466	100,00%

Fonte: MDIC, 2017

Os produtos que mais contribuíram para esse cenário derivam do avanço da agropecuária. Nesses últimos 10 anos, houve um predomínio vigoroso dos NCIT. A produção farmoquímica e farmacêutica, por sua vez, atingiu os melhores resultados relativos para os produtos de alta tecnologia, muito diferente da produção de produtos tecnológicos.

**Tabela 7 – Brasil: Principais produtos por intensidade tecnológica exportados em 2007 e 2017**

	2017 (US\$)	2007 (US\$)	%
<b>PRODUTOS NCIT</b>			
AGRICULTURA E PECUÁRIA	38.561.517.837,00	14.061.647.653,00	174,2%
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	22.390.584.657,00	12.009.367.212,00	86,4%
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	16.671.843.904,00	8.905.067.511,00	87,2%
<b>PRODUTOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE MÍDIA-BAIXA TECNOLOGIA</b>			
COQUE, PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E BÍOCOMB.	2.816.135.441,00	5.813.688.163,00	-51,6%
PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	16.234.572.986,00	15.870.713.191,00	2,3%
<b>PRODUTOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE MÍDIA-ALTA TECNOLOGIA</b>			
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS N.C.O.I	9.102.014.336,00	8.912.987.258,00	2,1%
PRODUTOS QUÍMICOS	12.250.492.939,00	9.720.680.568,00	26,0%
VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	16.154.203.052,00	15.146.988.851,00	6,6%
<b>PRODUTOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE BAIXA TECNOLOGIA</b>			
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	38.911.695.696,00	26.555.079.052,00	46,5%
<b>PRODUTOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE ALTA TECNOLOGIA</b>			
AERONAVES	7.223.949.283,00	5.203.189.924,00	38,8%
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS	1.468.781.663,00	3.592.222.740,00	-59,1%
PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	1.250.081.172,00	786.354.241,00	59,0%

Fonte: MDIC, 2007; 2017

Por fator agregado, em todo o período, os NCIT juntamente com a produção de baixa tecnologia, foram os que mais aumentaram.

**Tabela 8 – Brasil: Intensidade tecnológica dos produtos exportados entre 1997 e 2017**

Tipo	1997-2017 (US\$)	%
Produtos N.C.I.T	955.132.878.983	31,59%
Produtos Da Indústria De Transformação De Baixa Tecnologia	461.255.823.382	15,26%
Produtos Da Indústria De Transformação De MíDIA-Baixa Tecnologia	599.262.502.237	19,82%
Produtos Da Indústria De Transformação De MíDIA-Alta Tecnologia	849.794.526.986	28,11%
Produtos Da Indústria De Transformação De Alta Tecnologia	157.767.160.199	5,22%
Total (US\$)	3.023212.891.787	100,00%

Fonte: MDIC, 1997, 2007; 2017

A pauta exportadora de produtos básicos ou semimanufaturados, ambos de baixo processamento manufatureiro, principalmente para a China, independente de qual governo estivesse à frente do país, têm se mantido e ampliado. Segundo Cano (2012), os efeitos na participação industrial foram catastróficos. O país cai de 2,8%, em 1980, para 1,7%, em 2010, na produção mundial.

O mesmo explica que, no campo da exportação, se entre a década de 1990 a 2006 se registra uma evolução estável na exportação de produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados, em que os primeiros variam de 28% a 29%, semimanufaturados recuam de 16% a 14% e os manufaturados gravitando entre os 54%, a partir de 2006 o cenário muda. Houve um aumento acelerado da participação

dos bens básicos, saindo de 29%, em 2006, para 53%, em 2019. Os semimanufaturados se mantêm estáveis entre 14% e 13% e os manufaturados marcam vertiginosa queda de 54%, em 2006, para 35%, em 2019.

Com fortes subsídios para manter a competitividade dentro de uma variação dos ciclos de preços dos *commodities*, “[...] uma vez que nesses mercados predominam estruturas competitivas e produtos homogêneos” Berriel (2016, p. 37), é possível afirmar que o país tem se reprimarizado ao focar políticas de Estado na estrutura primário-exportadora. Esses, têm se apresentado tão fortes que, em reportagem recente, Blairo Maggi, maior produtor de soja individual e então ministro da agricultura de Temer em 2016, alertava, em entrevista<sup>16</sup> no lançamento do programa Agro+ do mesmo ano, sobre a enorme montante de subsídios do governo. Segundo o então ministro, este expediente tem atraído incompetência, juntamente pouca competitividade com a dependência da política de governo e que esse caminho não é correto, pois o setor estaria sobrevivendo graças a ele (MATOSO, 2016).

A fala é, no mínimo, contraditória, devido sua presença no governo, confirmando as práticas desse setor que vem de longa data com forte pressão sobre as políticas públicas para benefícios da grande lavoura, em detrimento do resto da população e outros setores produtivos, sendo algoz de marca, como aponta os estudos de Marini (2013), na obstrução do desenvolvimento econômico do país.

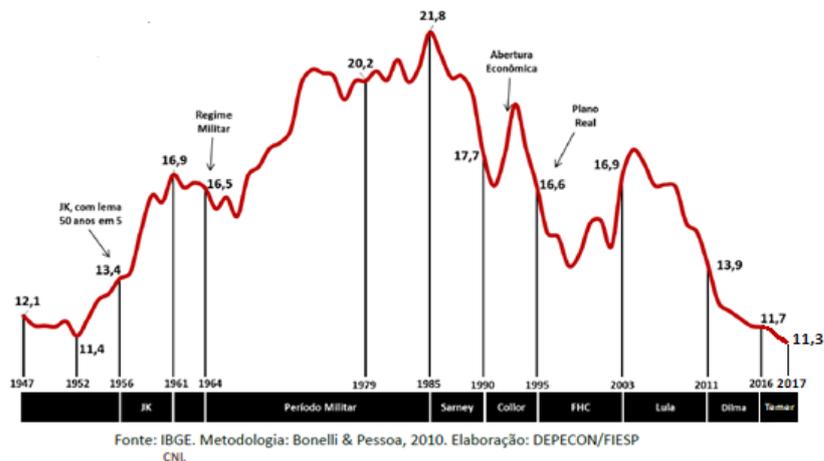
O gatilho da crise que inverteu a pauta econômica e trouxe novamente essas políticas de forte proteção, fora armado na década anterior quando da crise do petróleo de 1970. Aqui está o ponto de inflexão que abre caminho ao núcleo orgânico do capital e transição para o capitalismo global (MACÁRIO *et al.*, 2018). Esse novo cenário conturbado, suga divisas e reduz recursos para investimento, pois a dependência de petróleo elevou de 12%, em 1973, para 44% em 1980 os custos da importação (CARNEIRO, 1993). Soma-se o auto preço pago para atrair financiamento, com altas taxas de juros, títulos públicos e câmbio atrativos que consumiam a renda interna. O país, como não tinha feito a lição de casa de tornar mais elástica sua estrutura produtiva, vê o setor primário novamente na alça de mira como redentora, cujas taxas de lucro no mercado internacional se apresentavam satisfatórias, principalmente para os investidores externos (MACÁRIO *et al.*, 2018).

---

<sup>16</sup> Reportagem exibida no Portal G1, em 24 de agosto de 2016.

Até então a indústria de transformação atingira 33% do PIB e passa a derreter sua participação até chegar em 2011 com 14,6% (CANO, 2012), alcançando 11,3% em 2017, (CNI, 2019), menor patamar desde 1947.

**Figura 2 – Brasil: Participação da indústria de transformação no PIB, em %**



No contexto de inserção tardia no mercado internacional, sujeitada ao isolamento do fluxo tecnológico que corria nos grandes centros, a pedra de toque se volta para aquilo que tinha de mais abundante. A busca do equilíbrio das contas realoca esforços no setor primário-exportador, com uma taxa cambial favorável (Cano, 2012).

As políticas de Estado, adotadas a partir da década de 1980, tornam-se bem receptivas para este tipo de economia. A abertura econômica, impressa nos anos de 1990 com Collor e FHC, contribuiu de um lado para o fortalecimento do setor primário-exportador e, do outro, o enfraquecimento da indústria frente a competição internacional (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Devido os produtos importados mais baratos, com sua tecnologia agregada na produção, a indústria nacional não consegue mais competir com as mercadorias estrangeiras. A redução das tarifas de importações, que protegiam a produção nacional, tornou o setor vulnerável (BERRIEL, 2016).

A fuga de capitais, em 1999, com a crise asiática reforçou ainda mais o recrudescimento em prol dos *commodities*. Na época o presidente, FHC, empenha-se para equilibrar a balança comercial com produção de *superávits*, adotando medidas bastante receptivas ao açúcar/álcool, soja, milho, carnes bovinas e aves, celulose e minerais (DELGADO, 2010). A área de soja saltou, em 1999 para 2010, de 11.438.303 para 23.290.696 hectares. No mesmo período, a cana-de-açúcar passou de 4.272.602

para 9.146.615 hectares. A quantidade de cabeças de gado abatidas passou de 13.374.663 para 27.974.982, entre 1999 e 2009. As aves elevaram de 962.029.422 para 4.776.233.239 (NAKATANI *et al.*, 2012). Esses produtos crescem na mesma velocidade das exportações, enquanto produtos para demanda interna, como milho, arroz, feijão e trigo pouco se expandiram. O foco das políticas, deslindam os autores, foi atender produtos com valores crescentes no mercado internacional.

Conforme destaca a ApexBrasil (2011), a partir do final da década de 1999, os *commodities*, principalmente agrícolas, começam a registrar valores ascendentes e entram, no século XXI, com uma nova fase de elevação marcada principalmente pelo efeito China, atraindo grandes investidores. Nesse período, FHC insere a mão do Estado para aproveitar o movimento ascendente e formular políticas para os recursos naturais. O lucro que esses produtos produzem ao capital internacional leva o governo a constantes alterações nas taxas cambiais, para manter a uma balança comercial superavitária ancorada na exportação de produtos naturais.

Essa taxa cambial é uma relação entre a moeda nacional e estrangeira, quantas daquelas são necessárias para adquirir essa. Isso causa forte impacto na balança comercial e rentabilidade empresarial. Nesse caminho, uma balança comercial, que mensura a relação entre exportações e importações, isto é, venda e compra, entre países, pode ser favorável ou desfavorável. Caso seja favorável, temos uma balança com superávit, o significa que o país exporta mais do que importa, tendo crédito no exterior, porque entra mais dinheiro do que sai. Do contrário, temos uma balança deficitária, na qual importa mais do que se exporta, tendo dívidas no mercado externo. O Estado, aqui, tem agido de modo mais benéfico para o setor exportador, pois cria um saldo positivo para a balança, sobretudo a partir das exportações de *commodities*.

De modo contrário ao que ocorre nas economias centrais, essas receitas não ficam no Brasil para serem investidas em seu desenvolvimento. A grande parte dela é drenada para pagamento de financiamento, principalmente por meio da dívida pública, comprados com esse saldo positivo. Porém, quando a balança comercial é negativa, o país vende mais títulos a juros elevadíssimos e renegocia os já existentes, para financiar sua atividade econômica e retomar a balança positiva. Nesse sentido, é isso que tem atraído investidores internacionais para economias periféricas, como o Brasil (MACÁRIO *et al.*, 2018).

A taxa de câmbio pode favorecer mais um setor do que outro, a depender dos interesses do mercado. Caso ela seja depreciada, a moeda nacional se desvaloriza frente à moeda estrangeira, particularmente o dólar, favorecendo as exportações que se tornam mais competitivas. Entretanto, torna-se oneroso importar, pois é necessária mais moeda nacional para compra de produtos estrangeiros dolarizados.

Dessa maneira, a taxa cambial, caso seja apreciada, com necessidade de menos moeda nacional para importar, torna esse setor mais atrativo, reduzindo os ganhos na exportação. A mesma também pode ser benéfica a esse setor, devido ao baixo custo e alta rentabilidade que os *commodities* tem apresentado em um cenário internacional aquecido, principalmente pelo efeito China, mas insuportável para a indústria, pois seus produtos de tecnologia secundária não são competitivos.

A contribuição para essa agenda estaria, segundo Oreiro e Feijó (2010), na mudança da valorização cambial, iniciada pelo presidente FHC. Essa alteração, que deixou a variação a cargo do mercado, permitiu manter a moeda apreciada, o que possibilitou manter os ganhos na produtividade exportadora de produtos básicos e quedas na manufatura. As indústrias, com isso, presenciavam a redução das taxas de importação, elevação das taxas de juros e superávit fiscal (Cano, 2012) mitigando os ganhos da taxa cambial. A indústria começa a derreter sua participação econômica, justamente o setor considerado fundamental no processo desenvolvimentista (FURTADO, 2005).

A industrialização, mesmo não sendo peça fundamental, é, como já alertavam os desenvolvimentistas e novos desenvolvimentistas, até mesmo os liberais ortodoxos, importante motor para diversificar a economia e evitar a doença holandesa. Carvalho e Carvalho (2011, p. 42), por exemplo, entendem que “a industrialização é condição necessária, mas não suficiente, para que uma economia subdesenvolvida alcance o padrão de desenvolvimento das economias desenvolvidas”, pois ela acaba pressionando outros setores o que eleva, principalmente, o desenvolvimento tecnológico, por consequências o investimento em mão de obra. Assim, sendo exatamente o que não tem ocorrido no país.

Aqui reside a contribuição de Marini (2013) ao afirmar que, ao contrário do que essas escolas afirmavam, esse processo industrial não se completou devido a condição dependente, não só Brasil, mas de toda a América Latina, na marcha da expansão capitalista. Desse modo, em posição subordinada, aumenta ainda mais a exploração sobre essas economias já debilitadas a partir de um novo padrão do capital

estrangeiro, especialmente a partir da segunda guerra mundial, o que permite introduzir processos de baixo nível tecnológico.

No tocante a essa perda da participação industrial no PIB, o recorte de 2007 até 2017, para o quarto trimestre, somente a indústria de transformação passa de 16,6% para 12,2%, valor um pouco superior ao da CNI, enquanto o setor agropecuário salta de 5,2% para 5,4% e o de serviços de 67,7% para 73,3% no mesmo período, conforme dados do IBGE. No acumulado, a indústria geral vem amargando números menos favoráveis que os outros dois, conforme mostra os dados do IBGE.

**Tabela 9 – Brasil: Taxa de acumulação por setores e subsetores, para o quarto trimestre de 2007 a 2017**

Setores e subsetores	Trimestre											
	4º T 2007	4º T 2008	4º T 2009	4º T 2010	4º T 2011	4º T 2012	4º T 2013	4º T 2014	4º T 2015	4º T 2016	4º T 2017	
Agropecuária	3,2	5,8	-3,7	6,7	5,6	-3,1	8,4	2,8	3,3	-5,2	12,5	
Indústria	6,2	4,1	-4,7	10,2	4,1	-0,7	2,2	-1,5	-5,8	-4,6	-0,5	
Serviços	5,8	4,8	2,1	5,8	3,5	2,9	2,8	1	-2,7	-2,3	0,5	

Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais

Neste período, dos vinte produtos com maior volume financeiro de exportação, somente 5 produtos pertencem ao setor da indústria de transformação. E como se percebe, a soja é de longe o maior destaque, seja em termos absolutos quanto relativos.

**Tabela 10 – Brasil: Evolução dos 20 produtos de maior exportação, em bilhões de dólares**

Produtos	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	Variação %
Soja mesmo triturada	25.718	19.331	20.984	23.277	22.812	17.450	16.322	11.043	11.424	10.952	6.684	284,8%
Óleos brutos de petróleo	16.625	10.074	11.781	16.357	12.957	20.289	21.603	16.151	9.152	13.556	8.905	86,7%
Minérios de ferro e seus concentrados	19.199	13.289	14.037	25.819	32.492	30.989	41.817	28.868	13.240	16.539	10.558	81,8%
Celulose	6.345	5.569	5.586	5.290	5.179	4.700	4.985	4.748	3.307	3.901	3.012	110,7%
Milho em grãos	4.567	3.655	4.938	3.876	6.250	5.287	2.623	2.137	1.259	1.322	1.882	142,7%
Carne de frango congelada, fresca ou refrig.incl.miudos	6.428	5.946	6.228	6.885	6.995	6.723	7.058	5.784	4.807	5.809	4.215	52,5%
Demais produtos manufaturados	4.390	4.135	3.605	4.267	4.434	4.696	4.340	3.460	2.907	3.521	3.295	33,2%
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	4.973	5.193	5.821	7.001	6.787	6.595	5.689	4.719	4.591	4.361	2.957	68,2%
Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada	5.070	4.345	4.628	5.734	5.351	4.478	4.161	3.851	3.017	3.974	3.468	46,2%
Café cru em grão	4.600	4.843	5.555	6.040	4.580	5.720	7.999	5.179	3.761	4.131	3.376	36,3%
Açúcar de cana, em bruto	9.042	8.282	5.901	7.450	9.164	10.030	11.548	9.307	5.979	3.649	3.130	188,9%
Produtos semimanufaturados de ferro ou aços	4.175	2.691	3.008	3.195	2.710	3.842	4.637	2.592	1.734	4.002	2.340	78,4%
Automóveis de passageiros	6.670	4.671	3.366	3.195	5.485	3.725	4.376	4.415	3.245	4.915	4.653	43,3%
Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc	904	3.647	1.943	1.983	7.736	1.458	1.043	102	-	1.485	682	32,5%
Ferro-ligas	2.465	2.103	2.261	2.746	2.351	2.788	2.495	2.038	1.427	2.306	1.465	68,3%
Óleos combustíveis (óleo diesel, fuel-oil, etc.)	1.422	794	1.295	3.428	3.869	5.039	3.773	2.578	2.007	2.964	2.292	-38,0%
Aviões	3.517	4.291	4.034	3.430	3.828	4.747	3.924	3.972	3.860	5.495	4.718	-25,5%
Óxidos e hidróxidos de alumínio	2.769	2.337	2.593	2.409	1.860	1.947	2.224	1.742	1.304	1.538	1.294	113,9%
Máquinas e aparelhos p/terraplanagem, perfuração, etc.	2.263	1.374	1.317	1.906	1.788	2.181	2.198	1.368	607	1.736	1.502	50,6%
Minérios de cobre e seus concentrados	2.485	1.928	1.984	1.805	1.826	1.511	1.573	1.238	803	1.196	1.032	140,7%

Fonte: MDIC, 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017

A produção de produtos básicos e de baixo agregado tecnológico, com condições mais favoráveis, tem dominado a balança comercial. Enquanto isso, o setor de manufaturas apresenta valores bem mais modestos, sendo o melhor resultado para máquinas e aparelhos para terraplanagem, perfuração, etc. com 50,6%, seguido por automóveis de passageiros com 43,3%, demais produtos manufaturados com 33,2%, plataformas de perfuração ou de extração, draga, etc. com 32,5% e, por fim, aviões com recuo de 25,5%.

Esse cenário é que, segundo os economistas, tem contribuído com a desindustrialização e reprimarização. A atividade econômica do país tem sido de baixo agregado tecnológicos, com tendência de ascensão para exploração de recursos naturais. Enquanto isso, aqueles de alta tecnologia, nomeadamente as manufaturas, tem se inclinado para o outro lado.

Segundo Cano (2012), os indicadores de países desenvolvidos passam pelo “elevado nível da renda *per capita* e forte diminuição do setor agrícola no PIB e emprego” (p. 2). Esse processo é que força a diversificação produtiva, inclusive na agropecuária, criando um leque maior na economia. Todavia, no Brasil, principalmente

a partir da conjuntura da década de 1980, o país passa a retomar a pauta primário-exportadora, tornando-se cada vez mais dependente de *commodities*. A preço de uma economia subserviente, sua retomada permite produção de saldo positivo, mas com custo alto para o restante da população. O estado de bem-estar empresarial, novamente, cumpre com seu papel.

#### 2.2.5 Das políticas deletérias

O processo de desindustrialização e reprimarização de uma economia, como destacado pelos economistas, pode ser de ordem natural ou artificial. No Brasil tem se registrado um processo artificial, pois estaria encontrando em políticas favoráveis aos recursos naturais terreno fértil, o que estimula o ingresso de capital estrangeiro. A alta demanda, preço crescente, baixo custo e altas taxas de lucratividade se tornaram atrativas ao investidor internacional, uma vez que nessa nova fase da flexibilização do capital, a renda passa a ser extraída mais das atividades financeiras do que da atividade propriamente produtiva (MACÁRIO *et al.*, 2018). Assim, destacamos algumas políticas que tem contribuído com esse cenário, entre elas a cambial.

A questão cambial, como revela os estudos de Cano (2012), têm sido benéficas mais para o setor de exportação, nomeadamente de produtos básicos, do que para as manufaturas. Isso porque, como vimos até aqui, a lucratividade dos produtos primário tem sido historicamente satisfatório ao capital internacional, que financia sua atividade.

Superavitária e com taxas cambiais depreciadas apenaram não só a economia interna, pois desestimularam a indústria de transformação, como a classes menos favorecidas, que pagam por essas políticas com preços mais elevados devido sua carência de produtos no mercado interno, superexploração e redução das políticas sociais para manter saldos positivos na balança comercial.

Assim, essa política, como mostra os estudos de Macário *et al.* (2018), tem mascarado a real situação da economia, pois a baixa atividade interna tem sido escamoteada pelo saldo positivo da balança comercial. Entretanto, há altíssimos custos sociais em favor da manutenção da rentabilidade do capital financeiro internacional favorecido por essas exportações.

De maneira sintética, o que os analistas econômicos identificam é que a política cambial tem sido decisiva, mas isso é um dilema entre eles. O câmbio desvalorizado pode tornar o preço dos produtos internos mais competitivos no mercado externo. Por outro lado, valorizado pode reduzir o preço da aquisição de insumos e equipamentos importados para incorporar tecnologia na produção interna. Enquanto os desenvolvimentistas argumentam que o câmbio valorizado contribui com participação da manufatura, os neoclássicos o veem por outra perspectiva. Para esses, o regime de câmbio flutuante, sujeito a variação do dólar americano, tem produzido constante depreciação da moeda brasileira o que desestimula a produção industrial, tornando mais atrativo a produção e exportação de produtos básicos.

No que tange ao papel das importações de manufaturados no processo de desenvolvimento, Marconi e Rocha (2012) destacam posições antagônicas. Desse modo, se de um lado os defensores dizem que o câmbio valorizado aumenta a participação de importados no processo produtivo com produtos mais baratos, o que reduz o preço interno e o torna mais competitivo, há aqueles que defendem os efeitos deletérios. O aumento da entrada de importados poderia inibir a diversificação da estrutura produtiva como a própria industrialização.

Segundo Feijó *et al.* (2005), a interferência cambial surge num contexto de crise inflacionária e das políticas adotadas para sua contenção, com forte queda da participação industrial nos anos 80 do século XX. Nesse caminho, seguindo a década até 1998, período de abertura econômica desmedida do setor, principalmente de transformação, acaba reduzindo o fôlego. Entretanto, a mudança na apreciação da moeda nacional em 1999, quando da mudança cambial, permite o setor industrial estancar perda do peso da industrial no PIB, ainda não sendo o suficiente para alavancar o setor de alta tecnologia.

Os autores explicam ainda que o câmbio favorável à moeda nacional para manter os preços domésticos sob controle, que vai de 1994 até 1998, possibilitou uma estabilização econômica, mas acompanhada de desequilíbrio nas contas externas, pois entrava menos dólar por real. Isso, porque ele reprimia a entrada de capitais externos devido os juros serem pouco atraentes. A elevação da taxa de juros para atraí-los, consideram, foi um dos mecanismos para capilarizar investimento, o que elevou as reservas cambiais, mas limitou o crescimento interno e encareceu o consumo da classe trabalhadora, pois o preço foi a emissão de títulos da dívida pública que sangram os cofres públicos. No ano de 2019, somente, foram drenados 38,7% do

orçamento Federal para juros e amortização da dívida, enquanto foram executados somente 3,48% para Educação (FATTORELLI, 2020). Logo, a mesma explica que “[...] todo sacrifício social e econômico que temos feito ao longo dos anos para pagar a dívida pública federal tem alimentado exclusivamente a própria dívida, que não tem contrapartida em investimentos para o país” (p. 07).

Nesse sentido, ainda com a flexibilização do câmbio em 1999, é, somente em 2001, que o país passou a registrar saldos positivos, mas sem reduzir a tensão das empresas produtivas frente a instabilidade cambial, que passou a gerar inflação. Segundo Cano (2012), a política cambial, a partir do plano real, bem como juros altos e a âncora fiscal, atingiram em cheio a competitividade internacional da indústria brasileira. As decisões de investimento, com as altas taxas de juros, são proteladas diante da baixa expectativa do mercado.

A análise registra, ainda, que a abertura econômica no final da década de 1980, ainda com o governo Sarney, intensificada com Collor e FHC, reduziu drasticamente a proteção deste setor frente os produtos estrangeiros mais baratos, de forte e histórica injeção tecnológica. A mesma, conjugada com a taxa elevada de juros, inibiu o setor industrial, tornando os empresários reticentes quanto a investimento. Portanto, não houve o investimento esperado de capital externo, a não ser para especulação, principalmente com uma taxa de juros favoráveis.

Os neoclássicos, por sua vez, entendem que a política de desvalorização da moeda não só reprime o setor industrial, como pode afetar até mesmo as exportações de *commodities*. Dessa forma, como não é possível isolar os efeitos dessa desvalorização dos restos da economia, ela trará uma perda de poder de compra frente aos preços altos e menor renda da população, reduzindo seu padrão de vida, sobretudo dos mais pobres. Esses, diminuem o consumo e reduzem a demanda do setor industrial.

No mundo globalizado, os mesmos asseveram que os exportadores também são importadores de máquinas agrícolas, insumos, pacotes tecnológicos, etc., de outros países, o que pode afetar a curto prazo e exigir que o governo faça intervenções para que se mantenha os lucros em níveis de outrora. Logo, a desvalorização aumenta o custo em toda cadeia, podendo levar perda da vantagem competitiva no cenário internacional (GELLER, 2020).

Essa afirmação faz mais sentido para os anos de 2014 em diante, quando a taxa cambial se desvaloriza e favorece ainda mais as exportações de *commodities* em

uma economia com doença holandesa. A indústria, estrangulada desde a década de 1980, sem ter realizado o processo completo, ainda depende de muitos produtos, sejam matéria-prima ou equipamentos de alta tecnologia, que precisam ser importados. Logo, passam a sofrer depressão novamente.

Pode-se dizer que a migração da taxa de câmbio semifixa para flutuante em 1999 coincide com a conjuntura externa, ao qual FHC procura capilarizar. Conforme exposto por Bresser-Pereira *et al.* (2014), a doença holandesa tem seus tentáculos cravados em produtos primários e taxas de câmbio sobreapreciadas, tendo o petróleo como um de seus principais alvos. Sobrevalorizado, países abundantes em recursos naturais conseguem produzir rendas ricardianas, elevando as exportações de produtos de baixo custo: reduz o ganho em reais, mas dado o baixo valor de produção preserva a rentabilidade. Isso, não é possível no setor manufatureiro, que sofre tanto com os produtos importados como redução da rentabilidade e falta de financiamento na praça.

A ampla e desmedida abertura da economia também é apontada como uma política que contribuiu para a desindustrialização precoce. O trabalho de Carvalho e Carvalho (2011), mostra como esse processo entre os anos de 1995 e 1998 derrubou a participação da indústria no PIB. Todos os setores da indústria, sem critérios de seletividade, ficaram em desvantagens frente os produtos importados. As empresas com tecnologia da terceira geração provocaram não só o fechamento de muitas empresas nacionais, como desempregaram outros milhares. O declínio da participação do emprego da indústria, foi ainda registrado, em relação ao total nas principais economias avançadas de 28%, em 1970, para 18%, em 1994.

Nesse sentido, com uso mais agressivo de tecnologia, empresas estrangeiras estariam provocando desemprego por meio da automatização adotada, obrigando-os a migrar para os setores de serviços, mas em termos totalmente diferente em relação a posição que cada um possui na DIT. Não obstante, a invasão dos serviços por aplicativo e aumento do trabalho informal tem sido um de seus produtos bem acabados no Brasil. Esse, fruto da nova mobilidade do capital e do trabalho que não encontram mais fronteiras, trouxe mudanças qualitativas ao mundo do trabalho, alterando o estatuto de trabalho para ser um nanoempresário-de-si (ABÍLIO, 2017).

Para Cano (2012), as políticas neoliberais empregadas por Collor, reduziram o papel do Estado como indutor de desenvolvimento, até então importante para a indústria nacional. O mesmo sugere que elas poderiam ser evitadas se esse processo

fosse acompanhado de ajustes na modernização industrial, principalmente de transformação.

A alta taxa de juros para atrair investidores também tem sido um grande instrumento de penalização do empresário nacional. Conforme ensina Cano (2012), inibiu o investimento interno, que só se daria se e quando fosse absolutamente obrigado a investir. Nesse cenário, vislumbra apenas projetos de futuro curto e baixo investimento. Assim, não irá mirar na produção cara, de máquinas, de equipamentos e de produtos de alta tecnologia em suas instalações industriais, mas a valores agregados menores como doces, chinelos, etc. para retorno imediato. A indústria produtora de bens de consumo não-duráveis e leves opta por investir em empreendimentos menos arriscados e condizentes com a realidade brasileira, cujo nível tecnológico era relativamente simples (DEITOS, M. L. 2006).

O efeito China, nos anos 2000, é outro fator de suma relevância para a ascensão da produção dos produtos básicos em detrimento dos manufaturados. Após sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, passa a expandir sua participação econômica em nível global. A produção de manufatura impacta o mundo, puxando para baixo seus valores enquanto amplia a importação de recursos naturais, causando aumento no preço dos *commodities* (APEXBRASIL, 2011). Não por acaso, o *boom* das exportações brasileiras ocorre entre 2004 e 2008, movido pela forte elevação dos preços de matéria-prima e demanda física, impressas principalmente pelos chineses (CANO, 2012). Desse modo, nem mesmo a crise de 2008 foi capaz de reprimir os valores ascendentes dos *commodities*, abundantes nos países exportadores.

Contudo, o crescimento a partir das exportações, alavancadas pelo novo regime cambial de 1999 e impulsionados pelo efeito China, foi incapaz de estabelecer uma produção diversificada. A produção de *commodities*, seja da indústria ou a agropecuária, foi a que mais se beneficiou com essas medidas. Nesse sentido, se em 1994 a proporção de *commodities* exportados era de 50%, em 2010 ela já aparecia com 64,6%, fruto da excessiva concentração de investimentos nesse setor (APEXBRASIL, 2011). No ano de 2017, o país marca 62,8%, segundo a UNCTAD, um recuo de 0,2 p.p em relação ao ano anterior, mas, que ainda assim, o caracteriza como país dependente desse tipo matriz econômica, ressalta com preocupação a agência da ONU. Os dados do MDIC corroboram que dos US\$ 224,018 bilhões em exportação, 52,7% corresponderam a produtos básicos.

Portanto, sem políticas de reversão e diversificação da atividade econômica, mantem-se a histórica escassez de investimento em infraestrutura econômica e social. A educação, que possui uma das principais fontes de desenvolvimento tecnológico, tem sido afastada da pesquisa de ponta e reverbera no restante da sociedade, mantendo-a em posição histórica na DIT. A partir dessa nova conjuntura, Oreiro e Feijó (2010) apontam evidências empíricas de uma desindustrialização e reprimarização por conta da retomada do padrão de especialização produtiva e comercial submissa aos *commodities*, junto aos produtos básicos, como também destacada por instituições unilaterais.

#### 2.2.6 O futuro repetindo o passado

As relações sociais, estabelecidas a partir da estrutura colonial e retomadas a partir da década de 1980, tem mantido o padrão de reprodução econômica adequada a economia primário-exportadora e “modernizado” ainda mais a superexploração da força de trabalho. Na década de 1990, em uma nova fase de acumulação flexível, “[...] o arcaico/moderno incorporou um novo elemento na dialética da sociedade brasileira: o “pós-moderno”. Na verdade, a nova flexibilidade pós-moderna se repõe sobre a flexibilidade crônica do Brasil arcaico e moderno” (MACÁRIO *et al.*, 2018, p. 61).

O cenário presenciado hoje, portanto, não é novo, data de um passado ainda persistente, que cresce e se alimenta dele. Os estudos de Maciente *et al.* (2012), explicam que aquele período impingiu uma estrutura para ocupação de complexidade e competências medianas para atender demanda do mercado de baixo fator tecnológico. Logo, esse modelo tende a reproduzir relações sociais nos mesmos termos.

Lógico, que esse processo não é involuntário, como vimos acima, houve, e há, interesses para que o país assim permanecesse, enquanto outros se aproveitaram dessa condição para ocupar e sedimentar posições mais complexas na DIT a preço do processo que se instalou em países como o Brasil. Bryan (2015), explica como os países capitalistas centrais se desenvolveram a partir do momento em que a ciência se converteu em meio para produção de riqueza. Registra, ainda, que a preocupação, entre o conhecimento e a produção, era perceptível já no século XVIII, quando o parlamento inglês instituiu um prêmio para quem conseguisse desenvolver um relógio

com maior precisão e pudesse evitar as perdas constantes de navios, junto a suas cargas. Algo inimaginável para o capitalista nascente do outro lado do oceano, seja pela sua iniciativa despreocupada ou proibição imposta pela metrópole, subordinada às relações econômicas hegemônicas.

Frigotto e Ciavatta (2003) analisaram exatamente esta retomada, já nos anos 90 do século XX, quando as grandes potências passam a competir pelo monopólio, não somente da riqueza, que já havia extraído dos países periféricos, mas da ciência e da tecnologia. Os países semiperiféricos, como o Brasil, acabaram ficando relegados a trabalhos simples, de atividades neuromusculares, reverberando em todo arranjo sociopolítico-econômico capitaneado pelas políticas de Estado.

Bryan (2015), explica que, com o advento do capitalismo industrial, habilidades e saberes dos trabalhadores passam a serem separados dos indivíduos e transferidos para o capital, o que permite uma sociedade sair de um modo de produção simples para um mais complexo. Este processo de alienação é inerente ao avanço das sociedades industriais que necessitam, em um primeiro momento, investir na capacitação mais apurada de sua força de trabalho, ocorrido nos países centrais e naqueles que buscaram superar a marginalidade econômica, como foi a Rússia.

A superação do atraso industrial deveria ser corrigida com foco na qualificação dos trabalhadores via sistema educacional guiado por políticas de Estado. Entretanto, como explica Marini (2013), nos termos em que o país é integrado ao sistema capitalista, este “atraso”, do qual diversos autores se referem, é, na verdade, condição impressa pelos países centrais na própria relação de subordinação aos países periféricos, que os colocam sob a égide do atraso e exploração. Portanto, não se trata de nos encontrarmos em uma etapa anterior do capitalismo, em que bastaria mais esforço para avançar a próxima, coisa acessível a todos os países, mas de políticas condicionadas que não permitem mais que a criação de uma indústria débil.

Frigotto e Ciavatta (2003) aclaram que esta nova fase do capitalismo busca não somente o domínio da riqueza, já realizado em outrora, mas do conhecimento e tecnologia. Isso, evitaria sua democratização e manteria os países que já vinham esboçando avanço no parque industrial por meio das políticas desenvolvimentistas, dependentes de sua produção tecnológica por meio das importações de produtos acabados.

Muitos teóricos atribuem essa posição dependente a sua inserção tardia no capitalismo, o que teria deixado pouco espaço para o país no cenário internacional,

principalmente no aspecto do desenvolvimento industrial, uma vez que grande parte e as melhores fatias dos mercados já tinham sido loteadas. Isso, acabou reservando uma posição estanque no cenário internacional, sem grandes margens de manobras, não restando

[...] outra alternativa a não ser oferecer a estes uma sociedade no próprio processo de produção no Brasil, usando como argumento as extraordinárias possibilidades de lucros que a contenção coercitiva do nível salarial da classe operária contribui para criar. (MARINI, 2013, p. 157).

Entretanto, isso não é um processo natural e sim uma constituição artificial, programada, cujas bases estão no seu papel de fornecer produtos primários. Oliveira (2003) sublinha que essa fase não se trata de um estágio do desenvolvimento, mas sim produto da expansão capitalista que determinou qual o papel de cada economia no cenário global, com articulação dos interesses internos e externos, para subtrair parte das economias periféricas. Por isso, Furtado (2005) rechaça a ideia de que o subdesenvolvimento seja uma fase do capitalismo. Para ele, é uma condição histórica, de uma opção política, que bloqueou o desenvolvimento técnico nos mesmos termos do capitalismo central, no qual todos os expedientes foram realizados para consolidação dessa posição.

Nesse sentido, com o bonde da história passando, estrategicamente orientada pela burguesia nativa e a atual bancada ruralista, o país se conformou para uma economia periférica fornecedora de produtos tropicais, pois atendia e tem atendido perfeitamente os interesses da classe dominante. Enquanto nos países centrais, as políticas de Estado se orientavam para uma estrutura econômica complexa, aqui, ela caminhou e tem caminhado em direção oposta.

De formação contraditória, avessa, a imagem do ornitorrinco é uma metáfora fiel do desenvolvimento brasileiro cunhado por Oliveira (2003). O gigante com pés de barro, corpo grande sustentado por pernas esqueléticas, combina com a estrutura que se levanta, cambaleante da exclusão social apoiada sobre o povo trabalhador em estado de eterna penúria, para sustentar uma elite opulenta, com os poderes ainda intactos pelos diversos meios utilizados.

Preso nesse processo, entre o modelo e arcaico, a miséria e abundância, assim como aquele animal, a indústria não é uma coisa nem outra, pois precisaria romper com o passado colonial, que permite essa elite competir no mercado livre sem riscos, conformado a um papel menor no cenário internacional. Não obstante, buscando manter essa posição, todos os esforços foram utilizados para manter o país em uma condição de dependência e subserviência que atendia aos interesses dos “donos do poder” e ao mercado externo, minando a industrialização. Assim, mesmo em momentos em que essa estrutura parecia arrefecer, eram sempre nos termos da velha mentalidade: modificava-se para manter o mesmo.

A guisa da conclusão, como sugere Feijó *et al.* (2005), o país tem passado por um processo de desindustrialização. Os setores industriais especializados em recursos naturais têm sido alavancados, ao passo que a indústria de transformação, que permite de fato analisar o processo de desindustrialização, tem se retraído. Enquanto as políticas foram mais benéficas para setores de uso intensivo de recursos naturais, o mesmo não se pode dizer daqueles que usam tecnologias complexas.

Desse modo, com uma estrutura industrial ainda frágil, por não ter alcançado estágio maduro de evolução, temos vivenciado uma regressão que coloca o país na esteira da recolonização. O freio de mão da indústria, voltado cada vez mais para a produção de produtos naturais, parece ter sido mais uma vez acionado.

### 3 POSTOS DE TRABALHO E EDUCAÇÃO PARA FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM UMA ECONOMIA PRIMARIO-EXPORTADORA

O pensar a relação entre educação e trabalho é uma tarefa ingente, portanto, Mészáros (2008) se torna indispensável nessa empreitada. Segundo o autor, seja esta ou aquela instituição, no modelo de sociedade atual, ambos têm sido subordinados a estrutura capitalista, legitimando-os diuturnamente por meio de uma indução passiva, na qual a educação se apresenta como engrenagem indispensável. A sua provocação assim feita, “[...] digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade que eu te direi onde está a educação” (p. 17), revela toda sua segurança em estabelecer a relação ao qual estão sujeitos. Portanto, em uma sociedade onde a economia é pautada em produtos primários para exportação, as políticas de Estado para ambos visam sujeitá-las à manutenção e reprodução dessa matriz.

Estudiosos observam essa relação de longa data, principalmente a partir das reformas educacionais da década de 1990. Shiroma *et al.* (2011) explicam em seus estudos como as políticas, especificamente as educacionais, são cuidadosamente pensadas e planejadas pelos governos. Sob essa ótica, para o filósofo húngaro, a educação não possui só o propósito de fornecer conhecimento e força de trabalho para expansão do sistema, mas também os valores que legitimam os interesses da classe dominante. Isso, é o que tem permitido a estrutura produtiva sobreviver por tantos séculos sem que a bandeira da educação emancipadora e omnilateral mobilize toda a sociedade.

Nessa esteira, Gadotti (2010) desfecha fortes críticas sobre o papel da educação sob a égide da lógica do capital, nos termos mercantil de qualidade total, prostrando-se apenas como formadora de mão de obra para o mercado de trabalho. Devido a estrutura econômica brasileira possuir baixa complexidade tecnológica, a formação educacional deveria ser orientada para ocupações correspondentes, o que tem ocorrido, conforme revela o estudo de Saboia (2009). Segundo sua pesquisa, que compreendeu o período de 2003 e 2008, de fato o país viveu um período excepcional na geração de emprego no início do século XXI, mas foram para ocupações de qualificação rasas. Para ele o país vem de longa data se conformando para uma economia voltada às atividades simples e explica que há pouca pressão por parte de nosso modelo econômico por capital humano de média e alta produtividade. O

mercado brasileiro, tecnicamente arcaico e de baixa produtividade, exige ocupações correspondentes, completa.

Deitos (2019), analisando as orientações das políticas para a educação pelos órgãos internacionais, especialmente o profissional, aos jovens trabalhadores, atenta para a recomendação de tomar como referência as demandas do setor produtivo. A partir dele é que se deve ditar qual deve ser o tipo de formação que necessitam. Dessa feita, explica que com uma economia caminhando em direção a uma estrutura predominantemente produtora de bens primários, a educação deverá se conformar as suas necessidades e é o que tem ocorrido, pois ocupações de alta complexidade tem sido a exceção.

Os dados levantados, sistematizados a partir da análise das ocupações da força de trabalho no Brasil do site do MTE, para o período de 2007 e 2017, comprovam essa tendência. A partir das admissões, com ênfase naquelas ocupações de maior competência e complexidade, principalmente típicas para egressos do ensino médio e suas modalidades, como aquelas do Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), têm crescido mais lentamente.

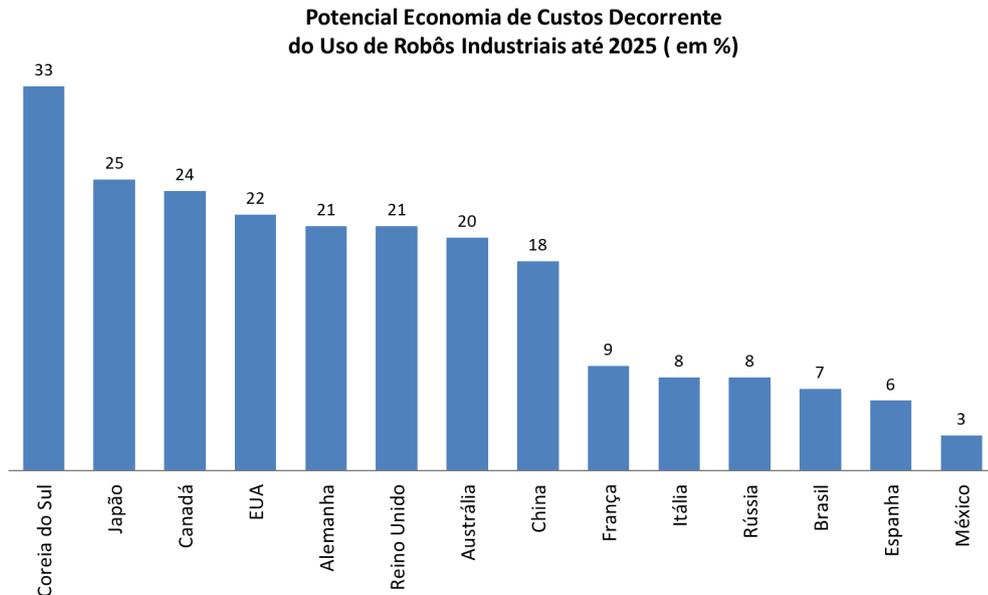
Schwartzman e Castro (2013) esclarecem que, apesar da queda do desemprego, o dinamismo da economia brasileira parece ter encontrado um limite e se conformado para um nicho de atividade simples. O motor do crescimento, sublinham, tem se concentrado na exportação de *commodities*, sobretudo com destino para China, com baixo investimento de capital e redução do setor industrial. Portanto, indicadores de pouca dinamicidade econômica, afetando os tipos de postos de trabalho, as quantidades, os valores salariais e o nível de escolaridade necessário a sua reprodução.

De fato, quando se observa as ocupações e o papel da indústria na economia é o que vem ocorrendo, mas, signatários da teoria do capital humano, colocam mais uma vez sobre os ombros da escola e do próprio aluno a responsabilidade desse quadro. Nesse caminho, contraditoriamente ao que propõem (qualificar a educação brasileira) são ferrenhos críticos dos Institutos Federais de Educação e de qualquer empreendimento que não tenham como parceiros o setor privado.

Estudo do IEDI (2019) confirma esse movimento, ao registrar distanciamento do país na introdução da tecnologia da indústria 4.0. Essa geração tecnológica, aponta o estudo, indica uma redução de até 33% dos custos na produção até 2025. No Brasil, esta redução irá chegar ao máximo em 7%, o que impactará na geração de emprego

e tipos de postos de trabalho que os brasileiros, principalmente os jovens, irão enfrentar.

**Figura 3 – BRASIL: Economia de custo por injeção de tecnologia de geração 4.0 até 2025**



Fonte: IEDI

Esse quadro ocorre, pois segundo Sarti e Hiratuka (2018) nossa estrutura produtiva ainda é centrada na segunda e parcialmente na terceira revolução industrial. Pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam que apenas 58% dos empresários conhecem a tecnologia da indústria 4.0 e menos da metade a utiliza. Nesse caminho, destacam que 75% das empresas sequer alcançaram a terceira revolução industrial, o que levam a afirmar que apenas 1,6% delas podem, de fato, serem classificadas como 4.0.

O quadro não se trata de desconhecimento, mas de puro cálculo empresarial. Antunes (2002) explica que países com características dominantes do modelo de produção toyotista possuem uma pegada informatizada mais forte, concentrando ocupações mais tecnológicas, com redução do proletariado e ampliação do trabalho “mais intelectualizado”. Explica que economias com dominância fordista, por sua vez, cuja produção é mais massiva e despótica, passam a receber etapas menos complexas da produção para uma força de trabalho historicamente sub-remunerada e abundante, já que “foram derrotadas na concorrência dos mercados mundiais e já

não podem levantar o capital monetário para continuar na corrida da produtividade” (p. 11). Nesse cenário é que atuam, propondo políticas de Estado de toda ordem para manutenção e reprodução das vantagens ricardianas dessa estrutura. Assim, compensam a marginalidade tecnológica por meio de baixos salários e superexploração (MARINI, 2013).

O grupo mais afetado por esse quadro é a juventude, pois possui o maior déficit de trabalho decente<sup>17</sup> (OIT, 2015). Em uma economia de baixa produção tecnológica, dependente da produção e exportação de *commodities*, a escolaridade elevada não necessariamente se converte em melhores postos de trabalho, impactando na continuidade dos estudos (MACIENTE *et al.*, 2012). Soma-se, ainda, o baixo investimento público em educação, a deserção escolar entra na alça de mira, explica Kuenzer (2011), ocorrendo principalmente na última etapa da Educação Básica.

Desse modo, com empregos que exigem escolaridade elementar, a antecipação da saída da educação básica, sobretudo no ensino médio, tem chamado a atenção. Abaixo apresentamos o panorama do mercado de trabalho, principalmente para os jovens egressos da última etapa da educação básica, que buscam ingresso em uma ocupação.

### 3.1 O cenário nacional das ocupações e qualificações Brasileira

Maciente (2013), em sua tese de doutorado, analisa a geografia econômica das empresas em um determinado território, como sua decisão de acomodação espacial depende da interação entre diversos fatores que ensejam no custo da produção. Essas razões podem levar em conta a oferta de infraestrutura, proximidade de fornecedores de insumo e consumidores, tecnologia, climas, recursos naturais, força de trabalho especializada, comunicação, etc., ou seja, vantagens naturais ou artificiais.

---

17 A OIT caracteriza trabalho decente a partir da convergência de quatro pilares, quais sejam: i) o respeito aos direitos no trabalho (em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotada em 1998); liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

Nessa equação, uma firma pode se instalar em determinado lugar cuja exigência de conhecimento para suas atividades possa ser simples, pois sua atividade pode ser voltada para produção de serviços, *commodities* e bens relacionados a produção primária. Portanto, se benéfica à empresa, ela pode abrir mão das vantagens endógenas e se adequar as exógenas, ou seja, as tecnológicas em função das naturais (mas o contrário também pode ocorrer).

A reestrutura global, pela qual o mundo tem passado desde a década de 1980, tem provocado esse movimento. O acirramento da competição no mercado internacional tem abarcado setores de segunda e terceira revolução industrial, com acentuado deslocamento de firmas para países periféricos, mormente do leste Asiático, o que reforçou as vantagens de custo advindas de economias de escala e escopo (SARTI; HIRATUKA, 2018). Esse descolamento alterou a rentabilidade e investimento neste setor, trazendo novos desafio para países como o Brasil, alertam os autores. Apesar de certos ganhos, notadamente pelo efeito China, a indústria nacional tem apresentado retração e estágio tecnológicos muito baixo, sendo decisivo na conta de empresas que buscam se instalar no país.

Com uma economia de pouca intensidade tecnológica, a exigência de qualificação para suas atividades mantém-se em níveis medianos, e determinante no processo de aglomeração de empresas (MACIENTE, 2013). O trabalho de Saboia (2009) fez essa revelação, reforçando a tese corrente de uma economia que tem gerado emprego, mas para ocupações menos complexas. Segundo o autor, o mercado brasileiro emprega pouca pressão por força de trabalho de média e alta produtividade, cuja explicação está na manutenção de atividade tecnicamente arcaicas e de baixa produtividade.

Neste trabalho, Saboia utiliza a Classificação Brasileira de Ocupações para analisar o cenário empregatício brasileiro e identificar quais ocupações que mais têm sido absorvidas pela economia brasileira. A CBO é um material muito útil e complexo, pois visa dar conta não só dos postos de trabalho como também das características e competências necessários para aquele cargo. Essa, importante para pesquisadores da área, permite uma série de levantamento estatísticos a respeito de todas as ocupações movimentadas no mercado brasileiro e sua distribuição na forma de empregos formais.

### 3.1.1 Classificação de Competência

Uma das fontes ou base de dados mais utilizada no campo das estatísticas, pesquisas e políticas públicas sobre o comportamento da geração de emprego tem sido a CBO, pois com ela é possível nomear, descrever e codificar cada profissão, o que permite ter um panorama melhor das profissões que atuam no mercado de trabalho brasileiro. Essa “é o documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro” (CBO, 2010, p. 8). Por meio dela, é possível classificar e descrever uma ocupação.

A CBO se organiza em 10 Grandes Grupos (GG), 48 subgrupos principais (SGP), 192 subgrupos (SG) e 607 famílias ocupacionais, agrupando 2.511 ocupações, identificados pelos respectivos códigos numéricos. Mesmo com discrepâncias, uma vez que o mercado de trabalho é muito dinâmico, ainda assim é uma importante ferramenta. A desagregação das ocupações trata com distinções algumas profissões que, mesmo possuindo números diferentes, mas muitos similares, podem exigir de alguma forma habilidades semelhantes dos executores, como, por exemplo, a ocupação 6123-15, Produtor na olericultura de talos, folhas e flores e a 6123-20, Produtor na olericultura de frutos e sementes.

Apesar de estarem no mesmo Grande Grupo, Família, possuírem a mesma descrição da atividades, formação/experiência e condições de trabalho, são para áreas mais específicas daquela profissão dentro da família Produtores Agrícolas na Olericultura. Isso permite, do ponto de vista de políticas públicas, ampliar a visualização dos postos de trabalho privilegiando um leque maior de empregos, junto a sua complexidade e, inclusive, melhor recolocação de trabalhadores como é realizado pelo Sistema Nacional de Empregos (SINE).

Nesse sentido, um leque tão grande de ocupações, abarcado por este documento, pode trazer grandes distorções, como a dispersão salarial e escolaridade, assim como dificultar a avaliação desses empregos. Desse modo, as atividades com níveis considerados de menor complexidade podem apresentar melhor remuneração do que uma mais complexa, como é o caso do Decorador de eventos. Para essa, sem escolaridade definida, formação técnica de nível médio e universitária são mais desejáveis, conforme descrição na CBO, remunera-se em média R\$ 1.600, segundo dados da RAIS. Já para trabalhadores na navegação marítima, fluvial e regional,

considerado de nível complexo inferior, exige Ensino Fundamental e curso básico de qualificação, com média salarial de R\$ 2.600.

Para a CBO, uma ocupação, trata-se de uma construção artificial para designar a agregação de empregos e suas atividades exercidas dentro de um cargo. Para elas, existem níveis de competências que são os conhecimentos mobilizados para realizar determinada atividade daquele emprego ou trabalho, da sua complexidade e responsabilidade exigente. Nesse sentido, para captar essas exigências, cada ocupação é localizada em um grande grupo (GG) que possui níveis associados por competência, quais sejam: GG1, membros superiores do poder público, dirigentes de organizações públicas e de empresas e gerentes, exigem competência extremamente heterógenas, já que engloba desde prefeitos a líderes religiosos e indígenas; o GG2, profissionais das ciências e das artes, requerem conhecimento de nível mais elevado e experiência no campo das ciências físicas, biológicas, sociais e humanas, predominante de ensino superior; o GG3, técnicos de nível médio, requerem para seu desempenho conhecimento de nível técnico, principalmente relacionados à educação de ensino médio.

Esses dois, o GG2 e GG3, possuem o maior número de ocupações com requisitos de formação mais complexas. Os demais, como o GG4, trabalhadores de serviços administrativos, exigem competências menos complexas, com capacidade para ordenar, armazenar, computar e recuperar informações. O GG5, trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, exigem conhecimento e experiência para prestar serviços às pessoas, serviços de proteção e segurança ou a venda de mercadorias em comércio e mercados. O GG6, trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e de pesca, é necessário conhecimentos e experiência necessários para a obtenção de produtos da agricultura, da silvicultura e da pesca. Enquanto isso, o GG7, trabalhadores de sistemas de produção, com atividades ligadas à forma do produto requer conhecimentos e experiência em atividades necessárias para produzir bens e serviços industriais.

Os dois últimos, apesar muito semelhantes, envolvem atividade diferentes. O GG8, trabalhadores de sistemas de produção, em atividades contínuas devem ter capacidades de operar processos industriais contínuos, enquanto o GG9, trabalhadores de manutenção e reparação, exige competência para reparar e manter aquelas máquinas e equipamentos em funcionamento. O GG0, membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares, de exclusividade militar, possui uma gama

heterogênea de competências, por isso não entrará na análise, bem como o GG1 pelas condições similares.

Para cada GG se estabelece um nível de competência, que vai do dois ao quatro, cujo maior número revela seu grau de complexidade, amplitude e responsabilidade em sua execução (SABOIA, 2009), não necessariamente escolaridade. Entretanto, sua relação com o nível de formação escolar é corrente, pois além dos elementos descritivos e sua operacionalidade dar um panorama do tipo de ensino requerido àquela ocupação, cada família apresenta uma descrição da formação exigida para aquele grupo de ocupações.

O conceito de competência, explica Kuenzer (2007), por ser polissêmico, tem assumido diversos significados, particularmente ligado a formação profissional em face dos novos arranjos do trabalho. A progressiva substituição de processo mais rígidos, mecânicos e repetitivos tem dado lugar a uma formação que “[...] articule conhecimento, atitudes e comportamentos, com ênfase nas habilidades cognitivas, comunicativas e criativas” (p. 16). É preciso saber, saber fazer, saber ser e saber viver, capacidade de resolver problemas em situações dadas que vai exigir racionalidade pedagógica e racionalidade econômica. De dimensão ampla, pode sofrer um perigoso esvaziamento e se deter somente na esfera operacional, de cunho apenas mercadológico, alerta essa pedagoga.

Deitos, M. L. (2006) em sua pesquisa de doutorado identifica esse movimento que passa a privilegiar mais o tema competência do que qualificação, pois aquele se adequa mais a nova organização da produção. O enfoque, inerente ao meio produtivo, dá-se mais na pessoa do que nas ocupações, de tal forma a adequá-los as novas imposições do processo de trabalho. Agora, o trabalhador também assume sua formação em vista do próprio mercado, valorizando ainda mais a mercadoria.

Nesse caminho, entra o papel fundamental da educação, instrumento legítimo de internalização de valores de interesse dos “donos do poder” (FRIGOTTO, 2006, MÉSZÁROS, 2008). Por isso, para autores como Saboia (2009), essas competências estão ligadas ao nível de qualificação da força de trabalho brasileira, impressas pela qualidade do ensino, particularmente ensino médio, como também apontado nos estudos de Schwartzman e Castro (2013). Os autores explicam que os baixos salários e os tipos de emprego que o país tem gerado, refletem a qualidade da educação brasileira. De modo que, para eles, a solução não se dará pelo aumento de emprego,

como registrado na primeira década do século XXI, mas sim pela qualidade do ensino que será destinado a formação desses trabalhadores.

Os documentos da OIT para a América Latina também comungam com essa posição dos pesquisadores citados acima, atribuindo à qualidade da educação responsabilidade pelo desdobramento conjuntural do país. Porém, sem entrar ainda nesse mérito, já adiantamos que se trata de um engodo atribuir à educação uma responsabilidade que emana externa a ela. Esse discurso, principalmente de Schwartzman e Castro, reservam, na verdade, uma menor participação do Estado no financiamento da educação, pois acreditam que não se trata de quantidade de investimento, que teria de sobra, mas da qualidade de sua gestão, logo, poderia ser inclusive reduzido. Contudo, como os números abaixo indicam, o financiamento tem se mantido muito abaixo daqueles países que esses pesquisadores tomam como modelo, adotando até mesmo movimento contrário ao que propõem.

Azzoni (2018), a partir da adaptação ocupacional realizada por Maciente (2013), identifica três dimensões de habilidade que cada ocupação requer, alocando-as em níveis cognitivos, sociais e motoras. Dessa forma, procurou ter um quadro da complexidade da força de trabalho absorvida e o que se registrou foi exatamente uma redução na absorção daquelas de altas habilidades, como cognitivas, junto ao aumento para aquelas de menores habilidades, sociais e motoras, bem como redução da premiação salarial para ocupações mais sofisticadas, conclui.

Abaixo, é possível ter um panorama geral das principais ocupações que mais têm sido admitidas no Brasil, para os anos de 2007 e 2017, juntamente do grau da formação da força de trabalho que a estrutura econômica brasileira tem demandado.

### 3.1.2 Principais ocupações com mais admissão formal

Buscamos, com vistas a encontrar um número razoável de ocupações para competência de nível mais elevado (principalmente aqueles de ensino de nível médio técnico, teoricamente mais rentáveis e exigentes aos jovens egressos da educação básica) observar entre as cinquenta primeiras ocupações com maior número de admissões formal, ou seja, com carteira registrada, para os anos de 2007 e 2017. Para além dessa marca, as tabelas começam a se tornar excessivamente extensas, uma vez que em sua totalidade podem apresentar mais de 2.500 linhas. Dessa forma,

como solução, a CBO permite localizá-las por meio dos Grandes Grupos (GGs) e será realizada nas tabelas que seguem.

Para registrar esse movimento nas admissões, será utilizado o Caged, do MTE. Apesar da RAIS ser mais ampla, já que registra também os estatutários, ela não é muito confiável na medida em que sua cobertura modifica de um ano para outro, conforme alerta Saboia (2009). Porém, a título de tendência, essa também será utilizada.

O decurso de 10 anos se apresenta razoável para a consistência nos apontamentos da dinâmica dos empregos e 2017 já estar praticamente com todos os dados finalizados quando do início dessa pesquisa. Nesse sentido, é um tempo que dá um panorama da filosofia política de Estado (JANNUZZI, 2001). A título de atualizações consideradas relevantes, algumas análises serão realizadas com dados mais recentes.

A tabela abaixo mostra que houve poucas mudanças em relação as ocupações daquele ano para esse. A primeira posição, Vendedor de Comércio Varejista, permaneceu na primeira posição nos dois anos, enquanto na segunda, Servente de Obras, recua para quarta, sendo ocupada agora por uma outra ocupação do setor de serviços, Auxiliar de Escritório em Geral.

Entre as dez primeiras ocupações, sete se repetem apenas alternando posições, aumentando em mais uma do GG4, dobrando o número do GG5, desaparecendo as duas do GG6 e diminuição de uma do GG7. As ocupações mais complexas, como aquelas do GG2 e GG3 em ambos os anos se encontram ausentes.

**Tabela 11 – Brasil: 10 ocupações com mais admissões para os anos de 2017 e 2007, de janeiro a dezembro**

Posição	2017	Admissão	2007	Admissão
1	Vendedor de Comercio Varejista	932.826	Vendedor de Comercio Varejista	924.150
2	Auxiliar de Escritório, em Geral	626.325	Servente de Obras	682.723
3	Faxineiro	548.561	Auxiliar de Escritório, em Geral	616.592
4	Alimentador de Linha de Produção	479.776	Alimentador de Linha de Produção	502.161
5	Servente de Obras	443.016	Faxineiro	498.343
6	Assistente Administrativo	396.698	Trabalhador da Cultura de Cana-de-açúcar	452.902
7	Operador de Caixa	377.225	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Intern	269.255
8	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Intern	285.655	Trabalhador Agropecuário em Geral	265.851
9	Atendente de Lanchonete	245.101	Assistente Administrativo	255.782
10	Repositor de Mercadorias	243.152	Pedreiro	238.427

Fonte: MTE/Caged, 2007; 2017

No recorte das cinquenta primeiras ocupações em 2007 não havia presença de nenhuma ocupação registrada no GG2 e GG3. Porém, em 2017 esse apresentou duas, Técnico em Enfermagem no 27º lugar e Assistente de Vendas em 33º, mas nenhuma daquele. O GG4 saiu de 9 para 10 ocupações declaradas, o GG5 de 15 para 18, o GG6 de 8 para 6, o GG7 de 14 para 11 e os dois últimos, ambos de 2 para 1, conforme se verifica na tabela 13.

No quadro Geral das movimentações dos Grandes Grupos, ocupações do GG 2 e 3 foram os que mais registram alta relativa, mas em termos absolutos o GG4 e GG5 se sobressaem.

**Tabela 12 – Brasil: Admissão de ocupações registradas nos Grandes Grupos da CBO, para os anos de 2017 e 2007, de janeiro a dezembro**

	Grandes Grupos	2017	2007	Varição%
GG2	Profissionais das Ciências e das Artes	679.686	529.960	28,30%
GG3	Técnicos de Nível Médio	1.007.600	830.225	21,40%
GG4	Trabalhadores de Serviços Administrativos	2.701.769	2.338.944	15,50%
GG5	Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comercio em Lojas e Mercados	4.254.886	3.595.773	18,30%
GG6	Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca	963.453	1.557.044	-38,10%
GG7	Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais	3.387.540	4.163.269	-18,60%
GG8	Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Indust.	460.126	580.030	-20,70%
GG9	Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção	348.618	502.259	-30,60%

Fonte: MTE/Caged, 2007; 2017

O GG 2 foi, em termos relativos, o que apresentou melhores resultados, seguido pelo GG3. Porém, quando comparado com os números absolutos, ainda representam uma pequena fatia do mercado de trabalho, 12% e 9%, respectivamente. Nesse sentido, ainda predomina a geração de emprego principalmente para o setor de serviços e comércio em detrimento da industrial, principalmente aquela de ponta que exige formação de nível superior.

Os dados do IBGE (2019) confirmam esse movimento. Na estrutura de valor adicionado de atividade econômica, por setores, a agropecuária avançou, em 2007, de 5,2% para 5,4% em 2017. O setor da indústria, por sua vez, sai de 27,1% para 21,3% e o de serviços e comércio de 67,7% para 73,3%, respectivamente para os mesmos anos, sendo esse o que tem apresentado maior absorção da força de trabalho. Dessa maneira, das 50 ocupações elencadas, aquelas do GG4 e GG5 se destacam e, somente em 2017, localiza-se ocupações para grupos de qualificações mais complexas, como o GG3.

**Tabela 13 – Brasil: As 50 ocupações com maior número de admissões para os anos de 2007 e 2017, entre janeiro e dezembro dos respectivos anos**

Posição	2017	Admissão	2007	Admissão
1	Vendedor de Comercio Varejista	932.826	Vendedor de Comercio Varejista	924.150
2	Auxiliar de Escritório, em Geral	626.325	Servente de Obras	682.723
3	Faxineiro	548.561	Auxiliar de Escritório, em Geral	616.592
4	Alimentador de Linha de Produção	479.776	Alimentador de Linha de Produção	502.161
5	Servente de Obras	443.016	Faxineiro	498.343
6	Assistente Administrativo	396.698	Trabalhador da Cultura de Cana-de-açúcar	452.902
7	Operador de Caixa	377.225	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Intern	269.255
8	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Intern	285.655	Trabalhador Agropecuário em Geral	265.851
9	Atendente de Lanchonete	245.101	Assistente Administrativo	255.782
10	Repositor de Mercadorias	243.152	Pedreiro	238.427
11	Recepcionista, em Geral	214.244	Operador de Caixa	236.751
12	Pedreiro	213.129	Trabalhador da Manutenção de Edificações	202.700
13	Cozinheiro Geral	186.007	Trabalhador Volante da Agricultura	198.594
14	Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	184.643	Cozinheiro Geral	194.888
15	Trabalhador Agropecuário em Geral	181.613	Atendente de Lanchonete	187.379
16	Auxiliar nos Serviços de Alimentação	169.594	Recepcionista, em Geral	182.734
17	Porteiro de Edifícios	159.522	Repositor de Mercadorias	174.474
18	Trabalhador Volante da Agricultura	159.509	Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservaç	152.874
19	Almoxarife	155.677	Vigilante	145.668
20	Atendente de Lojas e Mercados	140.467	Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	142.131
21	Vigilante	139.219	Embalador, a Mao	133.979
22	Promotor de Vendas	125.278	Trabalhador no Cultivo de Arvores Frutíferas	133.859
23	Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservaç	125.217	Porteiro de Edifícios	132.785
24	Ajudante de Motorista	121.604	Ajudante de Motorista	126.533
25	Trabalhador da Cultura de Cana-de-açúcar	121.179	Almoxarife	116.194
26	Embalador, a Mao	112.737	Trabalhador da Cultura de Café	111.211

27	Técnico de Enfermagem	106.712	Promotor de Vendas	109.550
28	Frentista	103.122	Continuo	105.924
29	Garçom	99.099	Costureiro na Confecção em Serie	93.496
30	Trabalhador no Cultivo de Arvores Frutíferas	98.041	Frentista	90.228
31	Armazenista	84.450	Soldador	82.238
32	Trabalhador da Manutenção de Edificações	78.388	Garçom	81.766
33	Assistente de Vendas	77.819	Operador de Telemarketing Receptivo	81.344
34	Açougueiro	77.344	Vigia	81.052
35	Mecânico de Manutenção de Maquinas, em Ger	71.119	Mecânico de Manutenção de Maquinas, em Ger	71.329
36	Soldador	69.622	Vendedor em Comercio Atacadista	65.412
37	Vigia	65.419	Motorista de Carro de Passeio	62.224
38	Vendedor em Comercio Atacadista	62.063	Carpinteiro	60.510
39	Costureiro na Confecção em Serie	61.304	Motociclista no Transporte de Documentos e Pe	59.545
40	Zelador de Edifício	61.032	Trabalhador de Extração Florestal, em Geral	59.012
41	Motorista de Furgão ou Veiculo Similar	60.653	Motorista de Furgão ou Veiculo Similar	58.846
42	Continuo	60.279	Abatedor	56.289
43	Atendente de Farmácia - Balconista	58.864	Trabalhador Polivalente da Confecção de Calcad	56.210
44	Tratorista Agrícola	58.267	Armazenista	54.576
45	Operador de Telemarketing Receptivo	57.658	Copeiro	53.575
46	Motorista de Carro de Passeio	56.794	Costureiro, a Máquina na Confecção em Serie	52.541
47	Supervisor Administrativo	55.419	Tratorista Agrícola	48.553
48	Mecânico de Manutenção de Automóveis, Motoc	50.651	Açougueiro	47.743
49	Gerente Administrativo	49.353	Trabalhador da Pecuária (Bovinos Corte)	47.341
50	Trabalhador da Cultura de Café	49.316	Eletricista de Instalações	47.239

Fonte: MTE/Caged, 2007; 2017

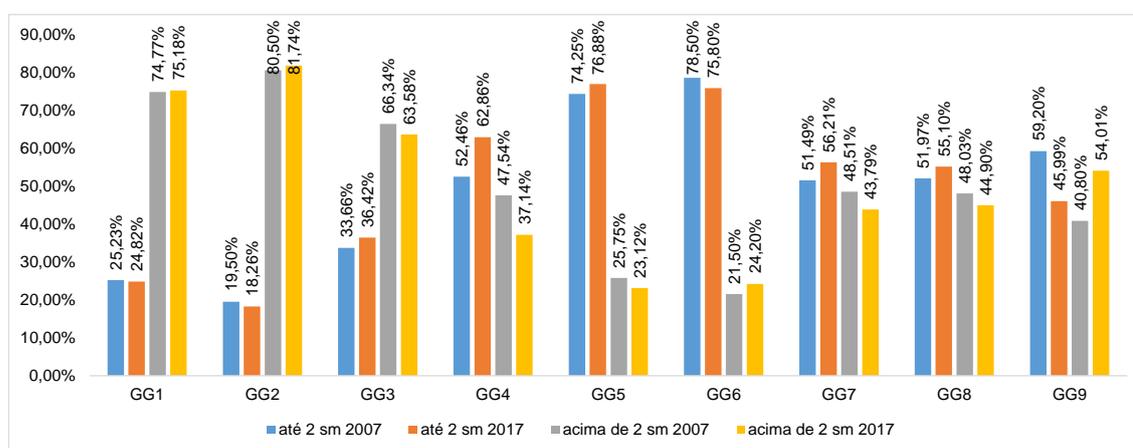
Entre essas ocupações, nenhuma era ligada a Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs), que são aquelas típicas da quarta revolução industrial. Apenas na 89ª posição, em 2007, registra-se a ocupação Analista de Desenvolvimento de Sistemas, nível 4 de competência, com 28.127 mil admissões. Em 2017, esta mesma ocupação aparece em 64ª com 40.263, aumento de 43%. Enquanto, naquele ano, 10,14% recebiam até 2 salários mínimos, neste passaram para 15,03%.

Ao mesmo tempo, na primeira posição, a ocupação com mais admissão, Vendedor de Comércio Varejista, marcou 924.150, em 2007, e subiu para 932.826, em 2017, um salto de menos de 1%. Naquele ano, 94,26% recebiam até 2 salários mínimos, enquanto neste passaram para 95,44%, excluindo os não classificados.

Registra-se que para ambas ocupações, 2017 é o que mais possui demissões para aqueles acima dos dois salários mínimos e saldo menor, entre admissão e demissão, que o de 2007. Ou seja, 10 anos depois, o número daqueles que recebem acima de 2 salários mínimos tem caído, bem como aumentado a demissão nessa faixa salarial.

De forma mais detalhada, é possível identificar, dentro dos GGs, da CBO, para o mesmo período, esse movimento da premiação salarial.

**Figura 4 – Brasil: Número de empregos em 31 de dezembro por ocupações por Grande Grupo: representação relativa da média salarial para período 2007 e 2017**



Fonte: MTE/RAIS, 2007; 2017

Devido sua heterogeneidade, excluindo o GG1 e os não classificados, nota-se que o GG2, GG6 e GG9 registram melhoria no prêmio salarial, com movimento descendente para até dois salários mínimos e ascensão para cima disso. O GG9, cujas ocupações se tratam de nível de complexidade 2, apresentou as melhores variações entre os três. Nesse segmento, dos oito grupos analisados, cinco tiveram locomoção ascendente para até dois salários e três com registro negativo para acima disso.

Em termos de diferença entre os anos, os números também se aproximam do quadro acima. No ano de 2007, a RAIS registrou 3.701.018 empregados em alguma das ocupações do GG2, crescendo em 2017 para 5.123.951. Devido os 1.422.933 novos vínculos, 29,69% foram para até dois salários mínimos e 40,57% para acima. Porém, para aquelas com ensino médio técnico, o GG3 registra mais inserção no primeiro do que no segundo, conforme a tabela abaixo.

**Tabela 14 – Brasil: Número de emprego em 31/12, por Grandes Grupos, em variações absoluta e relativa, por faixa salarial, entre 2007 e 2017**

	GG 1	GG 2	GG 3	GG 4	GG 5	GG 6	GG 7	GG 8	GG 9
Até 2 sm - Absoluto	174.233	214.258	546.411	1.803.059	2.473.097	-105.309	546.956	100.903	-372.669
Até 2 sm - Relativo	42,68%	29,69%	41,79%	49,29%	41,24%	-0,62%	15,04%	14,42%	-44,23%
Acima de 2 sm - Absoluto	554.770	1.208.675	659.074	-88.290	467.955	19.191	-166.510	5.982	-28.817
Acima de 2 sm - Relativo	45,9%	40,57%	25,58%	-2,66%	22,50%	6,02%	-4,86%	0,93%	-4,96%

Fonte: MTE/RAIS, 2007; 2017

Na mesma esteira, os GGs 3, 4, 5, 7 e 8 apresentaram mais inserção em faixa para até dois salários mínimos, enquanto GG1, 2, 3 6 e 9 registram movimento contrário. Em termos absolutos, o GG5 foi o que mais apresentou variação positiva para até dois salários mínimos, enquanto relativa ficou com o GG4. O mesmo ocorreu com o GG2, mas para acima de dois salários mínimos. O GG3, ocupações que cobram competência para técnico de nível médio, que poderiam atingir principalmente os jovens egressos do ensino médio, tiveram um aumento de 2.7 p.p. para a mesma faixa salarial. De modo geral, na soma de todos os GGs, houve um salto 2,9 p.p no mesmo período para até dois salários, passando de 51,1% para 54% e conseqüente queda para até dois salários, revelam os dados da RAIS.

Conforme a pesquisa de Saboia (2009) e de Maciente *et al.* (2012) registram, tem ocorrido redução na premiação salarial e dificuldade em gerar ocupações em atividades mais complexas. Desse modo, excluindo o GG1, o GG2 e GG5 apresentam variação acima de dois dígitos, o que parece ser positivo. Todavia, esse é também o que mais registra ocupações, com mais de 11 milhões, entre os 44 milhões do total de empregos de 2017, excluído os não classificados e GG1. Ou seja, um quarto dos trabalhadores formais estão em alguma ocupação desse grupo, enquanto aquele possui baixa representação.

Em 10 anos, o GG4 e GG5 tem figurado entre os que tiveram maior variação, tanto relativa quanto absoluta para até dois salários mínimos. Esses postos são para ocupações predominantemente ligadas ao comércio e serviço, cuja qualificação, predominantemente, não atingem um grau mais complexo, como ensino médio técnico. O primeiro

[...] grande grupo compreende dois subtipos. Aqueles que realizam trabalhos burocráticos, sem contato constante com o público, e trabalhadores administrativos de atendimento ao

público. O primeiro subtipo compreende as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho conhecimentos e experiência necessários para ordenar, armazenar, computar e recuperar informações. As atividades consistem em realizar trabalho de secretaria, digitar e/ou escanear e reproduzir textos e dados em computadores, e realizar outros tipos de operação em equipamentos de escritório. O segundo subtipo compreende atividades de fornecimento de serviços a clientes, como os realizados por auxiliares de biblioteca, documentação e correios, operadores de caixa, atendentes, etc. A maioria das ocupações deste grande grupo requer competência de nível 2 da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações. (CBO, 2010, p. 689).

#### Esse outro

[...] compreende as ocupações cujas tarefas principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e a experiência necessários para a prestação de serviços às pessoas, serviços de proteção e segurança ou a venda de mercadorias em comércio e mercados. Tais atividades consistem em serviços relacionados a viagens, trabalhos domésticos, restaurantes e cuidados pessoais, proteção às pessoas e bens e a manutenção da ordem pública, venda de mercadorias em comércio e mercados. A maioria das ocupações deste grande grupo requer competências de nível 2 da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações. (CBO, 2010, p. 737).

O efeito desse quadro tem sido a entrada de grande número de profissionais sobrequalificados em ocupações menos complexas. A carência de empregos para setores de alta complexidade, também anotado pelo estudo encomendado pela Folha de São Paulo (FRAGA; CAGLIARI, 2019) ao IBGE/Contínua, tem sido um dos motivadores.

A pesquisa registra aumento 875% de desalentados, que desistiram de procurar emprego por não encontram, com ensino superior entre o segundo trimestre de 2014 e o de 2019. No mesmo período, a subocupação para essas pessoas passou de 5,2% para 10%. Essas, são pessoas que passaram a se sujeitar a postos de trabalho de formação inferior, seja formal ou informal, e com menor remuneração.

Entretanto, o fosso pode ser mais profundo ainda. Ao utilizar de metodologia mais ampla, o Iläese (2019) explica que é um engodo utilizar os dados do IBGE, pois não mostram a real situação do desemprego em uma economia que tem aumentado a pressão sobre os trabalhadores. Nessa, em 2019, é possível somar um exército de reserva bem maior de 45 milhões de sem

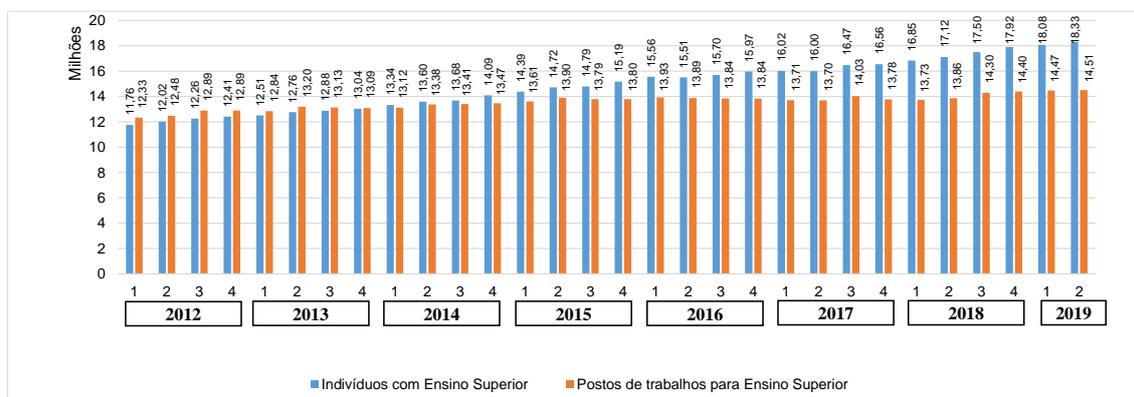
empregos e 33 milhões de subempregados. Esse, é um contingente disponível passível de integrar o trabalho formal. Apenas em 2017, foram 21,28% de sem empregos e 16,64% de subempregado. A população assalariada atingiu nesse ano sua menor porção, com 22,35%. Cada vez mais, aclaram, há mais empregos informais que tem se agudizado na esteira das reformas trabalhistas.

Aquilo que o IBGE chama de trabalho por conta, é uma população de 23 milhões, sendo que 19 milhões não tinham CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), no qual a maior parte não realiza contribuição previdenciária, sendo caracterizados como subempregos (ILAESE, 2019). Não obstante, na tentativa de “formalizar” esse contingente, proposta como o MEI, Microempreendedor Individual, que legaliza o trabalhador informal pela lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro 2008, escamoteiam a real situação do trabalhador brasileiro. Assim, como é a Medida Provisória 881, de 30 de abril de 2019, que dispensa qualquer ato público para mais 287 ocupações como teleatendente, cabeleireiro, borracheiro, entregadores, artesões, etc., não entram na conta do desemprego ou formalidade, mas do trabalhador por conta, empreendedor.

Dessa feita, não é de se admirar que, apesar do número de postos de trabalhos do GG2, apresentados pela RAIS, cujas competências predominam para trabalhadores com formação de ensino superior, em 2017 ele representou somente 11,55% do estoque de trabalhadores. O diagnóstico realizado por Saboia (2009), já havia registrado que o aumento do número de formandos nesta modalidade tinha sido muito superior à demanda. Desse modo, esse pesquisador explica que “[...] esses jovens egressos de cursos de nível superior muitas vezes acabam em ocupações distintas e para as quais bastaria um menor nível de formação” (20).

A compilação realizada pelo Idados, entre 2012 e 2019, a partir dos números do IBGE/Continua, confirmam a continuidade desse movimento. De 2014 em diante, a relação entre indivíduos com ensino superior e ocupações para esse nível de ensino se invertem, evidenciando a incapacidade de nossa economia em absorver os mais de 3,8 milhões de trabalhadores de saldo (sobrantes, estoque) nessa condição e escolarização.

**Figura 5 – Brasil: Número trimestral de indivíduos com ensino superior x postos de trabalhos para essa escolaridade**

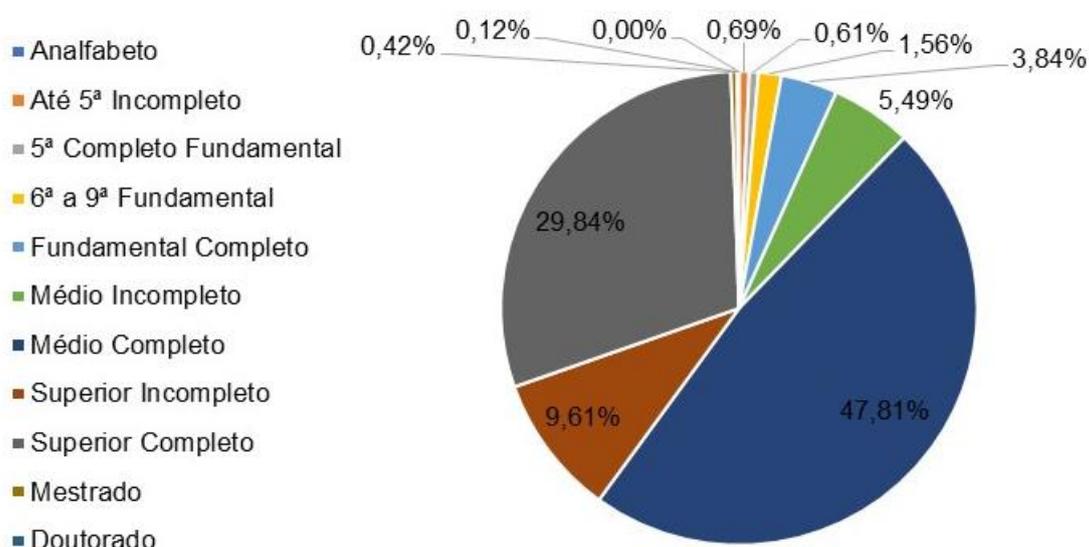


FONTE: PORTAL IDADOS, 2019

Sem empregos formais para área de formação, cresce o número dos jovens entre 18 a 29 anos que se sujeitam a trabalhos informais. No ano de 2015, o computo de informais com essa escolaridade era 24,02%, mas em 2019 registrou 31,63%, segundo o PNAD Contínua. No campo da formalidade, cada vez mais há sobrequalificados em ocupações sub-remuneradas.

Um exemplo desse fenômeno é o caso da ocupação de maior estoque em 2017, Assistente Administrativo, com 2.126.526 vínculos, cuja qualificação é de nível 4. Nele, 47,81% dos vínculos se encontram ajustados a exigência de ensino médio completo para essa ocupação, porém 40% se apresentam sobrequalificados, sendo 29,84% com curso superior completo.

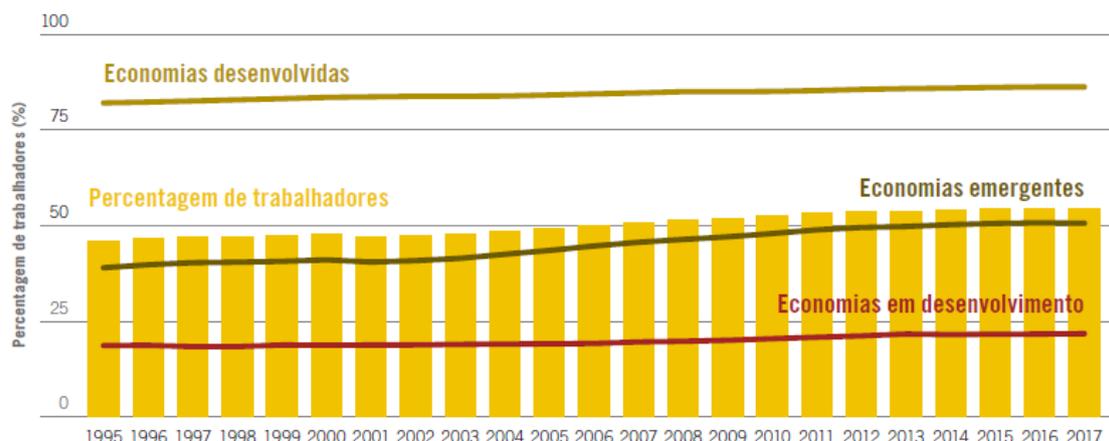
**Figura 6 – Brasil: Grau de escolarização declarada para a ocupação Assistente Administrativo, em 2017**



Fonte: RAIS, 2017

Para a terceira ocupação de maior estoque, Vendedor de Comércio Varejista, que exige formação de ensino fundamental ou médio, não necessariamente completo, 73,2% tinham essa escolaridade e 9% acima disso. Esse fenômeno, ensina Saboia (2009), é típico de uma estrutura ainda subdesenvolvida, na qual atividades de tecnologia atrasadas e de baixa produtividade persistem em meio a lenta modernização, o que garante competitividade por meio do emprego de força de trabalho barata. Logo, para ele, até mesmo o despreparo pode ser atribuído a falta de demanda em decorrência manifesta nos baixos salários.

Segundo os dados da OIT (2019), apesar dos países emergentes e em desenvolvimento, apresentarem maiores elevações salariais reais, deflacionado pelo índice de preços ao consumidor (IPC), a diferença entre eles é abismal, principalmente se retirado o alavancamento chinês. Assim, são naqueles também em que há maior taxa de trabalhador remunerado, muito superior ao que ocorre nesses, conforme a figura abaixo demonstra.

**Figura 7 – Mundo: Porcentagem de trabalhadores remunerados, 1995 - 2017**

Fonte: OIT (2019)

A presença de trabalhos por conta própria, inversamente do que ocorre nas economias mais complexas, é mais abundante devido as diversas modalidades de trabalho sem proteção social e que tem avançado nos países de economias emergentes e em desenvolvimento.

O relatório anual do ILAESE (2019), com dados de 2012 a 2019, confirma essa manutenção de pauperização por meio de altas taxas de exploração do trabalhador que garante manutenção de rentabilidade. Nesse sentido, considerando toda a base de dados que essa instituição trabalha, que exclui algumas empresas multinacionais, principalmente do setor automobilístico, por não disponibilizar seus relatórios anuais, a riqueza anual média produzida por cada trabalhador foi de R\$ 229.026, em 2012, para R\$ 348.526, no ano de 2017, e R\$ 362.849, em 2018, com uma média de 5:40 horas de trabalho não pago frente as 5:36 daquele ano. A taxa média de lucro foi de 16,16% para 23,16%, com aumento de 4,1% em sua produtividade. A extração de mais-valia, por sua vez, ou seja, trabalho não pago em jornada de 8 horas, saiu de 235,29% para 244,57%.

Entre as empresas que mais tem extraído mais-valia, o relatório aponta a CBMM, de exploração de nióbio em Araxá-MG, com uma taxa de 1.346% em 2018. Isso quer dizer que em uma jornada de 8 horas diárias de trabalho, em 34 minutos o trabalhador paga seu salário. Essa taxa tem aumentado ano a ano, conforme aponta o relatório das 250 maiores empresas do Brasil em sua série de 2012 a 2018. A C. Vale, de Palotina-Pr, cooperativa do oeste paranaense

passou de 6:03 de apropriação, em 2012, para 6:08, em 2017, e 6:44, em 2018, ano esse de salto imenso em grande número de empresas. A Kroton, primeira empresa de educação a ser listada, na posição 157<sup>a</sup>, sai de 4:28 para 5:18, atingindo 5:21, em 2017.

Como a acumulação de capital em um polo gera miséria, fome e desemprego, em seu oposto, já explicará Marx, o Brasil tem sido fonte segura para capital especulativo. Sendo um dos que mais exploram o trabalho por meio de superexploração, o Ilaese (2019) explica que somente os gastos com serviços da dívida pública consome 20% do PIB brasileiro. Enquanto na Grécia é de 5,5%, Itália 4,5%, Irlanda 3,2%, Portugal 3% e Espanha 1,6%, países esses em grande recessão e mergulhados em dívidas, mas destinam muito menos para o capital financeiro especulativo.

Por isso, registra esse instituto, tanto a burguesia brasileira e capital internacional optam mais pela especulação da dívida do que investimento, vivendo mais de renda do que produção, o que coloca o país como uma das piores distribuições de renda do mundo. Conforme destacavam os números do DIESSE (2010) de 2005, entre 26 países pesquisados, o Brasil, depois do México, possui o maior leque salarial, isto é, diferença entre os maiores e menores salários médios, entre empresas com faturamento acima de US\$ 500 milhões. Enquanto a remuneração média dos presidentes dessas empresas no Brasil era de 2% acima dos praticados nos outros países, os operários brasileiros recebiam 57% menos que os trabalhadores de lá.

Para o ano de 2017, os dados da OIT (2019), novamente confirmam essa desigualdade salarial. Nesse sentido, utilizando estimativas do coeficiente de Gini e inquéritos sobre as desigualdades salariais entre 64 países, o Brasil marca 43.0, encontrando a frente somente da África do Sul (63.9), Namíbia (62), República Unida da Tanzânia (53.6), Maláui (50.8), Paquistão (48.4), Madagascar (46.9) e Gâmbia (43.9).

Diante da agudização da exploração do trabalhador, marca do país, cuja geração de excedentes não se dá pelo desenvolvimento de tecnologias avançadas, mas da superexploração da força de trabalho (MARINI 2013), a sujeição em ocupações de qualificação e remuneração desconexa com o investimento educacional tem sido inevitável.

Diante a isso, a escolaridade e idade maior se colocam no caminho de ocupações que poderiam ser a porta de entrada do primeiro emprego para os egressos do ensino médio. Os jovens, com a estagnação de postos de trabalhos, mais acentuada para aquela até 24 anos, conforme aponta os estudos da OIT, são as maiores vítimas do desemprego e veem suas aspirações frustradas, mesmo investindo mais em suas carreiras por meio da elevação escolar e especialização. O aumento da escolaridade, liderada pela juventude atual, parece apresentar pouco impacto no ingresso em postos de trabalho decente.

### 3.1.3 A Escolaridade da força de trabalho brasileira

Para Bresser-Pereira *et al.* (2014, p. 18), o aumento da produtividade, sinônimo de desenvolvimento econômico, pode ocorrer de duas formas. A primeira é através da elevação da eficiência produtiva de um bem, serviço ou pela transferência de mão de obra para setores com tecnologia mais sofisticada. Esse, registram, é o mais importante, mas exige uma força de trabalho mais educada e treinada, o que lhes rende maiores salários.

O caminho seguido pelos países centrais tem sido esse, com ênfase no ensino técnico, particularmente ao ensino médio (OCDE, 2019), a partir das divisas geradas da produção básica, o que tem lhes garantido vantagens comparativas na produção de bens com mais intensidade tecnológica e produtividade (MARCONI; ROCHA, 2012). Porém, a produção de *commodities* não é um mal em si. Nesse sentido, Frischtak e Belluzzo (2014, p.16) explicam que todos os países pesquisados deram ênfase aquela modalidade de ensino, convertendo seus ganhos em *spillovers*<sup>18</sup>, a partir da inversão da produção básica.

Entretanto, essa modalidade no Brasil é muito incipiente. Apesar de apresentar ganhos próximos aos da OCDE, 20% a mais que formações inferiores (OCDE, 2019), aqui não existe demanda suficiente para essa modalidade. Dessa forma, um panorama estimado do salário médio brasileiro por Grande Grupo, guardada as dispersões, apresenta-se, inclusive, bem mais elevada. A partir da frequência salarial paga ao número de ocupações ativas no dia 31 de dezembro

---

<sup>18</sup> Comportamentos latentes desencadeados por um comportamento manifesto. Na economia representa um “transbordamento” de uma ação em outra (MARCONI e ROCHA, 2012).

do respectivo ano, é possível ter uma boa leitura dessa disparidade, que seria positiva para os jovens.

**Tabela 15** – Brasil: Estimativa da média salarial por Grande Grupo, para os ativos no mês de dezembro, em 2017 e 2007

Grande Grupo	População Geral			Juventude		
	2017	2007	variação %	2017	2007	variação %
1	R\$6.175,13	R\$3.184,93	93,89%	R\$2.990,95	R\$1.447,49	106,63%
2	R\$5.754,83	R\$2.696,18	113,44%	R\$3.499,19	R\$1.828,39	91,38%
3	R\$3.330,61	R\$1.620,01	105,59%	R\$2.224,24	R\$1.111,00	100,20%
4	R\$2.343,68	R\$1.190,45	96,87%	R\$1.547,19	R\$781,84	97,89%
5	R\$1.680,72	R\$730,41	130,11%	R\$1.461,34	R\$644,65	126,69%
6	R\$1.556,16	R\$613,28	153,74%	R\$1.473,73	R\$581,54	153,42%
7	R\$1.989,70	R\$913,01	117,93%	R\$1.618,14	R\$758,95	113,21%
8	R\$2.326,46	R\$1.099,41	111,61%	R\$1.792,20	R\$823,04	117,76%
9	R\$2.517,96	R\$945,13	166,41%	R\$1.906,26	R\$765,80	148,92%
{ñ class}	R\$5.158,15	R\$2.478,49	108,12%	R\$2.834,98	R\$1.675,91	69,16%
Total	R\$2.850,41	R\$1.301,87	118,95%	R\$1.811,48	R\$856,02	111,62%

Fonte: MTE/RAIS, 2007; 2017

Excluídos os não classificados, a diferença média foi de 55% a mais entre o GG3 e os grupos abaixo, em 2007, e 37%, em 2017. Entretanto, o alcance dessas ocupações não chega a 10% de todas as admissões, com premiação salarial em ritmo de decréscimo. Estudo mais recente de Reis e Aguas (2019), com base no PNAD 2007, concluem que essa diferença chega a ser 15,2% superior, por hora trabalhada, do que ocupações com menor qualificação.

Devido uma cultura de baixo ou salário zero, esse praticado por mais da metade da história econômica do país, crivado pela escravidão, não se espanta que o empresariado brasileiro seja relutante ao custo mais elevado para formar esse quadro mais qualificado. Nesse segmento, como no Brasil o trabalho se fundou mais na exploração e não na capacidade produtiva do trabalhador, a superexploração da força de trabalho é central para se entender a relação capital e trabalho estabelecido no país, pois é do uso extensivo e intensivo da força de

trabalho que se baixa custo e eleva lucro (MARINI, 2013). Deitos, M. L. (2006) explica que mesmo após 1930, os empresários industriais se mostravam resistente em investir na qualificação profissional dos trabalhadores, empurrando sempre para o Estado este papel, até culminarem no acordo em que nasce o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Agora, registra, seria possível “[...] controlar institucionalmente e ideologicamente a formação do trabalhador” (p. 53).

O SENAI, enquanto uma entidade organizada e dirigida por industriais não tinha o compromisso de propiciar a formação integral do trabalhador, nem mesmo a formação de artífices com amplo conhecimento de sua profissão, o que demandaria maior tempo e maiores recursos. Para os industriais interessava habilitar o trabalhador para que exercesse a função que lhe caberia no processo produtivo. (DEITOS, M. L., 2006, p. 55)

Esse comportamento ocorre, pois,

[...] no plano cultural, somos herdeiros da mentalidade da “dialética da colonização” (Bosi, 1992) e do estigma escravocrata que perfila uma classe dominante, “vanguarda do atraso e atraso da vanguarda” (Oliveira, 1998), profundamente elitista e violenta. Uma mentalidade que alia a violência do coronel das velhas oligarquias à visão preconceituosa do bacharel; do desprezo ao trabalho manual e técnico e ao esforço de produzirmos ciência, técnica e tecnologia.

No plano político, essa cultura se explicita por uma democracia ou processo de democratização restrito e pela hipertrofia do poder estatal e do Poder Executivo (de cunho paternalista ou populista), pelo clientelismo e nepotismo, pela corrupção e por ditaduras e golpes. (FRIGOTTO, 2006, p. 257, grifo do autor).

Acostumado a tratar o trabalhador no chicote, nunca esteve na alça de mira uma educação para esses, que não fosse para o cabo da enxada. A classe dirigente, persistindo por anos, sustentada pelo poder do Estado, consolidou no país uma estrutura de pouca dinâmica, condizente com o modo de produção elaborado em conluio com o capital externo.

Com um dos piores indicadores na América Latina em relação ao número de alunos concluintes da educação básica e ensino superior (OCDE, 2019), produto bem acabado dessa elite predadora e espoliadora, no Brasil até mesmo aqueles que avançam para etapas superiores do sistema de ensino brasileiro tem pouco a comemorar.

Em termos de remuneração por escolaridade, na variação entre os anos de 2007 e 2017, o ensino superior aparece na penúltima colocação, a frente somente do ensino superior incompleto. A melhor variação salarial, por sua vez, ocorreu entre os analfabetos, seguidos pelo ensino fundamental incompleto.

**Tabela 16** – Brasil: Remuneração Média de Dezembro, dos respectivos anos, por escolaridade, em reais a preço de dezembro

Escolaridade	2007	2017	Var. relativa (%)
Analfabeto	596,78	1.479,77	147,96
Fundamental Incompleto	798,99	1.822,83	128,14
Fundamental Completo	905,05	1.892,17	109,07
Médio Incompleto	842,89	1.730,34	105,29
Médio Completo	1.112,10	2.140,75	92,50
Superior Incompleto	1.736,91	2.921,74	68,21
Superior Completo	3.242,40	6.071,71	87,26

Fonte: MTE/RAIS, 2007; 2017

Conforme explica Azzoni (2018), o movimento na queda da premiação salarial para ocupações mais complexas já vinha se registrando e, ao contrário do que a pesquisa encomendada pela Folha (FRAGA; CAGLIARI, 2019) sugere, não se trata somente dos sinais da crise de 2008, mas de uma constatação de longa data. Para esse pesquisador, entre 2003 e 2013 as ocupações para setores mais complexos, como aquelas que exigem habilidades cognitivas, ofereceram o dobro da média salarial. Enquanto isso, as sociais pagavam uma vez e meia e as motoras, 20% abaixo da média, ambas consideradas de menor complexidade. Porém, seus levantamentos constataram que nesse período houve recuos nessas distâncias, passando de 3,4 vezes na média geral, em 2003, para 2,8, em 2013, para habilidades cognitivas. As ocupações sociais e motoras, por sua vez, apresentam ganhos salariais ascendentes.

Descompasso latente, quando comparado com o número de empregos por escolaridade na RAIS, no qual os analfabetos e ensino fundamental Incompleto têm sofrido reduções drásticas, principalmente esse último. O Ensino Superior e ensino médio completo, por seu turno, é onde se encontram os melhores números, tanto relativo quanto absolutos.

**Tabela 17** – Brasil: Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa por Escolaridade do Trabalhador, de 2007 e 2017

Escolaridade	2017	2007	Variação Absoluta	Variação Relativa
Analfabeto	138.898	247.868	-108.970	-43,96
Ensino Fundamental Incompleto	4.494.749	7.285.845	-2.791.096	-38,31
Ensino Fundamental Completo	4.240.418	5.626.990	-1.386.572	-24,64
Ensino Médio Incompleto	2.941.652	3.182.875	-241.223	-7,57
Ensino Médio Completo	22.410.469	13.851.630	8.558.839	61,79
Ensino Superior Incompleto	1.780.785	1.579.678	201.107	12,73
Ensino Superior Completo	10.274.619	5.832.544	4.442.075	76,16
Total	46.281.590	37.607.430	8.674.160	23,07

Fonte: MTE/RAIS, 2007; 2017

Com mais gente entrando no mercado com ensino superior completo, mas ainda distante do registrado na América Latina (seja para ocupações de qualificações adequadas ou em postos com sobrequalificações) os dados apontam que esse público tem se conformado aos baixos salários para aquele ou empregabilidade para este. Não por menos, há números crescentes de trabalhadores por aplicativo com ensino superior, confirmadas pelo levantamento da Folha (FRAGA; CAGLIARI, 2019) e Abílio (2017).

Essa escolaridade, em uma estrutura econômica de pouca dinâmica, tende a ser absorvido por setores de menor exigência, gerando um enorme contingente de sobrequalificado. A corda pode estar sendo esticada, conforme alertava Saboia (2009), pois a oferta dessa mão de obra é abundante para a demanda brasileira, principalmente entre os jovens, o que tem levado as empresas a exigir escolaridade cada vez mais alta para ocupações menos qualificadas, com isso “[...] a escolaridade deixa de ser apenas um quesito para desempenhar a função e passa a ser, também, um filtro, um critério de seleção” (p. 20). Dez anos depois, Deitos (2019), identifica essa continuidade, na qual

[...] a escolaridade e a qualificação profissional, tratadas como desenvolvimento de competências não são os eixos norteadores para o ingresso no mercado de trabalho, são apenas indicadores seletivos para a formação da massa de estoque do trabalho necessário para a reprodução do capital”. (p. 11).

Essa aparente incongruência, visível entre as tabelas 16 e 17, ocorre porque cada vez mais ocupações de menor qualificação estão exigindo

escolaridade maior, pagando salários condizentes com aquele e não com esse. Conforme Saboia (2009) sublinha, há pouca relação com a modernização da estrutura econômica, mas muito mais com nosso histórico econômico.

Mesmo que o processo de estruturação econômica da década de 1990 tenha aumentado a integração do país com a cadeia mundial de comércio, ele ainda é pouco integrado àqueles de valor agregado, cuja força de trabalho é insatisfatória e inadequada para interagir com as novas tecnologias (LIMA FILHO, 2018). Dessa forma, justamente em tempos de intensas transformações tecnológicas, em que antigos empregos estão sendo substituídos por novos (CASTELLS, 1999), o país continua preso a uma produção econômica de baixa performance.

O impacto desse baixo desenvolvimento tecnológico é ainda maior nos jovens, mesmo com mais tempo nas fileiras escolares. O país até viveu um período de quase pleno emprego (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2013; SABOIA, 2009; MACÁRIO *et al.*, 2018), mas além de ser para ocupações de baixa qualificação, o recorte juventude foi o que apresentou o menor índice de absorção pelo mercado de trabalho.

**Tabela 18 – Brasil: Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa Segundo Faixa Etária, para 2017 e 2007**

Faixa Etária	2017	2007	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Até 29	13.115.194	13.634.705	-519.511	-3,81
30 A 39	14.361.208	10.791.107	3.570.101	33,08
40 A 49	10.443.635	8.283.797	2.159.838	26,07
50 A 64	7.711.964	4.600.398	3.111.566	67,64
65 OU MAIS	649.417	277.802	371.615	133,77
Total*	46.281.590	37.587.809	8.693.781	23,13

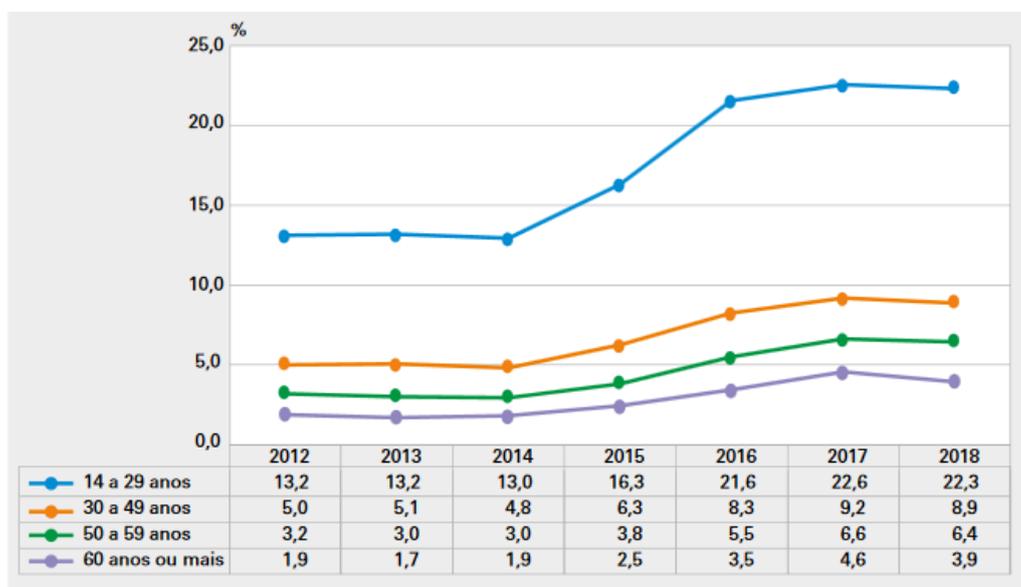
Fonte: MTE/RAIS, 2007; 2017

Nesse sentido, com retração de 3,8% e representatividade de 36% para 28% no estoque e 66% para 49% na admissão, a faixa juvenil presenciou todas as outras ampliarem seu estoque para cima de dois dígitos, com destaque para aqueles que de 65 anos ou mais.

Os estudos do IPEA (IPEADATA, 2020) explicam que o número de idosos que tem retornado ou permanecido no mercado de trabalho tem se dado por conta da crise econômica e do aumento da expectativa de vida. Esses, menos qualificados que os jovens, se sujeitam a ocupações de baixa escolaridade e remuneração para incrementar a parca aposentadoria.

Isso tem feito a fileira do desemprego juvenil crescer. Enquanto a população adulta registra números mais baixos, em 2017, os jovens amargaram 22,6% de taxa de desocupação, frente aos 13,2%, de 2012, quando o IBGE (2019) começa a contabilizar essa faixa etária, com uma leve redução em 2018.

**Figura 8 – Brasil: Taxa de desocupação, por grupos de idade – entre 2012 e 2018**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Elaboração: IBGE, 2019, p. 33

Marco na sociedade ocidental, o emprego juvenil tem vivido dois fenômenos: aumento da escolaridade e adiamento de sua inserção. Entretanto, como explica Rocha-de-Oliveira *et al.* (2012), isso tem ocorrido principalmente nos países mais desenvolvidos, pois para famílias mais pobres e em países periféricos, esse fenômeno não se repete. Para aqueles que vivem do trabalho, com projeção do aumento da escolaridade pouco impactante em sua inserção decente no mercado de trabalho, a juventude mais vulnerável tem encontrado

mais dificuldade na transição escola-trabalho (KUENZER, 2007). A escolaridade mais elevada, para esses, não tem se traduzido em perspectiva animadora.

### 3.1.4 Trabalho e a Frustração juvenil

O cenário do mundo do trabalho é uma das maiores frustrações para os jovens, pois aí reside uma das barreiras mais difíceis na transição da escola para o trabalho (OIT, 2015). A instituição registra que o grupo é o que tem experimentado o lado mais amargo das transformações econômicas e sociais vividas pelo país nas últimas décadas, como: inatividade, desemprego e informalidade. Desse modo, nem mesmo os tempos de quase emprego pleno, vivido no início dos anos 2000, foram capazes de melhorar esse quadro.

A nova camada social da classe trabalhadora, o precariado, “jovens precários altamente escolarizados imersos em incertezas e insegurança crônica” (MACÁRIO *et al.*, 2018, p. 73), tem engrossado cada vez mais o mundo do desemprego e subemprego (ILAESE, 2019). Para aqueles que fazem parte dos grupos mais vulneráveis, trabalhadores e seus filhos que vivem do trabalho (KUENZER, 2007), é possível inclui-los num quadro mais amplo ainda de rebaixamento profissional. Esses jovens, para além do corte cronológico, são aqueles em que a condição de classe se torna um obstáculo ainda maior em uma transição escola-trabalho decente.

Os jovens brasileiros, investindo cada vez mais em educação, de qualidade questionável, esperam uma transição para mercado trabalho menos traumática. Devido esse capital mais robusto, empregam mais em suas carreiras com cursos de aperfeiçoamento com perspectivas de um caminho linear da escola para a faculdade, estágio e êxito profissional, acreditando que o mercado de trabalho os absorva com bons salários e empregos mais facilmente, mas a dura realidade tem sido outra (BORGES, 2014).

Em 2014, a 99jobs e Oficina Estratégica<sup>19</sup>, realizaram uma pesquisa com 1.625 jovens, encomendada diretamente sobre sua percepção do mundo do trabalho. Os resultados mostraram que o perfil do jovem trabalhador contemporâneo busca, para mais de 40%, empresas opostas a visão tradicional

---

<sup>19</sup> Plataformas de gerenciamento profissional (99jobs.com).

de emprego, de forte controle de produção, regras rígidas e hierarquia. Para eles, o conceito de trabalho está mais ligado à empregabilidade, carreira, prazer e contribuição social. Todavia, contrariamente à toda essa expectativa, 49,7% estão em empregos tradicionais, revela o estudo. Isso ocorre, pois em países, como o Brasil, a tendência para formas de trabalhos menos seguras tem levado os jovens a valorizarem mais a segurança e estabilidade (OIT, 2017). A “cultura do medo”, impressa pela nova precariedade salarial e desemprego, tem servido como afeto disciplinador das massas (MACÁRIO *et al.*, 2018) que, em busca de um emprego formal, sujeita o trabalhador a condições que o fazem abandonar seus sonhos.

Nesse segmento, mais imediatista, tendem a se frustrar muito mais rápido e abandonar projetos em andamento quando percebem que não haverá o retorno esperado, seja um emprego ou um curso de formação (BORGES, 2014). A dificuldade de conviver com as contradições de um regime ainda tradicional, diferente daquilo que imaginavam, tem contribuído para o abandono tanto da escola com dos empregos. Porém, isso não é um comportamento de toda a juventude, mas de uma parte dela que pode se dar a esse luxo, particularmente aqueles da classe média (ROCHA-DE-OLIVEIRA *et al.*, 2012). Para os mais vulneráveis, a desistência desses sonhos, sujeitando-se a ocupações distantes da pretendida, é um caminho sem escolha.

Rocha-de-Oliveira *et al.* (2012) atribuiu esse comportamento a estrutura social engendrada com a nova fase do capitalismo, cuja única certeza é a imprevisibilidade. Em países capitalistas, onde a inserção é subordinada, Kuenzer (2007) explica que com perspectiva de trabalho para níveis intermediários, o abandono escolar passa a entrar na alça de mira dos jovens, antecipando a entrada em postos de trabalho que exigem pouca escolaridade. Como a continuidade da formação pouco ira agregar em termos salariais ou qualidade para essa classe mais vulnerável, já que os postos de trabalho assim se apresentam, aproveitam a primeira oportunidade de trabalho e deixam a escola.

Captado também pela OCDE (2019), as maiores ofertas e remunerações registradas em ocupações intermediárias ou sem ensino superior tem desestimulado a continuidade dos estudos, aceitando salário e empregos muito distantes do planejado. Isso, porque os países centrais também têm importado

do Brasil a pauperização para seus trabalhadores (MACÁRIO *et al.*, 2018). Desse modo, para aqueles que vivem do trabalho, a rotatividade em empregos, principalmente precários, tem sido comum ao menor sinal de elevação de benefício detectado, mesmo que a custo da deserção escolar.

Conforme observado na tabela 16, entre 2007 e 2017, a média salarial para escolaridades inferiores tiveram maior variação do que para aquelas superiores. De acordo com esses dados, entre a menor escolaridade e a maior, a diferença salarial que era de 443%, caiu para 310%. Nesse caminho, entre o ensino médio completo e superior completo a diferença passa de 191% para 183%. Na pior faixa da educação básica, na qual se encontra os maiores níveis de evasão, entre o ensino médio incompleto e a maior escolaridade, a diferença recua de 284% para 250%. Esse cenário se torna combustível para o abandono escolar, principalmente no ensino médio e, mormente, entre aqueles mais vulneráveis, como destacado pelos estudos da OCDE (2019); Kuenzer (2007); Azzoni (2018) e Maciente *et al.* (2012).

A tabela abaixo reforça essa frustração, colocando os jovens entre os flancos com menor média de variação salarial relativa.

**Tabela 19** – Rendimento médio nominal e variação, por grupo de idade, para o quarto trimestre, em 2012 e 2017

Grupo	2012	2017	Variação %
14 a 17 anos	R\$452,00	R\$562,00	24,34%
18 a 24 anos	R\$862,00	R\$1.119,00	29,81%
25 a 39 anos	R\$1.423,00	R\$1.991,00	39,92%
40 a 59 anos	R\$1.728,00	R\$2.382,00	37,85%
60 anos ou mais	R\$1.794,00	R\$2.592,00	44,48%

Fonte: IBGE, 2012; 2017

A partir dos dados disponíveis no IBGE, é possível ver que os jovens são os que tiveram a menor variação salarial no período, enquanto os não-jovens registram aumento na menor faixa de 10 p.p a mais. Esse panorama frustra a transição para vida adulta de forma saudável, pois tende acompanhá-los pelo resto da vida (OIT, 2014), principalmente para aqueles que vivem do trabalho e que tem na educação a única oportunidade para apreender e compreender sobre

o mundo do trabalho e superar as condições que produzem exclusão (KUENZER, 2007).

Entre a expectativa e a realidade, o desemprego e inatividade tem sido a tônica do mercado de trabalho brasileiro para esse grupo (OIT, 2009). A inserção precária no mundo do trabalho os tem colocado diante de postos insalubres, sem proteção social, baixo rendimento e produtividade, frustrando o projeto juvenil.

### 3.1.5 Cultura Juvenil

A preocupação com o futuro da juventude é indispensável para qualquer nação, ante tudo que representam para seu desenvolvimento sociopolítico-econômico. Entretanto, para isso, é preciso saber quem são os jovens.

Para aqueles que trabalham com essa faixa etária nas instituições de ensino, compreendê-los é crucial, pois praticamente são acompanhados desde as primeiras séries do ensino médio até o final das últimas etapas do ensino escolar. Logo, entender a identidade juvenil é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, sendo uma necessidade que não pode ser desprezado (FREIRE, 1996), afinal,

[...] educação e um ensino adequados (no sentido da transmissão completa dos centros de vivência necessários para o conhecimento ativo) tornam-se difíceis, uma vez que a problemática vivencial da juventude está voltada para adversários diferentes dos de seus professores. (MANNHEIM, 1982, p. 540).

A definição do que é ser jovem é uma tarefa imensa, pois cada sociedade coloca sobre as transformações biológicas das pessoas olhares sociais diferentes, sujeitando-os as normas, regras e valores (CASTELO BRANCO, 2003). Logo, é muito difícil categorizá-la em uma unidade social, incluindo todos num arcabouço cultural unitário (PAIS, 1990). Por isso, diante desse mosaico, é mais usual o termo juventudes.

Nessa perspectiva, o sociólogo Bourdieu (1983) alerta sobre as divisões cronológicas arbitrárias, conceitos impositivos que limitam e impõem lugares que cada um deve ocupar nessas classificações. O estatuto da juventude, por

exemplo, aprovado pela lei 12.852 de 5 de agosto de 2013, considera que são jovens aqueles com idade entre 15 e 29 anos. A definição serve mais para os direcionamentos de políticas públicas, do que para uma sociologia da juventude. Entretanto, instituições multilaterais como Banco Mundial e Nações Unidas, OCDE e OIT ela compreende aqueles entre 15 e 24 anos, recorte muito recorrente ainda nas estatísticas atuais, por isso, vários dados governamentais ainda se encontram nessa faixa etária.

Desvendar não só as similaridades, mas também as diferenças têm levado a sociologia da juventude a trabalhá-las em categorias separadas, quais sejam: de forma homogênea ou então em conjunto diversificado. Apesar dessa dicotomia, Dos Reis (2010) explica que um dos elementos comuns à complexidade do ser jovem é a transitoriedade para a maturidade social, etapa em que sua socialização passa a ocorrer para além do seio familiar. Todavia, outros pesquisadores da área registram ainda três grandes marcos nessa passagem, sendo esses: a entrada no mundo do trabalho, a saída da casa familiar e o casamento (ROCHA-DE-OLIVEIRA *et al.*, 2012).

Para esses autores, os estudos sobre juventude no Brasil se tornam mais frequentes a partir do que se conceituou chamar geração Y. Essa é uma juventude nascida em meios os grandes avanços tecnológicos das últimas décadas do século XX, cujas marcas são o imediatismo e a alta qualificação. Contudo, alertam para o rótulo colonialista presente nessas definições e, portanto, não servem para definir a juventude brasileira de maneira geral, pois essa ainda encontra dificuldade para inserção tanto em níveis mais levados da educação como do mercado de trabalho.

Enquanto nos países centrais há um número maior de jovens que vivenciam os valores típicos da geração Y, no Brasil apenas um pequeno grupo pode ter o privilégio de se dedicar somente aos estudos, com acesso a informações da rede de computadores, intercâmbio cultural, cursos extraclases, lazer, alimentação suficiente, inserção no mercado de trabalho por meio de estágio, acompanhado, etc. A realidade de grande parte dos jovens brasileiros é bem diferente e não pode ser generalizada, pois a conjuntura sob a qual ela se levanta é muito diferente, por exemplo, dos países centrais.

É necessário colocar em conta “[...] o processo geral da vida social, político e espiritual” (MARX, 1996, p. 52) sobre a qual emerge a juventude. Caso

contrário, sua generalização conduz a uma leitura extremamente distorcida, já que

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência". (MARX, 1996, p. 23).

Nesse sentido, como a estrutura produtiva do país tem um longo histórico de submissão, pouca dinâmica econômica, concentração e exploração é nesse quadro que os jovens devem ser inseridos, a partir da base real brasileira e não de uma pintura universalista. Portanto, a formação de sua identidade vai enfrentar os desafios dessa conjuntura, nas suas dores e alegrias.

Na fase juvenil é que tomam contato com várias outras instituições, nas quais o trabalho se torna mais importante do que a própria escola, particularmente a partir dos 18 anos (ROCHA, 2008). Dessa forma, é por meio dele que os primeiros passos para a tão sonhada independência começa, pois lhe permite uma vida mais autônoma e projetar a sua própria família.

O deslocamento da identidade familiar traz consigo as crises da autodenominação, uma vez que agora necessitam de um espaço social próprio, geralmente distante dos olhos dos pais (PAIS, 1990). O trabalho, os amigos, os namoros, as festas, etc. ocorrem às margens da instituição familiar e, consigo, trazem uma gama enorme de novas referências culturais. A incerteza, a instabilidade e as tensões fazem parte desse processo. Entretanto, o mundo do trabalho tem se tornado o grande desespero dessa faixa etária apontam os estudos da OIT, no Brasil e em todo o mundo.

A expectativa de uma transição linear, da escola para o mercado de trabalho, tem se revelado deveras complicado, colocando os jovens diante de trabalhos precários, temporários, terceirizados, parciais, informalizados, destituído de seguridade e alta taxa de desempregados (ANTUNES, 2002), o que pode determinar a vida na fase adulta (OIT, 2009).

Período importante na construção das primeiras pontes para sua independência, no qual o primeiro emprego é uma delas, o panorama para os jovens brasileiros acende sinais de alerta. Conforme veremos abaixo, os indicadores para essa faixa são muito piores que os da população adulta e podem comprometer não só sua entrada mercado de trabalho como todas as outras fases de desenvolvimento enquanto pessoa, sinaliza aquela entidade.

### 3.1.6 Comportamento do mercado de trabalho juvenil

O capitalismo na pós-modernidade se organizou desorganizando toda a fixidez da idade moderna, descentralizando todos os centros até então existentes (HARVEY, 1992). Esse geógrafo de envergadura reconhecida, entende que o mundo do trabalho atual

[...] caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (138).

Os requisitos exigidos para esse processo tomam como necessidade trabalhadores em tempo integral e dispostos a mudanças contínuas. Esses arranjos trabalhistas, nem sempre são considerados insatisfatórios, encontrando nos jovens os maiores adeptos, principalmente entre os grupos de classe média, os ditos, geração Y (BORGES, 2014).

Entretanto, entre o pretendido e o feito, mesmo nessa fatia juvenil mais abastada, a frustração passa ser experimentada. Apesar dos estudos da OIT mostrarem que os jovens, de maneira global, têm buscado permanecer mais tempo estudando e fazer uma transição menos traumática para o mundo do trabalho, esse comportamento varia muito de região para região. Os países da América Latina e Caribe, como o Brasil, por exemplo, ainda tem registrado graves problemas na escolarização e aumento de informalidade no ingresso ao mundo do trabalho para esse flanco.

A Lei do Aprendiz nº 10.097/2000, de 19 de dezembro de 2000, traz que um indivíduo estará apto ao trabalho a partir de 16 anos, embora haja possibilidade para contratação como aprendizes entre etária de 14 a 24 anos,

com condições específicas. Apesar dessa flexibilização, os números da OIT indicam um aumento de jovens em ocupações informais, sem nenhuma proteção social, principalmente entre os grupos mais vulneráveis e discriminados por questões de raça/etnia.

Isso é preocupante, pois coloca o sonho do primeiro emprego, decente, muito distante, mas de frente com a dura realidade brasileira. O estudo da ManpowerGroup (2017), especialista mundial para consultoria em força de trabalho, afirma que 65% dos empregos da geração Z se quer existem ainda. Em entrevista com mais de 18.000 funcionários em 43 países no ano 2016, 45% dos serviços utilizavam tecnologia que demandaram formação escolar mais complexa, principalmente aqueles para TICs.

Esse cenário é que encontra nos jovens maiores adeptos, mas são ocupações que serão, e tem sido, distribuídas de acordo com a posição que cada país assume na DIT. No Brasil, empregos continuarão sendo gerados, mas por estar distante da fronteira tecnológica serão para postos precários (ANTUNES, 2002). Nesse sentido, são empregos com essas características que os jovens terão à disposição e em disputa com a população adulta.

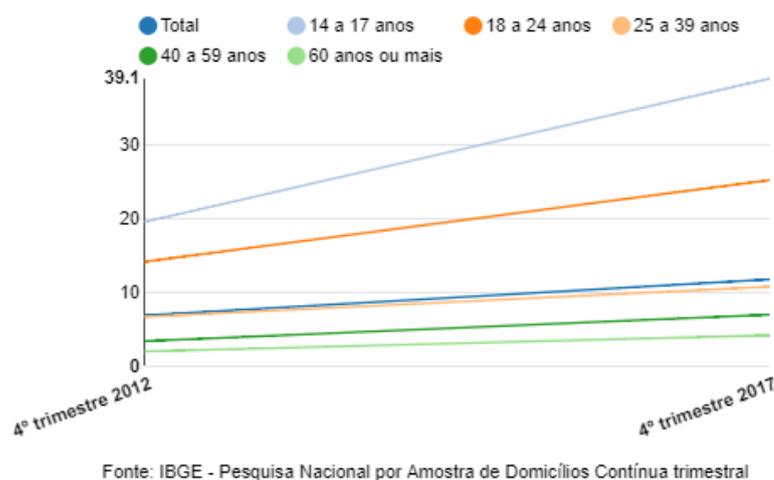
OIT (2018) alerta que o desemprego tecnológico e estrutural serão traços do futuro, mas diferente em cada país. Aqueles países que já se situam na fronteira tecnológico manterão baixas as taxas de desemprego, mas países como o Brasil sentirão cada vez mais o fluxo dos bons empregos ficarem nos países produtores de tecnologia. Isso porque neles as condições estruturais e o baixo nível educacional persistente contribuirão para maiores taxas de desemprego, principalmente nas áreas de atividades altamente complexas, explica a instituição.

O documento em questão adverte, ainda, o preocupante cenário para o desemprego juvenil, cujas taxas se apresentam de duas até três vezes mais que nos adultos. Os dados do IBGE de 2019, assim revelaram: 23,8% para a faixa de 18 a 24 anos, contra uma média geral de 11%. O maior nível ficou para aqueles entre 14 a 17 anos, com 39,2%, contra a menor taxa, 4,2%, para aqueles com 60 anos ou mais.

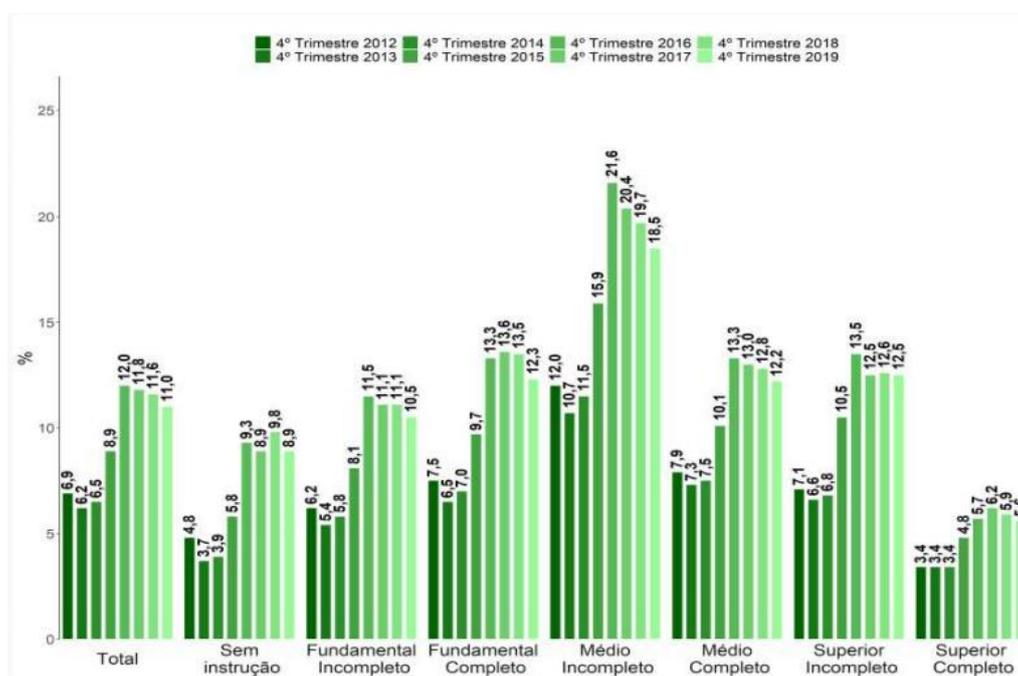
Entre 2012 e 2017, no último trimestre, a faixa juvenil entre 14 e 24 anos foi a que mais sofreu com o desemprego. O grupo de 14 a 17 anos apresentou um aumento de 19,5 p.p., enquanto de 18 a 24 registrou um 11,1 p.p. Esses,

muito menores que os 4,1 p.p. de 25 a 39, os 3,6 p.p de 40 a 59 e os 2,2 p.p. para o último grupo.

**Figura 9** – Brasil: Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade – 2012 e 2017



A média anual para o grupo juvenil ficou em 21,75% para o primeiro grupo e 15,17% para o segundo grupo em 2012, contra 42,27% e 26,95%, respectivamente para 2017. Esses dois grupos coincidem com a periodicidade escolar do ensino médio, gargalo das evasões, etapa na qual os jovens têm abandonado a escola em busca de emprego. Dessa maneira, sofrem duplamente com a baixa escolarização e o desemprego.

**Figura 10 – Brasil: Taxa de Desocupação por Nível de Instrução**

Fonte: IBGE, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019.

É possível ver que essa fase da educação básica ainda é rodeada de problemas que não serão resolvidos apenas nos termos pedagógicos, conforme alerta Kuenzer (2007). Depois do aumento de 8,4 p.p para o ensino médio incompleto até 2017, o gráfico mostra um recuo de 1,9 p.p em 2019. Esse, muito distante daqueles que terminaram o ensino médio. Entretanto, entre aqueles do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior incompleto, a maior diferença em 2012 atinge o máximo em 0,8 p.p., alcançando 1.1 p.p. em 2017. Nesse sentido, havia mais gente desempregada com ensino médio completo, do que fundamental completo naquele ano, invertendo em 2017. As mesmas, são porcentagens próximas em termos de desemprego, porém distantes em termos de escolaridade. Os melhores resultados, para todos os períodos, mostram-se para o ensino superior completo, mas as maiores quedas estão em escolaridades inferiores.

Segundo Deitos e Lara (2016), a formação e composição da força de trabalho reflete a política educacional que o modelo produtivo exige. Os autores explicam que os anos de estudos em ascensão não reverberam em melhorias nos postos de trabalho, sobretudo entre os jovens, já que a escolarização não tem mostrado tanta relação com a exigência de ocupação, mais do que para

pressão e seleção da força de trabalho. As ocupações continuam majoritariamente para baixa e média qualificação, já que os setores produtivos da economia demandam apenas 20% de pessoal altamente qualificado, explicam esses autores.

Abaixo, é possível ver o comportamento das ocupações do GG3 em descenso nas admissões. O melhor comportamento ocorreu em um grupo característico do setor de comércio e serviços, o GG4, pois ele se “[...] dá sobretudo às custas de um mercado de trabalho cada vez mais reduzido e uma precarização brutal das relações de trabalho [...] onde o rendimento médio do comércio é 1,8 salários mínimos, sendo que 73% dos comerciários recebem até 2 s.m.” (ILAESE, 2019, p. 79).

**Tabela 20** – Brasil: Jovens entre 14 e 29 anos, admitidos nos grandes grupos, para o ano de 2017 e 2007

Grande Grupo	2017	2007	Variação %
GG1	84.783	104.965	-19,23%
GG2	289.200	279.050	3,64%
GG3	499.944	518.564	-3,59%
GG4	1.824.307	1.757.561	3,80%
GG5	2.145.321	2.209.457	-2,90%
GG6	391.566	795.478	-50,78%
GG7	1.452.526	2.215.805	-34,45%
GG8	230.682	363.677	-36,57%
GG9	158.031	272.151	-41,93%
Total	7.076.360	8.516.708	-16,91%

Fonte: MTE/Caged, 2007; 2017

Os únicos grupos que apresentaram variação positiva foram o GG2 e GG4. O GG3, típico dos empregos de ocupação para ensino técnico de nível médio, junto com o GG5, registraram a menor variação negativa, o que pode ser considerado positivo para aquele. Nesse segmento, ainda assim, depois de 10 anos, a admissão de jovens para o mercado de trabalho se mostra alarmante, frente a números pouco favoráveis, muito diferentes do quadro geral apresentado na tabela 12, quando o grupo adulto se apresenta. Portanto, em comparação com esse, o Grande Grupo de Técnicos de Nível Médio cai de segundo melhor indicador, com 21,40% de avanço, para recuo de 3,59%.

As ocupações Vendedor de Comércio Varejista, por sua vez, repetem a mesma posição da população geral, em primeiro lugar com 686.969 admissões, em 2007, e 605.140, em 2017, cuja qualificação é de nível 4, pertencente ao GG5. Dessa forma, das 10 primeiras ocupações, as quatro últimas tiveram aumento no mesmo período e as outras seis registram reduções. Esse indicador, do ponto de vista da qualificação, poderia ser bom se estivessem migrando ocupações de maior qualificação. Entretanto, como se vê, eles são substituídos por ocupações também de menor qualificação.

**Tabela 21 – Brasil: 10 ocupações que mais admitiram jovens entre 14 e 29 anos, para os anos de 2017 e 2007**

Ocupações	2017	Ocupações	2007
Vendedor de Comercio Varejista	605.140	Vendedor de Comercio Varejista	686.969
Auxiliar de Escritório, em Geral	457.870	Auxiliar de Escritório, em Geral	467.601
Alimentador de Linha de Produção	295.559	Servente de Obras	399.349
Operador de Caixa	261.299	Alimentador de Linha de Produção	367.718
Assistente Administrativo	258.146	Trabalhador da Cultura de Cana-de-açúcar	249.929
Servente de Obras	222.160	Faxineiro	229.354
Atendente de Lanchonete	189.913	Operador de Caixa	193.734
Repositor de Mercadorias	177.233	Assistente Administrativo	174.367
Faxineiro	162.993	Atendente de Lanchonete	156.347
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	145.495	Recepcionista, em Geral	143.582

Fonte: MTE/Caged, 2007; 2017

Muito similar as ocupações da tabela 11, de admissão geral, mas com recuo muito mais abismal. Nesses os GG4 e GG5 continuam sendo os que mais empregam, passando de sete ocupações em 2007 para oito em 2017, cujas ocupações são para nível 2 de competência, onde a escolaridade dominante é para ensino médio.

No rol dessas primeiras ocupações houve um recuo médio de 8,37% para as mesmas que se apresentavam em 2007 e se posicionaram em algum lugar entre as 50 de 2017. Os únicos aumentos se registraram em Assistente administrativo com 48%, Operador de caixa com 34%, Atendente de Lanchonete com 21% e Repositor de Mercadorias com 1%. Dessas, apenas Assistente Administrativo exige ensino médio completo, mas não pertencente ao GG3. Vale registrar a queda de 81% para trabalhadores da cultura de cana-de-açúcar, trabalho geralmente ligado a corta dessa gramínea, emprego extremamente desumano.

No ano de 2007, entre as 50 ocupações que mais admitiram para o grupo de população geral da tabela 13 não havia nenhuma ocupação do GG3, no recorte juvenil ela já aparece com uma ocupação, Assistente de vendas com 33.724 admissões e passa para duas em 2017, somado a Técnico de Enfermagem, com 33.930 admitidos. Entretanto, não aparece nenhuma do GG2, cuja competência é a maior dentro da CBO, presente no quadro da população geral.

Em termos de ocupações ligadas às TICs, apresentam melhores resultados do que para a população geral, aparecendo em 55ª posição para Analista de Desenvolvimento de Sistema com 18.886, ante a 75ª em 2007, com 17.163. Todavia, registra-se uma piora na participação dos jovens nessa ocupação, saindo de uma representação de 61% para 39%. Essa mudança fica mais evidente quando comparado a dinâmica dessa ocupação em admissão. Enquanto para a população geral houve um aumento de 71%, para os jovens foi de apenas 10%. Ou seja, o recuo dos números da tabela 21, indicam uma dupla piora de desemprego e qualidade dos postos de trabalho.

**Tabela 22 – Brasil: 50 ocupações que mais admitiram jovens entre 14 e 29 anos, para os anos de 2017 e 2007**

Posição	Ocupações	2017	Ocupações	2007
1	Vendedor de Comercio Varejista	605.140	Vendedor de Comercio Varejista	686.969
2	Auxiliar de Escritório, em Geral	457.870	Auxiliar de Escritório, em Geral	467.601
3	Alimentador de Linha de Produção	295.559	Servente de Obras	399.349
4	Operador de Caixa	261.299	Alimentador de Linha de Produção	367.718
5	Assistente Administrativo	258.146	Trabalhador da Cultura de Cana-de-açúcar	249.929
6	Servente de Obras	222.160	Faxineiro	229.354
7	Atendente de Lanchonete	189.913	Operador de Caixa	193.734
8	Repositor de Mercadorias	177.233	Assistente Administrativo	174.367
9	Faxineiro	162.993	Atendente de Lanchonete	156.347
10	Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	145.495	Recepcionista, em Geral	143.582
11	Recepcionista, em Geral	143.973	Repositor de Mercadorias	141.904
12	Almoxarife	99.777	Trabalhador Agropecuário em Geral	131.548
13	Atendente de Lojas e Mercados	99.530	Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	120.221
14	Embalador, a Mao	90.054	Trabalhador da Manutenção de Edificações	116.002

15	Auxiliar nos Serviços de Alimentação	79.687	Embalador, a Mão	113.704
16	Trabalhador Agropecuário em Geral	72.975	Trabalhador Volante da Agricultura	100.157
17	Trabalhador Volante da Agricultura	70.765	Continuo	87.216
18	Promotor de Vendas	70.321	Ajudante de Motorista	86.122
19	Ajudante de Motorista	67.299	Promotor de Vendas	85.151
20	Garçom	61.967	Almoxarife	83.093
21	Cozinheiro Geral	57.208	Cozinheiro Geral	80.419
22	Frentista	55.979	Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	80.212
23	Assistente de Vendas	53.770	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	75.518
24	Armazenista	53.753	Operador de Telemarketing Receptivo	68.243
25	Porteiro de Edifícios	49.222	Vigilante	64.063
26	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	47.547	Trabalhador no Cultivo de Árvores Frutíferas	63.549
27	Trabalhador da Cultura de Cana-de-açúcar	46.272	Frentista	61.293
28	Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	43.083	Garçom	56.079
29	Operador de Telemarketing Receptivo	42.275	Porteiro de Edifícios	55.796
30	Trabalhador no Cultivo de Árvores Frutíferas	41.221	Costureiro na Confecção em Série	52.076
31	Pedreiro	40.622	Trabalhador da Cultura de Café	47.499
32	Continuo	40.489	Pedreiro	43.987
33	Atendente de Farmácia - Balconista	37.802	Vendedor em Comércio Atacadista	42.277
34	Vigilante	37.181	Motociclista no Transporte de Documentos e Pequenos Volumes	41.700
35	Técnico de Enfermagem	36.930	Trabalhador Polivalente da Confecção de Calçados	41.640
36	Açougueiro	36.232	Armazenista	41.172
37	Mecânico de Manutenção de Máquinas, em Geral	33.672	Abatedor	40.482
38	Cobrador Interno	32.571	Mecânico de Manutenção de Máquinas, em Geral	38.651
39	Operador de Telemarketing Ativo	31.734	Soldador	36.005
40	Trabalhador da Manutenção de Edificações	30.533	Assistente de Vendas	33.724
41	Auxiliar de Contabilidade	29.930	Trabalhador de Extração Florestal, em Geral	33.529
42	Vendedor em Comércio Atacadista	29.239	Comerciante Varejista	33.418
43	Mecânico de Manutenção de Automóveis, Motocicletas e Veículos Similares	28.279	Escriturário de Banco	33.255
44	Magarefe	27.122	Magarefe	31.493
45	Costureiro na Confecção em Série	26.150	Copeiro	28.407
46	Carregador (Veículos de Transportes Terrestres)	25.572	Demonstrador de Mercadorias	27.833
47	Carregador (Armazém)	25.128	Carregador (Armazém)	27.620
48	Trabalhador Polivalente da Confecção de Calçados	25.108	Costureiro, a Máquina na Confecção em Série	26.881
49	Motociclista no Transporte de Documentos e Pequenos Volumes	23.658	Atendente de Farmácia - Balconista	26.873
50	Eletricista de Instalações	21.508	Carregador (Veículos de Transportes Terrestres)	26.847

Fonte: MTE/Caged, 2007 e 2017

Na soma geral do rol de ocupações, entre os dois anos, houve uma retração 13%, saindo de 5,4 para 4,7 milhões de admissões. Com três vezes mais chances de ficar desempregado, a qualidade do emprego em que os jovens estão sendo inseridos continua em questão, alerta a OIT. Entre as causas dos fatores do desemprego e condições precárias que os jovens estão sendo submetidos, as questões estruturais, culturais e históricas vinculadas ao modelo de desenvolvimento econômico e social do país, tem sido um forte obstáculo, registra a entidade. Devido a dinâmica econômica voltada para encher caminhões com grãos, bichos e minérios para desembarcar nos portos para exportação, a geração de emprego para os jovens caminha em descompasso com suas aspirações, mas alinhados aos interesses do mercado. Assim, é possível observar um significativo empobrecimento das qualidades dos empregos juvenis.

Os dados do CAGED de 2007 e 2017 comprovam esse cenário. Enquanto a primeira ocupação tinha 95,7% de jovens recebendo até dois salários mínimos em 2007, esse número sobe para 96,9% em 2017. Assistente de Vendas, por sua vez, abarca a primeira ocupação de nível 3 de qualificação, cujo número saiu de 35,4% para 91,1% no mesmo período. O mesmo ocorre com Analista de desenvolvimento de sistemas, ligado às TICs, pertencente ao Grande Grupo de maior competência (4), em que registrou 12,1% naquele ano e 22,5% nesse. Em todas as ocupações, além da retração, registra-se um número maior de jovens que são absorvidos com renda até dois salários mínimos, mesmo se apresentando com maior escolaridade que os anos anteriores, conforme demonstram os dados do INEP (2019a).

Os empregos precários e baixa remuneração no horizonte, tem sido um forte obstáculo para a continuidade dos estudos. A conciliação entre trabalho e escola, posiciona a deserção escolar, principalmente nas séries em que o trabalho começa a ocupar a cabeça dos jovens. Porém, sem escolaridade suficiente para postos de trabalho com exigência sobrequalificada, que na realidade são de baixa complexidade, aumenta ainda mais o número de jovens nem-nem. Para o IBGE (2019), em 2017 dos 48,5 milhões de jovens, 23% não trabalhavam, nem estudavam ou se qualificavam, enquanto a OIT (2009) registrava em 2007 próximo a 18%.

Quando se compara os salários, entre uma ocupação que exige maior qualificação e aquela que exige menor, fica claro que essa opção de deserção escolar passa a ser tentadora. Todavia, o quadro escamoteia que essas vagas, apesar de se encontrarem em rol de ocupações de baixa qualificação, nos processos seletivos a escolaridade tem sido critério no logro daquela vaga, como alerta Deitos (2019). Nesse segmento, sem conseguir captar esse movimento, pelos motivos de ser a educação voltada para o mercado e não para sua compreensão e superação (KUENZER, 2007), os jovens acabam sujeitos a empregos informais e desemprego.

Os dados extraídos do RAIS de 2007 e 2017, excluindo os não classificados, mostram que algumas ocupações de menor exigência remuneram mais do que ocupações com maior exigência de escolaridade. Entretanto, a falta de leitura mais ampla sobre esse comportamento disfarça esse quadro.

**Tabela 23 – Brasil: Remuneração média, nominal, anual entre as dez ocupações com maior estoque, para 2017 e 2007**

nº	Ocupações/Grande Grupo	2017	Ocupações/Grande Grupo	2007
1ª	Assistente Administrativo/4	R\$2.886,72	Auxiliar de Escritório, em Geral/4	R\$950,52
2ª	Auxiliar de Escritório, em Geral/4	R\$1.813,35	Vendedor de Comercio Varejista/5	R\$692,49
3ª	Vendedor de Comercio Varejista/5	R\$1.661,38	Assistente Administrativo/4	R\$1.481,21
4ª	Faxineiro/5	R\$1.199,47	Faxineiro/5	R\$499,41
5ª	Alimentador de Linha de Produção/7	R\$1.548,18	Professor de Nível Médio No Ensino Fundamental/3	R\$1.193,14
6ª	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais) /7	R\$2.245,21	Alimentador de Linha de Produção/7	R\$711,51
7ª	Operador de Caixa/4	R\$1.394,63	Servente de obras/7	R\$559,75
8ª	Professor de Nível Médio No Ensino Fundamental/3	R\$3.199,10	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais) /7	R\$979,72
9ª	Técnico de Enfermagem/3	R\$2.219,25	Trabalhador da manutenção de edificações/9	R\$580,66
10ª	Vigilante/5	R\$2.177,99	Operador de Caixa/4	R\$597,86

Fonte: MTE/RAIS, 2007; 2017

Em 2007, haviam uma ocupação com remuneração e estoque superior a Professor de Nível Médio no Ensino Fundamental. Enquanto aquela do GG 4 essa era do GG 3, acompanhada muito de perto por outra GG 4 e um do GG 7. Em 2017 a ocupação com maior estoque, 2.126.516 com vínculos ativos, Assistente Administrativo, a remuneração média foi de R\$ 2.886,72, frente a Professor de Ensino Médio e Fundamental, em oitavo lugar, com R\$ 3.199,10 de

média, em que se exige nível formação de nível médio profissionalizante em magistério. Porém, quando se compara com outra ocupação do GG 3, com exigência de ensino técnico de nível médio, ou seja, conclusão do ensino médio também, Técnico de Enfermagem pagou R\$ 2.219,25.

Houve, de fato, uma sensível melhora para várias ocupações, como a de Professor registrando um salário médio de quase três vezes mais. Nesse sentido, acompanhando até a quinquagésima ocupação com maior estoque em 2017, além de Técnico de Enfermagem, a próxima ocupação de nível médio técnico é de Auxiliar de Enfermagem, em 33ª, cuja remuneração é de R\$ 2.423,30, R\$ 16,04 inferior a de Motorista de Ônibus Urbano, do GG 7, em 36º, superior até mesmo aquela ocupação de nono lugar. É possível encontrar remuneração melhor que essa, ainda mais 5 ocupações de nível inferior com remuneração superior, na qual em 2007 eram seis.

A bonança vivida pelo país, principalmente na primeira década do século XXI, não trouxe o progresso esperado pelos jovens, apresentados níveis bem mais críticos em comparação com a população adulta. O panorama dos postos de trabalho, apesar da maior qualificação desse flanco, tem se orientado para desemprego, salários e qualificações baixas, o que se torna um grande obstáculo para a transição à vida adulta.

Isso coloca por terra a narrativa da escassez de força de trabalho qualificada, visto que os jovens têm permanecido por mais tempo nas instituições de ensino, conforme veremos abaixo. O aumento da força de trabalho com nível de escolaridade mais elevada parece surtir efeito frente a estrutura econômica que vem se reestabelecendo nas últimas décadas, mais para ela do que para eles.

### 3.1.7 O mito do apagão da mão de obra

Análises menos apressadas têm contestado a carência de força de trabalho qualificada. Tratada como obstáculo para o desenvolvimento econômico mais robusto no país, novos estudos questionam esse argumento. Entre eles, o trabalho de fôlego de Saboia (2009) demonstra exatamente o contrário, com alto índice de trabalhadores qualificados desempregados e ocupações complexas

sem preenchimento, trata-se mais de um desencontro entre oferta e demanda do que carência de trabalhadores qualificados, explica.

O amplo referencial mais sério e menos impressionista ao qual esse autor se apoia, demonstra que são raras as ocupações mais qualificadas que se constituem gargalo impeditivo ao aumento produtivo e desenvolvimento econômico. O país tem apresentado abundância de trabalhadores com alta capacitação, mas não encontra vazão em detrimento de uma demanda medíocre em que o país tem mergulhado. A falta desses trabalhadores é mais pontual, mas nada que não possa ser transposto.

A pesquisa desse pesquisador verificou que o comportamento para ocupações mais complexas, principalmente os GG2 e GG3, foram as que tiveram menores índices de absorção. Logo, o contingente de trabalhadores com essa formação pode ser considerado satisfatório, mesmo com o aumento além da capacidade absorção e a baixa formação em termos de América Latina, visto que predominou uma geração de emprego para baixas e médias qualificação, compatível com a mediocridade de nossa estrutura econômica.

Maciente *et al.* (2012), também ancorado em farto referencial teórico, apresenta um leque de caminhos possíveis para ajustes da escassez de mão de obra, caso de fato fosse o caso do Brasil. Além de melhores salários, qualidade dos postos de trabalho, capacitação e treinamento, mudanças na relação capital-trabalho, seria necessário ampliar, sobretudo, os níveis de ensino técnicos e superior com políticas de bolsas e financiamento estudantil, redução de evasão escolar, acompanhamento de aprimoramento técnico-científico, ou seja, investimento na qualidade da educação.

Na última etapa da educação básica, urge essas políticas, pois

[...] a adoção de medidas e políticas que combatam a evasão escolar e a não conclusão do ensino médio são medidas que estabelecem patamares mínimos de qualificação, com impactos positivos na garantia do acesso de jovens a trabalhos não-precários. (OIT, 2015, p. 25).

Todavia, como veremos mais abaixo e já discutido acima, todos esses caminhos têm sido percorridos, mas com sinal invertido. Ao que tudo indica e vem se demonstrando, para os “donos do poder” é exatamente essa educação

que se apresenta necessária as suas demandas, pois como vimos, a produção básica tem apresentado números satisfatórios anos após anos.

De qualquer forma, o que os autores supracitados sublinham é que a carência de mão de obra não deve ser generalizada, pois são apenas específicas, circunscritas a determinadas ocupações e regiões, que não limitaram o desenvolvimento iniciado no início dos anos 2000. Nesse período, registrou-se que a demanda por trabalho qualificado não se deu nos mesmos níveis da expansão da oferta, o que gerou sua incorporação em atividades secundárias.

Schwartzman e Castro (2003) de maneira similar, também reforçam a ideia de que o debate sobre a escassez de mão de obra reflete mais a acomodação da economia para padrões de baixa qualificação e produtividade do que um problema de oferta, mas erram ao insistir que o problema esteja na escola. O pleno emprego, aparente que o país vivia em 2013, deu-se majoritariamente para setores de serviços e de baixa qualificação, explicam, também confirmado pelo DIEESE (2020). Os mesmos registram ainda que o motor de crescimento até então se sustentava nas exportações de *commodities*, sobretudo para a China, combinado com forte estímulo de consumo, baixo investimento de capital e redução da indústria, constituindo um cenário favorável a essa produção de força de trabalho, mas ao invés de mirar no macro para compreensão, miram novamente para micro, sempre com intenção de transferir culpa para os setores mais vulneráveis.

Para finalizar, amiúde do que já foi dito, os postos de trabalhos de baixo valor salarial e tecnológico não são “[...] vestígios de um passado, mas partes funcionais do desenvolvimento moderno do país” (OLIVEIRA, 2003, p. 18). Dessa forma, não é simplesmente efeito do passado colonial e de uma elite patrimonialista, mas sua continuidade em termos modernos. O mito do apagão de força de trabalho qualificada, parafraseando Darcy Ribeiro, apenas revela a face nefasta da estrutura econômica engendrada pela elite, movimentada como máquina de moer gente e alimentada com energia do povo, gasto como carvão para queimar.

### 3. 2 EDUCAÇÃO PARA OS JOVENS EM UMA ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA

A crise da educação no Brasil não é uma crise; é projeto (Darcy Ribeiro)

A qualidade da educação brasileira tem sido alvo de inúmeras críticas, principalmente de órgãos multilaterais e absorvidas por muitos pesquisadores da área. Entretanto, esse termo é polissêmico, conforme ensina Gadotti (2013), apresentando concepções bastante diversas. O mesmo, imbricado pelo momento histórico, trata-se de um conceito político que exige levar em conta a conjuntura ao qual a escola se encontra inserida.

Diante dessa dificuldade de mensurar qualidade, Soligo (2013) destaca uma enorme gama de leituras divergentes sobre seus significados. Enquanto para alguns ela se dá pela sua capacidade de reduzir desigualdades, outros a compreendem a partir do volume de recursos públicos destinados à educação. Há aqueles que avalizam segundo o desempenho dos estudantes em avaliações de larga escala, mas também existe aqueles que veem um bom indicador na resposta que ela dá ao mercado de trabalho.

Logo, dependendo da concepção de sociedade, o conceito de qualidade educacional adquire feições correlatas. Nesse sentido, queremos dizer com isso que, a contar o histórico dominante de uma estrutura econômica de baixa dinâmica e a manutenção da mesma, ela estaria cumprindo com excelência seu papel ao “[...] evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política” (CUNHA, 2000, p. 4). Uma vez que a economia brasileira tem se mantido para baixa intensidade tecnológica, caberia a educação formar a força de trabalho para ocupar os postos de trabalho por ela demandada. Logo, teria como objetivo a racionalização pedagógica para atender a lógica do capital (PARO, 2012). Essa, deveria ser administrada com a mesma lógica do mercado e apresentar resultados positivos, no caso a força de trabalho condizente.

Devido ao processo educativo ser mediador do contexto sociocultural, o projeto político pedagógico deve assumir suas feições. Dessa feita, as políticas de Estado podem assumi-la “[...] no âmbito do mercado e das técnicas de gerencialmente, esvaziando o conteúdo político da cidadania” (SOLIGO, 2013, p. 11), para alcançar a qualidade capaz de responder às demandas das estruturas produtivas, que é o que tem ocorrido e não é de hoje.

Xavier (1990) já observava esse movimento ao analisar os desdobramentos da formação econômica brasileira. Para ela, a estrutura econômica imprime na escola funções que deverá assumir, de tal forma a “[...] adequar o sistema de ensino às condições materiais e ideológicas geradas nesses avanços” (p.19). Nesses termos, como o trabalho engendra princípios formativos e educativos (FRIGOTTO, 2006), o modelo educacional se transforma em instrumento legítimo de internalização do sistema, a educação deve caber no tipo de capitalismo em curso, servindo-o.

Nessa esteira, Kuenzer (2007) explica que a superação dos obstáculos da educação, notadamente no ensino médio, não é pedagógica, mas sim político, pois somente aquele não tem capacidade de modificar e transformar a sociedade. Conforme ensina Mészáros (2008), é ingenuidade pensar que basta resolver a escola. Antes de tudo, é necessário uma mudança radical, que rasgue a camisa de força da lógica incorrigível do sistema, assevera o húngaro, pois reformas somente servem para corrigir detalhes defeituosos da estrutura vigente.

No Brasil as reformas foram, e continuam sendo, ancoradas na reprodução de conhecimento e pessoal necessário ao mercado de trabalho. Por isso, Shiroma e Lima Filho (2011) explicam que esse modelo educacional nunca beneficiou os filhos da classe trabalhadora. Para esses, o acesso a uma educação geral e profissional insuficiente de recurso, término em níveis elementares, cujo ensino não ultrapassa o mínimo necessário faz parte de um cálculo para conduzir apenas ao atendimento da funcionalidade da estrutura produtiva que demanda força de trabalho barata. Toda preocupação com educação básica, principalmente na sua última etapa, tinha em mente reformas que possibilitassem uma melhora das atividades produtivas com qualificações básicas para atender a demanda da economia global, mas em posto de fornecedor de produtos primários. Contudo, sem aumentar os gastos públicos.

Uma educação que qualifique não somente para o mercado, mas para a vida (MÉSZÁROS, 2008), que promova uma relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura, não tem encontrado ressonância nas políticas de Estado, pois se aplica somente para atender a primeira, principalmente aos pobres. Dessa feita, a função das políticas educacionais brasileiras tem tido papel importante na regulamentação da força de trabalho, na qual as habilidades mínimas são

suficientes para atender estrutura econômica, mantendo o equilíbrio das vantagens produtivas (DEITOS; LARA, 2016).

Conforme aponta Bresser-Pereira *et al.* (2014), essas vantagens têm sido extraídas de recursos naturais abundantes e baratos ou em mão de obra barata. Países, como o Brasil, clarificam os autores, usam-na pois garantem rendas ricardianas para seus produtores com destino a exportação, pois

Essa sobreapreciação decorre do fato que sua exportação dessas *commodities* é compatível com uma taxa de câmbio mais valorizada do que seria necessário para tornar competitivas empresas de outros setores de bens comercializáveis mesmo que elas utilizem tecnologia no estado da arte mundial. Os recursos naturais podem ser considerados “baratos” e geram rendas ricardianas para o país, porque seus custos de produção são menores do que os que são incorridos pelos produtores marginais menos eficientes admitidos nesse mercado mundial. (BRESSER-PEREIRA *et al.*, 2014, p. 2, grifo dos autores).

Esse nicho econômico se mantém dentro de um equilíbrio de renda, pois se beneficia de uma produção e força de trabalho abundante e barata. Dessa forma, não há demanda astronômica para alta qualificação da força de trabalho, logo, pressão para altos investimentos em educação. O discurso reformista de uma educação obsoleta esconde, portanto, a necessidade de sua manutenção atualizada, de acordo com o que Schwartzman e Castro (2013) procuram imprimir.

Datada, a educação brasileira coaduna com a posição histórica que o país assume no cenário internacional. Porém, cada vez mais intensa, a ciência, a técnica e a tecnologia tem se constituído como núcleo fundamental dos desenvolvimentos das forças de produção, crucial para a diminuição do trabalho regulado e ampliação do trabalho livre (FRIGOTTO, 2006). Em países como o Brasil, essas categorias, registra o educador, encontram-se subordinadas “[...] aos processos de exploração e alienação do trabalhador como força cada vez mais diretamente produtiva do metabolismo e da reprodução ampliada do capital” (p. 244). Contudo, a subordinação e a dependência tem sido a tônica do ensino brasileiro, especialmente de nível médio, desconectada com a produção de alta performance, reforçando uma estrutura econômica anacrônica, mas condizente com sua posição na DIT.

Segundo bem explicam Deitos e Lara (2016),

A educação, portanto, constitui parte da estrutura social dominante, na medida em que fornece os elementos básicos necessários ao processo produtivo e também os requerimentos ideológicos para a funcionalidade socioeconômica da sociedade, mantendo as condições produtivas, a viabilidade política da ordem social e a regulação relativa da composição geradora de escolarização e profissionalização da força de trabalho. (p.171).

Para esses autores, políticas educacionais para manutenção da força de trabalho e ordenamento ideológico, que permitem estabilidade socioeconômica, tem sido fundamental. Vinculadas ao modelo econômico, todas as orientações e recomendações de órgãos multilaterais como o BID (ALTMANN, 2002) são executadas para esse fim. Entre elas, podemos destacar o não investimento em formação especializada, de custo alto e mais demorado, para uma população que vive com poucos direitos e na informalidade, uma vez que a “sociedade do conhecimento” é para poucos, sendo que certamente não são os pobres (KUENZER, 2000).

Para a autora em tempos de formação de novo tipo, com qualificação que integre ciência, tecnologia e trabalho

[...] essa política é perversamente orgânica às novas demandas da acumulação flexível, que inclusive determina, quando há adesão dos dirigentes ao bloco hegemônico, o lugar que cada país ocupará na economia globalizada. Nesse sentido, a renúncia à educação científico-tecnológica de alto nível para o maior número possível de trabalhadores corresponde à renúncia à produção científica, o que equivale a dizer, à construção de um projeto soberano de nação, trocado pela eterna dependência científica, econômica e política. (p. 26)

Portanto, do ponto de vista empresarial brasileiro, não há grandes mudanças a serem realizadas na educação e o que tem se apresentado é o que precisa ser apresentado. Deitos, M. L. (2006) capta essa postura ao constatar que o setor privado apresenta participação limitada no desenvolvimento científico e tecnológico, sendo que pouco pressionam por demanda das universidades e instituições de pesquisa.

Devido os indicadores satisfatórios na produção de produtos primários a preço de concentração da riqueza e desigualdade de toda ordem, tudo se apresenta dentro do esperado. A qualidade proposta e implementada, desde os

tempos coloniais, tem se apresentado adequada do ponto de vista da estrutura econômica nacional.

### 3.2.1 Educação para o trabalho no Brasil

Indissociáveis, educação e trabalho, são intrínsecas ao desenvolvimento humano. Por meio desse, nos educamos para responder às necessidades que se põem diante da humanidade. Nesse sentido, tomado como práxis humana, “[...] toda e qualquer educação sempre será educação para o trabalho” (KUENZER, 2007, p 39). Assim, é aí que o projeto de educação e o seu papel na formação dos profissionais em dada sociedade se torna nevrálgico: para qual trabalho ela se volta? Crivadas pelas agendas de seus governantes, a gestão escolar expressa sua concepção de sociedade (KUENZER, 2000), logo, a forma como elas serão manejadas dentro de um sistema produtivo apontam para o arranjo social que almejam.

Para explicar a ontologia desses dois termos, Saviani (2007) ensina que trabalho compreende o esforço mental antecipado para execução de uma determinada ação com finalidade intencional, premeditada. Para que isso ocorra, é necessário aprendizado. Assim, no trabalho nos educamos e, dialeticamente, por ele também somos educados.

Portanto, sendo o trabalho nossa essência, é possível afirmar que nossa existência não está em algo externo, algo transcendental, mas imanente, no próprio ato de trabalhar. Por meio dele respondemos às necessidades e desafios do desenvolvimento técnico e teleológico apresentado cada vez mais complexo (FRIGOTTO, 2006) e, para isso, é inevitável aprender.

A educação é, por sua vez, um importante instrumento na constituição do homem e do mundo que o rodeia. O projeto escolar indica os rumos desse povo e é aí que a divisão do trabalho se torna nociva. Para esse educador, ela acaba fracionando a educação, uma para a classe abastada e outra para subalterna, determinando o que cada uma deve aprender para ocupar seus respectivos lugares na cadeia produtiva do trabalho.

Marcado por desigualdades desde sua gênese, a divisão entre as classes brasileiras fora vigiada bem de perto, utilizando dos mais diversos expedientes para garantir suas distâncias. Na educação, especialmente no

ensino médio, a histórica dualidade entre ensino propedêutico e profissional marcam essa linha. Enquanto essa é destinada à classe trabalhadora para ingresso rápido no mercado de trabalho, separada da escolarização regular, como uma modalidade compensatória e moralista no sentido de tirar “os pobres e desvalidos da sorte” do meio da rua e educar-lhes o caráter por meio do trabalho, aquela se destina aos filhos da elite que almejam seguir os estudos no ensino superior para ocupar os postos estratégicos e dinâmicos da econômica (KUENZER, 2011).

Nesses termos, o papel da escola passa a ser relevante, pois

Lembrando Gramsci (1978, p. 136), é sempre bom ter claro que as escolas são antidemocráticas não pelos conteúdos que ensinam – acadêmicos, “desinteressados”, ou técnico-profissionalizantes, “interessados” –, mas por sua função, a de preparar diferentemente os intelectuais segundo o lugar que irão ocupar na sociedade, e portanto segundo sua origem de classe, como dirigentes ou como trabalhadores. (KUENZER, 2000, p. 28, grifo da autora).

De exploração máxima e momentânea, não havia preocupação com desenvolvimento tecnológico que demande tempo e recursos financeiros (PRADO, 1981). A grande totalidade das ocupações eram para atividades braçais e escolaridade elementar. Para os postos de trabalho mais exigentes, os filhos da classe abastada acessavam em uma rede de ensino restrita ou eram encaminhados para Europa.

Foi, sobre esse passado colonial, que se erigiu a mentalidade empresarial brasileira e orientou a formação da força de trabalho brasileira. Xavier (1990), explica este empresariado fora gestado nas condições fortemente associadas e controladas pelos interesses estrangeiros, pois o mercado mundial já havia sido dividido pelas potências, relegando a cada um seu papel. A mesma assinala que o olhar escolar sobre esse tipo de economia, de formações sociais periféricas, deveria se limitar a bases científicas e educacionais mínimas. Não obstante, as reformas educacionais impressas a partir de 1930, nomeadamente a de Capanema, tinham em perspectiva as novas exigências econômicas, políticas e sociais que emergiam nesse período (DEITOS, M. L., 2006). Ao invés de qualificação, por meio de investimento escolar, para ciência e tecnologia, o país toma o caminho da superexploração, com compressão salarial e jornadas

de trabalho prolongadas que não repõem os desgastes da força de trabalho (MARINI, 2013)

Fadado a uma produção científico-tecnológica de segundo mão, explica que nem mesmo a industrialização conseguiu alavancá-la a níveis mais elevados, muito pelo contrário, continuou voltada para uma economia dependente e “atrasada”. Deitos, M. L. (2006) explica que a formação da mão de obra para a indústria sempre foi aligeirada e imediata sem o domínio de conhecimento técnico-científico de todo o processo, o que possibilitaria avanço e geração de novas tecnologias. Ao invés disso, essa incorporação se deu mediante importação, o que colocava sua indústria ainda mais a margem do mercado tecnológico.

Em decorrência desse quadro

O bloco histórico que resulta desse processo societário específico define o tipo de sociedade que constituímos no plano da estrutura econômico-social, na superestrutura política interna e na relação externa – e como decorrência disso, qual o patamar científico e técnico que atingimos, qual a posição em que nos situamos na divisão internacional do trabalho e quais suas interfaces com as demandas do trabalho simples e complexo. (FRIGOTTO, 2006, p. 255).

Não havia espaço para uma formação sociopolítica-econômica em outros termos, pois, na alça de mira das políticas de Estado, o projeto de educação e profissionalização não ultrapassava o chicote e a enxada. O baixo nível técnico, calcado na rotina e ignorância, por meio de um sistema forjado no trabalho ineficiente e quase sempre semibárbaro do regime escravocrata, não permitia ir além disso (PRADO, 1981).

Para Maciente (2013), as deficiências estruturais, entre elas a do sistema educacional, engendrado pelo longo histórico de debilidade macroeconômica, criaram um ambiente pouco salubre para o investimento e desenvolvendo de atividades de alto conhecimento. Isto posto, em tempos em que questões endógenas, como desenvolvimento de novas tecnologias, conhecimento, ciência, etc., permitem maiores retornos financeiros, os países de economia tradicional, como o Brasil, tem um desafio ainda maior pela frente.

Devido as questões exógenas ao processo produtivo (terras abundantes, o clima favorável, elevado contingente de força de trabalho, etc.)

passarem a ser compensadas pelas endógenas, as vantagens produtivas podem deixar de ser decisivas na instalação de uma nova empresa. No Brasil, que ainda se mantém muito dependente desse modelo tradicional, o perfil das empresas atraídas por essa economia são para atividades menos complexas, cuja primeiras ainda são compensadas pelas segundas, sendo que aí se insere a educação brasileira.

Sair desse imbróglio exigira, como asseveram Schwartzman e Castro (2013), um esforço maior da educação do que da própria geração de emprego. Até certo ponto, faz sentido, pois seus dados evidenciam que o aumento de contratação, apresentado pelo país na primeira década do século XXI, não reverberaram em ocupações de alta complexidade. Portanto, seria necessário que a educação pressionasse o mercado de trabalho, oferecendo não só uma força de trabalho mais qualificada, mas também pesquisa de ponta que permita agregar valor e aumentar a industrialização da produção.

Entretanto, como bem explica Marx, não é a superestrutura que determina a infraestrutura, e sim o oposto. Xavier e Deitos (2006) destacam a presença deste tipo de proposta, quando das reformas educacionais em curso nos anos de 1990, tomarem a qualidade da educação como operadora da crise econômico-social. Os autores rechaçam essa ideia, porque na verdade aquela é fruto dessa, afinal como dizia Raul Seixas, não é nos galhos, mas tronco que se encontra o coringa do baralho.

Ao que tudo indica, não tem ocorrido interesses da classe dirigente em modificar a matriz econômica do país, muito pelo contrário. Os mesmos buscam manter a educação em níveis rasos, pois essa tem sido benéfica a demanda de mercado brasileiro. O aumento de recursos que poderia ser destinado à educação acaba servindo de financiamento, subsídios e renúncia fiscal para a estrutura econômica, reforçando-a ainda mais. Conforme registro no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), esses aumentam até ocorrem.

**Tabela 24** – Brasil: Estimativa do Investimento Público Direto em Educação por Estudante, com valores atualizados para 2016 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e a proporção do investimento público por

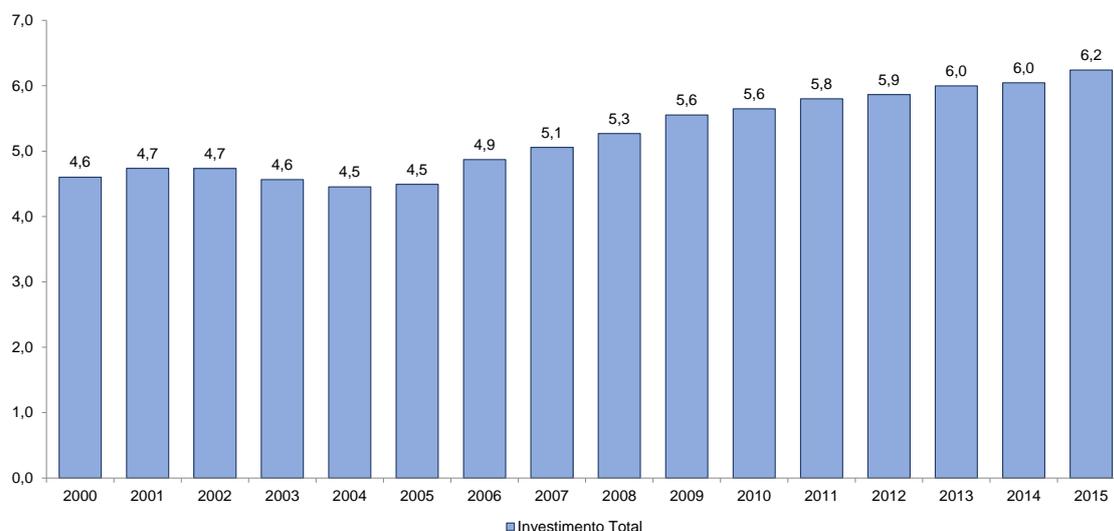
### Estudante da Educação Superior sobre o Investimento Público por Estudante da Educação Básica, por Nível de Ensino - 2007-2017

Ano	Investimento Público Direto por Estudante R\$ 100		
	Todos os Níveis de Ensino	Níveis de Ensino	
		Educação Básica	Ensino Médio
2007	<b>4.475</b>	3.897	3.119
2008	<b>5.066</b>	4.475	3.609
2009	<b>5.572</b>	4.899	3.805
2010	<b>6.411</b>	5.636	4.794
2011	<b>7.013</b>	6.109	5.941
2012	<b>7.470</b>	6.627	6.760
2013	<b>7.993</b>	7.081	7.147
2014	<b>8.076</b>	7.188	7.292
2015	<b>7.959</b>	6.982	7.262
2016	<b>7.922</b>	6.908	7.371
2017	<b>8.043</b>	6.823	7.496

Fonte: INEP/FNDE, 2007; 2017

O investimento por aluno tem sido ampliado ano após anos, mas esconde seu real movimento. A tabela 24 poderia até contrariar nosso argumento, pois mostra que o país tem aumento o investimento em educação, como é possível ver nos dados acima, mas como veremos, quando comparado com a média da OCDE (2019) e países vizinhos, o gasto por aluno se encontra muito aquém. Não passa de modernização do arcaico.

**Figura 11 – Brasil: Estimativa percentual de investimento público total na educação em relação ao PIB, 2000 a 2015**



Fonte: INEP

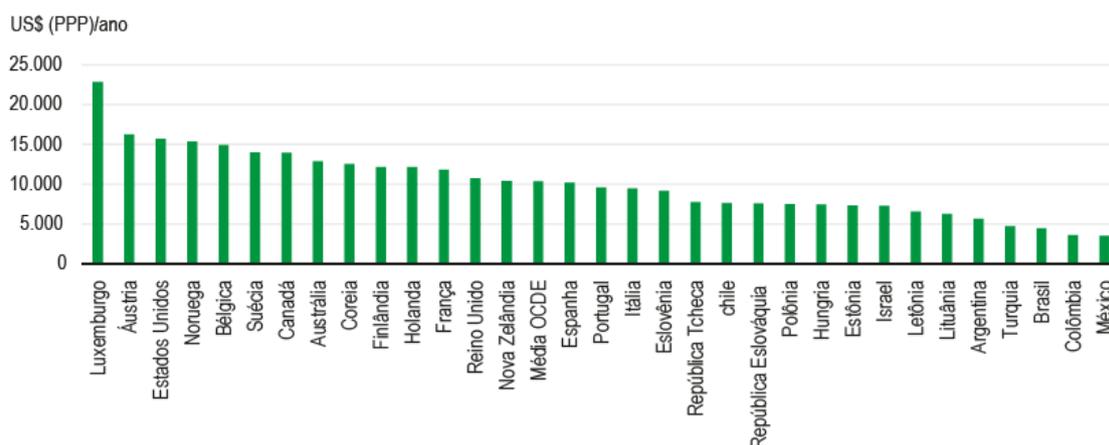
Até o ano de 2015, últimos disponíveis no site do INEP, é possível ver que, desde 2005, há uma tendência crescente de investimento. Nos dados do último relatório anual da OCDE para a Educação, compilado pelo MEC, no qual a maioria dos números são de 2017 e 2018 mas, para financeiro, relativos também ao ano de 2016, já se identifica um caminho inverso.

No ano de 2017, segundo o relatório, foram destinados 5,6% do PIB para a educação em todos os níveis. Assim, sendo muito distante dos 10% da meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE) que deveria ser atingido em 2024, bem como dos 6,4% projetado para o mesmo ano e abaixo de 2015 (INEP, 2020). Um balde de água fria na cabeça dos otimistas da educação pública, gratuita e de qualidade.

Mesmo apresentando percentual acima da média da OCDE (INEP, 2019a), que foi de 4,4%, isso de longe representa um aspecto positivo como o documento pretende parecer. As diferenças de valores e tamanho de sua população estudantil podem escamotear o cenário. Logo, quando se compara o valor por aluno o país fica entre os últimos, não só entre os membros quanto dos parceiros da OCDE. Nesse caminho, com US\$ 4.500 anuais, o Brasil está não só abaixo da média de US\$ 10.400, como figura na antepenúltima posição, com

investimento por aluno a frente somente da Colômbia com US\$ 3,594,00 e México com US\$ 3.550,00.

**Figura 12** – Brasil: Gasto por aluno nas instituições públicas brasileiras, do ensino fundamental ao superior para o ano de 2016



Fonte: INEP, 2019

Quando feito recorte para o ensino fundamental e médio, o investimento é de US\$ 3.800, frente os US\$ 9.300 de média da OCDE. Essa última etapa saiu de 0,7% do PIB em 2007, para 1,1% e tem se apresentado estagnado desde 2012 (INEP, 2019a).

Apesar do recuo de 8% no total de matrículas da educação básica e 4% no ensino médio, entre 2007 e 2017, atrelado a redução da população entre 15 a 17 anos de 10.349.930 para 10.298.651 no mesmo período, ou seja 0,5%, os números acima poderiam trazer uma falsa impressão de que os dirigentes estavam se preocupando com a educação brasileira, com mais recurso por aluno. Todavia, o Anuário da Educação 2018 (TPE, 2018) revela que 90,8% dos jovens com essa idade passaram a ter acesso a essa etapa da educação básica. Assim, foi o maior número registrado até então, compensando aquela queda, mas com um nível ainda muito baixo de investimento que não ultrapassa sua manutenção histórica.

Ou seja, tem havido avanço na entrada escolar, entretanto, como bem registra Altmann (2002), isso apenas permitiu elevar a inclusão de pessoas no mercado de trabalho a partir capacidades escolares básicas, mas não passou

daí. Dessa forma, especialmente na educação de ensino médio técnico, os números ainda continuam insuficientes, crescendo para menos, ou seja, modernizando o atraso (MARINI, 2013).

O discurso do progresso nos investimentos é uma tentativa de imprimir uma narrativa ilusória, pois eles se mantêm em níveis que permitem apenas, como explica Mézáros (2008), corrigir o sistema: mudar para permanecer. Nessa esteira, Deitos (2019) explica que a preocupação em melhorar a situação dos jovens e sua inserção no mercado de trabalho tem sido tomadas com base na demanda, explica que “o eixo norteador não é um processo de apropriação sociocultural e tecnológico abrangente, mas a formação de um estoque de força de trabalho socialmente necessária e apta para responder as demandas do setor produtivo” (p. 13).

Deitos e Lara (2016) destacam o forte discurso de orientação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), já de longa data, para melhorar a adequação da educação básica ao mercado e sua posição na DIT, principalmente o ensino médio com formação profissional, cujas habilidades deveriam se limitar ao mínimo.

Moeda de troca volúvel nas mãos dos empresários, de assunto menor, os “donos do poder” não têm hesitado em sacrificar a educação em nome da saúde fiscal do país, vulgo manutenção dos privilégios que o modelo primário-exportador traz. Assim, foi que o país passou de uma grande expectativa, para uma enorme frustração com o destino dos royalties do pré-sal. O PNE que se apresentava ambicioso e projetava um dos maiores saltos da educação brasileira foi se esvaziando a tal ponto que o Observatório do PNE anunciou que 90% das metas não serão cumpridas até 2024 (TPE, 2018).

Dessa feita, é necessário retomar Mézáros (2008) para nos lembrar que as razões dos fracassos das expectativas de mudanças sociais por meio de reformas educacionais estão “[...] no fato de as determinações fundamentais do sistema capitalista serem irreformáveis” (p. 27). O capitalismo dirigido, ao qual o país foi submetido e mantido com o apoio da elite nacional, é benéfico a essa fração e sua continuidade tem na educação uma das engrenagens necessárias para reproduzi-lo. Os números dele são reflexos de uma economia que ainda preserva os interesses privados sobre o bem público.

### 3.2.2 Do ornitorrinco ao Abaporu: o Ensino Médio e Profissional Técnico

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira divide o ensino em dois níveis. O primeiro é educação básica, compreendida pelo ensino infantil, fundamental e médio, e o segundo a educação superior. A educação infantil se divide em creche, com duração de 3 anos, para uma faixa etária preferencial de 0 a 3 anos, e a pré-escola, com duração de dois anos, para aqueles entre 4 e 5 anos.

O ensino fundamental, por sua vez, possui duração de 9 anos, para alunos entre a faixa de 6 e 14 anos. A última etapa da educação básica, com duração de 3 anos, para alunos jovens entre 15 e 17 anos. Há ainda a articulação com as modalidades de ensino, garantido pela Constituição Federal e regulado pela LDB (TPE, 2018). Nessa, as especificidades garantem o EaD, EJA, Educação Profissional, Educação Escolar Indígena, Educação Especial, Educação do Campo e Educação Quilombola.

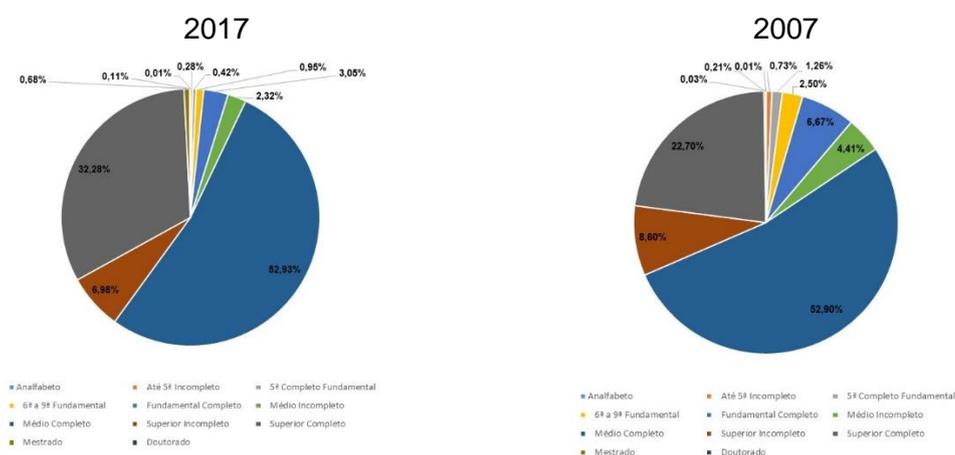
No caso da educação profissional, há o ensino técnico de nível médio, cuja duração pode ser de até 4 anos, como é o caso dos cursos do *campus* Capanema, do Instituto Federal do Paraná, Colégio Estadual Padre Cirilo na mesma cidade e do Colégio Estadual Dom Carlos Eduardo na cidade de Realeza da MRC. Nesse, o ingresso ideal se daria com 15 e saída com 18. A partir desta idade, 17 ou 18 anos, estão aptos ao ensino superior/e ou ingresso no mercado de trabalho. Essa, é a última fase da educação básica, seja regular ou profissional de nível médio, na qual se encontra os piores indicadores de toda a educação básica.

Nesses termos, com uma cultura em que o ensino médio é, ainda, para muitos o término dos estudos, em 2017 registrou-se que 35% dos jovens já não estavam mais estudando e optado somente pelo trabalho, segundo o PNAD 2017 (IBGE, 2017). No ano de 2019, para aqueles acima de 18 anos, somente 38,2% continuaram estudando (IBGE, 2019). A desconexão do país, como economia de alta dinâmica tecnológica, notadamente nesta última etapa da educação básica, tem sido gatilho para o elevado número dos que já não estudam, uma vez que ela pode se transformar tão somente em uma terceira jornada de trabalho (KUENZER, 2011), sem o retorno realmente esperado.

O desemprego que acomete o país, também acaba empurrando prematuramente seus filhos para mercado de trabalho, negando-lhes o direito de exercer sua condição de jovem. Assim, para os filhos da classe que vive do trabalho, antecipar essa saída é uma forma de adicionar renda ao magro orçamento familiar.

Anacrônica ao mundo do trabalho, para os mais vulneráveis a continuidade dos estudos para além do ensino médio ainda é um grande desafio, explica aquela pedagoga. Deitos (2019) ensina como essa desconexão tem se mostrado coerente com o papel que o país assume na DIT. Enquanto o país patina na formação profissional técnica, integrada ao ensino médio, apresenta ampla oferta em modalidade profissionalizante de curta duração. O que é justificável do ponto empresarial, pois há pouca demanda de ocupações do GG3, que poderiam ser uma boa porta de entrada dos egressos da última etapa da educação básica no mercado de trabalho, somado ainda com uma concorrência que elevou o sarrafo da qualificação ante o grande contingente de força de trabalho desempregada com qualificações superiores.

**Figura 13 – Brasil: Escolaridade ocupada em 31 de dezembro, no GG3, em 2017 e 2007**



Fonte: MTE/RAIS, 2007; 2017

Enquanto nos dois anos, o número de estudantes com ensino médio completo permaneceu na casa dos 52%, o número daqueles com escolaridade superior passou de 31% para 40%.

Nesse sentido, com indicadores ainda abaixo do esperado pelo PNE, o ensino médio se coloca como um grande desafio para os jovens que começam a mirar o primeiro emprego. Entretanto, eles apenas revelam a face mais cruel do modo de produção, calcado em todo tipo de exploração e desigualdade, no qual é isso mesmo que se tem a oferecer.

Nos mesmos termos da analogia da figura do ornitorrinco, confeccionada brilhantemente por Oliveira (2003), evidenciando a formação de um país que não é nem uma coisa nem outra, gravitando entre o moderno e arcaico, com cabeça enorme sobre pés esqueléticos, a obra emblemática de Tarsila do Amaral<sup>20</sup>, *O Abaporu*, nos traz uma imagem bem singular do tipo de trabalhador que o projeto escolar brasileiro deve entregar para sustentar aquele corpo opulento: pouco conhecimento e muita força. O animal estranho, criado pela elite nacional, reserva uma política enorme e contraditória para sustentar os privilégios de uma minoria, por uma classe de trabalhadores tratada como carvão para queimar. Para tanto, as políticas sociais, por meio da educação, a esses: rasa e elementar para o trabalho simples e precário, tal qual a crítica social pode ser assumida na obra.

### 3.2.3 Ensino Médio para Caneta e Enxada.

Esta etapa da educação é de extrema importância, pois ocorre em uma fronteira etária em que a escola e o trabalho se tornam equivalentes (ROCHA, 2008). Nesse sentido, para aqueles que vivem do trabalho, uma escola que estabeleça relações mais adequadas entre educação e trabalho é de alta relevância pois é o único espaço que podem ter acesso ao conhecimento necessário sobre as relações sociais de produção e suas contradições para uma transição escola-trabalho decente (KUENZER, 2007).

Apesar da importância que a última etapa da educação básica apresenta para a vida dos jovens, é exatamente nela que se encontra o maior desafio da educação básica. De modo que, com longo histórico de amaras com a clássica dicotomia de formação braça e intelectual, aí estaria as raízes do seu mal

---

<sup>20</sup> Exposta hoje no Museu de Arte Latino-americana de Buenos Aires (MALBA), é uma das obras mais importantes da arte brasileira produzida por Tarsila do Amaral. Data de 1928, época em que a artista se voltava para investigações da identidade brasileira (MALBA).

(KUENZER, 2007). A condição de classes nela impressa, tem dificultado a concepção de ensino que articule essas duas dimensões, explica.

Sempre presente na educação básica, principalmente na última etapa, a partir das duas últimas décadas do século XX esse dualismo se torna ainda mais latente, quando entre 1980/90 o investimento na industrialização perde fôlego frente a renovação da posição no país na DIT como exportadora de produtos primários. Desse modo, ancorado em estrutura econômica que se reprimarizava, assentou-se esforços para separação do ensino médio regular e o profissional de nível médio a partir do Decreto 2.208/1997. Esse atendia a redução de custos da educação encaminhadas pelos órgãos internacionais, como o BID, ao governo FHC, com ajustes para desenvolver habilidades e conhecimentos demandados pela reestruturação produtiva que o país deveria trilhar (ALTMANN, 2002).

Deitos e Lara (2016) explicam que, nessas condições, o ensino médio deveria se articular com a educação profissional de tal forma a atender tão e somente o necessário encaminhado pelo mercado. Dessa maneira, o empresariado recebe de braços abertos essas orientações e

[...] pressiona a estrutura estatal para o fornecimento e ampliação de políticas públicas que favoreçam essas medidas e possibilitem baixar os custos produtivos da força de trabalho em duas direções estratégicas: o custo da formação e qualificação dos trabalhadores e a ampliação do excedente de força de trabalho para baixar os salários médios na composição geral da massa salarial. (DEITOS E LARA, 2016, p. 174).

A preocupação dessa classe visava manter as históricas margens de lucro a partir de um novo pacto colonial em tempos de flexibilização do capital, nas mesmas condições do passado: apenas econômico e não político. A modernização conservadora deveria melhorar a força de trabalho, mas sem mexer na estrutura colonial atualizada para o século XXI. Mantem-se uma educação profissional para o trabalho juvenil nos termos do mercado (DEITOS, 2019).

Voltada para uma formação aligeirada e de curta duração para reduzir os custos da educação, a parte regular seria desenvolvida pelo Estado. Isso livra os cofres públicos da oferta em ambas as modalidades e se concentra somente

no aumento dessa. A educação profissional técnica de nível médio deveria ficar a cargo de outras instituições, assumida principalmente pelo sistema S, combinando iniciativa pública e privada (KUENZER, 2007).

Esse arranjo escolar atendia perfeitamente os desejos da elite nacional. As ocupações demandas, voltada para a produção em massa de produtos homogêneos e pouca diversidade, não requeriam grande volume de conhecimento técnico, científico e tecnológico para sua execução. Para essas atividades o

“[...] conceito de competência profissional compreendia alguma escolaridade, treinamento para ocupação e muita experiência, de cuja combinação resultava destreza e rapidez, como resultado de repetição e memorização de tarefas bem definidas, e reduzida complexidade, e estáveis” (KUENZER, 2007, p. 31).

Nesse sentido, engendrada por mentalidade que desprezava toda forma de conhecimento da classe trabalhadora, impregnada até hoje na classe dirigente, imbuída de paternalismo, clientelismo, nepotismo, patrimonialismo e ditadura, o aparelhamento de cima a baixo, para fazer dele seu próprio negócio, é condição *sine qua non* para pensar esta etapa da educação. De posse dessa máquina de moer gente, imprime não só os rumos econômicos, mas também sociais e afundam o resto da população a sua própria sorte. Sobra-lhes não mais que o cabo da enxada para o qual não é preciso mais que o primário, diziam nossos avós imbuídos da ideologia dominante.

O símbolo sagrado para a população do campo, mas que guardada a licença poética, no contexto da formação sociopolítica-econômica, carrega a marca da exclusão e desprezo de nossa elite, bem retratada na música de Lourenço e Lourival<sup>21</sup> que diz:

"Certa vez uma caneta foi passear lá no sertão  
Encontrou-se com uma enxada, fazendo uma plantação.  
A enxada muito humilde, foi lhe fazer saudação,  
Mas a caneta soberba não quis pegar na sua mão.  
E ainda por desaforo lhe passou uma repreensão."

Disse a caneta pra enxada não vem perto de mim, não  
Você está suja de terra, de terra suja do chão  
Sabe com quem está falando, veja sua posição  
E não se esqueça a distância da nossa separação.

<sup>21</sup> Fonte: Letra e Música. Disponível em [www.lettras.mus.br](http://www.lettras.mus.br). Acesso em: 30 Mar. 2020

Eu sou a caneta dourada que escreve nos tabelião  
 Eu escrevo pros governos a lei da constituição  
 Escrevi em papel de linho, pros ricos e pros barão  
 Só ando na mão dos mestres, dos homens de posição.

A enxada respondeu: de fato eu vivo no chão,  
 Pra poder dar o que comer e vestir o seu patrão  
 Eu vim no mundo primeiro, quase no tempo de Adão  
 Se não fosse o meu sustento ninguém tinha instrução.

Vai-te caneta orgulhosa, vergonha da geração  
 A tua alta nobreza não passa de pretensão  
 Você diz que escreve tudo, tem uma coisa que não  
 É a palavra bonita que se chama educação!

A manutenção dessa cultura, bem descritos por Darcy Ribeiro, deixa claro a preocupação que a elite tem para com os trabalhadores. Todo esforço, seja quais meios fossem necessários, eram empregados para evitar mobilidade social da grande e esmagadora parte da população.

Lima Filho (2015, p. 217) esclarece que,

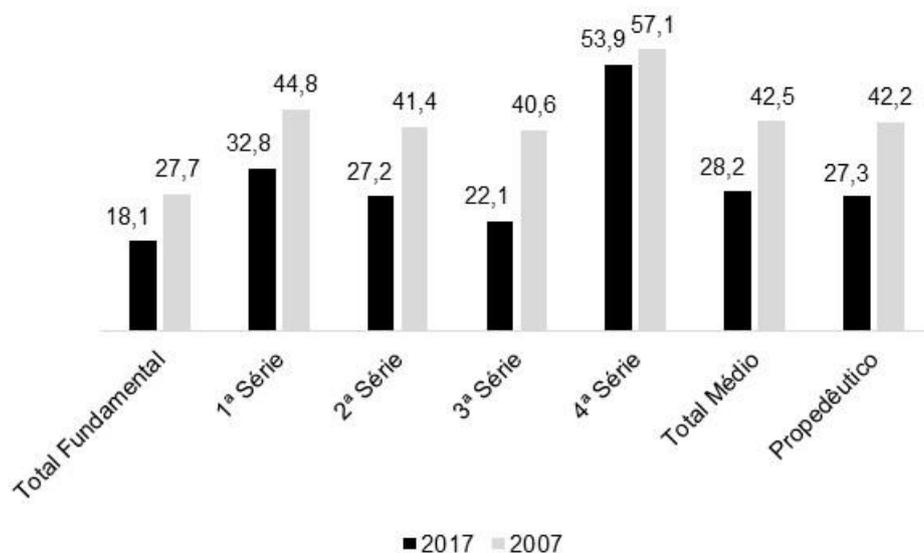
Essa situação, evidentemente, não é fruto de uma fatalidade, mas do tipo de sociedade e de desenvolvimento que foi sendo definido historicamente e que impediram e impedem a efetiva universalização da educação, no país, visto que a burguesia brasileira nunca colocou, em termos concretos, a conclusão da educação básica com qualidade, a formação técnico-profissional e a educação superior para a maioria dos trabalhadores, sequer, para prepará-los para o trabalho complexo.

É nesse chão que a educação para o trabalho se levanta. Por isso, o ensino médio, etapa que os jovens das classes mais vulneráveis (que tem em perspectiva o mercado de trabalho), apresenta questões que vão além da pedagogia e se colocam diante uma histórica cultura de desprezo em nome do mercado e privilégio de classe.

A distorção por série, registrada nos últimos anos, dão dimensão dos problemas de diversas ordens que reverberam em toda a educação básica, mas se assenta mais na última etapa da educação básica. Ao chegarem no ensino médio em idade em que a inserção do mercado de trabalho começa a sobrepor a escola, seja por questão própria da juventude ou pela condição de classe, podem acelerar essa transição para complementar a renda familiar (KUENZER, 2007). A diferença entre as duas etapas evidencia o tamanho do desafio no ensino médio. No ano de 2017 a taxa de distorção, ou seja, aqueles que estão

naquela série em idade inadequada, encontra-se acima daquela apresentada pelo ensino fundamental em 2007.

**Figura 14** – Taxa de distorção idade-série para o total do Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos anos de 2017 e 2007



Fonte: INEP, 2007; 2017

Excetuado somente a rede pública, em 2017, atingiu 31,1%, 0,2 p.p a mais que o ano anterior. Nesse segmento, com exceção do quarto, em que há alunos do EJA, estudantes com idade superior a dezoito anos, o primeiro ano inicia os gargalos do ensino e vai se ampliando conforme se avança nas séries, aumentando a taxa de evasão e abandono. Ali, segundo os estudos do INEP (2020), estão os maiores indicadores de reprovação e abandono. Foram 14,5% de evasão em 2007 e 11,2% em 2015 (TPE, 2018). Porém, quando se trata de abandono, ou seja, aqueles que deixaram de frequentar a escola durante o ano letivo, as taxas vão de 18,3% para 7,8%, respectivamente 2007 e 2017. Em termos de retenção foram, respectivamente 10,4% e 15,8%.

Esse quadro, reverbera também na média de alunos por sala. Na entrada somam 32, caindo para 29,9 na segunda série, 29,5 na terceira e 24,4 na quarta. Dez anos antes foram, respectivamente: 35,8; 33,8; 33,3 e 28,6. Entre avanços e recuos desta modalidade, há uma clara desconexão com a etapa anterior, pois o mundo do trabalho se coloca num horizonte mais próximo agora do que

anteriormente. Dessa feita, os indicadores de rendimento dão indícios de que a partir dessa nova etapa, o aproveitamento começa a cair pois passa a competir com a inserção no mercado de trabalho.

**Tabela 25 – Brasil: Taxa de Rendimento do Ensino Fundamental e Médio para 2017 e 2007**

Etapas	Aprovação		Reprovação		Abandono	
	2017	2007	2017	2007	2017	2007
Ensino Fundamental	91	80,8	7,4	13,2	1,6	6
Ensino Médio	83,1	76,7	10,8	8,4	6,1	14,9

Fonte: INEP/Censo Escolar, 2007; 2017

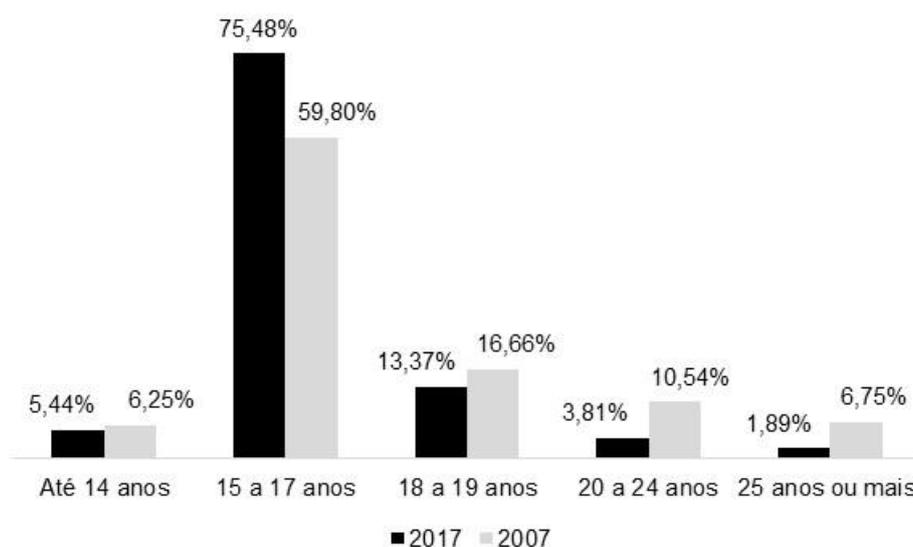
A taxa de matrícula das estatísticas do INEP (2007;2017) também evidencia esse comportamento, caindo 500 mil matrículas da primeira para a segunda, 300 mil desse para a terceira e incríveis 2,1 milhões no quarto ano em 2017. A publicação do PNAD de 2017 corrobora com esse quadro quando no ensino fundamental 113 mil estudantes entre 11 a 14 anos não frequentavam a escola. No ensino médio aqueles entre 15 a 17 anos atingem 1,3 milhões, de 18 a 24 anos, 15,6 milhões e incríveis 25,1 milhões entre 15 e 29 anos.

Logo, considerando que distorção, segundo o INEP, refere-se ao percentual de alunos com dois anos ou mais daquela considerada adequada, 32,8% daqueles que ingressão no primeiro ano do ensino médio já estão próximo ou com completos 18 anos, idade em que a inserção no mercado de trabalho passa a ser mais importante que a escola (ROCHA, 2008).

Corbucci (2009), registra essa tendência a partir de 2005, quando o ensino médio começa sua curva descendente. Segundo esse pesquisador do IPEA, o declínio das matrículas não é uniforme em todo o país e recortes etários. A mesmas têm decrescido mais entre aqueles de 18 a 29 anos e aumentam até 17 anos, com acréscimo de até 33% de 2000 a 2006. Aqueles entre 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, por sua vez, contam com reduções que foram, respectivamente, 11% e 15%, movimento captado na figura 15. Nesses termos, a retração ocorre principalmente no período noturno, enquanto no diurno marca ascensão.

Devido à dificuldade de conciliar educação e trabalho, para aqueles que já estão nessa condição, a deserção escolar passa ser o caminho para os grupos mais vulneráveis (OIT, 2015). Apesar desse ingresso distorcido, o número de matrículas com idade superior à esperada tem diminuído, conforme mostram o gráfico abaixo, o que é um avanço.

**Figura 15** – Brasil: Porcentagem de matrículas, por idade, no Ensino Médio, para 2017 e 2007



Fonte: INEP, 2007; 2017

Os sinais de esperança, dessa etapa da educação básica tem apresentado melhoras, como em toda a rede básica, mas ainda se encontram muito longe do desejável, pois apenas 75% dos jovens entre 15 e 17 anos, idade ideal para estar na última etapa da educação básica, encontravam-se ali. Todavia, 19% com idade entre 18 anos ou mais, faixa em que o trabalho tem mais importância que a escola, ainda se encontram em alguma série da última etapa.

É um número que contribui muito para a evasão e mostra, entre tantos outros problemas, a anacronia do ensino médio, que podem ser mensuradas pela sua estrutura. Na etapa de importância para compreensão do mundo do trabalho, apenas 79,9% possuem laboratório de informática e somente 45,4% laboratórios de ciências, registram o Censo Escolar 2017 (INEP, 2019b).

Concentrado na rede estadual, esta etapa apresenta uma estrutura muito deficitária, com exceção daquelas da rede federal, cuja participação na educação básica é inferior a 1% e de apenas 2,4% no ensino médio.

**Figura 16** – Brasil: Recursos relacionados à infraestrutura disponível nas escolas de Ensino Médio, segundo dependência administrativa em 2017

Infraestrutura	Dependência administrativa			
	Federal (n=552)	Estadual (n=19.490)	Municipal (n=245)	Privada (n=8.271)
Biblioteca ou sala de leitura	97,8%	85,9%	80,8%	92,5%
Banheiro (dentro ou fora da escola)	99,8%	90,2%	95,1%	89,0%
Banheiro PNE	92,9%	59,5%	53,9%	67,0%
Dependências PNE	76,6%	43,5%	37,6%	52,4%
Laboratório de ciências	81,3%	39,2%	28,2%	58,3%
Laboratório de informática	98,7%	83,8%	63,3%	69,8%
Internet	99,3%	90,9%	75,5%	92,3%
Banda larga	94,2%	76,8%	61,2%	86,7%
Pátio (coberto ou descoberto)	88,2%	77,0%	82,4%	89,7%
Quadra de esportes (coberta ou descoberta)	69,0%	74,6%	67,8%	83,3%

Fonte: Censo Escolar 2017

Os dados mostram desconexão com a sociedade do conhecimento (CASTELLS, 2009) e mais alinhados a uma economia do conhecimento (MÉSZÁROS, 2008), de trabalhos cujas competências para sua execução são rasas. Nessas condições, essa etapa mostra que ainda há muito para avançar.

### 3.2.4 O nó da educação profissional técnica de nível médio

Melhores condições para aqueles que concluem a educação básica, esta modalidade do ensino médio convive com um imbróglio de longa data. A presença de uma rede para educação geral e outra profissionalizante reflete as relações de poder organicamente articulado ao arranjo econômico. Um nó a ser desfeito, pesquisadores evidenciam que essa marca ainda está longe de ser superada, e não depende só dela.

As experiências, como os Instituto Federais, ainda não conseguiram superar essa divisão, explica (RAMOS, 2008), pois os ingressantes buscam e ainda encontram um currículo muito propedêutico. A elevada evasão no quarto ano, quando os alunos abandonam para realizar os processos seletivos

universitários, revelam uma cultura engendrada dos três anos do ensino médio regular. Apesar das políticas de permanência e êxito da Rede Federal, a alta taxa de evasão e retenção, principalmente no subsequente e EJA ascendem sinal de alerta (BRASIL, 2014).

O descaso com o ensino técnico de nível médio apenas refletem a baixa dinamicidade econômica que demanda pouca força de trabalho para as áreas mais tecnológicas, originárias de uma nação que se formou operando etapas menos complexas na DIT enquanto os países centrais ficavam com aquelas mais avançadas (MARINI, 2013). Conforme destaca a tabela 20, as ocupações do GG3, que possuem maior correspondência com a escolaridade de ensino médio técnico, apresentam pouca absorção de trabalhadores.

Este grande grupo compreende as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho conhecimentos técnicos e experiência em várias disciplinas das ciências físicas e biológicas ou das ciências sociais e humanas. Essas atividades consistem em desempenhar trabalhos técnicos relacionados com a aplicação dos conceitos e métodos em relação às esferas já mencionadas referentes à educação de nível médio. (CBO, 2010, p. 426).

Em uma economia mais dinâmica, seria possível esperar uma absorção maior desses jovens, mas condizente com uma econômica de posição secundária na DIT, o que se vê é retração em um nível escolar muito relevante.

A reestruturação produtiva global que alterou as antigas formas e trabalhos invocando um trabalhador de novo tipo, com capacidades intelectuais que permita constante adaptação, passou ao largo nos países periféricos como o Brasil. A mudança na formação da educação média e profissional para todos, almejada para o Brasil não foi exatamente, esclarece Kuenzer (2007), o que ocorreu. De modo que, com uma posição subalterna na DIT, voltada para produção de baixo valor tecnológico, a oferta de uma educação científico-tecnológica se manteve reduzida, condizente com o volume tecnológico exigente da estrutura produtiva. O desenvolvimento científico-tecnológico, ficou sob o poder das grandes potências, cuja estrutura produtiva se pauta no conhecimento tecnológico (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

Abaixo comparamos como o investimento nessa modalidade revelam traços dessa submissão. Assim, sendo isso que se precisa ter mente, caso

contrário a comparação se torna totalmente desproporcional e injusta, pois subtrai elementos fundamentais na constituição de cada um no cenário do comércio internacional.

A porcentagem de 20% das ocupações ou 11% dos empregos no Brasil (REIS e ÁGUAS, 2019), assim como o segundo maior nível de competência na CBO, postos para educação de nível técnico integrado ao ensino médio, apontam os dados do INEP (2019a), tem sido um grande gargalo tecnológico e reflete o desenvolvimento da economia. No ano de 2017, a média daqueles alunos que concluíram o ensino médio com formação profissional integrada ou concomitante na OCDE foi de 40%, chegando até 70% em países República Tcheca, Finlândia e Eslovênia.

Enquanto isso, no Brasil foi de apenas 8% (OCDE, 2019). Do total de matrículas no ensino médio, em 2017, apenas 9% estavam vinculadas a modalidade de formação profissional, seja integrada ou concomitante. Naqueles países ocorre de maneira inversa, há mais matriculados na modalidade técnica do que geral, cujo ápice se dá na faixa de 17 anos, destaca o relatório anual da entidade. Mesmo assim, essas economias têm experimentado altas taxas de desemprego, importando a precarização vivida no Brasil (MACÁRIO *et al.*, 2018).

Segundo dados da Educação Básica de 2017, apresentados pelo INEP (2020) em sua síntese anual, entre aqueles cursando a modalidade Integrado esse valor foi de 5,79%. Esses, quando somados à formação para o Magistério, o número atinge 6,99% e 11,57% se abarcar as modalidades Integrado, Magistério e Concomitante. Enquanto lá, 34% dos concluintes do ensino médio profissional são da área de Engenharia, Indústria e Construção, no Brasil as áreas mais comuns são para ciências empresariais, administração e direito (INEP, 2019a), escopo que traz o tom da posição que cada um possui na DIT.

Esses números nos dão uma dimensão dos impactos de nossa subserviência histórica na participação capitalista. A grande parte dos imbróglios do país devem ser creditados na conta desses países, pois se tratou tão somente de relações comerciais tomadas nos termos da “[...] exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país” (PRADO JR, p. 119). Enquanto esses países se tornavam núcleos privilegiados para o desenvolvimento de “atividade cerebrais” com alto investimento em educação, ciência e tecnologia, o Brasil trilhava um caminho

inverso, reduzindo ainda mais a participação do Estado na educação (FRIGOTTO, 2006).

A gestão escolar, orientada para o mercado, dispôs de políticas públicas em conformidade com uma economia pautada na produção de produtos primários para exportação. Logo, isso que se apresenta como problema aos olhos dos defensores da educação pública, gratuita e de qualidade é, para os “donos do poder”, exatamente a qualidade necessária que eles esperam e os recordes atrás de recordes do agronegócio divulgados na grande mídia corroboram ainda mais para sua manutenção. Desse modo, sem alterações, desenvolvendo uma manufatura mais avançada, esta modalidade continuará apresentando pouca atrativa diante da demanda que se apresenta.

Enquanto a estrutura econômica atual for benéfica a elite nacional, a pedagogia continuará subserviente a política. Isso não significa que a educação esteja condenada a uma condição puramente mecanicista e reprodutora, pois são infinitas as possibilidades de emergências de personalidades que não sejam meras cópias da estrutura ao qual está inscrita (ENGUITA, 1990). Para ele, estrutura e atividade humana não são incompatíveis, pois “a própria idéia de relação de produção, e portanto de estrutura, pressupõe a da atividade humana e atividade humana consciente” (p. 127). Por se situar na esfera do Estado, a orientação escolar não ocorre unicamente em seus termos. Conflitos e resistências se desenvolvem em sua articulação com o conjunto da sociedade e encontram vias de desenvolvimento em suas contradições internas. Nas condições dadas, e não imaginadas, é que se formam uma nova consciência, já que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente sob circunstâncias escolhidas por eles mesmos, mas sob circunstancias diretamente dadas e herdadas do passado” (MARX, 1971, p. 18 apud ENGUITA, 1990)

No próximo item, é possível ver que, desde o tempo colonial, mas especialmente a partir da década de 1990, quando o país embicava sua desindustrialização e reprimarização econômica, as reformas educacionais caminham lado a lado no sentido de fornecer a matéria prima humana que a reestruturação econômica almejava.

### 3.2.5 As reformas educacionais da década de 1990 e a cumplicidade com a estrutura econômica.

A crise fiscal que atingiu os países periféricos, na década de 1980, encontrou nos seus governantes solo fértil para germinar as políticas orientadas por órgão internacionais como forma de sua superação. A partir dessa década, sem ter concluído a transição industrial, o investimento na industrialização perde fôlego frente a revalorização da tradicional economia como exportadora de produtos primários.

A nova promessa de crescimento econômico seria sentida na expansão de novas atividades a partir da flexibilização do papel do Estado, já experimentado pelo Reino Unido sob as mãos de ferro de Thatcher (SHIROMA *et al.*, 2011). No Brasil, as autoras destacam a sintonia e conexão entre as forças de mercado e as políticas implementadas, deflagradas em meados da década com promessas de reativar a economia, que vai eclodir no governo de FHC. Nesse contexto é que se situa a educação, pois “[...] a educação seria o instrumento fundamental para desenvolver nos indivíduos a capacidade de responder a esses desafios, particularmente a educação média”. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 99). Sob o argumento de atualizar e qualificar a força de trabalho para o mercado, em uma nova fase de integração à economia global, amplamente é abraçada pelos empresários, conforme explica Deitos e Lara (2016).

Esse direcionamento político na educação não é novo e data do Brasil colonial. Desse modo, como parte não apenas do componente social, a política educacional brasileira é parte da própria constituição do Estado (XAVIER; DEITOS, 2016). Essa, foi e continua sendo importante para a manutenção do modelo de país pensado pelas elites, pois lhes garante às condições políticas e ideológicas do seu projeto de nação.

Nesses termos, as reformas implementadas na educação, nos anos de 1990, destinavam-se principalmente para sustentar as relações de produções que a estrutura econômica demandava em sua fase de desindustrialização e reprimarização. As propostas oriundas dos movimentos de educadores, voltadas para uma educação omnilateral, que integre trabalho, ciência e cultura, foram rejeitadas. Quaisquer tentativas de transferência dos recursos condizentes com

a geração da riqueza nacional eram subtraídas e substituídas, mais do que em qualquer outra época, sobretudo com FHC, por medidas que reiteravam o desmantelamento da educação em todos os níveis, afirmando-a sob a lógica unidimensional do mercado (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

Dessa forma, novas formas de colonização e submissão são reiteradas e atualizadas, impedindo o desenvolvimento de um projeto de educação escolar e formação técnico-profissional amplo (FRIGOTTO, 2006). Modernizado o arcaico, mantêm-se o ritmo de conformação de sua condição histórica, fornecedora de produtos primários para o exterior.

A educação, nesse cenário, reserva-se a adequar para oferecer força de trabalho com competência necessária a base produtiva, mas em novos termos. Assim, caberia ao setor produtivo estabelecer qual o tipo de formação do trabalhador (DEITOS, 2019), combinando moderno, atraso, improdutividade e informalidade como condição essencial da integração ao capitalismo mundial (OLIVEIRA, 2003).

No bojo dessa conjuntura política, é que as reformas educacionais deveriam ser implementadas, no mesmo compasso da estrutura produtiva que vinha se reestabelecendo. O projeto educacional de FHC, residia em: ajustar a sociedade, exceto para classe dirigente, às demandas do grande capital (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). Escamoteada, a educação é tomada como responsável pelo quadro econômico, como a retórica de Schwartzman e Castro (2013) tentam imprimir.

A educação elementar, com seus problemas intra-escolar, passa a ser responsável pelo dinamismo extra-escolar e justificava as medidas reformistas, mas na verdade as raízes se encontram na estrutura econômica e social do país (XAVIER; DEITOS, 2006). Ou seja, essa determinava àquela e não o contrário, mas era assim vendida para se manter intocado os interesses da classe dirigente.

Altmann (2002) aponta que os influxos do BID na educação brasileira reservavam esforços apenas na educação básica e sua vinculação com a produtividade, portanto, uma visão apenas economista. Isso a coloca novamente em rota de reprodutora de força de trabalho simples com adaptações pontuais para fornecer aquelas mais complexas. Nessa esteira, Fogaça (1990) avalia que a educação e qualificação profissional desse período permanecem conectados

aos velhos paradigmas do mundo do trabalho, de baixa eficácia para sua superação.

Shiroma *et al.* (2011) sublinham que exatamente no momento em que o cenário aponta para códigos mais modernos na formação do cidadão do século XXI, onde a educação ganha papel de destaque no cenário internacional para qualificar os trabalhadores, o país sofre novas investidas dos órgãos internacionais. Frigotto e Ciavatta (2003) em pesquisa sobre as políticas de educação básica na década de 1990, destacam os influxos de uma economia subordinada sobre o ensino brasileiro. Explicam que a profunda crise que atinge os países centrais no final da última década do século e início do XXI conduzem as grandes potências a uma nova fase de competição. Agora, a busca se concentra não só no monopólio da riqueza, mas da ciência e a produção tecnológica de ponta, o que lhes garantiria poder global. Repousam aí as recomendações dos órgãos multilaterais.

As autoras analisam que bem quando a indústria nacional vinha em um ritmo de reestruturação, a abertura econômica enche o mercado de importados desfechando um duro golpe na produção tecnológica do país. Com isso, a crescente importação de bens industriais e contínua redução do valor agregado de manufatura (VAM) brasileira passa a ser observada em toda sua cadeia, uma vez que países como, China, Coreia do Sul, China, Taiwan e Índia, se tornam, juntos com alguns já tradicionais, novos centros industriais (SARTI; HIRATUKA, 2018)

Para dar sustentação a esta nova fase do capitalismo, organizações multilaterais desenvolvem importante papel na formulação de políticas educacionais (Dourado, 2007). De cunho organizacional e pedagógico, entram em cena novos protagonistas nacionais e internacionais, ao qual Frigotto (2003) destaca o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização Mundial do Comércio (OMC). Na esfera regional, o apoio emana da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e Oficina Regional para a Educação na América Latina e Caribe (OREALC).

O governo FHC, compactuando com essas orientações, seguiu de maneira ortodoxa as orientações neoliberais de forma a imprimir políticas associadas e subordinadas aqueles órgãos (FRIGOTTO; CIAVATTTA, 2003). A

educação, em especial no ensino médio, orientou sua reestruturação de tal maneira que culminou em uma LDB minimalista, reforçando sua posição dualista (uma para os trabalhadores e outras para elite) com a promulgação do Decreto 2.208/1997.

A sociedade da “economia do conhecimento” (MÉSZÁROS, 2008), alinhadas ao perfil econômico primário-exportador, esperava que os alunos ao final do ensino médio pudessem ter domínio de Língua Portuguesa para saber desenvolver bem uma redação e se comunicar verbalmente, conhecimentos básicos de matemática e capacidade de trabalhar em grupo e se adaptar a novas situações. Logo, um ensino para atividades neuromusculares, típico de países dependentes, ao passo que os países centrais caminham para o desenvolvimento de atividades cerebrais (ARRIGHI, 1998 apud FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

Dessa forma, enquanto nos países centrais a educação se orienta pelo que se convencionou a chamar de revolução industrial 4.0, para trabalhador de capacidades intelectuais que o permita se adaptar a atual fase flexível da produção (KUENZER, 2007), aqui ela se direcionou para uma capacitação tradicional, rígida, de baixa integração com a sociedade do conhecimento. Explica ainda que, a mesma segue desatualizada, para trabalhadores do modelo fordista taylorista, que precisam de

“[...] pouca escolaridade e muita experiência, desenvolvia a sua competência memorizando e repetindo as ações típicas de sua tarefa, do que resultavam destreza psicofísicas, com acuidade auditiva visual, coordenação motora, força física, resistência ao trabalho repetitivo, concentração e assim por diante” (p. 55).

Esse sistema educacional brasileiro, rígido e relativamente estável, tem se adequado a um disciplinamento social e produtivo similar ao econômico. Para Frigotto (2006), na proposta educacional de FHC bastaria 11 anos de estudos, o que significa, no máximo, a conclusão do ensino médio. Fica claro o predomínio de políticas regulatórias, centralizadas e autoritárias, pela mão do Estado, com vistas a atender compromissos com órgãos multilaterais (DOURADO, 2007).

Nessa esteira, de uma economia primário-exportadora, é que as reformas educacionais do Estado são encaminhadas. Datada, ela expressa a sociedade e momento histórico na qual está inserida. Desse modo, com um passado fornecedor de produtos primários, atualizado em novos tempos, tais

reformas soam com mudança para manutenção num novo pacto social, novamente excludente e seletivista.

Portanto, o Panorama dos postos de trabalho que os jovens egressos do ensino médio, diante desse cenário, têm em perspectiva coadunada com as políticas educacionais que desembarcaram nas caravelas e se mantêm navegáveis até hoje. As mesmas continuam sendo qualificações determinadas pelos donos do poder,

[...] necessárias ao funcionamento da economia nos setores restritos que exigem trabalho complexo, o alargamento da formação para o trabalho simples e a formação de quadros para a elaboração e a disseminação da pedagogia da hegemonia. Trata-se de produzir o pacote de competências adequadas à formação do 'cidadão produtivo' ajustado técnica e socialmente às demandas do capital. (FRIGOTTO, 2006, p. 266, grifo do autor).

Esse quadro se repete em todo o país, com exceções de alguns aglomerados tecnológicos que demandam mão de obra mais qualificada (MACIENTE, 2013). A microrregião de Capanema-Pr, mesmo registrando avanço na oferta de cursos das mais diversas áreas da educação, não foge a essa conjuntura. Devido a uma estrutura econômica vinculada a agropecuária, repete a mesma dinâmica e ainda enfrenta o problema da sucessão familiar. Os filhos dos pequenos agricultores, sem perspectivas de trabalho, acabam deixando a região em busca de emprego nos grandes centros e, os que ficam, deparam-se com postos de trabalhos desconexos a escolaridade.

#### 4 O PANORAMA DA MICRORREGIÃO DE CAPANEMA NO CONTEXTO PRIMÁRIO-EXPORTADOR

"Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo" (FREIRE, 1987, p 87)

Situada no sudoeste do Paraná, fronteira com Argentina e próxima de Santa Catarina, a Microrregião de Capanema (MRC) é considerada um importante corredor para comercialização entre o noroeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná. A mesma, possui uma economia fortemente ligada ao agronegócio, sobretudo à agroindústria e atividades ligadas a agricultura familiar, destacando-se a avicultura, pecuária leiteira e a produção de melado de cana-de-açúcar<sup>22</sup> (IPARDES, 2018). A produção avícola, com um valor adicional fiscal (VAF)<sup>23</sup>, respectivamente concentrado na agropecuária, acompanhado pela indústria e comércio/serviços (ROB, 2014), é o principal motor de toda a cadeia produtiva.

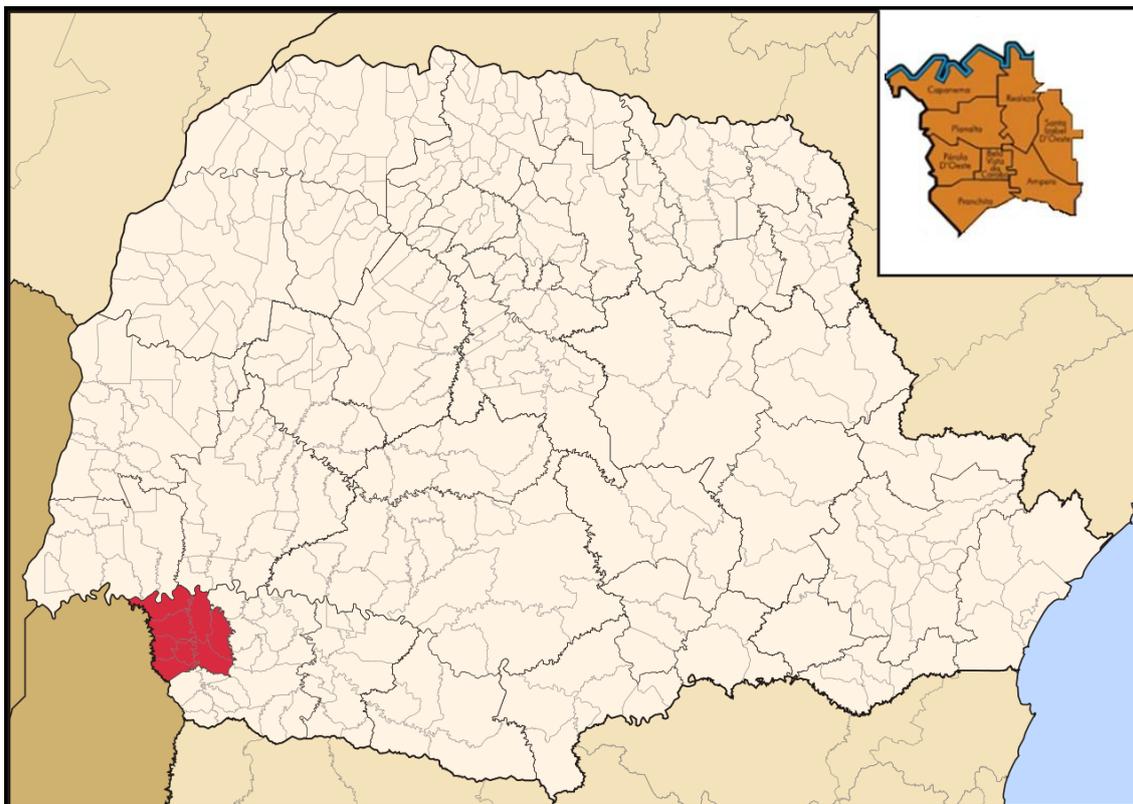
Referência na cultura de galináceos, a MRC tem ampliado ano após anos sua produção, passando de 5,6 milhões de cabeças em 2007 para 15,6 em 2017. Santa Izabel do Oeste, com um aumento de 175%, concentra quase um terço de toda a produção, com 5 milhões de cabeças, acompanhada por Capanema com outras 4 milhões, segundo números do IPARDES (2020). Por isso, até mesmo o avanço da lavoura de milho se dá para suporte do setor de avícola (BOSI, 2016).

Composta por oito cidades, Ampére, Bela Vista da Caroba, Capanema, Pérola d'Oeste, Planalto, Pranchita, Realeza e Santa Izabel do Oeste, a MRC tem a sede no município de mesmo nome.

---

<sup>22</sup> Com produção de diversos subprodutos, a Feira do Melado de Capanema é um dos momentos altos desse cultivo, realizado em anos alternados.

<sup>23</sup> Indicador da dinâmica econômica da região por setor, que implica nos repasses constitucionais que o município tem direito a partir dos impostos (ROB, 2014).

**Figura 17 – MRC: Mapa Político da Microrregião de Capanema**

Fonte: IPADES, 2018

Os indicadores econômicos da MRC têm apresentado bons resultados, principalmente no setor primário, com a produção de soja predominantemente voltada para exportação chinesa, enquanto a de frango tem o oriente médio como principal cliente, registram os dados do MDIC, impactando no bom resultado de geração de empregos.

No período avaliado, em termos educacionais, a MRC registrou melhora na oferta em todos os níveis de ensino, principalmente de ensino técnico de nível médio. Entretanto, o mesmo não se pode dizer a respeito das matrículas, com forte recuo entre 2007 e 2017, principalmente na última etapa da educação básica.

Mesmo assim, a maior escolaridade tem sido registrada no ensino médio, 46%, mas patina em ocupações de maior complexidade, como aquelas do GG3, principalmente entre os jovens. Dessa maneira, com exceção de Capanema, Ampére e Pranchita, todos os outros se enquadraram como

municípios de baixo desempenho na dimensão de renda, sendo Capanema o único a registrar médio desempenho.

Repete, com isso, o cenário nacional no qual a juventude tem sido a principal vítima de um arranjo produtivo que não os absorvem no ritmo de sua escolarização, mesmo com melhorias em alguns indicadores educacionais e no caso da MRC, também em empregos. Os dados que seguem, buscam mensurar esse movimento, ancorado nos indicadores econômicos, políticos e sociais disponíveis principalmente no IPARDES, MTE, INEP e IBGE.

#### 4.1 A ESTRUTURA ECONÔMICA DA MRC

No ano de 2019, o IBGE (2019) estimava uma população de 98.351 pessoas, distribuída entre as oito cidades. No último censo, em 2010, foram contabilizadas 95.292 pessoas, das quais 53.421 foram consideradas ocupadas, sendo 24% jovens, de acordo com os dados do IPARDES (2020).

Apesar dessa diferença crescente de população geral entre 2010 e 2019, ela vem diminuindo, puxado principalmente por algumas cidades como Capanema. Fenômeno esse de longa data, o ritmo é ainda maior se considerado a década de 1980.

Herança da colonização alemã e italiana, o meio rural se caracterizou pelo minifúndio e agricultura familiar (ROD, 2014), concentrando a produção agropecuária na maioria seus municípios. Por conta disso, grande parte da população está ocupada em uma atividade ligada ao setor primário agropecuário, seja a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (IPARDES, 2020).

De maneira geral a MRC, possui na produção primária concentração do valor adicionado fiscal (VAF), com um montante que é praticamente a soma do setor industrial e de comércio/serviços juntos, sendo a segunda maior variação em dez anos. Assim, como na esfera nacional tem se recrudescido.

**Tabela 26 – MRC: Valor agregado fiscal por setor econômico para 2017 e 2007**

Setor Econômico	Período	Ampére	Bela Vista da Caroba	Capanema	Pérola d'Oeste	Planalto	Pranchita	Realeza	Santa Isabel do Oeste	Microrregião
VAF - Produção Primária (R\$ 1,00) (P)	2007	39.760.039	9.326.176	68.377.416	24.337.766	37.034.624	36.747.965	43.719.234	53.645.479	312948699
	2017	125.265.119	24.241.417	213.485.534	63.846.087	112.025.273	118.020.882	145.438.662	191.631.331	993.954.305
	Variação%	215,1%	159,9%	212,2%	162,3%	202,5%	221,2%	232,7%	257,2%	217,6%
VAF - Indústria (R\$ 1,00) (P)	2007	60.423.263	581.915	105.488.209	1.688.016	4.943.189	6.128.551	13.139.215	5.752.770	198.145.128
	2017	174.360.089	1.745.641	117.286.874	3.728.183	49.732.455	18.693.324	49.307.826	29.676.331	444.530.723
	Variação%	188,6%	200,0%	11,2%	120,9%	906,1%	205,0%	275,3%	415,9%	124,3%
VAF - Comércio e em Serviços (R\$ 1,00) (P)	2007	21.426.552	2.192.788	28.500.362	8.082.476	14.391.119	11.205.367	40.381.849	21.074.919	147.255.432
	2017	96.636.119	6.000.575	107.599.990	30.813.628	61.526.364	58.190.389	133.571.766	65.182.637	559.521.468
	Variação%	351,0%	173,7%	277,5%	281,2%	327,5%	419,3%	230,8%	209,3%	280,0%

Fonte: IPARDES, 2007. 2017

Conforme ocorre no país, o setor da indústria apresenta menor fôlego no arranjo econômico da microrregião, com a menor variação. Dessa forma, com exceção de Ampére, todos os outros municípios registram no setor primário o maior valor absoluto do VAF em 2017. Esses, atrás apenas do setor de serviços e comércio, em termos de variação, mas em valores é disparado o motor da MRC.

Nesses dez anos, o setor primário apresentou a maior variação relativa em Santa Izabel do Oeste e menor em Bela Vista da Caroba. Segundo apontam os números do IPARDES (2020), aquele município passou nesse período de 28 estabelecimentos vinculados ao setor da agropecuária para 43, principalmente ligados a produção aviária, registrando 53,6% de aumento, atrás somente de Planalto, com 80%, mas para uma contagem de apenas 9 estabelecimentos. Nesse período, Bela Vista da Caroba estacionou nos mesmos dois estabelecimentos. Do ponto de vista absoluto, Capanema, o segundo maior produtor aviário, apresenta o maior VAF em relação aos dezesseis estabelecimentos.

No setor industrial, Planalto registra um salto próximo de 1000%, enquanto Capanema, na última posição, marca apenas 11%. Entretanto, em números absolutos, a capital da MRC, registra a primeira posição, puxada pela presença do único frigorífico da microrregião captador da produção de frangos, bem como a construção civil devido a UHE Baixo Iguaçu.

O município de Bela Vista da Caroba, por sua vez, repete a posição do indicador anterior. Os planaltinos, em termos de número de estabelecimentos para este setor, marcaram um aumento 78,9%, saindo de 19 para 34. Contudo, Ampére, com forte presença do setor moveleiro e têxtil, alcançou 119

estabelecimentos nesse setor e Pérola d'Oeste estagnou em 9 estabelecimentos nesses 10 anos.

No setor de Comércio e Serviços, Pranchita registrou aumento de 400%, saindo de 89 para 127 estabelecimentos nesse setor, enquanto Bela Vista da Caroba crava a última posição, tanto relativa quanto absoluta, com 50 novos empreendimentos. Realeza, em termos absoluto, destaca-se com o maior número de estabelecimentos: 563 frente os 353 de dez anos anterior.

A agropecuária, mesmo apresentando o menor crescimento entre os três setores, 23,2%, predominantemente ligados ao setor primário, imprimiu uma dinâmica que chega quase que a soma total dos outros dois setores.

Dessa feita, o IPARDES (2020) apresenta números desfavoráveis a indústria, em consonância com a conjuntura nacional, da qual em 10 anos passou de 21,3% para 15,4% na participação do PIB da MRC. O mesmo aconteceu com o emprego representativo desse setor, reduzindo de 41,3% para 33,5%. Entre os municípios, o maior tombo ocorreu em Capanema, que passou de 52,4% para 17,8% para aquele indicador, enquanto Planalto obteve o melhor resultado, aumentando de 4,8% para 16%.

Contudo, a MRC registrou um aumento de 48,6% no emprego, passando de 13.509 para 20.069 ocupados em algum setor da economia. Nesse cenário, a participação da indústria amargou um recuo de 8 p.p., enquanto o setor de Comércio e Serviços aumentou 6,3 p.p. e o setor agropecuário mais 0,03 p.p.

Esses setores econômicos permitem ter uma noção da dinâmica empregatícia da MRC, mas, a grande vantagem de se trabalhar com a CBO é identificar onde os empregos estão alocados. A indústria, conforme aponta a literatura, emprega força de trabalho mais especializada e melhor remunerada, porém quando se localiza as ocupações, percebe-se que os empregos não se comportam bem assim. Mesmo que um frigorífico pertença a indústria de transformação, quando se olha para as ocupações que de fato demandaram, fica evidente que este tipo de firma emprega baixa atividade de alta performance. Muitos empregos a ele vinculados, são, na verdade, de ocupações para baixa escolaridade, para trabalhos manuais e repetitivos, ligados ao setor primário, que no caso de Capanema, destinados ao mercado externo.

De maneira geral, mesmo que cada município tenha características particulares, a produção primária tem sido o carro chefe da economia da MRC.

Alguns registram forte crescimento na geração de emprego e ocupações complexas enquanto outros extremamente baixos. Ampére e Capanema estão entre aqueles que tem apresentado variações positivas em ocupações do GG2 e GG3 muito acima das outras cidades, pois concentram grande parte da indústria e instituições educacionais da MRC. Porém, desagregados, cada município apresenta suas nuances, mas que não fogem muito do perfil da microrregião, o que impacta na qualidade das ocupações na composição geral da MRC, conforme revelam os dados do IPARDES (2020), extraídos para cada um dos anos, 2007 e 2017.

#### 4.1.2 Breve caracterização dos municípios da MRC

##### 4.1.2.1 Ampére



Os principais dados socioeconômicos e o mapa geográfico da cidade de Ampére foram coletados do IPARDES (2020). Importante polo industrial, esse município concentra a maior parte da população ocupada nesse setor. Das 8.166 pessoas ocupadas em 2010, 1.500 estavam ligadas a agropecuária, 2.500 na indústria de transformação e 1.100 no comércio e serviços. Por isso, é um dos poucos municípios em que a população estava ocupada mais na indústria do que na agropecuária e, um dos poucos cuja população juvenil registrou aumento.

Em 2017, dos 27.395 de hectares de terras produtivos, mais de 16 mil eram para a pecuária e criação de outros animais, sendo galináceos quase sua totalidade e outros 10 mil para lavoura temporária, o que gerou 442 mil dúzias ovos. Nesse caminho, com uma industrial têxtil representativa, foram mais 11 mil quilos de casulos de bicho da seda.

Mesmo assim, o emprego direto no setor agropecuário é pouco expressivo, sendo a indústria do setor moveleiro e têxtil os maiores empregados, representando mais que o dobro de toda força de trabalho contratada pelo setor. No período pesquisado, registrou um aumento de 33% de emprego e 10% a mais de contratação. Porém, o PIB a preços básicos, segundos os ramos de atividades, saltou de R\$ 182.992 para R\$ 577.536, com concentração no setor

de comércio e serviços, seguido pela indústria e agropecuária. Assim, a renda *per capita* ampliou de R\$ 10.722 em 2007 para R\$ 30.580 em 2017, sendo uma das maiores da MRC.

#### 4.1. 2.2 Bela Vista da Caroba



Bela Vista da Caroba é o município que tem apresentado os piores indicadores da MRC, com maior recuo populacional registrado. Em termos de emprego, 65% estão na administração pública direta ou indireta, é o que aponta os números do IPARDES (2020).

O Comércio e serviços, seguido da indústria, são os outros setores onde estão praticamente todo o restante dos empregos.

Dos 13 mil hectares declarados pela agropecuária, praticamente 50% são para lavoura temporária, com destaque para soja e trigo com mais da metade das terras. Os outros 50% são destinados a pecuária e criação de outros animais, sendo galináceos 190 mil cabeças e 18 mil de bovino para corte e leite, o que rende 215 mil dúzias de ovos e 13,4 mil litros de leite.

O PIB do município atingiu R\$ 66.000, frente os R\$ 32.000 de 2007, com uma renda *per capita* de R\$ 17 mil, a menor entre todos os municípios. Porém, apesar de ser um dos municípios com maior queda de sua população jovens, apresenta os melhores avanços educacionais na MRC, sendo o principal responsável por segurar a forte queda na região.

### 4.1.2.3 Capanema

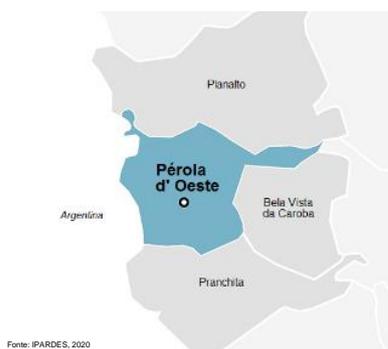


A cidade com o maior número de habitantes da MRC, registra um dos melhores níveis de especialização devido a dinamicidade econômica impressa nos últimos anos. Com mais de 3 mil empregos ligados a construção civil, gerados principalmente pela Unidade Hidrelétrica (UHE) Baixo Iguaçu, iniciada em meados de 2015, tem refletido nos seus indicadores econômicos (CATTELAN *et al*, 2020). Desse modo, o índice de qualificação da mão de obra nesse município, destacam os autores, foi o mais expressivo em 2016, em todo o sudoeste paranaense. Os mesmos registram que o município de Capanema tem melhorado sua estrutura produtiva e diversificação em setores variados, o que deixa de ser presa de uma única possibilidade de empregos, produção e geração de renda.

O IPARDES (2020) registra que dos mais de 33 mil hectares agropecuários, quase 20 mil são para lavoura temporária e 13 mil para pecuária, junto da criação de outros animais, o que rende 41,9 mil litros de leites e 29 mil para soja, milho e trigo. Nesse segmento, com mais de 3 milhões de cabeças de aves, agregando 519 mil dúzias ovos, é a segunda maior produtora com a presença do único frigorífico da MRC que recebe essa produção. Por conta disso, a indústria de transformação, com seus mais de 1.600 empregos registra mais de 1.300 só no setor de produtos alimentícios, enquanto comércio e serviços com cerca de 1.900 e agropecuária próximo de 20, dos mais de 5.100 postos de trabalho.

O PIB de R\$ 659.000, em 2017, tem no setor de comércio e serviço maior representatividade, mais de um terço desse montante, seguido pela indústria e agropecuária, o que dá a ela a segunda maior renda *per capita*, R\$ 34 mil ante os R\$ 11 mil de dez anos anteriores.

#### 4.1.2.4. Pérola d'Oeste



empregadores seguido pela administração pública.

Com 18,4 mil hectares agropecuários, 14,2 mil são de lavouras temporárias e 3,6 para pecuária e criação de outros animais. A soja, o trigo e o milho dominam essas áreas com 11,5 somente de produção daquela primeira. Na pecuária são 590 mil cabeças de galináceos, 12 mil de rebanho bovino, 6,4 mil suínos e 5,4 mil de vacas para ordenha, o que gera 15,8 mil litros de leite.

O ramo de agropecuária imprime o maior valor do PIB, R\$ 56.000 dos R\$ 155.000 em 2017, aumento de mais de 130% em dez anos, com uma renda *per capita* de R\$ 23.334.

#### 4.1.2.5 Planalto



distância, acabam se matriculando em Capanema.

Dos quase 30 mil hectares agropecuários, 17 mil estão ocupados com lavoura temporária e 12,1 mil para pecuária e criação de outros animais. A soja ocupa 12,8, o trigo 7 e o milho 2,3. No município são 670 mil cabeças de galináceos, 31 mil de rebanho bovino, 13 mil de suínos e 10 mil vacas leiteiras, gerando 41 mil litros de leite.

Fonte do IPARDES (2020) aponta que, entre avanços e recuos, o município tem registrado um tímido aumento populacional, algo extremamente problemático em todas as cidades da MRC, principalmente se contabilizar desde a década de 1980. A mesma vem apresentado bons números educacionais, o que poderia ser ainda melhor, pois muitos alunos, devido à pouca

O PIB se concentra no comércio e serviços, com R\$ 105.000, um terço de todo o montante, acompanhado pela agropecuária e indústria. Esta, registra um aumento de quase 600% em dez anos. Nesse cenário, gerou uma renda *per capita* de R\$ 22.378.

#### 4.1.2.6 Pranchita



Outro município com registro de recuo populacional, Pranchita vem sendo a maior no flanco da juventude, conforme dados do IPARDES (2020) e IBGE (2019). Os empregos se concentram no comércio e serviços, seguidos da administração pública, mas quase um terço da população está, segundo o censo de 2010, ocupada em atividades agropecuárias.

Dos 19.121 hectares agropecuários, estão distribuídos, segundo atividade econômica em 16,7 mil para lavoura temporária, 2,1 mil para pecuária e criação de outros animais. No município, são 12,6 hectares para soja, 8 mil para trigo e 2,2 para milho. O mesmo possui 1,4 milhões de cabeça de galináceos, 13 mil de suínos, 6,3 mil de rebanho bovino e mais de 2,4 mil de vacas leiteiras, com produção de 8,7 mil litros de leites e 470 mil dúzias de ovos.

Esse, tem no setor de comércio e serviços o maior PIB, com R\$ 94.000 dos R\$ 200.000 global, com isso, é o setor que mais estabelecimento e empregos criou nesses dez anos. Assim, imprimiu um aumento de praticamente 260% daquele ano para esse, o que dá mais de R\$ 40 mil de renda *per capita*.

#### 4.1.2.7 Realeza



Para o IPARDES (2020) é a cidade com o terceiro maior crescimento populacional. Essa, registra o maior PIB no setor de comércio e serviços, R\$ 290.000, com 280% de aumento em dez anos. Desse modo, mais da metade dos empregos estão nesse setor, produzindo um PIB *per capita* de R\$ 33.769. Considerada um polo

universitário da microrregião, devido a presença da única instituição federal de ensino até então, acaba imprimindo forte elevação no setor terciário.

A cidade que concentrava, em 2017, 56% de todas as matrículas no ensino superior presencial, era também a única a ofertar essa modalidade em instituição pública. A inauguração da UFFS em 2009, representou nesse ano, sozinha, 44% de todas as matrículas presenciais da MRC.

Foram registrados em estabelecimentos agropecuários 33,7 mil hectares, com 24,5 mil para lavoura temporária, 16,2 mil para soja, 9 mil para trigo, 4 mil para milho e 8,9 mil para pecuária e criação de outros animais. Desses, mais 1,7 milhões são galináceos, para 996 mil dúzias de ovos, 25,7 mil cabeças de bovinos, 7,7 mil de vacas leiteiras, com produção de 27,7 mil litros de leite e 4,6 de rebanho suíno.

#### 4.1.2.8 Santa Izabel do Oeste



O maior crescimento da população, tanto geral como juvenil, patina na geração de emprego para estes. Primeiro colocado na produção de frangos, o município de Santa Izabel do Oeste registra nesse setor um dos grandes coletores de emprego.

O IPARDES (2020) apresenta ainda 18.900 hectares de agropecuária, nos quais 17 mil são ocupados pela lavoura temporária, sendo 13,5 mil para soja, 5,5 mil de trigo e 1,5 mil para milho. Os outros 10 mil para pecuária e criação de outros animais, compõem 5,2 milhões de galináceos, produção de 3,5 mil dúzias de ovos, 24 mil cabeças de bovinos, 8,6 mil de vacas leiteiras, produzindo 31 mil litros de leites e 14 mil de suínos. Nesse segmento, o PIB corrente registra R\$ 108.000 no setor agropecuário, aumento de 200% em relação ao ano de 2007, com uma renda *per capita* de R\$ 21.724.

Dessa feita, um terço da população estava ocupada, segundo censo de 2010, na agropecuária. O comércio e serviços concentram os empregos, seguido da indústria, principalmente ligado a indústria têxtil.

Apesar do domínio crescente da monocultura, a região registra ainda, principalmente ligado a produção familiar, as pequenas propriedades com

produção de mandioca, fumo, feijão, erva-mate, aveia, batata, cana-de-açúcar, mel, ovinos, caprinos etc. Esses são os que empregam o trabalho de grande parte da MRC e são fonte de renda para as mesmas (MARTINS, 2018)

Porém, o avanço da avicultura tem alterado essa estrutura fundiária e provado impactos nos tipos e postos de trabalhos que a MRC tem apresentado. Por isso, Bosi (2016) explica que esse tipo de posto de trabalho tende a dominar o mercado de empregos nesses tipos de municípios, orientando salário e condições de trabalho. Nelas, esse tipo de ocupação tem se tornado a principal alternativa de emprego para jovens, seja de baixa ou alta escolaridade.

Nesse contexto, a resignação torna-se um sentimento comum entre esses jovens, mas é frequentemente quebrada conforme evidencia a alta taxa de rotatividade registrada neste setor, próxima de 100% nos últimos cinco anos. Pedir demissão ou abandonar o trabalho nos frigoríficos depois de pouco tempo tem sido cada vez mais corriqueiro. (BOSI, 2016, p. 103).

O trabalho barato tem sido fundamental para essas indústrias, principalmente frigoríficas, ligadas a avicultura, explica, e tem avançado em todo o Oeste Paranaense, contando Capanema, como a única unidade da MRC, imprimindo forte dinâmica em todos os municípios.

#### 4.1.3 Evolução populacional na MRC

Com população estimada, em 2019, em 98.351 pessoas distribuída entre as oito cidades, registrou aumento de 7% entre 2007 e 2017, mas queda de 1,26% de 2017 até aquele ano. Tem sido comum essa dinâmica na região que registra um histórico de grandes recuos desde a década de 1980, quando cidades como Capanema, Planalto e Realeza alcançavam mais de 20 mil habitantes, chegando até 26 mil, como foi o caso sede da MRC. Essa queda coincide com o período do fechamento da estrada do colono pela primeira vez, em 1986, mas ainda há controvérsias se de fato foi determinante para esse movimento.

Ampére, cidade com maior número de habitantes estimada para 2019, 19.152, tem registrado uma ascensão contínua no período pesquisado, enquanto outras cidades têm apresentado oscilação, com queda em Bela Vista da Caroba, Pérola d'Oeste e Pranchita. O município de Santa Izabel do Oeste

tem apresentado melhor performance, com aumento contínuo em todos os anos, inclusive em termos de população jovem.

**Tabela 27 – MRC: Estimativa da População geral entre 2007 e 2017**

Municípios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação %
Ampére	17.067	17.830	18.041	17.308	17.438	17.563	18.281	18.439	18.591	18.740	18.886	10,7%
Bela Vista da Caroba	4.136	4.210	4.176	3.939	3.903	3.861	3.926	3.887	3.848	3.811	3.774	-8,8%
Capanema	18.103	18.655	18.681	18.512	18.549	18.570	19.182	19.229	19.275	19.320	19.364	7,0%
Pérola d'Oeste	7.046	7.222	7.202	6.764	6.716	6.672	6.822	6.783	6.746	6.710	6.674	-5,3%
Planalto	13.649	14.007	13.983	13.668	13.619	13.584	13.964	13.944	13.926	13.907	13.889	1,8%
Pranchita	5.811	5.925	5.885	5.632	5.580	5.533	5.643	5.600	5.558	5.517	5.477	-5,7%
Realeza	15.809	16.276	16.288	16.348	16.363	16.386	16.932	16.978	17.023	17.068	17.111	8,2%
Santa Izabel do Oeste	11.434	11.753	11.747	13.134	13.242	13.347	13.908	14.039	14.165	14.289	14.411	26,0%
MRC	93.055	95.878	96.003	95.305	95.410	95.516	98.658	98.899	99.132	99.362	99.586	7,0%

Fonte: IPARDES, 2007; 2017

Beneficiadas no início, muitas dessas cidades estão vivenciando uma nova onda de redução populacional, ajustando-se ao ritmo da finalização das obras da UHE baixo Iguaçu. O impacto dessa é muito perceptível na MRC. Se em 2007, a construção civil empregava 280 trabalhadores, no ano de 2017 já eram 1.394, sem ser o auge das contratações. Porém, em 2019 a queda passa a ser acentuada, impactado pelo retorno de muitos trabalhadores desse setor as cidades de origem.

A população que mais chama a atenção é o grupo juvenil. A projeção mais atual, até 2015, apresenta uma redução de 0,9% em toda a MRC. Os municípios de Bela Vista da Caroba, Pérola d'Oeste e Pranchita são os que apresentam os piores indices, enquanto Santa Izabel do Oeste o melhor em 10 anos.

**Tabela 28 – MRC: Estimativa de jovens na Microrregião de Capanema, 2005 e 2015**

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Variação
Ampére	4.393	4.443	4.493	4.549	4.599	4.649	4.686	4.715	4.744	4.788	4.823	7,3%
Bela Vista da Caroba	963	940	923	901	879	854	848	842	834	808	793	-14,1%
Capanema	4.524	4.514	4.522	4.530	4.520	4.497	4.505	4.490	4.461	4.439	4.413	-2,4%
Pérola d'Oeste	1.650	1.627	1.610	1.597	1.574	1.553	1.550	1.547	1.532	1.500	1.481	-8,0%
Planalto	3.392	3.355	3.335	3.324	3.306	3.271	3.245	3.204	3.138	3.122	3.082	-7,6%
Pranchita	1.496	1.468	1.439	1.410	1.374	1.342	1.322	1.304	1.283	1.240	1.209	-16,0%
Realeza	4.257	4.256	4.267	4.283	4.294	4.287	4.274	4.233	4.176	4.159	4.116	-3,5%
Santa Izabel do Oeste	3.159	3.231	3.322	3.409	3.481	3.532	3.583	3.629	3.655	3.724	3.767	13,4%
MRC	23.834	23.834	23.911	24.003	24.027	23.985	24.013	23.964	23.823	23.780	23.684	-0,9%

Fonte: DataSus, 2005; 2015

A MRC, acompanhando a tendência nacional de redução de natalidade, também sente seus efeitos, mas com recuos mais sensíveis em alguns municípios. Apenas duas cidades registraram crescimento nesse período e, nem mesmo a presença da UFFS em Realeza foi capaz inverter esse movimento. O mesmo pode se dizer do IFPR com seu campus em Capanema. Enquanto isso, Ampére e Santa Izabel do Oeste parecem ter atraídos ou preservado os jovens, já que as taxas de natalidade não são as maiores da MRC.

Os motivos desse movimento têm recaído não só na taxa de natalidade, como nas buscas de condições que a terra natal não oferece. A pesquisa de Martins (2018) assim registra, pois aponta que esse grupo tem saído das cidades menores em busca de melhores oportunidades, seja emprego ou formação profissional, que não encontram em sua terra original (MARTINS, 2018).

Esse movimento, principalmente para uma região com forte presença no setor agropecuário, particularmente familiar, perde-se um fator muito importante: a sucessão familiar. Valandro (2014) destaca que, com a diminuição da mão de obra nas associações dos pequenos agricultores, metade das famílias passaram a ser compostas somente pelo casal. A idade dos chefes dos estabelecimentos de Capanema, por exemplo, gravitava entre 51 a 60 anos e outra parte entre 30 e 50, registra a pesquisadora.

Os dados IPARDES (2020) confirmam esse domínio, predominando a composição familiar formada somente por duas pessoas, sendo mais acentuada em Bela Vista da Caroba, Capanema e Planalto.

Nesse sentido, com uma população majoritariamente ligada a trabalhos agropecuários, muitos estão sendo levados a aderir a maquinários, pois a falta de mão de obra, principalmente dos braços familiares, tem levado a esse expediente, explica Valandro. Esse movimento é secundário, explica Martins (2018), pois o avanço da soja da região para atender o setor primário brasileiro tem alterado as relações de trabalho, emprego e renda.

Milhares de hectares de plantio de soja ocupando grandes áreas se tornam verdadeiros vazios demográficos. Isso pode ser comprovado em outras culturas do gado de corte, da cana de açúcar, do cultivo de exóticas formadoras dos “desertos verdes”, denominadas por “reflorestamento”, milho, dentre outros tipos de monocultivo. (MARTINS, 2018, p. 11, grifo da autora).

O aumento da escolaridade dos jovens, com uma economia que tem se orientado para produção primária, coloca-os diante de trabalhos que não coadunam com suas expectativas, seja para as atividades ligadas ao campo ou da cidade. Desse modo, se lá não é possível colocar em prática as novas técnicas na propriedade frente o avanço da grande propriedade e mecanização, aqui as ocupações são para atividades muito ligadas aquele, com processos tecnológicos simples.

Entre uma educação que não é isso nem aquilo, ou seja, melhorou o ingresso e oferta de novas modalidades de ensino, mas esses níveis ainda se alinham a reprodução dessa estrutura, entra no radar dos jovens a saída desses municípios. Martins (2018), em sua pesquisa com alunos da região, registra que o discurso de que nas cidades grandes estão as melhores oportunidades tem elevado a saída dos jovens dessas regiões para ficarem mais próximos do emprego e das instituições de ensino.

A MRC, mesmo que tenha melhorado tanto na geração de emprego, em termos salariais, quantitativo e oferta escolar, sofre do mesmo mal registrado por Schwartzman e Castro (2013), pois essa escolarização ainda é insuficiente para pressionar o mercado com melhores oportunidades, sobretudo de ocupações mais complexas. Todavia, com uma estrutura voltada para produção primária, essa gera influxos sobre aquela e não o contrário, como lembram Xavier e Deitos (2006).

Diante desse panorama, a permanência nessas regiões se torna outro grande momento na decisão na vida dos jovens. Dessa forma, em um pior cenário, o abandono escolar em busca por empregos.

#### 4.1.4 O Panorama dos Empregos na MRC

Segundo levantamento do Censo de 2010 (IBGE, 2019), com uma população predominantemente ocupada em atividades ligadas ao setor agropecuário, até mesmo os setores produtivos industriais geram ocupações ligadas a ele. Esse é o caso dos abatedores de aves, movido pelo forte setor de processamento de carne de frango em Capanema, cuja matéria prima é abundante em toda a MRC. Por conta disso, o município concentrou 76% das

admissões em 2017 nas ocupações do GG6, em que se encontram aquelas ligadas a avicultura.

Desse modo, mesmo que esses empregos estejam locados dentro da indústria de transformação, que são considerados os mais rentáveis e de maior grau de complexidade, apresentam-se fortemente ligados a agropecuária, logo exigirão baixa complexidade em quase toda sua cadeia produtiva e salários menores.

Devido um aumento de 20,3% de empregos ativos na indústria, em 2007, 41,3% das ocupações estavam alocadas nesse setor, 34,4% em comércio e serviços e apenas 2,3% na agropecuária. Dez anos depois o mapa ficou, respectivamente, 33,4%, 40,8% e 2,4%. Das 6.715 vagas ocupadas na MRC, dentro do setor industrial, 6.663 estavam na indústria de transformação. Nesse segmento, praticamente 80% estavam no subsetor de madeira e mobiliário, indústria têxtil, produtos alimentícios e construção civil.

Apesar do crescimento nesse setor ser um importante termômetro do processo de desindustrialização e reprimarização (FEIJÓ *et al.* 2005), o crescimento não é nem metade do apresentado pelo setor do comércio e serviços e agropecuário. Dessa forma, parafraseando Deitos, M. L. (2006) isso indica uma indústria que serve mais de suporte às atividades primário-exportadoras do que um desenvolvimento autônomo regional.

A indústria, importante indicador da especialização das atividades, localizando essas ocupações dentro da CBO, coincide com uma estrutura de baixa intensidade tecnológica, muito atrelada ao setor primário. Os trabalhos ligados à avicultura, entre as 10 ocupações que mais empregaram na microrregião, aparecem nas primeiras posições em ambos os anos.

**Tabela 29 – MRC: 10 ocupações que mais admitiram em 2017 e 2007**

2017		2007	
Ocupação	Admissão	Ocupações	Admissão
Trabalhador da Avicultura de Corte	642	Costureiro na Confeção em Série	466
Alimentador de Linha de Produção	563	Trabalhador da Avicultura de Corte	391
Servente de Obras	483	Vendedor de Comercio Varejista	297
Vendedor de Comercio Varejista	407	Alimentador de Linha de Produção	294
Costureiro na Confeção em Série	375	Auxiliar de Escritório, em Geral	247
Auxiliar de Escritório, em Geral	306	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	191
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	267	Faxineiro	165
Pedreiro	227	Pedreiro	144
Ajudante de Confeção	199	Servente de Obras	141
Assistente Administrativo	155	Operador de Maquina de Costura de Acabamento	139

Fonte: MTE/CAGED, 2007; 2017

Com exceção de costureiro na confecção em série, todas aquelas ocupações de 2007 aumentaram o número de contratações. Tendência captada pela elevação de 48% do estoque de empregos, saindo de 13.505 para 20.069 (RAIS, 2007; 2017). Porém, nenhuma dessas ocupações eram do GG2 ou GG3 em ambos os anos. No período de 2017, duas eram do GG4, auxiliar de escritório em geral e assistente administrativo, um do GG5, vendedor de comércio varejista, um do GG6, trabalhador da avicultura de corte e seis do GG7, alimentador de linha de produção, servente de obras, costureiro na confecção em série, motorista de caminhão, pedreiro e ajudante de confecção.

As ocupações, predominantemente pertencentes ao GG7, requerem conhecimentos e atividades para produção de bens e serviços industrial de baixa complexidade, pois

[...] concentra os trabalhadores de produção extrativa, da construção civil e da produção industrial de processos discretos, que mobilizam habilidades psicomotoras e mentais voltadas primordialmente à forma dos produtos. (CBO, 2010, p. 114).

Essas são ocupações que atendem bem os quatro subsetores industriais que mais empregam: alimentos, movelaria, têxtil e construção civil. As suas atividades querem rotinas simples e repetitivas, típicas ainda de uma estrutura econômica rígida (KUENZER, 2007).

Robusta na avicultura, as ocupações do GG6, como os trabalhadores da avicultura de corte e, mesmo do GG7, Alimentador de linha de Produção,

corroboram com a estrutura econômica da região. Nesses termos, naquele a CBO (2010, p. 72) descreve a atividade para

[...] preparam e higienizam instalações e equipamentos utilizados na criação; selecionam, manejam aves e coelhos e controlam sua sanidade; classificam e incubam ovos e realizam pequenas manutenções em instalações e equipamentos de aviário e coelhário.

Para tanto, requer escolaridade de nível fundamental. Para o GG7, a CBO descreve como “abastecedor de linha de produção; abastecedor de máquinas de linha de produção; alimentador de esteiras (preparação de alimentos e bebidas); alimentador de máquina automática; auxiliar de linha de produção; operador de processo de produção” (p. 389) e exige formação de quarta série a sétima.

Logo, são ocupações bem absorvidas pelo tipo de indústria dominante na MRC. Esse tipo de posto de trabalho, dominante nas contratações, nos dá um panorama do tipo de formação dessa força de trabalho demandada. Mesmo com o registro de avanço na oferta em diversas modalidades de ensino, em termos de estoque a evolução dos empregos foi acompanhada de uma perda nas competências e complexidades.

**Tabela 30 – MRC: 10 maiores estoques de ocupações em 2017 e 2007**

2017		2007	
Costureiro na Confeção em Serie	1089	Costureiro na Confeção em Serie	1093
Trabalhador da Avicultura de Corte	1004	Trabalhador da Avicultura de Corte	864
Vendedor de Comercio Varejista	994	Vendedor de Comercio Varejista	711
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais E Internacionais)	970	Auxiliar de Escritório, Em Geral	665
Auxiliar de Escritório, Em Geral	924	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais E Internacionais)	580
Alimentador de Linha de Produção	880	Alimentador de Linha de Produção	493
Zelador de Edifício	538	Professor da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental (Primeira A Quarta Série)	357
Assistente Administrativo	465	Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Publicas	300
Professor da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental (Primeira a Quarta Série)	309	Costureiro, a Máquina na Confeção em Serie	288
Pedreiro	301	Operador de Máquina de Costura de Acabamento	276

Fonte: MTE/RAIS, 2007; 2017

Entre as dez ocupações com maior estoque, segundo os dados do RAIS, duas tiveram reduções, sendo costureiro na confecção em série, com 0,4%, do GG7 e a única de maior complexidade e escolaridade, professor da educação

de jovens e adultos do ensino fundamental, que não só recuou duas posições como sofreu uma queda de 13,4%.

A presença de melhores ocupações só aparece com a expansão para cinquenta ocupações. O número de ocupações do GG2 permaneceu a mesma, duas, nos dois anos analisados, enquanto o GG3 passou de 4 para 5. O GG7 é o que apresenta o maior número de ocupações em ambos os anos, 15 em 2007 e 17 em 2017 seguindo pelas dez 10 e 12, respectivamente, do GG5. Assim como professor do EJA, a ocupação professor de nível superior para o ensino fundamental também caiu uma posição, mas com aumento de 33,1%.

O GG3 apresentou um cenário melhor, passando de 4 para 5. Nesse caminho, agente de saúde pública caiu da 15ª para 34ª com queda de 21,4% no emprego. O inspetor de qualidade, que se apresentava na 43ª posição, cai para 55ª, mas com as mesmas 60 vagas de estoque. Já, técnico em secretariado se manteve na mesma posição, 28ª, mas com aumento de 65%. Professor de nível médio fundamental, por sua vez, saiu da 25ª pra 16ª com aumento de 144,3%, enquanto professor de ensino infantil saiu da 126ª para 18ª com 1.257,1% de aumento, passando de 14 para 190 ativos.

Esse cenário permitiu que a representação do GG3, ocupações de ensino médio de nível técnico, saltasse de 8,3% do total das 50 ocupações para 10,2%. No quadro geral, considerando todas as ocupações em estoque na tabela 34, ele é um pouco menor, de 6,9% para 9%, mesma performance nacional da tabela 12. Enquanto isso, o GG2 registra recuo em ambos os cenários, tanto entre as 50 como entre todas.

Em termos de contratação, GG2 e GG3 apresentam, em ambos os anos, apenas uma ocupação entre as 50 que mais contrataram, respectivamente professor de administração, 17 admissões em 49ª posição, e técnico em secretariado, 53 na 20ª em 2017. Essa, em 2007, aparecia na 30ª posição, com 55 admissões e a ocupação farmacêutico, GG2, em 46ª com 27 admissões. Porém, em todo rol das ocupações, apresentam variação positiva em relação a 2007, com oscilação na representação do total de ocupações, conforme tabela 32, com destaque para o GG3 em ritmo de queda.

O cenário de contratações, mesmo assim, sinaliza uma desaceleração nos estoques de ocupações de maior complexidade, mas com um leve acréscimo no número de admissões, porém em ritmo também descendente. As

ocupações do GG7 e GG5 representaram 65% do rol analisado, enquanto aquelas duas pouco mais de 6%. Ambos em ascensão, mas aquelas em maior ritmo que essas.

Apesar das ocupações de GG7 e GG5 exigirem baixa competência e escolaridade, 46,8% das vagas foram preenchidas por trabalhadores com escolaridade de ensino médio completo, uma melhoria de 12 p.p. em relação a 2007. Essa é, inclusive a terceira melhor variação relativa, bem como a que mais emprega em termos absolutos.

**Tabela 31 – MRC: Escolaridade das vagas preenchidas entre 2007 e 2017**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição %
Analfabetos	31	30	33	43	37	36	24	59	98	184	158	409,7%
Ensino Fundamental Incompleto	3.316	3.225	3.194	2.970	2.858	2.681	2.693	2.569	2.419	2.540	2.358	-28,9%
Ensino Fundamental Completo	2.167	2.181	2.366	2.204	2.203	2.058	2.418	2.272	2.175	2.318	2.223	2,6%
Ensino Médio Incompleto	1.683	1.799	1.927	1.982	1.976	2.122	1.969	2.134	2.137	2.166	2.165	28,6%
Ensino Médio Completo	4.717	4.755	5.220	6.241	7.130	7.457	8.145	8.684	8.951	9.428	9.393	99,1%
Ensino Superior Incompleto	498	521	574	579	644	670	663	699	737	812	865	73,7%
Ensino Superior Completo	1.047	1.134	1.232	1.616	1.719	1.962	2.283	2.394	2.470	2.635	2.842	171,4%
Mestrado e/ou Doutorado	50	43	36	41	35	40	41	53	56	68	65	30,0%

Fonte: MTE/RAIS, 2007; 2017

A melhor variação ocorreu para aqueles sem escolaridade, analfabetos, mas com uma representação de apenas 0,79% do total. A segunda maior variação foi para ensino superior completo, com 14,1% de representação, o dobro de dez anos anterior. Apesar desses números positivos em relação a escolaridade, repete o movimento nacional da sobrequalificação em postos sub-remunerados.

Composto por 65,6% de trabalhadores com mínimo de ensino médio completo em 2017, houve maior contratação nesse ano para ocupações do GG5 e GG7 do que em 2007, quando naquele ano essa escolaridade era de 46,7%. Ou seja, aumentou a escolaridade da força de trabalho, mas também empregos para níveis inferiores. Quiçá fossem para GG4, pois abarcam principalmente o ensino médio completo. Todavia, nesses termos, acabaram ofuscando os bons resultados do GG2 e GG3, seja em admissão ou estoque.

Dessa forma, aparentemente contraditória, pois a MRC tem empregado mais trabalhadores com nível escolar de ensino médio, ao localizar essas ocupações na CBO, vê-se que elas são para postos de trabalhos de menor

escolaridade. Ou seja, ela tem se transformado em instrumento de seleção e competição (DEITOS, 2019; SABOIA, 2009) mais do que um indicador dos processos de trabalho. Esse bom desenvolvimento do emprego tem, portanto, mais ligação com o recrudescimento econômico do que propriamente mudança na estrutura econômica da MRC.

No quadro geral, por Grandes Grupos, é possível ver esse bom desempenho das ocupações de maior complexidade, com o GG3 encabeçando a primeira posição com 93% de aumento de estoque. Porém, quando se observa as admissões, ela já registra uma menor variação e menor folego na representatividade.

Quanto as ocupações de menor complexidade, também apresentam melhores resultados, principalmente entre aqueles que mais empregam, o GG5 e GG7 para novas admissões, sendo esta, também na representação.

**Tabela 32 – MRC: Admissões por grande grupo no ano de 2017 e 2007**

Grandes Grupos	Admissões			Representação do Total	
	2017	2007	Varição%	2017	2007
GG2	208	105	98,10%	2,7%	2,2%
GG3	294	191	53,93%	3,8%	3,9%
GG4	877	533	64,54%	11,4%	10,9%
GG5	1455	989	47,12%	18,9%	20,3%
GG6	793	583	36,02%	10,3%	12,0%
GG7	3754	2218	69,25%	48,7%	45,5%
GG8	186	170	9,41%	2,4%	3,5%
GG9	139	83	67,47%	1,8%	1,7%
Total MRC	7706	4872	58,17%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE/Caged, 2007; 2017

O GG7, com a segunda melhor performance na variação das admissões e melhor na variação representativa, atende bem os principais setores empregatícios da MRC. O que já pode ser percebido no ritmo de crescimento, ano a ano. O GG2 e GG3, ali apresentam boa movimentação, com média acima de 100% até 2013, quando começam a perder ritmo, período esse em que se registrava o maior crescimento da geração de emprego, 19%, enquanto 2017 o pior ano, recuo de 19%.

A partir daquele ano as admissões se mantêm em nível alto, mesmo com tendência de queda, conforme próxima tabela. Contudo, os anos de 2014 e 2016 tem melhores resultados, puxados principalmente pelo GG3, GG6 e GG7.

**Tabela 33 – MRC: Evolução das admissões por grande grupo entre 2007 e 2017**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
GG2	105	112	169	173	191	160	230	200	220	209	208
GG3	191	261	214	246	291	224	363	368	255	430	294
GG4	533	650	682	795	842	883	1070	1068	921	959	877
GG5	989	1004	1057	1296	1370	1271	1516	1725	1456	1360	1455
GG6	583	535	721	722	695	632	550	705	1301	1238	793
GG7	2218	2559	2415	2848	3133	3240	4334	5009	3014	5414	3754
GG8	186	170	213	197	230	299	315	311	270	301	186
GG9	83	98	114	114	103	113	192	161	134	207	139

Fonte: MTE/Caged, 2007; 2017

A partir de 2013, a desaceleração de alguns GGs se apresenta mais alta que as outras, como é o caso do GG4, GG8 e GG9, mas outras ainda são salvas pelo ano de 2016 com aumento de quase 70% em relação ao ano anterior. Caso do GG3, puxado pela retomada das obras da UHE que se encontravam paralisadas. O resultado inferior apenas ao GG7, com aumento de quase 80%.

Esse movimento pode ser confirmado pela tendência de aumento da representatividade do estoque em ocupações menos complexas.

**Tabela 34 – MRC: Estoque de empregos e variação por Grandes Grupos em 2007 e 2017**

Grandes Grupos	estoque			Representação do Total	
	2017	2007	Variação%	2017	2007
GG2	1524	1076	41,64%	7,9%	8,3%
GG3	1729	895	93,18%	9,0%	6,9%
GG4	2703	1613	67,58%	14,1%	12,5%
GG5	3712	2392	55,18%	19,3%	18,6%
GG6	1433	1302	10,06%	7,5%	10,1%
GG7	6851	4666	46,83%	35,7%	36,2%
GG8	612	444	37,84%	3,2%	3,4%
GG9	621	502	23,71%	3,2%	3,9%
Total MRC	19185	12890	48,84%	100,0%	100,0%

Fonte: MTE/Rais, 2007; 2017

O GG2, com uma das menores variações, também registra queda na representatividade no quadro geral. Caso diferente do GG3, com excelente variação, a maior de todas, e aumento na representatividade.

Porém, as ocupações ligadas principalmente ao GG5 e GG7 ainda tem representado a grande fatia dos empregos, ampliando ainda mais sua representação. Conforme tabela 33 é possível ver que na comparação entre o ano de 2013 e 2017, houve recuo de 18,1% nas admissões para aquelas e 12,3% para essas de menor complexidade. O ritmo de queda nas contratações para ocupações mais complexas tem sido maior do que para as outras.

Desagregados, os dados do Caged (2007; 2017) mostram que Capanema é o município com os melhores resultados para o GG2, puxado principalmente por professores, secretárias trilingue, enfermeiros e engenheiro civil. O município de Bela Vista da Caroba, por sua vez, é o único município que apresentou retração de 2007 para 2017, menos uma admissão.

**Tabela 35 – MRC: Admissões no GG2 e GG3, para 2007 e 2017**

	GG2			GG3		
	2017	2007	Var. %	2017	2007	Var. %
Ampere	54	27	100,0%	64	25	156,0%
Bela Vista da Caroba	2	3	-33,3%	1	3	-66,7%
Capanema	56	13	330,8%	116	64	81,3%
Perola D Oeste	6	3	100,0%	2	6	-66,7%
Planalto	15	8	87,5%	34	23	47,8%
Pranchita	10	4	150,0%	2	3	-33,3%
Realeza	43	30	43,3%	57	47	21,3%
Santa Izabel do Oeste	22	17	29,4%	18	20	-10,0%
Total MRC	208	105	98,1%	294	191	53,9%

Fonte: MTE/CAGED, 2007; 2017

Muito próximo aos da sede, Ampére tem números parecidos em 2017 no GG2, mas sem captar os benefícios diretos da UHE. O movimento inverso no GG3, no qual os amperenses apresentam o dobro da variação, mas em números absolutos próximo da metade de Capanema. A indicação é valiosa, pois essas ocupações exigem principalmente ensino técnico de nível médio, importante para os egressos da educação básica, sobretudo para esse município que conta com um grande contingente de matrículas na modalidade profissional.

O desempenho positivo na geração de emprego na MRC também refletiu na premiação salarial. No ano de 2017, 66,7% receberam até dois salários mínimos e 33% acima disso. Dez anos antes esses números eram, respectivamente, 74,8% e 24,9%.

Aqui se percebe que houve uma dinâmica melhor do que aquela apresentada em nível nacional, quando houve uma movimentação inversa. Mesmo assim, esses ainda são bem elevados em relação a conjuntura em nível de Brasil.

Em termos de admissões, o mesmo movimento se mantém. No ano de 2007, 93% das contratações receberam até dois salários mínimos e 6,7% acima. Esses números, em 2017, foram de 81,5% contra 18,1%. Para aquelas ocupações de maior competência na CBO também há melhoras sensíveis, principalmente para o GG3 que saiu de 4,7% dos admitidos com mais de dois salários mínimos para 21% e queda para aqueles até dois salários. O GG2, por sua vez, apresentou uma ligeira queda naquele, de 30,7% para 30,5%. O GG7 também foi outro que teve uma variação relativa importante, de 9,4% para 30,2%, maior entre todos.

Quando desagregando por escolaridade, verificou-se um aumento de mais de 15 p.p para aqueles que recebiam até dois salários mínimos no ensino médio, saindo de 35% para 51%, enquanto para mais de dois salários mínimos o avanço foi bem menor, de 35% para 38%. Conforme registrado, a premiação salarial não tem sido acompanhada pela escolaridade, conforme apontam os estudos de Maciente (2013) e Azzoni (2018).

Todavia, assim como o cenário nacional, persistem distorções como é o caso de ocupações de baixa escolaridade que premiam mais que aquelas para ocupações de maior escolaridade. No ano de 2017, um exemplo foi a ocupação costureiro de confecção (GG7) cuja média salarial de admissão foi de R\$ 1.102,74 enquanto a de técnico em secretariado, do GG3, foi de R\$ 1.093,67. O trabalho de avicultura, de corte com R\$ 1.348,36 é outro que, além de ser grande empregador na MRC, também se apresenta acima não só desta ocupação de nível GG3, como de outras do GG2, a exemplo da ocupação analista de suporte computacional, com R\$ 1.235,71.

O recente edital da cidade de Planalto, número 02/2020, corrobora com esse cenário, em que agente de combates a endemias, cuja escolaridade exigida

era de ensino médio completo, oferece, para as mesmas 40 horas semanais, R\$ 1.482,96 frente os R\$ 1.301,66 para auxiliar de enfermagem, cuja escolaridade é para técnico de nível médio.

As ocupações de baixa qualificação são as que mais empregam na MRC e tem apresentado avanço salarial acima daquelas com maiores exigências. Isso leva, como afirma as pesquisas da OIT (2015), a uma antecipação da entrada no mercado de trabalho. Porém, sem uma leitura mais consistente do mundo do trabalho, acabam em postos informais ou nas estatísticas do desemprego, pois essa escolaridade acaba não sendo suficiente para pleitear essa ocupação.

A continuidade dos estudos sem perspectiva de grande incorporação e empregabilidade pode se converter apenas em mais uma jornada de trabalho (KUENZER, 2011). Assim, a evasão e abandono no ensino médio entra no radar dos jovens.

A MCR, mesmo diante dessas distorções, tem apresentado progresso em suas ocupações, com níveis de especializações que se destacam entre outras regiões do sudoeste (CATTELAN *et al.*, 2020). Entretanto, o mesmo não se pode dizer sobre o recorte juvenil. Nesse, os dados não se diferenciam muito do quadro nacional, mas com aumento no estoque e redução da representatividade e admissões.

No que se refere ao tipo de trabalho, segue em descenso, o que contribui para a diminuição desses na MRC em busca de empregos nos grandes centros e, para aquelas famílias ligadas a pequena produção, a perda da sucessão familiar.

#### 4.1.5 O cenário dos postos de trabalhos para os jovens da MRC

Diante dos novos padrões de produção, que tem recrudescido em todo o oeste paranaense, conforme registra a pesquisa de Bosi (2016), sua estrutura produtiva avança sobre as formas de trabalho. Segundo o autor, a baixa escolaridade e salário tem sido a tônica do mercado de trabalho, principalmente para os jovens.

No âmbito de cidades pequenas, tais indústrias se tornam a principal alternativa de emprego para jovens com baixa escolaridade e sem repertório profissional e redes de contato

que lhes garantam outro tipo de colocação no mercado de trabalho. (BOSI, 2016, p. 103).

Entretanto, tem havido avanço na escolaridade, sobretudo no grupo juvenil conforme dados analisados. Mas, isso está longe de refutar esse pesquisador e, muito pelo contrário, há muito mais aproximações, conforme veremos.

A MCR, diferente do que tem ocorrido no cenário nacional, tem apresentado bons números para os jovens, com aumento de 33,9% de admissão desse flanco em relação ao ano de 2007. Em termos de estoque, segundo o RAIS, houve um aumento de 30,4%, passando de 5.928 para 7.731 ativos em algum setor da economia.

Nesse sentido, em termos de representação, passaram de 43,8% para 38,5% no total dos empregos em 10 anos, segundo a RAIS. Esses números são melhores que os 36% e 28% da esfera nacional, conforme tabela 18. Em termos de admissão, o movimento em descenso permanece de 69,4% para 59,3%, evidenciando queda no ritmo de inserção de jovens no mercado de trabalho.

De todo modo, excluindo a construção civil, a industrial se encontra em movimento também de baixa capacidade na admissão de jovens, sendo salva quando se inclui aquele setor. Esse saindo de 117 novas contratações em 2007 para 773 em 2017. Na mesma esteira, segue o setor de comércio e serviços. Esses dois setores chamam atenção inclusive no estoque, com ascensão robusta.

**Tabela 36 – MRC: Estoque de empregos Juvenil por Grandes Setores, em 2007 e 2017**

	Ampere		Bela Vista da Caroba		Capanema		Péroda D'Oeste		Planalto		Pranchita		Realeza		Santa Izabel do Oeste		Total		Variação %
	2017	2007	2017	2007	2017	2007	2017	2007	2017	2007	2017	2007	2017	2007	2017	2007	2017	2007	
Indústria	1309	1489	15	1	906	889	16	10	186	54	120	102	241	274	341	305	3134	3124	0,32%
Construção Civil	0	12	0	0	356	19	2	0	14	1	0	0	51	62	5	3	428	97	341,24%
Comércio	378	216	32	22	483	443	125	115	240	217	178	85	571	380	210	160	2217	1638	35,35%
Serviços	390	156	67	56	356	164	119	66	198	122	87	63	391	211	173	140	1781	978	82,11%
Agropecuária	13	4	0	0	9	26	2	2	12	3	10	5	63	5	62	46	171	91	87,91%
Total	2090	1877	114	79	2110	1541	264	193	650	397	395	255	1317	932	791	654	7731	5928	30,41%

Fonte: RAIS, 2007; 2017

Capanema e Ampére seguem sendo as duas cidades que mais empregam força de trabalho juvenil, representando mais da metade de toda contratação. Porém, aquela, sob os efeitos do setor industrial, nomeadamente construção civil, em virtude da UHE, já começa a mostrar sinais de retração em 2018 devido a entrada nas fases finais da construção.

Depois da construção civil, a força da industrial têxtil e moveleira, em Ampére, tem sido outro grande motor de empregos juvenil. Ao contrário de Capanema, que viveu esse período particular, aquele município vem mantendo constância ao longo desses dez anos. Desse modo, é possível aproximar uma lupa nessas ocupações e ter um panorama dos tipos de postos de trabalho que de fato a MRC tem gerado para os jovens, e fica evidente que até mesmo a indústria está intimamente ligada ao setor primário, principalmente aviário.

#### 4.1.6 As ocupações que mais empregam jovens na MRC

Conforme demonstram as pesquisas, os jovens têm sido os principais alvos do desemprego e precarização nos postos de trabalho. Nesse caminho, mesmo com escolaridade crescente, as ocupações têm demonstrado desconexão com esse investimento e muitos acabam se sujeitando a postos de trabalhos muito distantes de sua qualificação.

Apesar de uma melhora significativa na MRC, tem ocorrido o mesmo fenômeno apontado pela pesquisa da 99jobs e Oficina Estratégica: entre a perspectiva de empregos modernos, os jovens estão empregados em ocupações tradicionais. Logo, esse tipo de trabalho considerado mais empreendedor, em que os jovens pudessem potencializar o aprendizado escolar em métodos mais complexos, acaba sendo trocado pela segurança e estabilidade dos empregos formais (OIT, 2017). Junto a isso, quando não, como tem ocorrido, a informalidade passa ser outro caminho adotado, revela este documento.

Assim como a população geral, conforme tabelas 29 e 30, as ocupações que mais admitiram em 2017 foram aquelas ligadas a baixa complexidade, atividades relacionadas as competências 2, tendo trabalhador da avicultura de corte a primeira posição, seguida por alimentador de produção. Entre as dez

ocupações que mais admitiram, praticamente houve pouca mudança em relação a 2007.

**Tabela 37 – MRC: as 10 ocupações que mais admitiram jovens em 2007 e 2017**

2017	Admissões	2007	Admissões
Trabalhador da Avicultura de Corte	483	Costureiro na Confeccao em Serie	389
Alimentador de Linha de Producao	382	Trabalhador da Avicultura de Corte	331
Servente de Obras	300	Vendedor de Comercio Varejista	240
Vendedor de Comercio Varejista	279	Alimentador de Linha de Producao	231
Costureiro na Confeccao em Serie	245	Auxiliar de Escritorio, em Geral	188
Auxiliar de Escritorio, em Geral	231	Operador de Maquina de Costura de Acabamento	114
Ajudante de Confecção	173	Impregnador de Madeira	114
Assistente Administrativo	121	Costureiro, a Maquina na Confeccao em Serie	106
Embalador, a Mao	109	Motorista de Caminhao (Rotas Regionais e Internacionais)	90
Operador de Caixa	90	Faxineiro	86

Fonte: MTE/CAGED, 2007; 2017

Entre essas 10 ocupações, nenhuma era dos Grandes Grupos de ocupações que concentram atividades mais complexas e exigem maior escolaridade. No ano de 2007, era uma do GG4 (auxiliar de escritório em geral) duas do GG5 (faxineiro e vendedor de comércio varejista), uma do GG6 (trabalhador da avicultura de corte) e seis do GG7 (costureiro na confecção em série, costureiro à máquina na confecção em série, operador de máquina de costura de acabamento, impregnador de madeira, motorista de caminhão e alimentador de linha e produção). No ano de 2017, por sua vez, pouca coisa muda, sendo três do GG4 (auxiliar de escritório em geral, assistente administrativo e operador de caixa), um do GG6 (trabalhador da avicultura de corte) e cinco do GG7 (servente de obras, ajudante de confecção, costureiro na confecção em série, embalador à mão e alimentador de linha de produção).

Contudo, são ocupações que, apesar do recuo da representativa juvenil, ainda apresentam mais da metade dos admitidos em ambos os anos, com exceção de pedreiro e motorista de caminhão, no rol das 10 ocupações. Os maiores aumentos se deram para vendedor varejista, de 51,5% para 68,5%, seguido de servente de obra, 55,3% para 62,1% e motorista de caminhão de 19,3% para 23,9%. Nenhuma dessas se quer exigem ensino médio completo, mas predomina a declaração desse tipo de escolaridade.

O cenário é praticamente idêntico para o estoque das ocupações no RAIS, confirmando essa tendência, apenas com a exclusão de embalador à mão

por motorista de caminhão, mas com a mesma quantidade dos Grandes Grupos. A avicultura de corte, novamente, continua sendo aquela que mantém o maior número de ativos seguido por vendedor de comércio varejista.

Ao estendermos para as 50 ocupações, fica mais evidente uma piora dos postos de trabalho para os jovens, principalmente para aqueles egressos do ensino médio. Em 2007, não havia nenhuma do GG2, 4 do GG3, 8 do GG4, 11 do GG5, 3 do GG6, 17 do GG7 e 2, tanto do GG8 quanto GG9, em 2017 o GG2 apresenta as mesmas duas que o GG6, mas apenas 1 para o GG3, postos mais complexos e, teoricamente, de melhor remuneração para os jovens concluintes do ensino médio, especialmente técnico, 8 do GG4, 13 do GG5, 23 do GG7 e uma do GG9.

**Tabela 38 – MRC: 50 ocupações que mais admitiram jovens em 2007 e 2017**

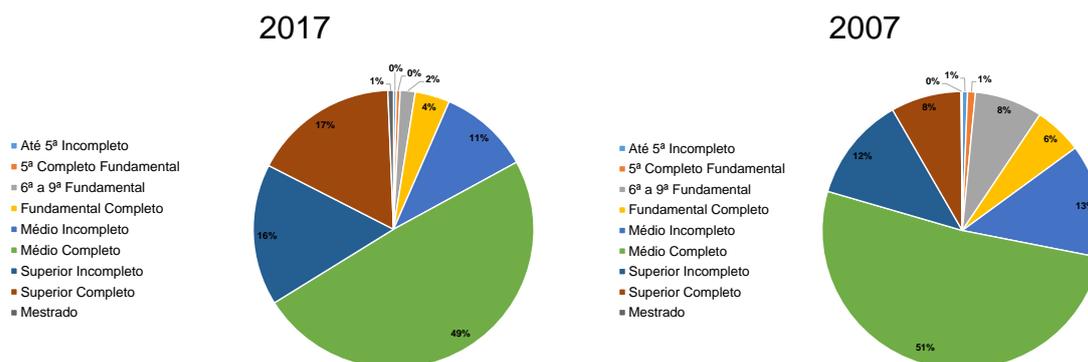
Posição	2017	vagas	2007	vagas
1	Trabalhador da Avicultura de Corte	483	Costureiro na Confeção em Serie	389
2	Alimentador de Linha de Produção	382	Trabalhador da Avicultura de Corte	331
3	Servente de Obras	300	Vendedor de Comercio Varejista	240
4	Vendedor de Comercio Varejista	279	Alimentador de Linha de Produção	231
5	Costureiro na Confeção em Serie	245	Auxiliar de Escritório, em Geral	188
6	Auxiliar de Escritório, em Geral	231	Operador de Máquina de Costura de Acabamento	114
7	Ajudante de Confeção	173	Impregnador de Madeira	114
8	Assistente Administrativo	121	Costureiro, a Máquina na Confeção em Serie	106
9	Embalador, a Mao	109	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	90
10	Operador de Caixa	90	Faxineiro	86
11	Repositor de Mercadorias	80	Servente de Obras	78
12	Pedreiro	77	Trabalhador da Avicultura de Postura	74
13	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	64	Cortador de Roupas	61
14	Armador de Estrutura de Concreto Armado	60	Passador de Roupas, À Mao	53
15	Costureiro, a Máquina na Confeção em Serie	59	Pedreiro	50
16	Garçom	53	Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Publicas	48
17	Vibradorista	51	Técnico em Secretariado	47
18	Frentista	48	Ajudante de Motorista	39
19	Passador de Roupas, À Mao	46	Repositor de Mercadorias	37
20	Trabalhador da Avicultura de Postura	44	Armazenista	32
21	Recepcionista, em Geral	41	Frentista	32
22	Zelador de Edifício	40	Operador de Caixa	31
23	Soldador	40	Assistente Administrativo	25
24	Cozinheiro Geral	38	Trabalhador de Tratamento do Leite e Fabricação de Laticínios e Afins	25
25	Técnico em Secretariado	37	Mecânico de Manutenção de Automóveis, Motocicletas e Veículos Similares	24
26	Mecânico de Manutenção de Automóveis, Motocicletas e Veículos Similares	35	Auxiliar de Pessoal	23
27	Armazenista	34	Marceneiro	23
28	Atendente de Lanchonete	32	Embalador, a Mao	23
29	Faxineiro	30	Açougueiro	22
30	Carpinteiro	30	Cozinheiro Geral	20
31	Montador de Maquinas	30	Montador de Equipamentos Elétricos	20
32	Carregador (Veículos de Transportes Terrestres)	26	Motorista de Furgão ou Veículo Similar	20
33	Ajudante de Motorista	25	Comerciante Varejista	19
34	Auxiliar nos Serviços de Alimentação	22	Carregador (Armazém)	19
35	Farmacêutico	21	Operador de Incubadora	18
36	Motorista de Furgão ou Veículo Similar	21	Gerente de Produção e Operações	16
37	Atendente de Lojas e Mercados	20	Serralheiro	16
38	Vidraceiro	20	Caixa de Banco	15
39	Operador de Máquina de Costura de Acabamento	20	Recepcionista, em Geral	15
40	Montador de Moveis e Artefatos de Madeira	20	Garçom	15
41	Almoxarife	19	Lavadeiro, em Geral	15
42	Atendente de Farmácia - Balconista	18	Continuo	14
43	Auxiliar de Corte (Preparação da Confeção de Roupas)	18	Passadeira de Peças Confeccionadas	14
44	Auxiliar de Cartório	17	Comerciante Atacadista	13
45	Instalador-Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações	17	Técnico de Planejamento de Produção	13
46	Secretaria Executiva	16	Zelador de Edifício	13
47	Caixa de Banco	16	Lavador de Roupas a Maquina	12
48	Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Publicas	16	Inspetor de Qualidade	11
49	Eletricista de Instalações	16	Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática	10
50	Instalador-Reparador de Redes Telefônicas e de Comunicação de Dados	16	Eltricista de Instalações (Veículos Automotores e Maquinas Operatrizes...)	10

Fonte: MTE/CAGED, 2007; 2017

Esse progresso, tanto no GG5, quanto GG7 estão respectivamente ligados ao crescimento do setor de comércio e serviços e ao setor industrial, predominantemente da construção civil, movelaria, têxtil e alimentos. A queda em uma ocupação do GG6, ligado a avicultura, por sua vez, foi compensado pelo aumento de 24,5% no volume. O movimento do estoque daquele ano para esse, levantados no RAIS, corrobora essa tendência, com mais oferta em ocupações de menores competências e redução naquelas de maior, o que leva os jovens com maior escolaridade a se sujeitar a essas ocupações.

Conforme a figura abaixo, fica mais evidente, assim como a figura 6, esse comportamento, mas aqui para auxiliar de escritório em geral, que aumentou o número de contratados em 22%.

**Figura 18 – MRC: Escolaridade do estoque total da ocupação Auxiliar de escritório em Geral em 2007 e 2017**



Fonte: RAIS, 2007; 2017

Para uma ocupação do GG4, cuja escolaridade é preferencialmente de ensino médio completo, essa formação reduziu em 2% e acima disso, passou de 22% para 33%, elevado principalmente pelo aumento de força de trabalho com ensino superior completo. Três quartos dessa ocupação se concentraram, com ensino médio, em Capanema, seguido por Realeza e Ampére. Enquanto para ensino superior, dois terços estavam em Ampére, seguindo por Realeza e Capanema, escolaridade essa que não chega, tomando as 2.099 matrículas presenciais, ha 10% na sede MRC, mais da metade entre os realezense e um pouco mais de um terço entre os amperense. Para o ensino médio, essas mesmas três cidades somam juntas, quase dois terços de todas as matrículas em 2017.

Nessa ocupação, 75% dos admitidos eram jovens, frente os 47% de 2007. Conforme registra IBGE (2019) e DIEESE (2020), ocupações ligadas ao comércio e serviços são as que mais têm empregado, principalmente de jovens. O grupo é também o que praticamente dobrou o número dessa faixa etária com escolaridade acima do ensino médio para premiação salarial de até dois salários.

De maneira geral, cada vez mais adultos tem competido com a juventude por vagas que poderiam ser a porta de entrada para o mercado de trabalho, com

escolaridade acima da necessária. Dessa feita, apesar do aumento no estoque e admissão juvenil ela vem perdendo representatividade no quadro geral.

Ou seja, a MRC melhorou a escolaridade de entrada nos postos de trabalho, bem como o volume de jovens, mas para ocupações em desconexão com o grau de investimento escolar. O mercado de trabalho, com uma estrutura econômica fortemente ligada ao setor primário, principalmente da agroindústria do frango demanda mais esse tipo de ocupação, cujo nível de competência predomina para aqueles de nível 2 da CBO.

Dessa maneira, ocupações mais complexas, como aquelas do GG3, para conclusão de um nível técnico integrado, concomitante ou subsequente ao ensino médio, mostram-se frustrantes, pois não há folego na economia para absorver essa força de trabalho mais especializadas. O final dos estudos em nível médio, ou até mesmo antes disso, passa a ser uma alternativa frente uma economia que pouco premiará essa qualificação, seja em termos salariais ou de absorção. Conforme já destacado, o que não é bem compreendido pelos jovens, pois a escolaridade não é mais passaporte para o emprego, mas aumento nas chances de inserção a partir dos processos seletivos.

Castells (1999) explica que ao contrário do que preconizava a teoria do capital humano, na qual a educação carregava o papel de incluir os indivíduos, agora é apenas um indicador das possibilidades de empregabilidade, sobretudo em cenário de desemprego tecnológico. Em países como o Brasil, onde se vive a margem desse desenvolvimento, ela tem se tornado fundamental não para o imediato acesso ao mercado de trabalho, mas para se inserir em uma ocupação, muitas vezes muito abaixo de suas expectativas.

Com essa postura, fatalmente o jovem evadido do ensino médio irá sofrer duplamente: desemprego e precarização. Para aqueles que o terminam, cenário similar os esperam já que a estrutura econômica tem sido um obstáculo para geração de emprego de alta performance no ritmo da escolarização registrada.

#### 4.1.7 A premiação salarial

Esse cenário de evasão faz parte de um cálculo escolar, pois, como explica Kuenzer, o ensino médio pode, principalmente para os filhos da classe

trabalhadora, tornar-se uma exaustiva jornada de trabalho adicional. A perspectiva desanimadora da transição escola-trabalho e a incompreensão do mundo do trabalho, tornam essa última etapa o grande gargalo da educação básica.

A admissão tem apresentado um relativo movimento positivo, sobretudo para ocupações de menor complexidade, a premiação salarial também para essas tem sido maior do que para aquelas de maior complexidade.

Em termos de salário, a MRC registra uma sensível elevação nos números. A quantidade de jovens que recebiam até dois salários mínimos reduziu 5 p.p enquanto acima disso aumentou 6. p.p. Apenas o município de Planalto registrou movimento contrário enquanto Capanema e Realeza tiveram os melhores resultados com quase 10 p.p de melhora na premiação salarial.

**Tabela 39 – MRC: Movimentação relativa da premiação salarial juvenil do estoque em 2017 e 2007**

		Ampére	Bela Vista da Caroba	Capanema	Pérola d'Oeste	Planalto	Pranchita	Realeza	Santa Izabel do Oeste	MRC
2017	até dois	86,24%	76,11%	72,92%	80,92%	80,19%	79,95%	77,81%	84,79%	79,85%
	dois ou +	13,76%	23,89%	27,08%	19,08%	19,81%	20,05%	22,19%	15,21%	20,15%
2007	até dois	90,16%	79,75%	81,35%	81,87%	78,23%	86,67%	87,03%	89,26%	85,90%
	dois ou +	9,84%	20,25%	18,65%	18,13%	21,77%	13,33%	12,97%	10,74%	14,10%

Fonte: RAIS, 2007; 2017

Esse mesmo cenário se repete em termos de admissões. Com 33,9% a mais de admissões em relação ao ano de 2007, entre janeiro e dezembro, 95,2% recebiam até dois salários mínimos nesse ano enquanto em 2017 reduz para 88,8%. Para aquela superior aos dois salários, passou de 4,8% para 10,6%, uma melhora sensível, mas alavancado principalmente pelo GG7.

**Tabela 40** – MRC: Variação da representação juvenil na admissão para acima de dois salários, por grandes grupos

Grande Grupo	2017	2007
Profissionais das Ciências e das Artes	29,92%	41,54%
Técnicos de Nível Médio	7,91%	3,23%
Trabalhadores de Serviços Administrativos	3,63%	5,13%
Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados	1,51%	1,27%
Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca	0,70%	1,32%
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais	18,29%	5,71%
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industr	3,33%	0,96%
Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção	7,50%	1,67%
Total	10,62%	4,76%

Fonte: MTE/Caged, 2007; 2017

O GG3, com mais que o dobro em relação ao ano anterior, apresentou a terceira melhor variação. Porém, quando se olha sua escolaridade, o maior salto se deu para aqueles jovens com ensino superior, na ordem de 250%, passando de 14 para 49 contratações. Entre os que tinham ensino médio completo, o aumento foi de 90%, passando de 89 para 169. Aquela escolaridade, além de ser a maior variação nesse grande grupo, também é no GG4, GG5, e GG7. Essa, só não é no GG6, devido ao aumento de mais de 13900% para os grupos analfabetos, concentrados em Capanema.

Conforme vem sendo registrado, há um movimento de sub-remuneração em postos sobrequalificados, ou seja, em desconexão com a escolaridade em ascensão. Os jovens com escolaridade cada vez mais elevada tem engrossado a entrada dessa faixa etária com ensino superior em ocupações onde este não seria exigido.

Ampére, cidade que divide com Capanema o melhor cenário para empregos juvenis, tem na escolaridade ensino médio completo o maior estoque, o que é retrato de toda MRC. O segundo maior estoque é registrado para aqueles com até o ensino médio incompleto seguido pelo ensino superior incompleto ou mais. Capanema, repete a mesma dinâmica, mas chama a atenção o aumento de 1 para 89 de analfabetos, sendo 140 contratados somente em 2017.

Dez anos antes, esses números eram bem diferentes, invertendo o nível escolar entre essas duas escolaridades. Para ensino superior completo, mais

que dobrou o número, mas em menor ritmo quando se comparado ao quadro geral, que foi de 171%.

Em 2007, em toda a MRC, 53% eram declarados com ensino médio incompleto ou inferior, já em 2017 esse percentual cai para 34%. O ensino médio completo dobrou de lá pra cá, representando mais que a soma de todos os outros. Assim, esse continua, juntamente com a população adulta, a que mais emprega, mas o mesmo não se pode dizer com relação ao ensino superior.

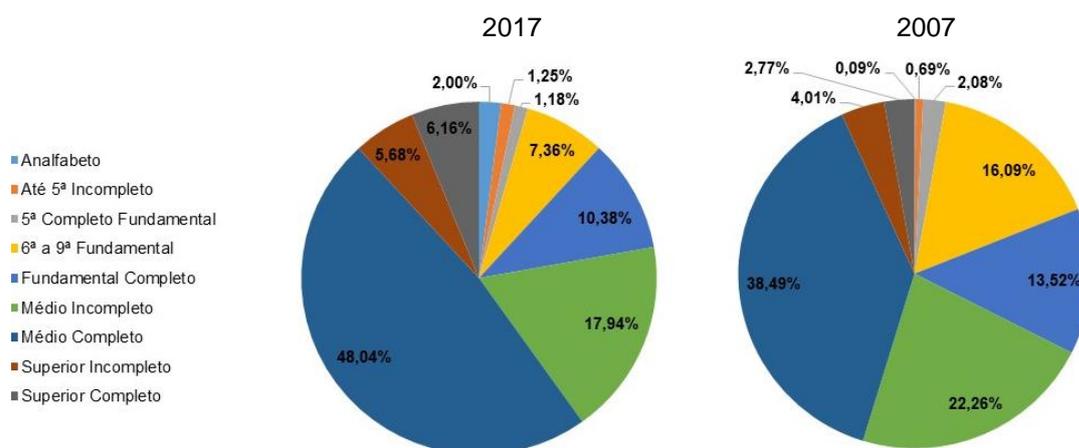
Enquanto nessa população, a escolaridade se coloca como segunda, no recorte juventude ela foi a terceira com maiores registros.

**Tabela 41 – MRC: Escolaridade do estoque de empregos juvenil em 2007 e 2017**

		2017	2007	Varição %
<b>MRG de Capane ma</b>	Analfabetos	90	6	1400,0%
	Ensino Fundamental Incompleto	424	793	-46,5%
	Ensino Fundamental Completo	573	718	-20,2%
	Ensino Médio Incompleto	1288	1124	14,6%
	Ensino Médio Completo	4009	2622	52,9%
	Ensino Superior Incompleto	597	326	83,1%
	Ensino Superior Completo	739	331	123,3%
	Mestrado e/ou Doutorado	11	8	37,5%

Fonte: MTE/RAIS, 2007; 2017

A figura abaixo confirma o movimento da escolaridade de nível médio ou mais nas admissões de 2017, mas, conforme tabela 38, tem ocorrido para ocupações menos complexas.

**Figura 19 – Variação da escolaridade juvenil admitidas em 2017 e 2007**

Fonte: MTE/Caged, 2007; 2017

A escolaridade maior, mesmo diante desse quadro positivo e por conta dele, não tem sido remunerada na mesma proporção. Cada vez mais, jovens com formação mais elevada precisam se sujeitar a ocupações subqualificadas e sub-remuneradas.

**Tabela 42 – MRC: Escolaridade das admissões de jovens para faixa de até dois salários mínimos em 2007 e 2017**

	Até ensino médio incompleto		Ensino médio completo		Ensino superior incompleto ou mais	
	2017	2007	2017	2007	2017	2007
GG2	1,3%	12,5%	29,7%	33,3%	68,9%	54,1%
GG3	19,0%	34,8%	54,2%	44,6%	26,7%	20,5%
GG4	26,2%	29,7%	40,4%	53,3%	33,2%	16,9%
GG5	29,3%	58,5%	59,0%	35,0%	11,7%	6,4%
GG6	59,7%	61,6%	37,4%	37,6%	2,7%	0,6%
GG7	47,4%	62,2%	48,8%	35,1%	3,7%	2,6%
GG8	38,4%	67,8%	44,6%	32,1%	4,6%	0,0%
GG9	37,4%	60,9%	55,5%	39,0%	1,9%	0,0%

Fonte: MTE/Caged, 2007; 2017

Segundo os dados do Caged (2007; 2017), houve mais ingresso de jovens para até dois salários do que aquele registrado em 2007, principalmente para ensino superior ou mais. Nesse, em todos os GGs houve aumento que chegou ultrapassar 100%. No ensino médio completo, por sua vez, houve

acréscimo em seis dos nove grupos analisados, com quase 10 p.p somente no GG3.

Enquanto isso, para aqueles com escolaridade até o ensino médio incompleto houve redução em todos os grupos. Movimento, também captado na formação do estoque juvenil da RAIS (2007; 2017), com exceção do GG6, todos os outros registram aumento de jovens com escolaridade superior ao ensino médio que receberam até dois salários mínimos. O mesmo se registra para ensino médio completo, com exceção do GG2 e GG4. Para aqueles com ensino até o ensino médio incompleto todos registraram menor estoque.

Logo, a inserção dos jovens registrado na MRC tem sido positiva, inclusive aumentando a média salarial. Entretanto, esse movimento ocorre principalmente para atividades simples, cujas execuções são menos complexas com escolaridade mais elevadas.

Desse modo, ocorre o mesmo fenômeno que Deitos (2019) e Saboia (2009) têm identificado em esfera nacional. Portanto, se por um lado a frustração juvenil é compensada pela geração de emprego, por outro se esvai no tipo e sua premiação salarial.

Nessa esteira, passamos a analisar o comportamento das instituições de ensino na MRC e estabelecer sua relação com esse cenário empregatício. A mesma é considerada importante indicador na evolução econômica, elevando o grau de desenvolvimento do país, com impacto nas ocupações, conforme esperam Schwartzman e Castro (2013), porém isso não tem se confirmado. A elevação de postos de trabalhos mais exigente tem sido muito mais tímida do que aquela apresentada pelos postos de menor complexidade. Insistente no engodo da teoria do capital humano, esses dois pesquisadores subtraem o fundamental, que é a estrutura econômica e o seu forte poder de influir sobre a educação.

#### 4. 2 A CRÔNICA DA EDUCAÇÃO NA MRC

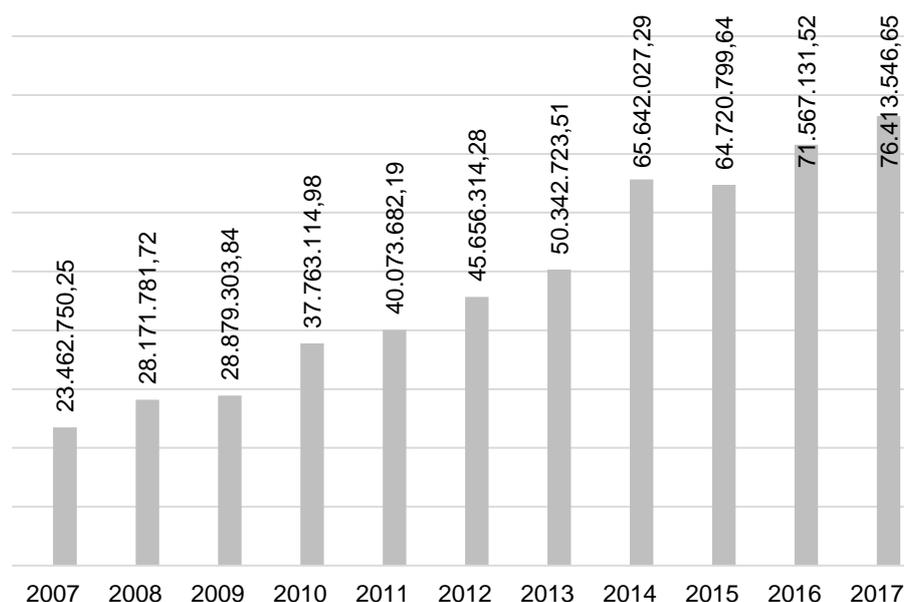
A MCR, com uma produção que vem se consolidando desde a década de 1990 para produção de produtos básicos (BOSI, 2016), não só o Oeste Paranaense, repete um quadro nada animador para os jovens, já que esse tipo

de estrutura produtiva não tem absorvido força de trabalho para atividade de alta performance.

Alguns números, mesmo com a melhoria na oferta de educação em diversos níveis, andaram para trás. As cifras destinadas a educação na MRC reproduzem o cenário nacional, com investimento em ascensão, mas em desaceleração, principalmente a partir de 2014. Em nível macro, o Observatório de Política Fiscal e do Ministério da Economia da Fundação Getúlio Vargas (PIRES, 2019), tem captado esse movimento, registrando a desaceleração das despesas discricionárias educacionais. Segundo seus levantamentos, elas saltaram de 5,6 bilhões para 23,9 bilhões em 2017, sem descontar a inflação. Porém, quando as correções são feitas, esse número equivale ao volume de 2009. Algo sem precedentes na história, sublinha esse órgão.

Apesar do investimento por aluno ter mais que dobrado nesses 10 anos, em termos de percentual do PIB, a educação básica computou um recuo de 0,1 p.p em relação ao ano de 2016, marcando 4,8%, enquanto o ensino médio permanece estável por dois anos consecutivos, em 1,2%, segundo os dados do FNDE. O reflexo dessas políticas atinge todo o país e não é diferente na MRC. Na mesma esteira, as despesas por função da educação, disponíveis no IPARDES (2020), também registram a mesma tendência.

**Figura 20 – MRC: Despesa com função Educação**

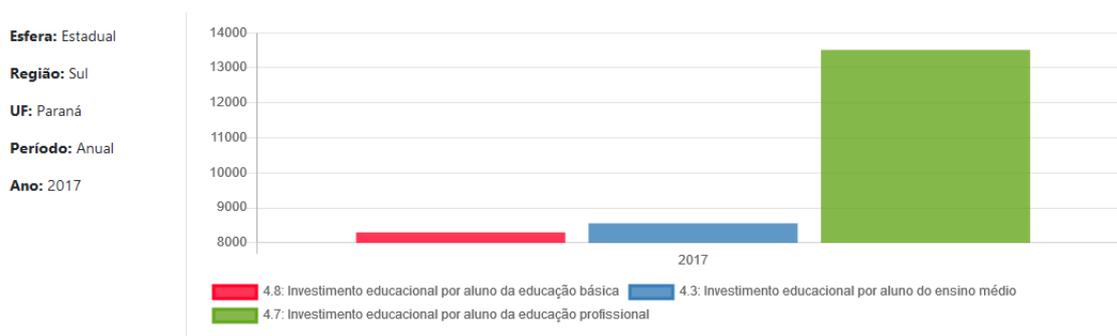


Fonte: IPARDES (2020)

O total das despesas liquidadas no Paraná, em 2017, segundo os dados disponíveis no FNDE, foi de 9,8 bilhões em todos níveis, com 7,8 bilhões para a educação básica. Desses, 3,1 bilhões foram para o ensino médio e 84,4 milhões para o ensino profissional. Em 2007 esses números eram 2,9 bilhões, dos quais 2,4 bilhões foram destinados à educação básica. Desagregado, foram 726 milhões para o ensino médio e 29 milhões para o ensino profissional.

Mesmo assim, o investimento paranaense por aluno alcançado continua baixo. Os alunos na educação básica são contabilizados em R\$ 8.298,74. No ensino médio esse valor chegou a R\$ 8.558,69 e R\$ 13.513,54 no ensino profissional, conforme dados do FNDE, disposto no gráfico abaixo.

**Figura 21** – Investimento por aluno em 2017: educação básica, ensino médio e profissional no Paraná



Fonte: FNDE, 2017

Os números se apresentam em ascensão, mas aplicado às correções, os desafios estão longe de serem superados. Ao tratarmos da microrregião, os indicadores educacionais têm se apresentado com números favoráveis e outros em estado de alerta.

O ensino superior em dez anos, apresentou um aumento de 225,9%. No ano de 2007 havia 644 matriculados nesse nível da educação, o mesmo sobe para 2.099 em 2017, sendo quase 50% de alunos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), inaugurada em 2009, no município de Realeza, única até então a oferecer ensino público.

Da maneira inversa, a educação básica apresenta número em descenso no quesito matrículas, com recuo de dois dígitos.

**Tabela 43 – MRC: Matrícula da Educação Básica em 2017 e 2007, desagregado**

Município	2017	2007	Variação %
Ampére	4.245	4.900	-13,4%
Bela Vista da Caroba	745	1.075	-30,7%
Capanema	4.499	5.005	-10,1%
Pérola d'Oeste	1.190	1.858	-36,0%
Planalto	2.238	3.014	-25,7%
Pranchita	1.244	1.561	-20,3%
Realeza	3.857	4.504	-14,4%
Santa Izabel do Oeste	2.502	2.770	-9,7%
MRG de Capanema	20.520	24.687	-16,9%

Fonte: INEP/IPARDES, 2007; 2017

Pérola d'Oeste chama a atenção por uma queda de aproximadamente 40%, seguida de perto por Bela Vista da Caroba. De modo geral, essa queda é o dobro da média registrada no Brasil.

A última etapa da educação básica, por sua vez, registrou um recuo menor, um pouco acima da média nacional.

**Tabela 44 – MRC: Matrícula no Ensino Médio em 2017 e 2007, desagregado**

Município	2017	2007	Variação %
Ampére	845	833	1,4%
Bela Vista da Caroba	171	187	-8,6%
Capanema	901	843	6,9%
Pérola d'Oeste	237	326	-27,3%
Planalto	411	549	-25,1%
Pranchita	282	268	5,2%
Realeza	680	754	-9,8%
Santa Izabel do Oeste	560	536	4,5%
MRC	4.087	4.296	-4,9%

Fonte: INEP/IPARDES, 2007; 2017

Dos oito municípios da MRC, metade apresentou elevação nessa etapa, com destaque para o município de Capanema, beneficiado pela inauguração do campus Capanema do Instituto Federal do Paraná, em 2014. Desse modo, houve um aumento de 383% somente na modalidade de curso técnico integrado ao ensino médio, passando de 65, para 314 matrículas, o que coloca a sede da MRC com 67% de todas as matrículas nessa modalidade.

A modalidade profissional de ensino médio, por sua vez, ampliou quase 60% em relação a 2007.

**Tabela 45 – MRC: Matrícula da Educação Profissional de Ensino Médio em 2017 e 2007, desagregado**

Município	2017	2007	Variação %
Ampére	13	-	
Bela Vista da Caroba	-	-	
Capanema	503	201	150,2%
Pérola d'Oeste	-	-	
Planalto	19	-	
Pranchita	100	114	-12,3%
Realeza	128	144	-11,1%
Santa Izabel do Oeste	104	86	20,9%
MRC	867	545	59,1%

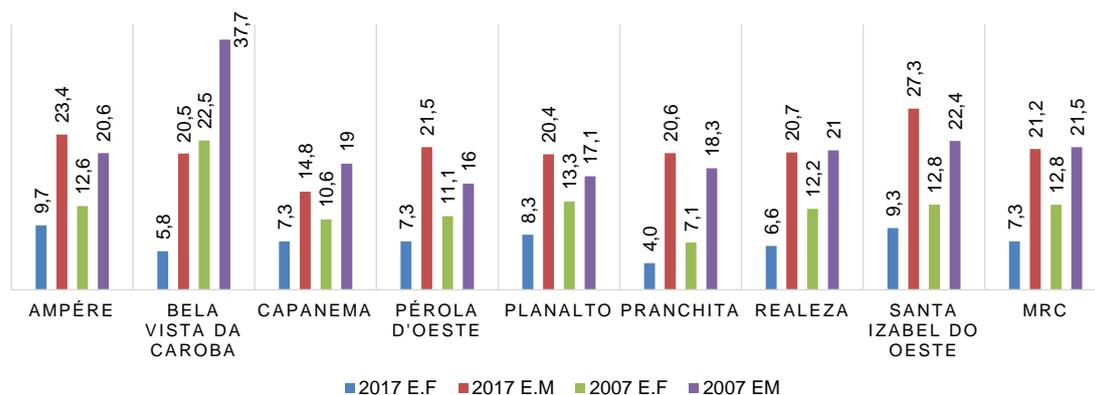
Fonte: INEP/IPARDES, 2007; 2017

Nessa modalidade de ensino, o município de Capanema concentra 58% de todas as matrículas e registra, com isso, a maior variação entre todas as cidades, seja em termos absolutos ou relativos.

Essa escolaridade é reconhecida por trazer maiores benefícios aos egressos do ensino médio (OCDE, 2019; REIS; AGUAS, 2019). De fato, tem ocorrido uma melhor premiação salarial para os jovens na MRC, entretanto, para ocupações mais complexas, como aquelas do GG3, na tabela 42, evidencia-se que as escolaridades maiores, para além do ensino médio incompleto, tem apresentado retração.

Devido os avanços e recuos, a última etapa da educação básica apresenta números bastante destoantes daqueles registrados em nível nacional. Há uma pequena melhoria de 0,3 p.p, de sua taxa de distorção idade-série, aumentando ainda mais a distância entre o ensino fundamental e médio. Essa é uma redução em ritmo bem menor que a registrada em nível nacional, porém em níveis bem inferiores do que o registrado na figura 14.

**Figura 22 – MRC: Taxa de distorção idade-série para o Total do Ensino Fundamental e Ensino Médio, desagregados para anos de 2017 e 2007**



Fonte: INEP, 2007; 2017

O fosso entre as duas etapas da educação básica tem se aprofundado na MRC e também em todas as cidades. Os municípios como Ampére, Pérola d'Oeste, Planalto, Pranchita e Santa Izabel do Oeste, andaram para trás nesse quesito do ensino médio, conforme revelam os dados.

Ao que tudo indica, esse quadro só não foi pior porque foi salvo pelo comportamento de Bela Vista da Caroba, com queda de 17,7 p.p. Assim, com exceção dessa, juntamente com Capanema e Realeza, todos os outros registram aumento de jovens com idade onde a inserção no mercado de trabalho se torna tão ou mais importante que a escola, ainda no ensino médio.

Contudo, diferentemente do que apontam os pesquisadores em nível macro, a segunda série passou a ser a que mais registra essa distorção, com piora acentuada entre os municípios.

**Tabela 46 – MRC: Taxa de distorção idade-série por série no ensino médio, nos anos de 2017 e 2007, desagregados**

	2017	2007	2017	2007	2017	2007	2017	2007
	1ª	1ª	2ª	2ª	3ª	3ª	4ª	4ª
Ampére	27,6	23	25,4	19,3	15,8	18,8	--	--
Bela Vista da Caroba	25,9	47,5	22,5	27,4	15,6	33,9	--	--
Capanema	16,8	17,5	22,5	15,4	6,0	25,4	4,3	--
Pérola d'Oeste	20,0	19,2	27,0	17,1	19,0	12,1	--	--
Planalto	27,7	21,9	25,0	12,2	11,2	15	0,0	--
Pranchita	27,5	15,2	16,4	22,3	22,8	17,1	0,0	--
Realeza	20,9	22,2	26,5	22,5	16,1	17,8	0,0	--
Santa Izabel do Oeste	27,7	26,5	31,6	20,6	23,9	18	6,7	--
MRC	24,3	24,1	24,6	19,5	16,3	19,7	2,2	--

Fonte: INEP, 2007; 2017

Nesse sentido, com registro de recuos nas mesmas cidades da tabela anterior, todas as outras contribuíram para uma piora na primeira série, com destaque para o número de Pranchita, com mais de 10 p.p de aumento, mas junto com Bela Vista da Caroba, são as únicas a registrar recuo na segunda série.

A terceira série, com exceção de Pérola d'Oeste, Pranchita e Santa Izabel do Oeste, registrou avanço em todas as outras, mas com números mais expressivos em Bela Vista da Caroba e Capanema. Enquanto isso, a quarta série apresenta números baixos por não existir comparação com 2017, em quase sua totalidade, devido ausência da modalidade que atinge essa série.

Desse modo, com esses números, seria de se esperar uma quantidade excessiva de alunos por sala, dificultando ainda mais o processo ensino aprendizagem nas já lotadas salas de aulas. Entretanto, isso não se confirma. A média, entre as três séries, tem ficado abaixo da nacional, de 30,4, com 26 alunos por sala frente os 27,5 de dez anos anterior. Da mesma forma, ela é mais alta na primeira série e vai reduzindo até o terceiro ano e menor ainda para aquelas com quarta série, chegando a 18.

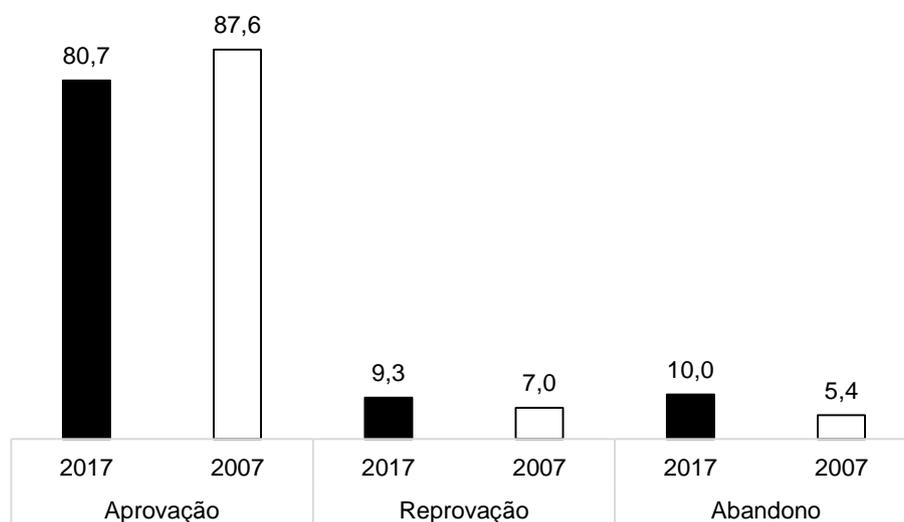
O que poderia ser bom, já que apresenta média abaixo das recomendações legais, como o projeto de lei 504/2011, que estabelece no máximo 35 alunos por turma. Junto a isso, também está próximo da média dos países da OCDE (2019), que são de 24,2 para turmas de grupos mais desfavorecidos e 27,7 para aquelas favorecidas. Todavia, esses números são

apenas mais um dos desafios dessa etapa da educação básica. Somado as distorções, elas apontam para um estopim inevitável: elevado número de evasão.

A etapa marcada ainda por um forte processo centrífugo amplia ainda mais as fileiras dos jovens nem-nem ou em ocupações informais, já que não conseguem competir com a oferta de força de trabalho com alta qualificação para postos de baixa exigência. A decisão compromete a transição à fase adulta, pois as ocupações disponíveis, apesar de serem para qualificações rasas, tem ampliado o número de sobrequalificados.

Entretanto, não deixa de ser uma posição compreensível frente a tripla jornada que a continuidade do estudo pode representar, principalmente para os filhos da classe trabalhadora (KUENZER, 2007). Por isso, ao primeiro sinal de possibilidade de inserção no mercado de trabalho, a escola acaba ficando em segundo plano. A reprovação e abandono no decorrer do ano dão as cores desse movimento.

**Figura 23 – MRC: Taxa de Rendimento do Ensino Médio para 2017 e 2007**



Fonte: INEP, 2007; 2017

Com exceção de Capanema, todos os outros municípios diminuíram a taxa de aprovação e chamam a atenção à taxa de reprovação que chega a quintuplicar, assim como é muito comum dobrar em alguns municípios.

O abandono, por sua vez, apresenta-se mais acentuado em Realeza e Santa Izabel do Oeste.

**Tabela 47 – MRC: Taxa de Rendimento do Ensino Médio para 2017 e 2007, desagregado**

	Aprovação		Reprovação		Abandono	
	2017	2007	2017	2007	2017	2007
Ampére	73,0	76,1	11,6	11,9	15,4	12
Bela Vista da Caroba	87,5	93,9	5,4	2,2	7,1	3,9
Capanema	84,0	79,3	10,6	16,9	5,4	3,8
Pérola d'Oeste	83,6	92,4	12,6	3,5	3,8	4,1
Planalto	81,0	88,5	11,9	6,6	7,1	4,9
Pranchita	80,0	93	11,4	2,3	8,6	4,7
Realeza	81,2	93,8	7,5	6,2	11,3	0
Santa Izabel do Oeste	75,2	84,1	3,3	6,5	21,5	9,4

Fonte: INEP, 2007; 2017

Com isso, a taxa de evasão de 2007 para 2008, que era de 7,9, saltou para 8,7 na transição entre 2016 e 2017, sendo o último período disponível no INEP (2020). Esses são duros golpes nos otimistas da educação básica e nas expectativas juvenis.

Os resultados desses números negativos reverberaram na redução de nove salas nesses dez anos de ensino médio. No ano de 2007 eram 154, agora são 145, apesar de cidades como Ampére, Capanema, Pérola d'Oeste e Santa Izabel do Oeste apresentarem novas aquisições. Todavia, mesmo assim, houve um aumento no número de estabelecimentos que passaram a oferecer o ensino médio, passando de 12 para 19.

Essas contradições que a educação básica, particularmente em sua última etapa apresenta, não podem ser reveladas no campo sensível, de maneira direta e imediata, como alerta a filosofia hegeliana. O Estado, aparentemente, tem investido mais, em busca de compensar esses números negativos, aumentando o número de salas, reduzindo o número de alunos por turma, como é comum ver nas campanhas publicitárias dos governos e seus relatórios oficiais. Entretanto, quando se aproxima uma lupa, utilizando mediações e subjacências, é possível enxergar que as políticas reais em curso não diferem daquelas que pesquisadores com essa sensibilidade tem apresentado em leitura macro.

Conforme as pesquisas têm apontado, a oferta do ensino médio tem melhorado e a quantidade de jovens com acesso vem aumentando, registra os dados do TPE (2018). Contudo, como Altman (2002) elucida, não tem passado disso e impresso claro efeito sobre a entrada no mercado de trabalho, esse, de fato, percebido na MRC, mas em ocupações longe das expectativas juvenis.

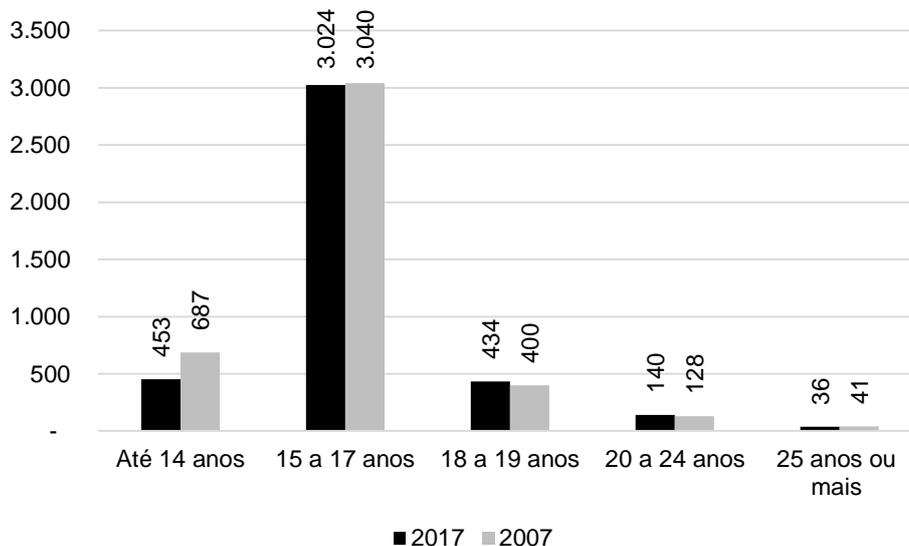
Mesmo que haja diminuição de matrículas, há uma proporção de jovens entrando mais agora do que antes, quando o número de matrículas era maior, em um cenário de decréscimo da população jovem. Havia lá mais represamento de jovens do que hoje, que pressionava muito mais as matrículas. A vazão de hoje está muito longe do ideal, em muitos aspectos, se afastando.

Segundo apontam os próprios estudos do INEP (2019b), a evasão no ensino médio ainda continua sendo um dos principais gargalos dessa última etapa. Enquanto a educação fundamental tem elevado a taxa de aprovação, reduzindo a rematrícula acumulada com o ano anterior, o ensino médio sofre com fenômeno de jovens que não estão se matriculando no ano seguinte ou, se quer, matriculando nessa etapa.

Esse estudo conclui que, historicamente, o país teve baixa eficiência na capacidade de produzir aprovados e, logo, concluintes na idade ideal. Todavia, atualmente tem conseguido, principalmente no ensino fundamental, melhorar esse fluxo, conduzindo a anos seguintes, movimento esse sentido na MRC.

O ensino médio, diferentemente disso, não tem experimentado esses influxos. Ao contrário do que os estudos de Corbucci (2009) apresentam, houve movimento inverso das matrículas. Para aqueles até 17 anos, foi registrado declínio de matrículas e aumento nas faixas superiores.

**Figura 24 – MRC: Número de matrículas, por idade, no Ensino Médio, para 2017 e 2007**



Fonte: INEP, 2007; 2017

Uma das contribuições desse movimento na MRC, considerando a dinâmica nacional, é que a geração de emprego para jovens em ascensão tem sido acompanhada de uma antecipação maior da saída do ensino médio para ingresso no mercado de trabalho, ou que seja, antes de sua conclusão ou no seu limiar.

Seguindo o roteiro nacional, aqui tem se acentuado e aproximado da média nacional, mas em movimento inverso. Ao invés de se distanciar do já ruim quadro nacional, tem se aproximado.

Conforme Corbucci e os apontamentos do INEP indicam, o perfil demográfico tem contribuído, mas a evasão se apresenta resistente. Para eles, essa última etapa tem se retraído não pelo mesmo movimento do ensino fundamental, no qual as aprovações têm aumentado e reduzido a pressão das matrículas nessa etapa, mas sim pelo excesso de evasão. A diminuição de aprovação, o aumento de repetência, o abandono e a evasão na MRC corrobora com essa leitura. Portanto, esse quadro contraditório é apenas uma atualização necessária, conforme aponta os estudos de Frigotto (2006), demandada pela pressão dos órgãos multilaterais, que tem vinculado os indicadores educacionais ao comportamento do mercado.

Distante da performance dos países centrais, os avanços registrados ainda carregam forte repressão de uma melhora que deveria ser em outros níveis, muito mais elevada do que tem se apresentado. Porém, trata-se de algo nada muito novo e, Oscar Wilde (2009, p. 03), já identificava esse comportamento altruísta dissimulado de longa data.

Mas os remédios não curam a doença, apenas a prolongam. Na verdade, os remédios fazem parte da doença. Eles tentam resolver o problema da pobreza, por exemplo, mantendo os pobres vivos; ou, no caso de uma escola muito avançada, divertindo-os. Mas isso não é uma solução: é um agravamento da dificuldade.

Em doses homeopáticas, avanços e recuos são controlados pelas políticas de Estado, como tem sido presenciado no Paraná com crescente fechamento de salas e cortes de recursos públicos. Não há, portanto, nenhuma contradição em abrir mais salas e, paralelo, fechar mais salas. É bom lembrar a frase do estadista alemão Otto Von Bismarck (1815-1898), de que a política é arte do possível, ciência na qual não há irrealizável.

Ao menor sinal de progresso, necessários para atualizar a estrutura produtiva, as políticas educacionais são cessadas e não passa disso. O número de jovens em sala de aula não representa, portanto, avanço em si, mas sim evasão daqueles que desistiram de uma etapa desconexa com suas aspirações, mas alinhada com o modelo econômico.

O que poderia ser em outros termos, como tem sido registrado nos países mais inseridos na fronteira tecnológica, com investimento em modalidades alinhadas ao mundo do trabalho de novo tipo. Devido à baixa oferta de ensino profissionalizante, principalmente integrada ao ensino médio, o modelo propedêutico tem sido o término dos estudos, conforme aponta os dados da PNAD (IBGE, 2019).

Mesmo diante do avanço dessa modalidade, ela ainda possui uma representação tímida e não encontra ressonância em ocupações correlatas. O recrudescimento na MRC da produção ligada a avicultura tem absorvido pouca fração desses jovens. Isso acaba desestimulando o ingresso em uma modalidade que exige maior tempo escolar.

#### 4.2.1 Ensino Profissional na MRC

A educação profissional, como melhores perspectivas para os jovens egressos da educação básica, pode apresentar bons retornos para esse flanco. Entretanto, esse ensino representa uma pequena fatia de toda a educação básica, 4,3%. A modalidade integrada ao ensino médio, por sua vez, representa apenas 7,6% de todas as matrículas do ensino médio, 1,4 p.p abaixo da média nacional.

Esses números só foram alcançados, pois em 2017 se registra um sensível avanço dessa modalidade. De investimento mais alto, seja em maior tempo despendido pelos alunos quanto recursos financeiros, principalmente pelo Estado, o cálculo estudantil precisa vislumbrar um quadro positivo, principalmente no ingresso ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, marcando avanço de emprego para essa modalidade, mas com remuneração desconexa, das cinco cidades que já apresentavam essa modalidade de ensino em 2007, duas tiveram recuos no número de matrículas. O grande salto se deu com Capanema, mais que dobrando o número de ingresso, conforme a tabela 45, impulsionado principalmente pela modalidade integrada do IFPR.

Nesse ano, 2017, Ampére contava com apenas 13 matrículas, na modalidade FIC concomitante, em estabelecimento privado. O município de Capanema registrou 212, somente no integrado, sendo 127 na rede federal e outras 85 na estadual. Essas contabilizam ainda, 130 de formação para o magistério no Estado, 111 e 38 de subsequente, respectivamente na federal e estadual e 12 de Formação Inicial e Continuada (FIC) concomitante na rede privada, distribuídas em quatro instituições.

Planalto registrou no mesmo ano, 19 matrículas na rede estadual para técnico integrado em uma única instituição. Pranchita, por sua vez, tinha 100 matrículas, sendo 88 no magistério na rede estadual, 6 concomitante na rede privada e mais 6 subsequente nessa mesma rede, distribuídas em duas instituições. Realeza matriculou 128, sendo 83 na rede estadual para técnico integrado, mais 45 para subsequente, na mesma rede, distribuídas em duas instituições. Vizinha, Santa Izabel do Oeste contabiliza 104, todas para magistério na rede estadual, em uma única instituição.

Dez anos antes, conforme mostra a tabela acima, esses números eram bem inferiores, com apenas quatro municípios com registro dessa modalidade de ensino. Capanema com 201 matrículas, registrava todas na formação para magistério na rede estadual, em uma única instituição. Pranchita, com 114, 41 eram de magistério na rede estadual e mais 73 de subsequente em instituição privada, em duas instituições com oferta dessa modalidade. Enquanto isso, Santa Izabel do Oeste contava com 86 matrículas, todas para magistério na rede estadual, em uma única instituição.

Esses números ainda são modestos pois, como explica Lima Filho (2015), mesmo após o decreto nº 5.154, manteve-se a posição dualista e a educação profissional integrada ao ensino médio ainda permanece sem prioridade tanto na esfera federal como estadual. Em contrapartida, as formas mais aligeiradas, como subsequentes, tem tido preferência para sua expansão, o que coaduna com as demandas empresariais, com volumosos recursos destinados via sistema S. Ramos (2005), esclarece que essa divisão ocorre, pois uma deve reproduzir a vida e a riqueza da sociedade enquanto a outra destinada à classe dirigente.

O descompasso entre a escolaridade típica para essas ocupações, mesmo com aumento de 59,1% matrículas, reflete no estoque de empregos que saiu de uma representação de 6,4% para 7% entre todas as ocupações, 2 p.p abaixo do recorte da população geral, conforme tabela 34. Comporta-se bem quando levado em conta todos os empregos.

Entretanto, o crescimento registrado, coloca essa ocupação praticamente inferior a todos os Grandes Grupos somente para emprego juvenil. Assim, ele cresce em menor ritmo do que a maioria dos outros GGs.

**Tabela 48 – MRC: Admissão juvenil nos GGs, número absoluto e variação da representatividade**

	GG1	GG2	GG3	GG4	GG5	GG6	GG7	GG8	GG9	Total
2017	63	132	177	645	802	571	2084	90	80	4644
	1,36%	2,84%	3,81%	13,89%	17,27%	12,30%	44,88%	1,94%	1,72%	100,00%
2007	64	65	155	390	632	454	1544	104	60	3468
	1,85%	1,87%	4,47%	11,25%	18,22%	13,09%	44,52%	3,00%	1,73%	100,00%

Fonte: MTE/Caged, 2007; 2017

O ritmo do desempenho do GG3 também reflete no quantitativo de jovens que estavam em ocupações nesse grande grupo. Apesar do aumento de 22 ocupações, além de marcar queda na representação geral, o tombo é maior em relação a população adulta. No ano de 2007, haviam 36 adultos e 155 jovens em ocupações desse GG, ou seja 81,5% dos admitidos eram para juventude, em uma época em que a oferta de escolaridade para essa ocupação era bem inferior à registrada agora.

Em 2017, com aumento na oferta dessa escolaridade o número de adultos foi de 117 contra os 177 de jovens, marcando uma representação de 60,2%. A queda foi de mais de 20 p.p em relação aquele ano. O ritmo lento de geração de emprego e premiação para ocupações mais complexas imprime a mesma dinâmica nacional e verberam em abandono, reprovação e evasão escolar.

Mesmo que essa modalidade tenha registrado aumento de matrículas, ainda não tem conseguido elevar a oferta desse tipo de ocupação na MRC nos mesmos níveis e a evasão é só um indício. Obstáculo, como mostram os dados econômicos, a ampliação do setor primário acaba fomentando ocupações de menor atividade tecnológica.

Desse modo, as instituições de ensino não têm conseguido pressionar o mercado de trabalho e melhorar o cenário empregatício, principalmente para os jovens, pois a estrutura continua determinando a superestrutura e não o inverso, conforme explicação de Marx (1996).

Diante desse quadro, a MRC sofre da mesma conjuntura nacional, o que inibe o avanço científico e tecnológico. Conforme já apontava Furtado (2005), por ser rentável e de baixo custo, essa estrutura não gera pressão de investimento em outras áreas, não pressiona o desenvolvimento tecnológico para sua manufatura. Para alterar esse modelo econômico, seria necessária a inversão de capital para o setor industrial, sobretudo de transformação. Mesmo assim, seria difícil competir com mercados que já tem um longo histórico de modernização, logo, tem restado a esses países se concentrarem em empreendimentos menos arriscados e mais adaptados a sua realidade (DEITOS, M. L, 2006).

Preserva-se, portanto, o imoderado e imediato, pois o retorno rápido e lucro alto da produção primária acaba cooptando os produtores para setores

ligados a esse setor, consolidando-o ainda mais. Por isso, Bosi (2016) explica que até mesmo a agroindústria, de forte tradição em todo o oeste paranaense, não tem respondido mais que sua posição na DIT. O mesmo registra ainda que, cada vez mais tem se especializado principalmente no setor aviário, no qual todos os processos tecnológicos são orientados por poucas multinacionais sediadas no exterior, que demandam essa produção.

Nesse processo, cabe aos pequenos produtos se sujeitarem a esse modelo monoprodutivo, pois sua condição de pequeno produtor agrícola tem se deteriorado ao longo dos anos, uma vez que a transformação da agroindústria tem desconfigurado toda a estrutura fundiária inicial, explica Bosi (2016). O mesmo, ensina que

À medida que as cooperativas e as grandes empresas agroindustriais que atuam na região avançaram contra seus modos de trabalhar, determinando novos padrões de produção e acumulação no campo. Fosse pela venda e concentração dos minifúndios ou por meio de sua divisão entre herdeiros, cada geração de descendentes dos “pioneiros” buscou aliviar-se dessa pressão nas cidades. Quando a subsistência se tornou muito difícil – ou mesmo impossível – o assalariamento foi visto como a única saída. (p. 100, grifo do autor)

Assim, a região tem se tornado um grande repositório de força de trabalho, preferencialmente de jovens, baixa qualificação e remuneração rasa, aponta os estudos desse pesquisador. Os dados atuais não estão longe disso e, apesar do ensino ter avançado em alguma medida, a geração de emprego e a premiação salarial estão longe de ser o panorama esperado pelos jovens.

Dessa feita, não se trata apenas de melhorar as condições escolares, mas também da qualidade que os absorver em postos de trabalhos decente e modernos. Para isso, o ensino médio e suas modalidades (principalmente a profissional) sozinhas não conseguem provocar essas alterações, pois não se trata só de desconexão com o mundo do trabalho, mas de um projeto educacional que representa o tipo de estrutura ao qual deve atender. Não é algo interno a escola, como explicam Deitos e Xavier (2006), é um processo de mudança que ela sozinha não consegue alterar.

Enquanto persistir essa sujeição na DIT, cuja produção permaneça para produtos de baixa atividade tecnológica, a escola continuará reproduzindo esta

qualidade ancorada nas políticas de Estado, sob a égide dos “donos do poder”. Logo, a escolaridade em ascensão e as perspectivas de postos de trabalho desconexos com suas expectativas, acabam frustrando a juventude egressa do ensino médio. Assim, refletindo nos indicadores da última etapa da educação básica e nos tipos de ocupações, o recrudescimento da economia primário-exportadora tem sido obstáculo para sua superação desse panorama.

Felizmente, nos ensina Enguita (1990), as possibilidades de emergência de personalidade que não sejam meras réplicas dessa estrutura permanecem infinitas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre dores e delícias de ser jovem, o panorama do emprego tem sido uma das grandes preocupações para esse flanco, que acaba por colocar em risco a fase seguinte dessa etapa da vida. Mesmo que, tanto no país, como na MRC, tenham sido registrados crescimento na produção de novos postos de trabalho, esse grupo tem sofrido mais que a população adulta para sua inserção, principalmente em ocupações decentes e de alta performance.

Diante disso, os jovens egressos do ensino médio têm em perspectiva um cenário nada animador. A escolaridade em ascensão e a complexidade dos empregos estagnada acabam representando mais capital para os processos seletivos, do que passaporte para o primeiro emprego. Desse modo, a evasão é apenas a ponta do *iceberg* que revela um quadro preocupante que não pode ser superado somente pela escola.

As políticas educacionais que poderiam, como sugere a corrente do capital humano, melhorar a inserção no mercado de trabalho, com salários mais altos, alavancar o progresso econômico e reduzir as desigualdades (BANCO MUNDIAL, 2019), não se confirmam. O histórico domínio de uma economia primário exportadora tem imprimido pouca pressão sobre a educação, de tal forma que a formação em níveis mais elevados reverbera em uma pequena parcela. Na avaliação de Fogaça (1999), os cursos de formação da educação e qualificação profissional que o imprime são tradicionais e adequados ao velho paradigma do trabalho, pois atendiam as empresas multinacionais/transnacionais de produção de baixa intensidade tecnológica.

Essa, sendo uma leitura atual e esmiuçada, conforme explicam Saboia (2009) e Deitos (2019).

Segundo ensina Frigotto (2006), a manutenção da pobreza e desigualdade, junto ao caso da frustração juvenil, precisam ser analisados não a partir de uma correlação unilateral, mas de uma análise histórica. A escolaridade se levantou, frente ao resultado da conjugação de fatores internos e externos, submetida a uma conjuntura de escravidão e colonialismo que marca uma inserção subordinada do país a DIT e produz esse panorama.

O país, com papel de fornecedor de produtos tropicais, matéria prima de baixo agregado tecnológico, engendrou instituições para reproduzir e conformar essa condição. O sentido da colonização não foi outro, se não fornecedor de produtos básicos.

É com tal objetivo, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 22-23).

A visão estreita, tacaña, cobiçosa de nossa elite forjada por essa conjuntura se sustentou pela longa vigência de relações trabalhistas, predominantemente marcadas pela escravidão. Aversa as técnicas modernas, funcionava como obstáculo a força de trabalho livre e voltada para uma produção manufatureira, por isso,

[...] emprego de escravos como carpinteiros, pedreiros, ferreiros, tecelões, confeiteiros e em vários outros ofícios afugentava os homens livres, empenhados em marcar sua distinção da condição de escravo, o que era da maior importância diante da tendência dos senhores/empregadores a ver todo trabalhador como *coisa sua*. (CUNHA, 2000, p. 3).

Nesses termos, é que o capitalismo avança. Esse, sustentado pelo interesse da elite às políticas públicas, que seja de qualificação dos trabalhadores, articula-se a esse processo, justificando-o, assim como o sustentando (DEITOS, M. L., 2006). Os momentos em que a industrialização e os processos sociais mais robustos se apresentaram são raros (CANO, 1993 *apud* DEITOS, 2016). Desde a colonização, mesmo com o fim do pacto colonial,

a independência e, mesmo os ventos liberais, foram convertidos em privilégios para uma classe que tem ojeriza da mobilidade social.

As políticas educacionais assim se originam, como apêndice para formação da força de trabalho daquele tipo, e sua qualidade se constituiu de tal forma a manter a estrutura primário-exportadora. Nesse sentido, mesmo que houvesse oferta para alta performance, restringe-se a alguns aglomerados industriais (MACIENTE, 2013), pois esse modelo tem limite na absorção de mão de obra altamente qualificada, já em transbordamento.

Ao gerar postos de trabalhos de pouca atividade tecnológica, requer educação nos mesmos termos. Nessa situação, a última etapa da educação básica acaba produzindo uma qualidade que atende esse mercado, voltado mais para exercícios neuromusculares do que atividades cerebrais (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

Portanto, o que procuramos mostrar com os dados, em hipótese alguma, deve ser tomado para adoção, manutenção ou direcionamento de uma educação fragmentada e seletivista. O que se mostrou é que a dinâmica da estrutura econômica tem sido incapaz de inserir os jovens em postos de trabalho mais complexos, pois ela é inerente ao papel que o país se presta na DIT, junto a qual imprime a qualificação necessária e, isso, deve ser tomado como problema e não solução.

Conforme fora verificado, o número de força de trabalho qualificada tem sido condizente com a estrutura atual. Ou seja, não há apagão de mão de obra. A produção industrial, inclusive, tem sido mais relacionada à disposição de recursos naturais do que a modernização do processo. Na MRC a geração de emprego e o fôlego industrial confirmam esse movimento. Essa região do Paraná, com emprego crescente e avanço do setor primário, reproduz a mesma dinâmica nacional.

Dessa feita, as políticas de qualificação embicam para uma produção industrial imediata, aligeirada, cujas atividades são de baixa complexidade. Aquelas para formação de força de trabalho voltado para o saber técnico-científico, que poderiam produzir avanço em setores mais complexos, por sua vez, acabam sendo inibidos pela própria estrutura e condição subalterna da economia. A baixa representação da educação profissional é reflexo desse comportamento.

Segundo bem destaca Deitos, M. L. (2006), a posição que o país adotou na DIT não demanda grandes investimentos na qualificação do trabalho. O número de força de trabalho qualificada, atendendo em nível suficiente, tem sido condizente com a estrutura atual. Ou seja, não há carência de força de trabalho e recursos para a educação.

Logo, a pouca pressão que o sistema de ensino sofre não é um problema endógeno, mas próprio da posição de sócio menor no capitalismo. A escolaridade dos trabalhadores caminha em consonância com a demanda internacional e, do ponto de vista do mercado e do interesse empresarial, esse seria o limite da educação.

Nesse contexto, é que a MRC se insere e, apesar dos avanços da educação, o que os jovens têm em panorama de emprego está muito distante de suas expectativas. De modo que, mesmo com seu aumento e melhoria sensível em alguns indicadores, eles coadunam com uma estrutura primária, voltada principalmente para atender a demanda externa.

O setor primário na MRC, em ritmo de recrudescimento, reverbera em todo o arranjo socioeconômico. Desse modo, até mesmo os pequenos agricultores acabam sofrendo com os influxos desse setor, direcionando a estrutura fundiária para atender esse mercado. Na outra esteira, a educação funciona como uma engrenagem para sua manutenção. Essa, com avanço em seus indicadores, sobretudo na oferta da educação profissional, mas, como assevera Lima Filho (2015), é incipiente, e não passa de uma política necessária para atender a modernização que esse setor necessita. Assim, não avança, pois, caso contrário, poderia vir a alterar o arranjo produtivo.

As políticas públicas educacionais, ancoradas pelo utilitarismo, limitam-se a um conhecimento técnico-científico imediato. A educação aligeirada, cujo conhecimento ainda é rígido e repetitivo, tem sido adequado ao perfil das ocupações que o trabalhador irá ocupar.

O aparente comportamento positivo do emprego representa mais um recrudescimento econômico de produtos básicos, do que propriamente mudança na estrutura econômica da MRC. Dessa maneira, para isso se confirmar, Harvey (1992) explica que o controle da força de trabalho é um processo que envolve desde repressão, treinamento, persuasão em que instituições, como as educacionais, desempenham papel importante. Nesse sentido, como toda

educação é para o trabalho, Deitos e Lara (2016) ensinam que ela é constituinte da estrutura social, pois fornece elementos básicos para sua funcionalidade, oferecendo as condições necessárias aos requerimentos produtivos e ao controle social.

Assim, somente a ruptura dessa estrutura colocará na alça de mira uma educação de formação omnilateral, na qual o estudante possa ter disponível um ensino mais qualificado, com “[...] acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social” (RAMOS, 2008, p. 2). Para isso, Mészáros (2008) ensina que apenas com a universalização do trabalho, que rasgue seu caráter classista, será possível também a universalização da educação desse tipo.

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização do trabalho: subsunção real da viração**. São Leopoldo: Instituto Humanis Unisinos, nº 503, Ano XVII, p. 20-27, 2017.

AGÊNCIA BRASILEIRAS DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEXBRASIL). **As exportações brasileiras e os ciclos de *commodities***: tendências recentes e perspectivas. Brasília: Conjuntura & Estratégia, 2011

ALTMANN, Helena. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro**. São Paulo: Educação e pesquisa, v. 28, n. 1, p. 77-89, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora 8ª ed., 2002.

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SOCIOECONOMIÁRIO. **Estatístico do ILAESE**: trabalho & exploração. v. 1, nº 02, setembro, 2019. São Paulo: ILAESE, 2019.

AZZONI, Carlos Roberto. Trabalho e Sociedade - Desenvolvimento Sustentável: Desafios e Oportunidades para o Futuro do Trabalho. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites**. 2018, p. 48-52. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 03 abr.

BANCO MUNDIAL. **Proyecto de Capital Humano**: informes de situación, primer año. Washignton, 2019.

BERRIEL, Ranyer Rodrigues de Araújo. **Os recentes processos de desindustrialização e reprimarização das exportações brasileiras**: o papel da taxa de câmbio e dos preços das *commodities*. Dissertação – Departamento de Ciências Econômicas - Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2016.

BORGES, Beatriz. Geração Y: superpreparados e frustrados. **El país**, São Paulo, 4 fv. 2014. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/04/sociedad/1391544951\\_779657.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/04/sociedad/1391544951_779657.html). Acesso em 12 mar. 2017.

BOSI, Antônio de Pádua. **Acumulação de capital e trabalho na agroindústria no Oeste do Paraná de 1960 a 2010**. História Unisinos, v. 20, n. 1, p. 94-106, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília: Setec, 2014.

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio exterior e serviços (MDIC). **Estatísticas do Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO**. 3 ed. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Programa de disseminação das estatísticas do trabalho**. Disponível em <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em 11 nov 2019.

\_\_\_\_\_. **Programa de disseminação de estatísticas do Trabalho**. Relatório Anual de Informações Sociais. Disponível em [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso em: 20 fev. 2018.

BREDOW, Sabrina Monique Schenato; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; CUNHA, André Moreira. **O ciclo de alta nos preços das commodities e a economia brasileira: uma análise dos mecanismos externos de transmissão entre 2002 e 2014**. Campinas: Economia e Sociedade, v. 25, n. 3, p. 695-731, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C., MARCONI, Nelson; OREIRO, José L., The Dutch Disease. In: **Developmental Macroeconomics: New Developmentalism as a Growth Strategy**, Londres: Routledge, 2014. Disponível em [www.bresserpereira.org.br/papers-cursos](http://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos). Acesso em 12 dez. 2019.

BRYAN, Bryan, Newton A. P. **Educação, trabalho e Tecnologia**. Campina: Ed. Alínea, 2015.

CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil**. Textos para discussão. Campinas: Instituto de Economia, nº 200, 2012.

CARNEIRO, Ricardo. **Crise, ajustamento e estagnação: a economia brasileira no período 1974-89**. Campinas: Economia e Sociedade nº 2, Agosto, pp. 145-169, 1993.

CARVALHO, David Ferreira; CARVALHO, André Cutrim. **Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências**. Uberlândia: Revista Economia Ensaios, n 26, p. 35-64, 2011.

CASTELO BRANCO, Maria Teresa. **Jovem-sem-terra: identidades em movimento**. Ed. UFPR: Curitiba, 2003, p. 25.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTELAN, Renata; PRESTES, Andréia Ferreira; DE MORAES, Marcelo Lopes. **Análise da estrutura produtiva dos municípios-polos das microrregiões do Sudoeste do Paraná**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, v. 8, n. 1, p. 123-146, 2020.

CHANG, H. **Chutando a escada**. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **A importância da Indústria no Brasil.** Disponível em [www.portaldaindustria.com.br/cni/estatisticas](http://www.portaldaindustria.com.br/cni/estatisticas). Acesso em 18 abr 2019.

\_\_\_\_\_. **Série Histórica.** Disponível em: [www.portaldaindustria.com.br/cni/estatisticas](http://www.portaldaindustria.com.br/cni/estatisticas). Acesso em 10 abr 2019 endereço Acesso em 18 abr 2019 endereço.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Sobre a redução das matrículas no ensino médio regular.** Texto para discussão, IPEA, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DEITOS, Maria Lucia Melo de Souza. **As políticas públicas de qualificação de trabalhadores e suas relações com a inovação tecnológica na indústria brasileira.** Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DEITOS, Roberto Antonio. **"O liberalismo social-democrata e a reforma do Estado brasileiro (1995-2002).** Florianópolis: Perspectiva, 2012. v. 30. p.199-229.

\_\_\_\_\_. **Os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional.** Artigo ainda não publicado, 2019.

DEITOS, Roberto A.; LARA, Ângela Mara de B. **Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional.** Revista Brasileira de Educação, v. 21, n.64, 2016, p.165-188.

DELGADO, Guilherme Costa. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Desenvolvimento em debate, v.1, n.2, p.111-125. 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisas mensais.** Disponível em: <http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 05 mar. 2020

DIEESE. **Salário mínimo: instrumento de combate à desigualdade.** São Paulo: DIEESE, 2010. p. 73-94.

DOS REIS, DOS REIS, Antero Maximiliano D. **Juventude brasileira: olhares de uma pesquisa.** PerCursos, v. 11, n. 1, p. 87-93, 2010

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas.** Campinas: Educação & Sociedade, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

ENQUITA, F. Mariano. Reprodução, Contradição, estrutura social e atividade humana na educação. **Teoria e Educação.** Porto Alegre: Palmarinca, 1990, p. 108-133.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Rever o modelo econômico errado que atua no Brasil**. Auditoria Cidadã. 2020. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2020

FEIJÓ, Carmem A.; CARVALHO, Paulo G.M; ALMEIDA, Júlio S.G. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** São Paulo: IEDI, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FILHO, Jorge Saba Arbache. A organização do trabalho e da produção: comentários sobre o futuro do mundo do trabalho. In ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: **Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites**. 2018, p. 27-32. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

FRAGA, Érica; CAGLIARI, Arthur. Dobra o número de pessoas com faculdade sem emprego ou em trabalho precário. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/dobra-o-numero-de-pessoas-com-faculdade-sem-emprego-ou-em-trabalho-precario.shtml>. Acesso em: 04 fev. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 56-57

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: Subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Campinas: Educação e Sociedade, vol. 24, n. 82, p. 93-130, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 233-263

FRISCHTAK, Cláudio; BELLUZZO, Luiz G. Produção de *commodities* e desenvolvimento econômico: uma introdução In: **Produção de commodities e desenvolvimento econômico**, Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia. 2014. p. 9-20, 2014.

FOGAÇA, Azuete. Educação e qualificação profissional nos anos 90: o discurso e o fato. In: OLIVEIRA, D; DUARTE, M. (orgs.). **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 55-68.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2013.

GELLER. Anthony P. **Aviso ao Ciro Guedes**: uma moeda desvalorizada é um ataque direto ao padrão de vida da população. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 14 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.mises.org.br>> Acesso em: 25 fev. 2020.

HARVEY. David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IDADOS: **Cresce o descasamento entre o número de pessoas com nível superior e o número de vagas de trabalho que demandam essa formação**. 11 dez. 2019. Disponível em <https://idados.id>. Acesso em 20 de jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas econômicas**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 21 nov 2019.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua-PNAD contínua: Educação 2007**. Divulgação anual. Rio de Janeiro, IBGE: 2007.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua-PNAD contínua: Educação 2017**. Divulgação anual. Rio de Janeiro, IBGE: 2017.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **Competitividade na era da Indústria 4.0**. Destaque IDEI 2019. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Avaliação de desempenho de Brasil Mais Produtivo**. Brasília: CEPAL, IPEA, 2018. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial**. Rio de Janeiro: Texto para discussão N° 651. 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Ipeadata**. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/> Acesso em: 10 fev. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Educação Básica**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>> Acesso em: 15 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Panorama da Educação**: destaques do *Education at a Glance 2019*, Brasília, 2019a.

\_\_\_\_\_. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2017.** Brasília, 2019b.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Microrregião de Capanema.** Disponível em: < <http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 7 mai. 2020.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores sociais no Brasil:** conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Ensino Médio e Profissional. Entrevista concedida a *TV Escola* - Salto para o futuro, 11 out. 2011. Disponível em: [http:// portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br). Acesso em: 03 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **O ensino médio agora é para a vida:** entre o pretendido, o dito e o feito. Campinas: Educação & Sociedade, v. 21, n. 70, p. 15-39, 2000.

LIMA FILHO, Domingo Leite. Expansão da educação superior e da educação profissional no Brasil: tensões e perspectivas. **Revista Educação em Questão.** Natal, v. 51, p. 195-223, 2015.

MACÁRIO, Epitácio et al. (Orgs.). **Dimensões da crise brasileira:** dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: Ed. UECE; Bauru: Canal 6, 2018.

MACIENTE, Aguinaldo N. **The determinants of agglomeration in Brazil:** input-output, labor and knowledge externalities. Tese de Doutorado, University of Illinois, 2013.

MACIENTE, Agnaldo N; NASCIMENTO, P.; GUSSO, D. **Breves notas sobre escassez de mão de obra, educação e produtividade do trabalho.** Brasília: Radar/IPEA, 2012.

MANNHEIM. Karl: O problema sociológico das gerações. In: MANNHEIM, Karl. **Sociologia.** Ática: São Paulo, 1982. p. 67-95.

MANPOWERGROUP. **Revolução das competências.** Brasil, 2017. Disponível em: < <https://www.manpowergroup.com.br> >. Acesso em: 15 out. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução.** 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Marcos. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce: o caso brasileiro. **Economia e Sociedade,** Campinas, v. 21, n. SPE, p. 853-888, 2012.

MARTINS, Sandra Mara. **Educação e trabalho da juventude:** Desafios da Sucessão Familiar Rural. Monografia - Curso interdisciplinar em educação do campo: ciências naturais, matemática e ciências agrárias, Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2018.

MARX, Karl. **A miséria da Filosofia**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. **Prefácio à Crítica da economia política**. São Paulo: Edições Sociais, 1996.

MATOSO, Filipe. **Blairo diz que dependência a subsídio na agricultura atrai 'incompetência'**, Brasília: Portal G1. 24 ago. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/08/blairo-diz-que-dependencia-subsidio-na-agricultura-atrai-incompetencia.html>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n 100, p. 213-240, 2012.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 30, nº 2 (118), p. 219-232, abril-junho. 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Educação dos Jovens Brasileiros no período 2006-2013**. Brasília: OIT, 2015. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 03 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites**. 2018. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013**. Brasília: OIT, 2015. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 03 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório Global sobre os Salários 2018/19: O que está por trás da diferença salarial entre homens e mulheres**. Bureau Internacional do Trabalho – Genebra: OIT, 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório: Trabalho Decente e Juventude no Brasil**. Brasília: OIT, 2009. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 10 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Tendencias mundiales del empleo juvenil**, 2017. Disponível em <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 010 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO (OCDE), **Education at a Glance 2019: OECD Indicators**, Paris: OECD, 2019

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude - alguns contributos**. *Análise Social*, vol. XXV, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PARO, Vitor Henrique **Administração escolar: introdução crítica**. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

PIRES, Manoel. O que Aconteceu com o orçamento da Educação? **Observatório de Política Fiscais**. Instituto Brasileiro de Economia, 17 mar. 2019. Disponível em <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/> Acesso em 8 de jul. 2020

POCHMANN, Marcio. Brasil: segunda grande transformação no trabalho ?. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 23-38, 2014.

PRADO JR. Caio. **Histórica econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981

RAMOS, Marise N. Possibilidades e Desafios na Organização do Currículo Integrado. In: RAMOS, Marise N. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

REIS, Maurício C; Águas, Marina. Educação profissional, exigências da ocupação e rendimentos do trabalho no Brasil. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, Ipea, 2019.

REVISTA OBSERVATÓRIO REGIONAL (ROB). Cenário Socioeconômico das Unidades do IFPR. Curitiba, v.2, n.3, 2014, ISSN 2318-8758.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria C.; BITENCOURT, Betina M. Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil ?. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 19, n. 62, p. 551-558, 2012.

ROCHA, Sonia. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54. p. 533-550, 2008.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 152-165, 2007.

SABOIA, João. (Coord.). **Tendências da qualificação da força de trabalho**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. (Estudo transversal, 04). Relatório final do Estudo Transversal “Qualificação da Força do Trabalho”. Projeto de Pesquisa “Perspectivas do Investimento no Brasil”. Rio de Janeiro: Instituto IE-UFRJ / Campinas: IE-UNICAMP, 2008/2009.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. “Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais”. In: BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando; CARNEIRO, Ricardo. (orgs). **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. p.127-170.

SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 563-624, 2013.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 4 ed., 2011.

SHIROMA, Eneida Oto; LIMA FILHO, Domingos Leite. Trabalho docente na educação profissional e tecnológica e no PROEJA. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 725-743, 2011.

SOLIGO, Valdecir. A qualidade da educação: conceitos e debates acadêmicos. **Revista Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 13, n. 13, 2013. p. 1-22.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). Anuário Brasileiro da Educação Básica: 2018, Brasília, Moderna, 2018.

UNCTAD. **Unidet Nations Conference on trade and development**. 2018. Disponível em: [www.unctadstat.unctad.org](http://www.unctadstat.unctad.org). Acesso em: 26 mar. 2020.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e Escola no Brasil: a Constituição do Liberalismo em Ideologia Educacional e as Reformas do Ensino (1931-1961)**. Campinas: Papirus, 1990.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; DEITOS, Roberto Antonio. Estado e política educacional no Brasil. **Estado, desenvolvimento, democracia & políticas sociais**, Cascavel: EDUNIOESTE, 2006, 67-86.

WILDE, Oscar. **A alma do homem sob o socialismo**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

VALANDRO, Keila. **O papel do programa nacional de alimentação escolar – Pnae para a inserção da agricultura familiar em novos mercados: o caso da Coopafi-Capanema**. Dissertação - Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, setor de Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Pato Branco, 2014.

99JOBS. **Jovens e Sentido do Trabalho**. Disponível em: <http://blog.99jobs.com/pesquisa-jovens-e-sentido-do-trabalho>. Acesso em 24/08/2017.